

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES**

GIRLEY VIEIRA DA SILVA

**A COBERTURA DO JORNAL *A GAZETA* SOBRE A
TITULAÇÃO DE COMUNIDADES REMANESCENTES
DE QUILOMBOS (1988-2017)**

Vitória/ES

2019

GIRLEY VIEIRA DA SILVA

**A COBERTURA DO JORNAL A GAZETA SOBRE A
TITULAÇÃO DE COMUNIDADES REMANESCENTES
DE QUILOMBOS (1988-2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Comunicação e Territorialidades, na área de concentração em Comunicação e Poder.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Gomes Rufino
Andrade

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Daniela Zanetti

Vitória/ES

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S586c Silva, Girley Vieira da, 1981-
A cobertura do jornal A Gazeta sobre a titulação de comunidades remanescentes de quilombos (1988-2017) / Girley Vieira da Silva. - 2019.
211 f. : il.

Orientadora: Patrícia Gomes Rufino Andrade.

Coorientadora: Daniela Zanetti.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Imprensa. 2. Racismo na imprensa. 3. Minorias e jornalismo. 4. Quilombolas. 5. Territorialidade humana. 6. Identidade social. I. Andrade, Patrícia Gomes Rufino. II. Zanetti, Daniela. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. IV. Título.

CDU: 316.77

GIRLEY VIEIRA DA SILVA

**A COBERTURA DO JORNAL A GAZETA SOBRE A TITULAÇÃO DE
COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (1988-2017)**

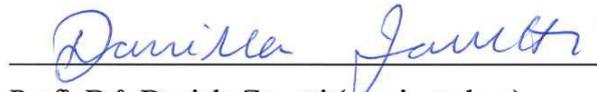
Dissertação apresentada por Girley Vieira da Silva ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, linha Práticas e Processos Comunicacionais, do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo.

Vitória, 07 de maio de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA



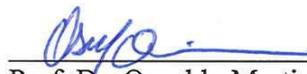
Prof.^a Dr.^a Patricia Gomes Rufino Andrade (orientadora)
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof.^a Dr.^a Daniela Zanetti (coorientadora)
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Rafael Bellan Rodrigues de Souza
Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo

Aos meus pais, fontes literais e figuradas de
minha existência.

Aos meus filhos, Frederico e João Vicente,
sentidos da vida.

A minha Ju, companheira, amiga, parceira, fonte
de energia e motivação, a quem devo de forma
especial esta conquista.

Àqueles que acreditam que um mundo melhor é
possível.

AGRADECIMENTOS

A trajetória de uma conquista importante como esta sempre é marcada por uma série de obstáculos e lembranças doces. Quando decidi inscrever-me no certame buscando ingresso no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, no segundo semestre de 2016, estávamos atravessando momentos terríveis da nossa história política. No âmbito pessoal, ao tempo que aguardava a chegada do João dividia minha disponibilidade entre as duas ocupações profissionais, a elaboração do projeto de pesquisa e as leituras visando a participar do processo seletivo para o mestrado, além, claro, de ocupar os papéis maravilhosos de pai do Fred e de companheiro da Ju. Tempos intensos que resultaram no meu ingresso no PósCom e a obtenção de licença remunerada no trabalho para pesquisar.

João Vicente veio ao mundo em fevereiro de 2017 e um mês após esse momento maravilhoso iniciei a trajetória de pesquisa. Já se vão quase dois anos de muito trabalho que tomaram o tempo de convivência com os meus pequenos, a quem eu agradeço pela compreensão demonstrada em cada sorriso dado nos tempos escassos que dividíamos nesse período.

A minha companheira de jornada, mais do que agradecer, tenho que reconhecer que boa parte dessa conquista contou com sua imensa colaboração. Além de ter segurado a onda em casa, conciliando minha ausência, o cuidado dos pequenos e as atividades profissionais, estava sempre presente e pronta para distribuir afetos e afagos nos momentos difíceis dessa jornada. Ju, seus gestos e palavras foram fundamentais para a realização disso tudo. O que eu posso dizer a você? Eu te amo e fico te devendo essa!

Estendo esses agradecimentos de ordem pessoal aos meus familiares, pai, mãe, irmãos, pessoas imprescindíveis nessa caminhada. Herdei desse berço o interesse em defender causas sociais e humanitárias. Sou grato por ter aprendido com vocês que o outro também importa. Amo fazer parte dessa família linda repleta de “esquerdopatas”. Não precisei bloquear nenhum de vocês das mídias sociais em 2018. Sou um privilegiado.

O mesmo não posso dizer sobre familiares mais distantes e colegas de convivência, infelizmente. Por isso, aos amigos fraternos, os poucos de longa jornada que restaram, registro também os meus agradecimentos pelo apoio de sempre.

À sociedade brasileira minha imensa gratidão, pois, por intermédio do Estado, proporcionou-me condições materiais de acessar uma vastidão de conhecimentos que enriqueceram não só minha vida profissional, mas também a pessoal. Acredito que a educação pública de qualidade seja o melhor caminho para a construção de um mundo melhor. Por isso, além de agradecer o apoio concedido por meio do Incra e da Ufes, reitero meu compromisso de lutar para que mais brasileiros possam desfrutar de oportunidades semelhantes.

Aos professores do PósCom e de outros Programas da universidade com quem tive a oportunidade de trocar ideias e aprender bastante, registro meu carinho e admiração. As distintas cosmologias são imprescindíveis para a evolução da humanidade. As diferenças de pontos de vistas são bem-vindas e na diversidade é que encontramos respostas para muitas inquietações do mundo. Viva a liberdade, viva a diversidade!

Entre esses mestres, alguns merecem registro especial. A minha orientadora agradeço pelas orientações, pela troca de conhecimentos, pela paciência. Os

momentos de convergência e divergência foram sempre enriquecedores. Admiro sua militância em defesa da educação, da cultura e da “negritude”. Posso dizer que graças a você pude perder mais da minha “branquitude”.

Tive ainda o privilégio de contar com uma coorientadora. Pessoa do bem com quem aprendi bastante e pude trocar boas ideias e muita energia positiva. Admiro seu trabalho e militância em prol de causas justas. O destino sorriu para mim ao me presentear orientadoras com tamanha sensibilidade social.

Não menos importantes nesse processo foram meus colegas de curso. Trocamos perspectivas de mundo, compartilhamos medos, angústias e momentos leves e doces. Graças a muitos de vocês superei tempos terríveis de nossa história e, de forma especial, a decepção com algumas relações perdidas no processo político que foram totalmente supridas com a chegada de lindas e novas amigas da galera do PósCom. Levo com muito carinho nossas doces lembranças.

Não posso deixar de reconhecer também a colaboração do amigo Johnny. Embora não fizesse parte do grupo de professores e colegas pesquisadores vinculados ao meu programa de estudos, foi um grande parceiro desta pesquisa. Mais que colaborador, atuou como um “conselheiro acadêmico”, oferecendo dicas valiosas de alguém que tem uma enorme bagagem de conhecimento e experiência em nosso campo de pesquisa. Foi sem dúvida a pessoa que mais criticou, no bom sentido, a minha produção acadêmica por meio da disponibilidade de sempre em ler os textos e compartilhar sugestões. E esse apoio vem desde muito antes do mestrado. Na verdade, nesses quase 15 anos de convivência, aprendi com ele que existe beleza na arte de ser “chato”, especialmente em se tratando de conferir rigor à produção acadêmica. Carrego um pouco de sua “chatice” na bagagem que levo para a vida.

Foram muitas pessoas e instituições que colaboraram nesta caminhada. Certamente muitos foram omitidos. Mas quero agradecer de forma especial às comunidades quilombolas do Espírito Santo pela oportunidade de ter tido contato e acesso a essa história riquíssima. Por onde passei fui sempre bem acolhido. Levo pra vida o exemplo de perseverança mesmo diante de cenários desalentadores.

E por fim, agradeço à luz que nos fornece energia e constitui a nossa espiritualidade, àquela a qual sempre recorreremos nos momentos em que percebemos a nossa insignificância diante da dimensão desse mundo velho sem porteira. Prefiro não rotular, pois cada um de nós tem a sua própria maneira de se relacionar com o subjetivo e respeito todas as formas.

Num país como o Brasil, manter a
esperança viva é em si um ato
revolucionário.

Paulo Freire

RESUMO

Esta pesquisa, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, está inserida na Linha de Pesquisa Comunicação e Poder. Trata-se de estudo na área de Comunicação e Política com o intuito de analisar a participação do jornal *A Gazeta*, empresa pertencente ao maior grupo de comunicação do Espírito Santo, na dinâmica do poder social em torno da disputa por áreas quilombolas no interior do estado. Embora a titulação de territórios quilombolas seja um direito garantido aos remanescentes de quilombos desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, nenhuma área foi destinada neste estado até a conclusão desta pesquisa. Entretanto, somente o início dos processos visando à efetivação desse direito foi suficiente para gerar reação de grupos ideologicamente contrários, que passaram a ocupar e mobilizar instrumentos importantes de exercício de poder social, como o Estado e a imprensa, para garantir a preservação de seus interesses. E foi a essa reação que este trabalho direcionou o seu olhar, especialmente às notícias e reportagens publicadas por *A Gazeta* no ano de 2007 e entrevistas com representantes do grupo étnico abordado como contraponto ao discurso da mídia. Para a realização das análises desse *corpus* composto por 12 ocorrências apoiamonos, principalmente, no arcabouço teórico-metodológico do enquadramento noticioso (*framing analysis*). Para isso, por exemplo, observou-se os pressupostos de Stuart Hall em seus estudos culturais e análises da mídia e de Robert Entman e suas contribuições em relação ao paradigma *framing analysis*. A partir da análise dos referidos textos jornalísticos foi possível perceber que o espaço de visibilidade midiática construída em torno dessa temática privilegiou ideias e sujeitos contrários à titulação de territórios quilombolas, sobretudo por meio da produção e veiculação de enquadramentos do tipo economicistas, que atribuem à execução dessa política possíveis prejuízos sociais e financeiros e retratam de maneira discriminatória e racista a forma de vida dessas comunidades. Além disso, ao tempo que deu saliência aos enquadramentos favoráveis aos sujeitos integrantes do grupo hegemônico envolvido na disputa (latifundiários e multinacionais do agronegócio), o jornal também silenciou argumentos dos quilombolas fundamentais para a compreensão da importância da titulação, como aqueles relacionados aos aspectos culturais, à ancestralidade e à dinâmica de uso da terra como espaço de produção de identidades e subjetividades próprias das comunidades.

Palavras-chave: Titulação de Territórios Quilombolas. Imprensa. *A Gazeta* (jornal). Enquadramentos noticiosos.

ABSTRACT

This research, carried out within the scope of the Post-Graduate Program in Communication and Territorialities of the Federal University of Espírito Santo, is part of the Research and Communication Research Line. It is a study in the area of Communication and Politics with the purpose of analyzing the participation of the newspaper *A Gazeta*, a company belonging to the largest communication group of Espírito Santo, in the dynamics of social power around the dispute for quilombola areas in the interior of the state. Although the demarcation of quilombolas territories is a guaranteed right to quilombo remnants since the enactment of the Federal Constitution in 1988, no area was destined in this state until the conclusion of this research. However, only the beginning of the processes aimed at the realization of this right was sufficient to generate a reaction from ideologically opposed groups, who began to occupy and mobilize important instruments of exercise of social power, such as the State and the press, to guarantee the preservation of their interests. And it was to this reaction that this work directed his look, especially to the news and reports published by *A Gazeta* in the year of 2007 and interviews with representatives of the ethnic group approached as counterpoint to the discourse of the media. For the accomplishment of the analyzes of this corpus composed by 12 occurrences we are supported, mainly, in the theoretical-methodological framework of the framing analysis. For this, for example, we have observed the assumptions of Stuart Hall in his cultural studies and analyzes of the media and of Robert Entman and his contributions in relation to the framing analysis paradigm. From the analysis of these journalistic texts it was possible to perceive that the space of media visibility built around this theme privileged ideas and subjects contrary to the demarcation of quilombolas territories, mainly by means of the production and placement of economist-type frameworks that attribute to the execution of this policy possible social and financial damages and portray in a discriminatory and racist way the way of life of these communities. In addition, while highlighting the frameworks favorable to the members of the hegemonic group involved in the dispute (landowners and agribusiness multinationals), the newspaper also silenced the arguments of the quilombolas fundamental for understanding the importance of titling, such as those related to cultural aspects, the ancestry and the dynamics of land use as a space for the production of identities and subjectivities of the communities.

Key words: Demarcation Quilombola Territories. Press. *A Gazeta* (newspaper). News frames.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares no Espírito Santo	43
Figura 2 - Processos de titulação de territórios quilombolas abertos no Incra	44
Figura 3 - Etapas de regularização dos territórios quilombolas no Incra	45
Figura 4 - Proposta de sistematização conceitual de enquadramento	108
Figura 5 - Modelo <i>Cascading activation</i>	113
Figura 6 - Ocorrência de textos sobre a titulação de territórios no período 1988-2017	125
Figura 7 - Ausência do tema na pauta do jornal	127
Figura 8 - Chapéu, título e linha fina da notícia analisada	132
Figura 9 - Recorte da reportagem analisada	138
Figura 10 - Quilombolas x Fazendas	140
Figura 11 - Fontes ouvidas cujas fotos foram publicadas	141
Figura 12 - Recorte de notícia do jornal <i>A Gazeta</i>	144
Figura 13 - Box que caracteriza os quilombolas	147
Figura 14 - Comparativo das fotos publicadas no jornal em 5 de agosto de 2007	157
Figura 15 - Espaço ocupado pelas fontes nos textos publicados em 2007	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - *Corpus* selecionado para análise dos enquadramentos do jornal 130

Tabela 2 - Quadro geral dos enquadramentos identificados em *A Gazeta* 166

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO OBJETO	30
2.1	SOMOS RACISTAS?!	33
2.2	TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E O ESTADO	38
2.2.1	Os procedimentos para a titulação	42
2.3	A CONTROVÉRSIA DA(S) IDENTIDADE(S): OS SUJEITOS MÚLTIPLOS DO PROCESSO DE TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	46
2.3.1	Quem são os sujeitos aos quais se refere o Art. 68	50
2.4	TERRITÓRIOS EM DISPUTA: CONFLITOS ENTRE TERRITORIALIDADES DISTINTAS NO PROCESSO DE TITULAÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO MEIO RURAL CAPIXABA	58
2.4.1	Conceitos e pré-conceitos	60
2.4.2	Territórios e territorialidades imbricadas no processo de titulação de territórios quilombolas no Espírito Santo	64
3	O PODER DA COMUNICAÇÃO	72
3.1	AS INTERFACES ENTRE A ESFERA DA VISIBILIDADE MUDIÁTICA, A ESFERA PÚBLICA E O JORNALISMO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	79
3.2	IMPrensa E PODER	86
3.3	ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS: UM SEGUNDO NÍVEL DE EFEITO DA <i>AGENDA-SETTING?</i> !	100
3.3.1	Os quadros da realidade	104
3.4	A RELEVÂNCIA DO JORNAL <i>A GAZETA</i> NOS CENÁRIOS POLÍTICO E SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO	118
4	ANÁLISES EMPÍRICAS	124
4.1	A TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NAS PÁGINAS DE <i>A GAZETA</i> : QUASE 30 ANOS DE INVISIBILIDADE	124
4.2	COMO O JORNAL ENQUADROU A TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS EM 2007	129
4.2.1	Texto 1: “Decisão judicial: Áreas de quilombos são disputadas”	131

4.2.2	Texto 2: “Desapropriação: Produtores vão receber em dinheiro por terras”	135
4.2.3	Texto 3: “Proprietários lutam por terras em São Mateus”	138
4.2.4	Texto 4: “Agricultores do Norte querem revisão na área de quilombolas”	144
4.2.5	Texto 5: “São Mateus: Incra não vai demarcar centro”	148
4.2.6	Texto 6: “Mais ao Norte, ocupação por quilombolas”	149
4.2.7	Texto 7: “Produtores podem perder terras para quilombolas”	150
4.2.8	Texto 8: “Produtores rurais do Norte fecham a BR101”	155
4.2.9	Texto 9: “Terreno sob disputa: Acampamento quilombola é desmontado”	158
4.2.10	Texto 10: “Comunidades quilombolas: Audiência na Assembleia hoje”	159
4.2.11	Texto 11: “Norte: Produtores fazem carreta até Vitória”	160
4.2.12	Texto 12: “Agricultores protestam de São Mateus a Vitória”	161
4.2.13	Considerações gerais sobre os textos analisados	163
4.3	A TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS A PARTIR DA VISÃO DO PRÓPRIO GRUPO ÉTNICO	167
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
	REFERÊNCIAS	185
	APÊNDICES	196
	ANEXOS	201

1 INTRODUÇÃO

Além do controle por meio das forças física e econômica, também é fundamental aos processos de disputa de poder nos espaços sociais a conquista de corações e mentes. Os projetos “exitosos” de poder ao longo da história da humanidade contaram com a participação decisiva de estratégias cognitivas. Isso ocorre porque as classes que controlam as demais “[...] governam também através das ideias; deste modo, governam com a aprovação das classes subordinadas, e não principalmente através de sua manifesta coerção” (HALL *et al.*, 2016, p. 318).

A obra de Anderson (2008) descreve processos desse tipo, ao narrar de forma interessante como a conquista dos “espíritos”, com participação preponderante da imprensa, foi determinante para a formação, a consolidação e a permanência de grupos hegemônicos no controle dos Estados modernos.

Esse aspecto também pode ser encontrado em Marx e Engels (2009), que ressaltaram o papel decisivo do controle dos espíritos na dinâmica de poder social. Os autores sugerem que a conquista do poder passa pelo controle das forças material e espiritual. Para os autores, quem controla a atividade material também controla a produção de ideias, de representações e a consciência. O que significa que o controle social passa pelo processo cognitivo, pois o grupo hegemônico precisa fazer com que as suas ideias e ideais passem a ser aceitos como aqueles interessantes à maioria.

E esse aspecto serviu de motivação para que decidíssemos, entre tantas abordagens possíveis relacionadas à titulação de territórios quilombolas, investigar agentes e mecanismos importantes à cognição social que pudessem impactar essa ação do Estado brasileiro, especialmente por meio da atuação “da” e “na” esfera de visibilidade produzida pela imprensa.

Além disso, as escolhas do tema e do campo de pesquisa também foram impactadas por experiências pessoais, acadêmicas e profissionais. Isso porque de forma muito próxima, e desde muito cedo, acompanhei a trajetória de importantes movimentos sociais urbanos e rurais brasileiros, como o sindical, o estudantil.

A partir de experiência familiar (Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica [CEBs], sindicalismo, movimento estudantil e vida partidária) e posterior trajetória pessoal, tive contato com ações populares que congregavam uma multiplicidade de minorias pelas quais passei a me interessar. Mais recentemente, já no processo de construção da carreira profissional no campo da comunicação, primeiro no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e depois no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Neste último ao qual estou vinculado até o momento como servidor de carreira, pude conviver e conhecer mais de perto a realidade dos grupos étnicos e sociais, como comunidades indígenas, pescadores artesanais, movimentos de trabalhadores rurais sem terra, assentados da reforma agrária, agricultores familiares e comunidades quilombolas.

Tais experiências evidenciaram diversos questionamentos que passaram a estar presentes nas minhas pesquisas acadêmicas, que tiveram como foco os fenômenos relacionados a esses grupos minoritários. Nossa compreensão sobre o conceito de minoria, como em Sodré (2009, p. 11), está relacionada à possibilidade de esses sujeitos terem “[...] voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias de Poder [...]”.

Segundo o autor, esse conceito tem se consolidado a partir da crise contemporânea do espaço público, pois esses grupos, ao serem preteridos dos processos sociais, atuam para apresentar demandas próprias a partir da agência, principalmente, de sujeitos fora do sistema político oficial. Nesse sentido, o advento de tal perspectiva de minoria se configura mais como reação contra-hegemônica na contemporaneidade, conforme a seguir:

Trata-se, portanto, de uma tomada de posição contra-hegemônica. Se entendermos, à maneira de Lênin e Gramsci, hegemonia como dominação por consenso, a minoria aparece como conceito de um lugar onde se produz um fluxo de discursos e ações com o objetivo de transformar um determinado ordenamento fixado no nível de instituições e organizações (SODRÉ, 2009, p. 14).

Assim, no universo de temas que temos interesse em investigar, como **objeto de pesquisa** desta dissertação, especificamente, tratamos da *cobertura da imprensa sobre comunidades quilombolas no Espírito Santo*. Esta abordagem tornou-se ainda mais relevante como possibilidade de pesquisa ao percebermos,

por meio de leituras iniciais, que desde o período de escravização da população negra no Brasil, diferentes embates têm sido vivenciados também no Espírito Santo. Tais conflitos, presentes em diferentes esferas sociais e políticas, conforme descreve Ferreira (2010), deram-se, sobretudo, por meio do choque entre ideologias, verificado quando se observa as respectivas formas de relação com o território (territorialidades) que passaram a coexistir no país, conforme a seguir:

Seja durante a escravidão, seja em períodos posteriores, o conflito sempre permeou as relações sociais entre a população negra e os grupos dominantes ideologicamente brancos. O conflito constrói identidades e é retroalimentado por elas. Materializa-se no espaço apropriado e dominado por esses grupos sociais, colocando em evidência diferenciadas matrizes de racionalidade na relação que estabelecem entre si e com a natureza: territórios e práticas de territorialidade (p. 14).

E conflitos decorrentes desse choque, majoritariamente desfavoráveis às minorias envolvidas, vêm se prologando ao longo da história graças à contribuição decisiva do Estado brasileiro que, em termos de legislação que abarcasse direitos, demorou a reconhecer a presença de comunidades quilombolas neste país, mesmo passados mais de 100 anos da abolição formal da escravização. Somente depois de muita mobilização e embates experimentados pelo Movimento Negro e seus parceiros que surge o primeiro aceno por parte do poder público em 1988: o Art. 68¹ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da *Constituição Federal* (CF).

Contudo, a inserção desse artigo no texto constitucional e, posteriormente, a edição de outros instrumentos normativos por parte do Governo Federal se mostraram insuficientes à consolidação e efetivação desse direito a esse grupo étnico². Segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, órgão responsável pela execução dessa política pública prevista

¹ “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

² Compreendemos o conceito a partir da perspectiva de Barth (1976) e da aplicação da mesma em textos antropológicos consultados. Por essa visão, a definição étnica se dá por meio da observação das fronteiras sociais – que podem também implicar questões territoriais – delineadas pelos próprios integrantes do grupo (autoatribuição) para marcar uma distinção com o(s) outro(s).

na CF, das cerca de três mil comunidades quilombolas espalhadas pelo país apenas pouco mais de 150 obtiveram a titulação de suas áreas.

Todavia, a batalha na esfera estatal não é o único desafio experienciado por essa minoria. A disputa no campo discursivo também impõe uma série de obstáculos a essas comunidades, que na luta pela titulação do território vivenciam constantes conflitos no processo de ressignificação de sua própria existência sob diferentes óticas ao longo de muitos anos. Segundo Oliveira (2011):

Os quilombos no Brasil, em diferentes períodos da história, têm enfrentado embates visando obter autonomias, primeiro em relação aos regimes escravocratas e, depois, diante dos grandes empreendimentos econômicos que sucederam tais regimes. Na análise de situações sociais de conflitos e suas influências nos processos políticos de formação da consciência quilombola, se levássemos em conta os estudos sobre a existência dos primeiros quilombos, como foi o de Palmares (CARNEIRO, 1988; MOURA, 1987), estaríamos diante de uma situação na história brasileira, com mais de 300 anos de combates, resistências e negociações (p. 143).

E na composição desse cenário desafiador também no âmbito discursivo, o campo da comunicação desempenha um papel importante no desenrolar dos fatos. Isso porque, na contemporaneidade, a esfera pública³ é dominada ou pré-estruturada pelos meios de comunicação (GOMES; MAIA, 2008). E como é nesse universo que temas de interesse público são colocados em pauta e debatidos por agentes públicos e privados, contribuindo na formação da opinião pública e em parte ao tensionamento do Estado para o atendimento dos anseios populares, a forma de abordagem da mídia sobre as comunidades quilombolas torna-se relevante.

Torna-se ainda mais pertinente essa preocupação quando se considera as possibilidades de agência do jornalismo no âmbito da mídia a partir da sua posição privilegiada de mediação e interação entre atores sociais, interessando-nos, por esse motivo, saber como [e se] a imprensa interferiu nessa disputa por territórios com a produção da esfera de visibilidade, na qual a imagem dos atores sociais e os respectivos interesses são enquadrados e compartilhados ao público em geral (MAIA, 2008).

³ Espaço conceptual no âmbito social onde são produzidos debates que colaboram com a formação da opinião pública, de movimentos sociais e até de partidos políticos. Esse espaço, atualmente, tem sido influenciado de forma decisiva pela mídia (McQUAIL, 2003).

Nesse sentido, esta pesquisa busca investigar, especificamente, como a titulação *de territórios quilombolas foi abordado pelo jornal A Gazeta*, tendo como ferramental teórico-metodológico o *enquadramento jornalístico (frame analysis)*. Buscamos também, por meio desse processo, identificar as imbricações entre os territórios e territorialidades midiáticas e aquelas próprias do conflito abordado na pesquisa.

À realização de tal investigação, além de pesquisa de cunho teórico, analisamos material jornalístico sobre titulação de comunidades quilombolas veiculado no ano de 2007 em *A Gazeta*, um dos jornais impressos de maior tiragem do Espírito Santo e de maior legitimidade perante a elite capixaba (MARTINUZZO, 2005), e contrastamos o resultado desse processo com o conteúdo obtido a partir de entrevistas que realizamos com lideranças de comunidades quilombolas capixabas.

Ao se empregar nessas análises os pressupostos do paradigma do enquadramento jornalístico, especialmente por meio do emprego do modelo proposto em Entman (1991; 1993; 2010) e da compreensão sobre o processo de análise de mídia em Hall (2003; 2016), problematizamos a seguinte questão norteadora (ou Problema de pesquisa): *como os enquadramentos produzidos pelo jornal podem construir uma narrativa tendenciosa a interesses específicos na cobertura sobre titulação de territórios quilombolas?*

Na esteira do aprofundamento desse problema de pesquisa, testamos as seguintes hipóteses: *os textos produzidos pelo jornal, ao contrário do que enuncia em sua página institucional⁴, não se mostram objetivos e imparciais; os enquadramentos construídos por A Gazeta privilegiam a visão hegemônica sobre a questão (capitalista e racista); e os quilombolas ocupam espaços desfavoráveis em relação aos demais atores nos textos produzidos por esse veículo de comunicação.*

Com base no problema de pesquisa e nas hipóteses que foram construídas e a partir de observações empíricas iniciais sobre o objeto, este estudo justifica-se à medida que há a possibilidade do meio de comunicação em questão atuar ou se posicionar favoravelmente a um dos lados na disputa pelos territórios. Ao

⁴ A empresa assim enuncia no tópico *Missão, Valores e Propósito Estratégico*: “Produto editorial ético e de qualidade, que deverá ser: Isento; Múltiplo; Independente; Com clara diferenciação entre os materiais jornalísticos e os comerciais” (Portal A GAZETA).

enquadrar, por exemplo, o tema da titulação de territórios quilombolas como uma ameaça à propriedade privada ao invés de um direito constitucional dos remanescentes de quilombos, a imprensa pode incutir na sociedade um entendimento negativo dessa ação (política pública) de Estado, prejudicando as comunidades no acesso a esse benefício previsto em Lei.

A abordagem que propusemos coaduna com aquilo que vem sendo destacado em distintas áreas do conhecimento: a necessidade de se estudar a forma como a mídia aborda as questões relacionadas às minorias, pois estudos têm comprovado que prevalecem conteúdos negativos sobre as minorias na grande mídia. É isso que ressalta, por exemplo, van Dijk (2015; 2008; 2000; 1994). Para o linguista, as construções discursivas presentes na imprensa não favorecem os grupos minoritários, pois há o predomínio do discurso hegemônico.

Outro ponto importante que deve ser considerado nesse debate sobre os produtos do universo midiático é que o campo do jornalismo, especialmente, apresenta condições muito particulares para promover e solidificar determinadas visões de mundo e para interferir na formação da opinião pública e ressignificar o sentido de palavras no âmbito do imaginário social. E como esse campo tem priorizado as perspectivas do capitalismo de mercado – como o consumismo, o individualismo e a competição, em detrimento das culturas e saberes tradicionais (MORAES, 2013) –, justifica-se a partir dessa constatação a realização de estudos que se ocupem da temática aqui sugerida.

Martins (2016) corrobora essa perspectiva negativa sobre o embate enfrentado pelas minorias nos espaços de visibilidade midiática. O discurso da grande imprensa, na opinião desse autor, também segue a tendência de excluir ou minimizar a visibilidade dos grupos étnicos como os quilombolas, que são objeto de interesse desta pesquisa, na medida em que

[...] não prioriza questões de interesse dessas minorias ou vincula-os sistematicamente à falta de instrução, à pobreza, à violência, à perturbação da ordem etc. Sendo a mídia em geral e a imprensa em particular uma arena de luta política de primeira grandeza, as minorias estão em desvantagem no processo de participação política (p. 30).

No caso de grupos como os quilombolas, a desigualdade no acesso a bens materiais também se repete na desigualdade de acesso a bens simbólicos. A

ocupação de espaços desfavoráveis na esfera de visibilidade midiática, por exemplo, um dos aspectos que nos interessa nesta pesquisa, pode colaborar para que a sociedade reproduza posicionamentos contrários a direitos como, por exemplo, a titulação de territórios quilombolas, pois, a compreensão que a opinião pública tem desse grupo e das políticas a ele direcionadas é formulada

[...] mais ou menos explicitamente, em inúmeras conversações, histórias, reportagens de jornais, livros didáticos e discurso político. É também sobre essa base que as pessoas formam suas próprias opiniões e atitudes, e, a menos que haja boas razões para desviar do consenso do grupo, a maior parte dos membros reproduzirá o status quo étnico e adquirirá ideologias dominantes que os legitime (VAN DIJK, 2008, p. 73).

Outro aspecto que justifica a realização do presente projeto, bem como serviu de elemento mobilizador para a proposição do mesmo, é a constatação empírica, por meio da observação de matérias publicadas nos veículos de maior audiência do estado, da presença de forte reação por parte de grupos contrários aos processos de identificação e delimitação desses territórios quilombolas.

Os conflitos, por sua vez, têm marcado a relação da cobertura jornalística com a pauta das minorias, especialmente em um contexto em que a imprensa, em uma sociedade fragmentada e marcada pela tensão entre o local e o global (SANTOS, 2015), desempenha papel importante na mediação e conexão social.

E a academia tem produzido estudos que se dedicam a entender alguns desses conflitos. Entretanto, não foi possível identificar na base de dados disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pesquisas elaboradas por pós-graduandos que analisassem, especificamente, a cobertura sobre os territórios quilombolas no Brasil. Por exemplo, algumas pesquisas ocuparam-se da representação do negro na mídia ou da análise do discurso da cobertura jornalística quando da implantação de cotas em universidades. Entretanto, uma abordagem específica da cobertura midiática sobre o reconhecimento dos territórios quilombolas parece-nos muito rarefeita ou quase inexistente – talvez pela aridez da polêmica que encerra ou pela defesa dos interesses e argumentos que os dois lados antagonizam.

Por força do Decreto n. 4.887/2003 o Incra é a autarquia competente na esfera federal pela titulação dos territórios quilombolas. E o contato com o tema proporcionado pela atuação profissional deste pesquisador como servidor da

carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário do quadro efetivo desse órgão também motivou a produção deste estudo. As especificidades da abordagem desse assunto em diferentes espaços e suportes – não só os midiáticos, mas também em outros em âmbito geral – motivaram a consecução deste projeto de pesquisa com o objetivo de encontrar, por meio de pesquisa científica, respostas a algumas questões que se mostravam em aberto a este pesquisador.

Para efeito de objetivos, esta pesquisa busca identificar como a titulação de territórios quilombolas foi enquadrada pelo jornal *A Gazeta* do Espírito Santo. Além de investigar os enquadramentos produzidos pelo jornal sobre o tema no ano de 2007, esta dissertação também buscou cumprir os seguintes objetivos específicos: a) identificar os enquadramentos sobre a questão a partir da percepção das comunidades quilombolas e compará-los com os enquadramentos presentes nos textos publicados pelo jornal; b) observar o agendamento do tema ao longo do período de 1988 (ano de promulgação da Constituição Federal) a 2017 (ano em que foi realizado o levantamento dos dados); c) analisar a forma como o jornal selecionou e concedeu espaço às fontes ouvidas sobre a questão; d) compreender, por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental, o contexto sócio-histórico do objeto de pesquisa, descrevendo o processo de formação das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil e no Espírito Santo e os aspectos étnicos e sociais inerentes ao direito ao território previsto na Constituição Federal de 1988; e e) investigar, a partir da revisão de literatura, o poder da imprensa e a sua intersecção com a formação da opinião pública por meio da produção da esfera de visibilidade midiática e da interferência na esfera pública.

O jornal *A Gazeta* foi o periódico impresso escolhido por registrar uma presença importante no contexto sócio, econômico e político do Espírito Santo, sobretudo por sua relevância e interferência, conforme relatado em diversas pesquisas consultadas – como em Zorzal (1986), Coutinho (2002), Martinuzzo (2005), Guerra (2018), entre outros – em diferentes espaços de debate e deliberação capixabas.

No período pesquisado (1988-2017), foram registradas 42 ocorrências de conteúdos publicados pelo jornal que abordaram, direta ou indiretamente, a titulação de territórios quilombolas. A partir do *corpora* analisamos a forma como o

tema foi agendado ao longo dos anos pelo jornal, consolidando os dados obtidos. Partindo dessa compilação, considerando que quase 50% do conteúdo fora publicado em 2007 e seguindo recomendação da banca de qualificação, selecionamos para fins de análise de enquadramento somente aqueles publicados nesse ano pertencentes a gêneros jornalísticos noticiosos.

Para atingir os objetivos propostos, realizamos um percurso teórico-metodológico que compreendeu revisão bibliográfica, análise documental, análise de conteúdo e entrevistas. Enquanto procedimento metodológico e estrutura da dissertação a pesquisa observou algumas premissas, ora elencadas.

“Deixa o objeto falar!”. Essa frase proferida por diferentes professores, inicialmente não compreendida na sua essência e aplicabilidade, ao longo do percurso de pesquisa e estudos no âmbito dos cursos (disciplinas) que frequentei para cumprir os créditos do mestrado (Comunicação, Poder e Esfera Pública; Metodologia de Pesquisa em Comunicação; Questões Teóricas em Comunicação; Comunicação, Cotidiano e Sociabilidades; Comunicação e Territorialidades; Comunicação e Linguagem; e Cibercultura e Sociedade em Rede) se tornou um mantra, passando a fazer “todo sentido”.

Isso desde o momento em que pude, ainda no início dessa trajetória, garimpar e obter boa parte do *corpus* da pesquisa. Essa conquista permitiu a experimentação de diferentes perspectivas teórico-metodológicas por meio da produção de artigos com análises empíricas, as quais proporcionaram uma visão mais próxima do objeto. Nesse processo, foi possível observar os dados sob a ótica da *Análise Crítica do Discurso (ACD)*, da *Semiótica Greimasiana* e de paradigmas da Teoria da Comunicação que tratam da questão da produção de notícias e dos efeitos da mídia, como *newsmaking*, *agenda-setting* e *framing*.

Na realização da pesquisa optamos pelo emprego de métodos distintos, os quais foram organizados em três etapas. Quais sejam: a discussão sóciohistórica sobre o objeto de estudo e o campo científico original desta pesquisa; a análise empírica do conteúdo do jornal e das entrevistas realizadas com atores sociais que representaram as comunidades; e a comparação a partir do contraste entre os enquadramentos identificados nas duas fontes de dados empíricos que compuseram nosso *corpus* (conteúdo do jornal e das entrevistas).

À realização dessa primeira fase que cumpre a missão de contextualizar o objeto em estudo, empregamos a pesquisa bibliográfica para selecionar as obras e apreender a visão dos autores de referência sobre as categorias constitutivas do objeto desta pesquisa que sustentam as análises realizadas. E conforme descreve Stumpf (2005), esse método está presente em todos os estudos acadêmicos, sendo fundamental à consecução dos objetivos pretendidos:

Pesquisa Bibliográfica, num sentido amplo, é o planejamento inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias ideias e opiniões. Num sentido restrito, é o conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à devida anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico. Por vezes, trata-se da única técnica utilizada na elaboração de um trabalho acadêmico, como na apresentação de um trabalho de final de disciplina, mas pode também ser a etapa fundamental e primeira de uma pesquisa que utiliza dados empíricos, quando seu produto recebe a denominação de Referencial Teórico, Revisão de Literatura ou similar (p. 51).

A partir dessa metodologia, elaboramos o Capítulo 2 da dissertação, denominado *Elementos Constitutivos do Objeto*, cujo tema central é as disputas pelos territórios quilombolas e suas respectivas implicações.

Realizamos no trecho inicial dessa seção a contextualização do tema e, na sequência, apresentamos um tópico sobre as diferentes formas de compreensão do território e das territorialidades que perpassam o objeto investigado, tendo como base principal autores da Geografia como Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2004; 2009) e Milton Santos (2005; 2015). Os dois últimos ajudaram-nos na percepção do aspecto pluriconceitual e multidisciplinar da definição de território e, de forma especial, da forma como o capitalismo se apropria dos territórios e privilegia uma visão economicista que deixa em segundo plano os interesses de grupos minoritários e tradicionais, assunto que muito nos interessa pesquisar.

Como os sujeitos envolvidos na questão representam maneiras distintas de se relacionar com o território, conflitos entre territorialidades distintas figuram no

âmbito desses espaços geográficos. Para entender esses sujeitos, o Capítulo 2 também apresenta uma discussão específica sobre aspectos étnicos, culturais e identitários dos sujeitos para os quais a política pública em debate é direcionada.

Sobre essas questões, especialmente observando os efeitos da crise da Pós-modernidade e as consequentes quebras de paradigmas conceituais, passamos por categorias teóricas importantes e ao mesmo tempo controversas abordadas por autores das Ciências Sociais, como Bauman (2005), Giddens (2002), Hall (2011) e, especificamente, obras do campo da Antropologia que tem como base as atualizações conceituais em Barth (1976).

Coube aos pesquisadores brasileiros que se dedicaram especialmente aos estudos sobre as comunidades quilombolas, como O'Dwyer (2002), Almeida (2002) e Arruti (1997), Oliveira (2005; 2011; 2016) e Silva (2012) nos auxiliar na compreensão do novo olhar sobre esse grupo na atualidade, que passa a ser visto como uma nova etnia, dotada de especificidades, entre as quais, a autoidentificação como princípio norteador à compreensão dessa dinâmica social.

Sendo os quilombolas um grupo étnico-racial com historicidade diretamente relacionada ao período da escravização de povos africanos no Brasil e aos respectivos desdobramentos sociais e raciais desse processo, também realizamos no Capítulo 2 uma discussão sobre um tema que perpassa o ambiente socioeconômico a partir do qual essas comunidades se desenvolveram: o racismo. Trazemos essa questão aos estudos sobre comunidades quilombolas fazendo uso do debate sobre o mito da democracia racial em Florestan Fernandes (1989; 2015) e sobre o racismo estrutural em Kabegle Munanga (2005).

Além disso, o Capítulo 2 apresenta também informações sobre o papel do Estado na realização dessa política pública e sobre os dados oficiais relacionados à mesma.

No âmbito, ainda, da discussão sócio-histórica realizada nesta dissertação, e por meio também de pesquisa bibliográfica, o Capítulo 3 foi elaborado com o intuito de perpassar, efetivamente, o campo nativo de estudos desta pesquisa: a Comunicação Social e seu poder.

Para entender tanto a interação da esfera de visibilidade em suas distintas esferas de deliberação, entre as quais a esfera pública, quanto o impacto que os

enquadramentos produzidos pelo jornal podem ter na opinião pública, debatemos nessa seção – a partir de autores do campo da Comunicação e Política, como Gomes e Maia (2008), Avritzer (2014) e Lima, Guimarães e Amorim (2014) em diálogo com Habermas (1997) – as imbricações entre a comunicação e a conformação social.

E na busca da compreensão sobre o papel da imprensa na dinâmica do poder social, nesse espaço resgatamos o debate sobre o poder da comunicação (título do capítulo) e abordamos o paradigma de pesquisa que empregamos nas análises do conteúdo da mídia, o enquadramento, tendo como referência as obras de Entman e de Hall. As proposições deste último, de forma especial, permitiram-nos observar os fenômenos considerando as visões material e cultural.

Outra etapa importante desta pesquisa foi condensada no Capítulo 4, no qual apresentamos o tratamento, a análise e a interpretação dos dados selecionados. Interessante ressaltar que foi após a escolha do *framing analysis* como paradigma analítico principal da pesquisa que optamos pela análise de conteúdo como opção “mais apropriada” na verificação dos enquadramentos, sobretudo por oferecer condições de sistematização e categorização dos dados extraídos do *corpus* de pesquisa.

Assim, aplicamos esse método principal na observação do *corpus* de análise dos dados coletados a partir das matérias veiculadas pelo jornal e das entrevistas realizadas. Conforme Minayo (1999, p. 303), esse procedimento metodológico “[...] diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e específicos. Em comum, as definições ressaltam o processo de inferência”.

McQuail (2003) apresenta a evolução das pesquisas que se ocupam do conteúdo da mídia e afirma que, embora ainda exista divergência sobre a produção de notícia e os efeitos dessas no consumidor, é possível sistematizar os principais objetivos no processo de análise de conteúdo midiático. Quais sejam: descrever e comparar a produção midiática; comparar os meios de comunicação com a realidade social; observar o conteúdo da mídia como reflexo dos valores e crenças sociais e culturais; identificar funções e efeitos dos meios de comunicação; avaliar o desempenho dos veículos; avaliar tendências

organizacionais; analisar as audiências; e investigar questões de gêneros midiáticos, análise textual e do discurso, análise da narrativa e de outros formatos.

Aqui nos ocupamos de algumas dessas possibilidades elencadas por esse autor, pois analisamos o desempenho de um veículo (crítica de mídia) por meio da análise de textos ao tempo que relacionamos, com base na bibliografia selecionada, a relação entre o conteúdo veiculado e as ideologias em circulação na sociedade.

Ao direcionar nosso olhar ao conteúdo produzido, ocupamo-nos, especialmente do polo da emissão, posicionando esta pesquisa no que Santaella (2001) denomina de territórios da mensagem e dos códigos e de territórios dos meios e modos de produção das mensagens. Ao utilizarmos o modelo de enquadramento, como descreveremos mais detalhadamente no Capítulo 3, optamos por priorizar a observação do *enquadramento da mídia* e não do enquadramento da audiência (a recepção) como forma de deixar claro e coerente a metodologia empregada neste trabalho.

Como a análise de conteúdo permite um viés quantitativo (MINAYO, 1999), todo o *corpus* foi sistematizado, considerando cada matéria analisada a partir de alguns aspectos que nortearão a classificação dos dados, tais como: temáticas abordadas, recorrências semânticas, ausências, categorias lexicais, tratamento das fontes, entre outros que por ventura emergiram no processo de análise.

Contudo, embora a análise de conteúdo guarde uma herança positivista e receba algumas críticas como o problema da hegemonia dos números, contemporaneamente, a mesma está configurada como um método dinâmico e híbrido, oscilando entre a importância dada aos vieses quantitativo e qualitativo (FONSECA JÚNIOR, 2005). E por esse motivo, bem como pela influência de nossa trajetória de pesquisa no campo da linguística, nossas análises são marcadas por essa hibridez quando o conteúdo apresentar aspectos além das evidências quantitativas.

A garimpagem e a seleção do nosso *corpus* foram basicamente realizadas em três etapas. Na primeira, cumprida ainda no começo do curso, levantamos todas as ocorrências sobre titulação de territórios quilombolas desde o período em que as comunidades passaram a desfrutar desse direito. Esses dados

empíricos (conteúdo do jornal *A Gazeta*) foram obtidos por meio da aplicação de critérios seletivos temporais e temáticos, optando-se pelo período compreendido entre 5 de outubro de 1988 (data da promulgação da CF que reconheceu o direito ao território às comunidades quilombolas) e 6 de julho de 2017 (data do último acesso do pesquisador ao banco de dados).

O levantamento dos dados foi realizado entre os meses de maio e julho de 2017 por meio do uso do *software The Shell*, sistema de busca que gerencia todo o banco de dados digitalizados⁵ (conteúdos) do grupo de comunicação ao qual o jornal é vinculado.

Efetivou-se a busca eletrônica dos textos por meio do uso das seguintes palavras-chave e suas respectivas variações de gênero e número: “quilombo”, “quilombola”, “remanescente”, “escravo”, “escravizado”, “preto” e “negro”. De posse de todo o material levantado foram selecionadas as publicações que abordaram o tema da titulação de territórios quilombolas. A partir dessa filtragem foram registradas 42 ocorrências, conjunto a partir do qual analisamos o agendamento do tema ao longo desse período. À análise dos enquadramentos produzidos pelo jornal selecionamos somente as ocorrências do gênero jornalístico noticioso que foram publicadas em 2007, pois tal ano respondeu por quase 50% do conteúdo publicado ao longo dos 30 anos que delimitam o estudo.

Amparados na proposta de Entman (1991), os enquadramentos foram identificados por meio da observação de diferentes elementos, como símbolos, imagens, conceitos, metáforas, palavras centrais, entre outras, que selecionadas, destacadas e reiteradas sugerem um caminho interpretativo ao leitor do tema abordado pelo jornal.

A possibilidade de realizar um levantamento de campo, como nossa grande área de pesquisa sugere (Ciências Sociais Aplicadas) esteve presente desde a elaboração inicial do projeto. E o caminho para realizar essa pretensão foi demarcado pelo paradigma de análise que escolhemos, pois os autores pesquisados/observados (referenciais teóricos) recomendam que movimentos

⁵ O acervo do jornal *A Gazeta* nesse banco de dados disponibilizava, até o momento em que a busca foi realizada, todos os textos publicados pelo impresso entre o ano de 1985 até as edições atuais, que passaram a ser inseridas diariamente no sistema. Para ter acesso aos dados, os pesquisadores precisam pagar pelo tempo de uso e pelas edições selecionadas (salvas em pdf ou impressas).

sociais e minorias envolvidas nas coberturas analisadas também devem ser escutados, tendo em vista que suas versões do tema abordado geralmente são ignoradas, minimizadas e/ou distorcidas pela grande mídia.

Por esse motivo, decidimos ouvir as comunidades quilombolas. Inicialmente, pretendíamos realizar um grupo focal e ouvir em conjunto os membros da Coordenação das Comunidades Quilombolas do Estado do Espírito Santo 'Zacimba Gaba' (Conaq/ES), que representam regionalmente esse grupo. Contudo, a realização dessa modalidade de entrevista demonstrou-se inviável em virtude de questões de logística para deslocamento e reunião dos participantes em um mesmo local.

E foi durante o levantamento prévio de informações durante os contatos que tivemos com representantes desse grupo que descobrimos que o mesmo havia sido criado somente no final do ano 2007. Portanto, até então não havia mobilização integrada regionalmente que representasse esse grupo. E a análise inicial dos textos selecionados também nos indicou uma mudança na estratégia de seleção dos entrevistados, pois o jornal focou a sua cobertura somente nos processos de titulação de comunidades localizadas no Norte capixaba, especificamente nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra.

Assim, como o jornal ouviu basicamente duas lideranças em 2007 e sendo esses sujeitos legitimados pelas comunidades para representar a opinião do grupo, decidimos entrevistá-los visando a apurar as visões dos mesmos que pudessem ter sido preteridas dos textos publicados à época. O método empregado foi o da entrevista aberta e de profundidade, que de acordo com Jorge Duarte (2005) representa uma

[...] técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informante para analisá-las de forma estruturada. Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não-quantificação ou representação estatística (p. 62).

Decidimos realizar entrevistas do tipo aberta, que permite encontrar respostas aos questionamentos iniciais e oferece condições de apreender elementos importantes que possam por ventura surgirem no processo de diálogo

com os atores sociais. A esse fim, elaboramos um roteiro básico de entrevista (vide APÊNDICE A) que orientou o diálogo com os sujeitos da pesquisa.

A partir do material coletado nas entrevistas, produzimos um tópico especial no Capítulo 4 de modo a apresentar a forma como essas lideranças percebem o processo de titulação de territórios quilombolas. E cumprida a análise do *corpus* de pesquisa, como percurso final dessa seção, contrastamos as perspectivas identificadas, os enquadramentos produzidos pelo jornal e pelos quilombolas, para verificar como se deu a cobertura jornalística da titulação de comunidades quilombolas no Espírito Santo, e como a mídia influencia o processo como um todo.

2 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO OBJETO

Como proposta principal de desenvolvimento desta seção, a fim de contextualizar o objeto desta pesquisa, recorreremos à origem dos fenômenos sociais e históricos que possibilitaram a existência de comunidades quilombolas no Brasil. A opção por essa trajetória dissertativa não significa que adotamos uma visão determinista dos fenômenos analisados na atualidade, mas para o processo de cognição social a forma como fenômenos sociais foram significados ao longo do tempo apoia a compreensão dos enquadramentos produzidos na atualidade.

O processo de escravização não surgiu no Século XV, bem como não foi inventado pelos portugueses. Civilizações muito antigas deixaram registradas na história o emprego dessa prática nefasta. Contudo, algo diferencia os modelos antigos daquele perpetrado entre os Séculos XIV e XX pelos europeus: a escala e os fins (BRAICK; MOTA, 2007).

Grosso modo podemos relacionar a constituição do objeto desta pesquisa com o que podemos chamar de embrião da globalização: as práticas mercantilistas. Foi a busca ilimitada por riquezas, que conectou socioeconomicamente uma diversidade de civilizações até então dispersas, uma das responsáveis por promover um processo sem precedentes de violência, exploração e escravização de povos do continente Africano.

Nações recém-constituídas em busca de riquezas e na disputa pela hegemonia econômica elegeram a mão de obra escrava como a solução capaz de atender às necessidades da colonização. Portugal, especificamente, usou os escravizados nos diferentes ciclos econômicos vivenciados no Brasil, como o da cana-de-açúcar, do algodão, do café, das pedras preciosas etc. Além disso, com o aumento da demanda para dar conta da dimensão que a então colônia portuguesa alcançara, a escravização em si passou também a ser uma forma de acumulação de riquezas.

O Brasil destacou-se como local onde a prática escravagista foi intensa, tendo sido em todo o continente americano aquele que mais recebera escravizados. É possível fazer ideia da dimensão dessa prática – ressaltando-se a imprecisão dos números devido à precariedade dos registros, bem como a clandestinidade característica à época, além do meu constrangimento pessoal em

tratar quantitativamente como mercadoria essa diversidade humana – segundo descreve Lobão (2014):

A escravidão no Brasil começou assim, com algumas poucas dezenas, logo este infame comércio cresceu: se no primeiro século de colonização foram trazidos cerca de 50 mil escravos, no século seguinte foram mais de dez vezes este número. E se esses números já eram imensos, correspondentes à população de um pequeno país, no século XVIII eles mais que triplicaram: foram trazidos quase 1,7 milhão [...] (p.10).

Diferente do que se observa nas manifestações do senso comum, elaboradas a partir daquilo que fora produzido pela historiografia hegemônica, segundo o autor, os povos negros que vieram para o Brasil, escravizados ou não, guardavam diferenças sociais, culturais, religiosas e até fenotípicas, sendo originários de diferentes regiões e etnias. A distribuição dessa população nas diferentes regiões do Brasil obedeceu à dinâmica econômica de cada período e a própria dinâmica do comércio dos escravizados, que alternava a região de origem dos povos forçados a deixarem seu território. Essas variações, somadas à própria dinâmica da escravização e da pós-abolição, contribuíram para materializar as diferenças existentes entre as comunidades remanescentes.

Esse problema de distorção histórica em muitos registros perpassa diferentes perspectivas na relação do país com os negros. Além do mito da origem única, perdurou também a imagem passiva dessa população. Ao contrário, desde a chegada dos primeiros escravizados já havia o registro das lutas pela liberdade e pela preservação da sua identidade. Muitos dos escravizados, inicialmente por meio da luta, conseguiram se libertar e passaram a se agrupar em espaços próprios, criando novas formas de organização política e social. Tal processo deu origem aos quilombos, também chamados de mocambos, terras de preto, entre outras denominações.

Outra questão importante a ser desmistificada é a origem das terras que foram (ou são) ocupadas pelos quilombos no Brasil. Embora os primeiros quilombos tenham se formado em locais distantes e por escravizados que conseguiram fugir, existiram outras formas/motivações que promoveram a ocupação de territórios pelos negros no Brasil: áreas compradas ou doadas por fazendeiros falidos com o fim de alguns ciclos econômicos; terrenos adquiridos com o trabalho na própria fazenda; heranças deixadas pelos antigos senhores;

escravizados que receberam áreas em virtude da participação em guerras e conflitos, servindo ao Estado; terras recebidas em virtude de trabalhos religiosos, como a construção de igrejas; e até mesmo aqueles grupos que foram abrigados em fazendas abolicionistas (ALMEIDA, 2002).

Contudo, embora haja essa diversidade em termos de formação/origem, o sentido de “quilombo” como uma organização para a resistência social permanecia comum a todos os territórios. Conforme Moura (2001):

O quilombo podia se formar de diversas maneiras, mas após formado, o comportamento dos seus membros era o mesmo: organizar-se para a resistência social. Mesmo quando mudava de local, ao ser descoberto, o quilombo carregava consigo a sua irredutibilidade social que era o trabalho livre no próprio centro da sociedade escravista. As diversas formas que adquiriu durante o tempo da sua existência aconteciam para melhor desempenhar o seu papel de negação. Assim, as diversas estruturas internas que ele montou, nos diferentes sítios em que se instalou, ou nas diversas épocas em que existiu, perseguiram o mesmo objetivo (p. 107).

No Espírito Santo, a exemplo do que ocorreu em diversas partes da América onde houve escravização, os escravizados reagiram a essa condição e promoveram movimentos políticos em busca da autonomia. Conforme Oliveira (2011, p. 142), o resultado desse processo foi o surgimento de “[...] diversos agrupamentos [...] que vêm retomando e transmitindo memórias, saberes e referências culturais, para demarcar modos de vida comunitários em seus territórios”.

Essa trajetória de resistência é marcada por conflitos de diferentes naturezas (cultural, territorial, religiosa etc.). Contudo, esses embates guardam um aspecto em comum: o viés racial. E mesmo que o conflito fundiário, foco de interesse desta pesquisa, possa parecer um fenômeno provocado por questões de ordem material baseadas na ideologia capitalista, entendemos que ele também é atravessado pelo elemento étnico-racial, pois as comunidades quilombolas têm na ancestralidade negra um de seus símbolos demarcadores de diferenças e delimitação da fronteira étnica (OLIVEIRA, 2005), inserindo em todas as questões a elas relacionadas os efeitos do racismo estrutural no Brasil.

Assim, para compreender em que medida essa questão pode aparecer no processo de análise dos enquadramentos produzidos pelo jornal *A Gazeta*,

abordaremos no tópico a seguir uma discussão sobre o surgimento e a reprodução do racismo no país.

2.1 SOMOS RACISTAS?!

Embora o nível de consciência de que o racismo é um mal à sociedade e de que deve ser combatido tenha aumentado na última década no Brasil, o preconceito racial ainda persiste na atualidade. Para Kabengele Munanga (2005, p. 49): “O racismo é uma prática diária e difundida. Ele é onipresente e forte”.

São múltiplas formas de racismo em nossa sociedade e diversos estratos sociais padecem desse mal. Os efeitos negativos dessa prática nefasta costumam ser aprofundados quando estão envolvidos grupos como as comunidades remanescentes de quilombos, minorias étnico-raciais cuja história está imbricada à escravização e ao racismo até hoje sofrido pela população negra no Brasil.

É o que demonstra alguns estudos sobre esses grupos. Oliveira (2005, p. 319), por exemplo, ressalta que no processo de disputas pelos territórios quilombolas, ancorados em suas respectivas mentalidades racistas, os fazendeiros procuram legitimar a crença de “[...] que negros descendentes de escravizados não sejam tão merecedores e capazes de terem acesso ao direito à terra e administrarem seus próprios territórios”.

Entendemos o racismo, a exemplo de van Dijk (2015a), como um sistema de dominação e de desigualdade social que deve ser desafiado e combatido, pois essa prática serve como justificativa a uma série de injustiças, entre as quais a negação dos territórios às comunidades quilombolas. Interessante ressaltar que as formas de racismo socialmente compartilhadas no âmbito da sociedade são produzidas e reproduzidas “[...] de forma conjunta e colaborativa, pelo(s) (coletivo dos) membros da sociedade por meio de discursos institucionais do campo da política, das mídias, da educação, do ensino e dos negócios” (p. 32). Ou seja, trata-se de uma construção social.

E como a questão ora abordada enseja debates ainda baseados em pontos de vista antagônicos, torna-se importante delimitar o conceito de racismo para esta pesquisa, o qual coaduna com a definição estabelecida no documento oficial

da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU/1966) sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Para essa entidade, racismo significa

[...] qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública (ONU, 1966).

Van Dijk (2016a) explica que o racismo, como uma forma de dominação social, pode ser descrito a partir de duas dimensões principais, quais sejam: “[...] representações socialmente compartilhadas (atitudes preconceituosas) [...]” (p. 18) e “[...] práticas sociais específicas de tratamento ilegal (discriminação) [...]” (mesma página). Destaca-se o papel desempenhado pela primeira dimensão na reprodução de estereótipos por meio de discursos racistas.

Peculiarmente marcado por relações desiguais do ponto de vista étnico e racial, somente na história recente o Estado brasileiro promoveu alguns avanços em políticas destinadas à promoção da igualdade racial, chegando a criar, em 2003, uma secretaria com *status* de ministério para coordenar ações nesse sentido no âmbito federal. Em função disso e da intensificação do debate sobre o tema no espaço público, pode haver a falsa sensação de que esse problema foi ou está sendo superado por aqui. Porém, ainda prevalecem muitas formas de racismo no país, especialmente aquele tipo que não é percebido como tal por boa parte da sociedade: o preconceito dissimulado.

A crença sobre a não existência de racismo no Brasil é reforçada até os dias de hoje por discursos produzidos em diferentes contextos. Não faltam exemplos relevantes, como o caso do diretor da maior e mais influente rede de comunicação do Brasil que lançou um livro com o título “Não somos racistas”, ou o caso de políticos em campanha que insistem em negar práticas discriminatórias em nosso País.

Além de resistir, o racismo tem sido negado e considerado uma acusação absurda. Segundo van Dijk (2008), isso ocorre devido ao processo de naturalização da questão promovido no seio da própria sociedade:

As desigualdades na interação diária com os indígenas e com as pessoas negras em sociedades tradicionais, em que todos os grupos tinham seu lugar e papéis próprios, pareceram tão “naturais” que a ideia de dominação racista foi geralmente vista – e, muitas vezes, ainda o é – como uma acusação absurda (p. 13).

A naturalização do racismo no Brasil pode ser relacionada de forma especial à criação do mito da “democracia racial”, sobretudo em função desse ponto de vista equivocado ter sido aceito e disseminado ao longo do tempo por atores que ocupavam posições relevantes na sociedade brasileira – a elite simbólica⁶. Florestan Fernandes (2015) destaca, especialmente, o papel desempenhado por importantes escritores brasileiros que influenciaram uma geração inteira e contribuíram para a consolidação desse mito.

Fernandes (1989) explica que os mitos são criados para esconder uma verdade, sendo eles mesmos responsáveis por nos oferecer ângulos privilegiados dessas realidades que determinadas sociedades ou civilizações tentaram dissimular. Para o autor, os idealizadores do mito da democracia racial triunfaram em seu objetivo de inserir essa perspectiva no âmago do pensamento social geral desta Nação.

O contraponto a esse mito começou a ser produzido, de forma intensiva, a partir de um projeto de pesquisa proposto pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 1951, com o objetivo de conhecer a realidade racial brasileira. Essa instituição trabalhava com a hipótese de que o Brasil representava um caso neutro de manifestação de preconceito racial, pretendendo apresentar nosso “modelo” ao mundo como referência para a pacificação de problemas semelhantes vivenciados por outras nações. Ledo engano.

O grupo de pesquisadores responsáveis por conduzir os trabalhos, composto por importantes nomes das ciências sociais como o próprio Florestan Fernandes, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, entre outros, ao confrontar a realidade em diferentes regiões do país descobriu um

⁶ Para van Dijk (2016b; 2016a), o poder social possui duas bases principais, uma material e outra simbólica. A elite simbólica – que em muitos casos também detém a base material do poder – tem o acesso preferencial e o controle sobre o discurso público – aquele capaz de alcançar a maior parcela da sociedade. Esse grupo privilegiado da sociedade é composto por políticos, jornalistas, juízes, professores, empresários, cientistas etc.

cenário bem diferente daquele esperado pela Unesco e propagado no imaginário social nacional: não éramos – e ainda não somos – um espaço privilegiado de convivência harmônica e igualitária em termos de raça e etnia. Algumas peculiaridades do caso brasileiro, como a miscigenação e o discurso da “boa convivência” entre os diferentes, por exemplo, ajudaram a reforçar essa falsa versão da realidade nacional (FERNANDES, 2015).

Importante ressaltar que a ideologia⁷ que orienta as práticas racistas que persistem no Brasil até os dias de hoje se originou na Europa do Século XV. A invenção da supremacia branca teve como objetivo justificar as expansões econômicas e territoriais daquele continente por meio da dizimação e escravização dos “Outros”. O racismo baseado em diferenças biológicas ou étnicas consolidou-se ao longo dos anos como uma ideologia elaborada tendo como fonte inicial a ciência. Embora tenham surgido a partir do século XV, essas crenças ganharam *status* de teoria após a revolução industrial: “Desde o século XV, milhões de páginas em tratados, ensaios, monografias, teses, etc., foram escritas para sustentar o insustentável: o racismo como uma prática necessária e justificável” (MUNANGA, 2005, p. 42). Produto das culturas humanas, o racismo foi transformado em recurso ideológico para dar legitimidade à dominação de uns sobre os outros, especialmente no Brasil onde minorias foram dizimadas e colocadas à margem.

Segundo Oliveira (2005), as reiteradas tentativas de impedir o acesso ao território pelas comunidades quilombolas podem ser explicadas a partir do uso da ideologia racista como forma de legitimação de injustiças sociais:

Nas relações sociais, os grupos que estão em posição de dominação podem tomar os “marcadores físicos” para racializar os grupos que têm menos poder, criando-se, assim, a ideia de superioridade dos grupos racializantes sobre os grupos racializados, de onde surge o racismo para legitimar a dominação econômica e política. No Brasil, o racismo, também denominado preconceito de marca racial, condiciona diferentes possibilidades e barreiras no acesso aos bens culturais e à riqueza social (p.121).

⁷ Ideologia, para este trabalho, representa um sistema de ideias que possuem propriedades sociocognitivas e sociais que vão direcionar atitudes de grupos em relação a determinados aspectos da vida social. As ideologias refletem o núcleo cognitivo da coletividade social (VAN DIJK, 2015b; 2016b).

A compreensão do racismo como recurso ideológico ou como uma “[...] arma ideológica para legitimar e justificar a dominação de uns sobre os outros [...]” (MUNANGA, 2005, p.18) pressupõe também o seu caráter cognitivo. Quer dizer, a reprodução e a disseminação dessa prática ocorrem por meio de interações que contribuem para a formação de modelos mentais a partir dos quais os indivíduos passam a representar, a orientar suas atitudes e pensamentos e a (re)produzir discursos sobre os negros e minorias étnico-raciais. Assim, o racismo como fenômeno social impactado pela cognição pode ser definido como um complexo de dominação racial que é diariamente reproduzido e alimentado por práticas discriminatórias que são baseadas e controladas a partir de “[...] modelos mentais pessoais etnicamente desequilibrados e ideologias e preconceitos socialmente compartilhados [...]” (VAN DIJK, 2016a, p. 32).

Sob esse prisma, pode-se afirmar que a maioria das pessoas aprende a ser racista em função da existência de formas de texto e fala em uma ampla variedade de eventos comunicativos, ocupando a esfera de visibilidade midiática um papel central nesse processo:

A maior parte do que os grupos dominantes brancos “sabem” ou acreditam saber sobre a etnia dos Outros foi, portanto, formulada, mais ou menos explicitamente, em inúmeras conversações, histórias, reportagens de jornais, livros didáticos e discurso político. É também sobre essa base que as pessoas formam suas próprias opiniões e atitudes, e, a menos que haja boas razões para desviar do consenso do grupo, a maior parte dos membros reproduzirá o status quo étnico e adquirirá ideologias dominantes que os legitime (VAN DIJK, 2008, p. 15).

Por outro lado, é perceptível que as práticas racistas vêm sendo modificadas em alguns aspectos, ganhando contornos que diferem do antigo racismo materializado na escravização, nas manifestações públicas depreciativas em larga escala, entre outras formas que eram “socialmente aceitas”. E embora algumas dessas práticas antigas ainda possam se manifestar de forma pontual em alguns espaços, o “novo racismo” tenta se apresentar como “democrático, cordial e respeitável” (VAN DIJK, 2000).

E a questão central dessa nova roupagem do racismo é justamente a forma de enxergar as diferenças do outro. Essa postura poderia ser considerada positiva caso o “ser diferente” não significasse ter características físicas ou culturais

inferiorizadas e ressaltadas como estratégia de manutenção das estruturas sociais desiguais. E esse rebaixamento do outro de maneira velada é uma das formas comumente empregadas nos textos jornalísticos para legitimar os argumentos contrários a direitos de grupos como os quilombolas.

É fato que a luta desse grupo étnico, que se perpetua desde a sua chegada ao Brasil, integra-se à complexa forma como esta nação vem lidando com a questão racial. Nesse contexto, um dos atores que tem papel importante, seja na promoção da invisibilidade ou no reconhecimento de direitos, é o Estado. Na subseção a seguir, discutiremos o papel desse sujeito no processo de configuração dos territórios quilombolas.

2.2 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E O ESTADO

Após observar de forma superficial o contexto histórico da formação das comunidades e a presença do racismo nos embates vivenciados pelo grupo, com o objetivo de incluir nessa contextualização a “contribuição” do Estado, passaremos a discutir como se deu a intervenção estatal no processo de luta pelo direito ao território, tendo como marco a Constituição Federal.

“Para inglês ver.” Assim pode ser resumida a forma como o Brasil conduziu o processo da abolição da escravatura. Todas as primeiras ações nesse sentido, e a própria Lei Áurea, não cumpriram o seu sentido de existir. Dessa forma:

Embora os descendentes de africanos tivessem adquirido o *status* legal de “cidadão” após a promulgação da Lei Áurea, a eles não foram reconhecidas as mínimas condições de cidadania de fato: direito à educação, ao emprego, ao salário, ao alimento, à saúde, à moradia e à terra (OLIVEIRA, 2005, p.25).

Completamente alijados pelo Estado de qualquer possibilidade de integração ao processo de “desenvolvimento” do País, os ex-escravizados passaram a se mobilizar em busca de direitos. E influenciados pelo contexto histórico: “Os debates em torno dos direitos em tom decorrência da expulsão dos descendentes de africanos da terra e da sua exclusão do acesso aos meios formais de trabalho remunerado” (OLIVEIRA, 2005, p. 26) emergiram no início do século XX.

Contudo, essa mobilização foi interrompida pela ditadura, sendo retomada novamente em 1980, desta vez o tema quilombo relacionado diretamente à luta pela terra. Segundo Oliveira (2005), a discussão sobre o assunto fortaleceu-se, especialmente, nos anos que antecederam a elaboração da Constituição Federal de 1988, tendo ocorrido as primeiras mobilizações conjuntas entre grupos negros organizados do meio rural e movimentos urbanos.

A retomada dessas mobilizações resultou, depois de 100 anos de espera desde a “abolição”, na inserção do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), em 1988. E foi somente a partir dessa década que o termo quilombola começou a criar uma nova versão discursiva no imaginário nacional. Como se pode observar, essa conquista foi obtida em torno das ações no bojo de pautas amplas defendidas pelo Movimento Negro e seus aliados. Conforme Silva (2012, p. 26):

[...] podemos considerar que os avanços na inserção da temática quilombola no âmbito governamental são parte da agenda das organizações baseadas nos direitos da população afrodescendente. Pautando-se por agendas políticas diversas no pós-abolição, como combate à discriminação racial e a inclusão socioeconômica da população negra, observa-se um conjunto de mobilizações políticas em termos de acesso a recursos públicos e promoção da igualdade racial como passos em direção à emancipação social.

Por meio dessa lei, os quilombolas deixaram de ser somente vistos como uma contribuição cultural, passando a figurar como sujeitos de direito, ou seja, passaram a ocupar uma posição jurídica diante do Estado-Nação (OLIVEIRA, 2016). Para Santos (2014), o texto do referido artigo da Carta Magna foi o possível em função do contexto que marcou a constituinte:

Embora o texto aprovado tenha introduzido mudanças importantes no campo dos direitos, sua formulação envolveu diferentes grupos políticos em um intenso processo de mobilização e negociação entre interesses e valores sociais a respeito dos modelos de estado, direitos, sociedade, república e democracia (p. 58).

Com a promulgação da Constituição Federal/88, atores como o Movimento Negro, representantes do Ministério Público Federal, universidades, alguns parlamentares, entre outros passam a atuar sobre questões do tema. Em 1992, surgem as primeiras tentativas do Ministério Público Federal em adotar o teor do

Art. 68 e fazer valer os direitos da comunidade do Rio das Rãs, na Bahia, mas os operadores da justiça foram pouco sensíveis à autoaplicabilidade do texto constitucional (SANTOS, 2014).

Essa sequência de eventos propiciou o início das articulações, ainda em 1994, para a formação de uma entidade específica que representasse a luta quilombola. Em 1995, foi realizado o primeiro “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, a partir do qual foi criada a Comissão Nacional Provisória das Comunidades Rurais Negras Quilombolas. No ano seguinte, é criada a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). O surgimento dessa entidade se deu no contexto pós-constituente em que havia a demanda de regulamentação do dispositivo constitucional para a aplicação por parte do Estado brasileiro. Conforme a Conaq destaca em sua página oficial na internet, foi

[...] neste contexto que a questão quilombola ganha peso no cenário nacional. O reconhecimento legal de direitos específicos, no que diz respeito ao título de reconhecimento de domínio para as comunidades quilombolas, ensejou uma nova demanda, gerando proposições legislativas em âmbito federal e estadual, promovendo a edição de portarias e normas de procedimentos administrativos consoante à formulação de uma política para a garantia dos direitos das comunidades quilombolas (CONAQ, 2018).

Outro sujeito que colaborou na batalha pela aplicação do artigo 68 foi a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que passou a pautar a questão de forma especial, tendo elaborado um documento inicial para servir de ponto de partida ao entendimento e à adequação desse direito. Não só a entidade em si, como os profissionais que atuaram no campo por meio da realização de pesquisas e produção de documentos científicos, especialmente os antropólogos, contribuíram de forma decisiva para o devido enquadramento do tema. Conforme reconhece Silva (2012),

[...] é preciso notar a contribuição da antropologia na reorganização conceitual e política do tema quilombola, ao destacar aí sua inclusão como tema da etnicidade e das relações interétnicas, o que desliza os significados anteriores, baseados na raça e na classe social, para as bordas do campo científico da etnicidade e das fronteiras étnicas (p. 27).

Mas as ações do campo social e científico precisavam ecoar no campo político, pois ainda persistia a ausência de regulamentação e aplicação do artigo constitucional. Embora tivessem ocorrido algumas tentativas nesse sentido, como os projetos apresentados em 1995 pela senadora Benedita da Silva (PT/RJ) e pelo deputado federal Alcides Modesto (PT/BA), no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, respectivamente, somente em 2001 foi editado o primeiro ato do Poder Público em relação ao tema (SANTOS, 2014).

Em 10 de setembro de 2001, o governo Federal publica o Decreto n. 3.912. Contudo, tal instrumento restringiu o alcance do texto constitucional, conforme avaliou o Movimento Negro. Segundo Lobão (2014, p. 60), “[...] os critérios para a regularização de suas terras eram tão absurdos que praticamente tornavam impossível que qualquer comunidade tivesse suas terras legalizadas”.

Em 2002, um fato político que concebe uma nova perspectiva na obtenção desse direito. Trata-se da ratificação por parte do Estado brasileiro dos artigos propostos pela 169ª Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais que, entre outras coisas, recomendava que a consciência da identidade fosse o critério principal para a aplicação das disposições elencadas durante o evento (LOBÃO, 2014).

Em 2003, com a mudança de governo no âmbito federal, ocorre uma série de mudanças na estrutura regimental e institucional visando à aplicação do Art. 68, promovidas a partir da publicação do Decreto n. 4.887/03, que cancelou o anterior e estabeleceu a Política Nacional de Atendimento às Comunidades Quilombolas. Esta nova legislação estabeleceu procedimentos administrativos no processo de regularização fundiária que atenderam, ao menos em termos de proposta, a expectativa dos beneficiários.

Santos (2014, p. 64) explica que:

A nova regulação administrativa apresentou avanços, dentre eles, a adoção de uma conceituação de comunidade e de terra de quilombo fundamentada no critério de autoidentificação, da possibilidade de desapropriação de propriedades incidentes em terras de quilombos quando o necessário, e da atribuição de competência de condução do processo ao Incra.

Pelas propostas governamentais tardias, o fato é que o Estado brasileiro demorou a reconhecer a presença de comunidades quilombolas neste país,

mesmo passados mais de 100 anos da abolição formal da escravização. Porém, nem a inserção do Art. 68 tampouco a edição de outros instrumentos normativos foram suficientes à conquista do direito previsto em Lei.

Nessa esteira, para entender como funciona o processo de titulação, bem como para visualizar o cenário atual dessa política no âmbito do Estado, abordaremos a seguir os procedimentos e dados produzidos até então.

2.2.1 Os procedimentos para a titulação

O conteúdo do Decreto n. 3.912/01, conforme anteriormente mencionado, foi rechaçado pelas entidades que militavam em favor dos interesses dos quilombolas por uma série de motivos, entre os quais a previsão de titulação somente de terras ocupadas pelos quilombos no momento da abolição da escravatura, a dificuldade de aplicação, pois os cartórios se recusavam a registrar os títulos emitidos e a ausência de previsão de indenização aos ocupantes do território. Nesse dispositivo, o Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares⁸ (FCP), era o responsável pela produção dos estudos e pela regularização das terras (SILVA, 2012).

E o texto do Decreto n. 4.887/2003, por sua vez, buscava reparar as lacunas jurídicas e administrativas apresentadas na legislação precedente e trouxe um avanço conceitual importante: a autodefinição como critério para a identificação dos quilombolas. Em termos operacionais, a responsabilidade pelo reconhecimento das comunidades permaneceu na FCP, mas o Incra recebeu a atribuição do governo Federal de produzir os estudos e promover a titulação das áreas.

Nessa configuração ainda vigente, para acessar esse direito constitucional as comunidades devem obter inicialmente uma certificação (Certidão de Autorreconhecimento) junto à FCP para, posteriormente, solicitar ao Incra a abertura do processo de reconhecimento, delimitação e titulação do território.

⁸ A Fundação Cultural Palmares é o órgão do poder executivo federal que tem a atribuição de formalizar a existência de comunidades quilombolas por meio de uma certificação que permite a essas populações o acesso aos programas e às políticas públicas desenvolvidos pelo Estado, entre elas, a titulação de territórios.

Conforme informações disponíveis no sítio oficial da Fundação Cultural Palmares, 40 comunidades quilombolas foram certificadas no Espírito Santo até outubro de 2017 (vide Figura 1, abaixo).

Figura 1 - Comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares no Espírito Santo

MUNICÍPIO	NOME	PROCESSO	DATA
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	MONTE ALEGRE	01420.001511/2005-83	05/07/2005
CONCEIÇÃO DA BARRA	ANGELIM	01420.002134/2006-81	31/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	ANGELIM DISA	01420.002134/2006-81	31/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	ANGELIM II	01420.002134/2006-81	31/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	ANGELIM III	01420.002134/2006-81	31/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	CÓRREGO DO ALEXANDRE	01420.000316/2015-16	12/01/2015
CONCEIÇÃO DA BARRA	CÓRREGO DO MACUCO	01420.002134/2006-81	31/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	CÓRREGO DO SERTÃO	01420.002143/2006-71	30/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	CÓRREGO SANTA IZABEL	01420.002142/2006-27	30/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	COXI	01420.002146/2006-13	30/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	DONA GUILHERMINDA	01420.002141/2006-82	31/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	LINHARINHO	01420.002079/2005-48	31/08/2005
CONCEIÇÃO DA BARRA	MORRO DA ONÇA	01420.009210/2015-70	12/08/2015
CONCEIÇÃO DA BARRA	PORTO GRANDE	01420.000314/2015-19	12/01/2015
CONCEIÇÃO DA BARRA	RODA D'ÁGUA	01420.002145/2006-61	30/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA	SANTANA	01420.002144/2006-16	30/08/2006
CONCEIÇÃO DA BARRA SÃO MATEUS	SÃO DOMINGOS	01420.002150/2005-92	26/07/2005
CONCEIÇÃO DA BARRA SÃO MATEUS	SÃO JORGE	01420.002077/2005-59	31/08/2005
FUNDÃO IBIRAÇU SANTA TERESA	SÃO PEDRO	01420.000268/2006-67	10/02/2006
GUARAPARI	ALTO DO IGUAPE	01420.002060/2012-21	17/02/2012
ITAPEMIRIM	GRAÚNA	01420.006814/2010-50	24/11/2010
JERONIMO MONTEIRO	SÍTIO DOS CRIoulos	01420.005547/2015-16	11/05/2015
LINHARES	DEGREDO	01420.002898/2015-67	05/03/2015
MONTANHA	SANTA LÚZIA	01420.004272/2016-76	05/05/2016
PRESIDENTE KENNEDY	BOA ESPERANÇA	01420.001981/2005-47	22/08/2005
PRESIDENTE KENNEDY	CACIMBINHA	01420.001981/2005-47	22/08/2005
SANTA LEOPOLDINA	RETIRO	01420.000057/1998-80	13/08/1997
SÃO MATEUS	BEIRA-RIO ARURAL	01420.002133/2006-36	31/08/2006
SÃO MATEUS	CACIMBA	01420.002136/2006-70	31/08/2006
SÃO MATEUS	CHIADO	01420.002130/2006-01	31/08/2006
SÃO MATEUS	CÓRREGO SECO	01420.002131/2006-47	31/08/2006
SÃO MATEUS	DILÔ BARBOSA	01420.002129/2006-78	31/08/2006
SÃO MATEUS	MATA SEDE	01420.002132/2006-91	31/08/2006
SÃO MATEUS	NOVA VISTA	01420.002126/2006-34	31/08/2006
SÃO MATEUS	PALMITO	01420.002140/2006-38	31/08/2006
SÃO MATEUS	SANTANINHA	01420.002128/2006-23	31/08/2006
SÃO MATEUS	SÃO CRISTÓVÃO	01420.000167/2006-96	30/01/2006
SÃO MATEUS	SÃO DOMINGOS DE ITAUNINHAS	01420.002127/2006-89	31/08/2006
SÃO MATEUS	SERRARIA	01420.000169/2006-85	01/02/2006
VARGEM ALTA	PEDRA BRANCA	01420.007381/2010-50	10/11/2010

Fonte: Sítio oficial da Fundação Cultural Palmares

Desse universo, somente 18 processos foram abertos no Incra/ES (conforme Figura 2) visando à titulação coletiva de territórios quilombolas. Para se demonstrar a complexidade dos casos, especialmente no que diz respeito aos imbrólios jurídicos, os dois procedimentos que foram levados a termo em 2004, da comunidade Retiro (localizada no município de Santa Leopoldina) e de Linharinho (localizada em Conceição da Barra), o primeiro está suspenso e o segundo foi anulado pela Justiça Federal.

Figura 2 - Processos de titulação de territórios quilombolas abertos no Incra

***	NOME DA COMUNIDADE	LOCALIZAÇÃO	ABERTURA
1	Retiro ¹	Santa Leopoldina	03/09/2004
2	Linharinho ²	Conceição da Barra	13/10/2014
3	São Jorge ³	São Mateus	31/01/2005
4	São Domingos ⁴	C. da Barra/S. Mateus	12/08/2005
5	Serraria e São Cristóvão ⁵	São Mateus	12/08/2005
6	São Pedro ⁶	Ibiraçu	12/08/2005
7	Monte Alegre	Cachoeiro do Itapemirim	12/08/2005
8	Roda D'Água	Conceição da Barra	10/10/2011
9	Morro da Onça	Conceição da Barra	10/10/2011
10	Linharinho	Conceição da Barra	08/10/2012
11	Coxi	São Mateus	11/12/2013
12	São Jorge e Sítio Vala Grande	São Mateus	24/10/2014
13	Porto Grande	Conceição da Barra	18/06/2015
14	Córrego do Alexandre	Conceição da Barra	27/08/2015
15	Angelim 1	Conceição da Barra	11/03/2016
16	Angelim 2	Conceição da Barra	11/03/2016
17	Angelim 3	Conceição da Barra	11/03/2016
18	Angelim do meio - Disa	Conceição da Barra	11/03/2016

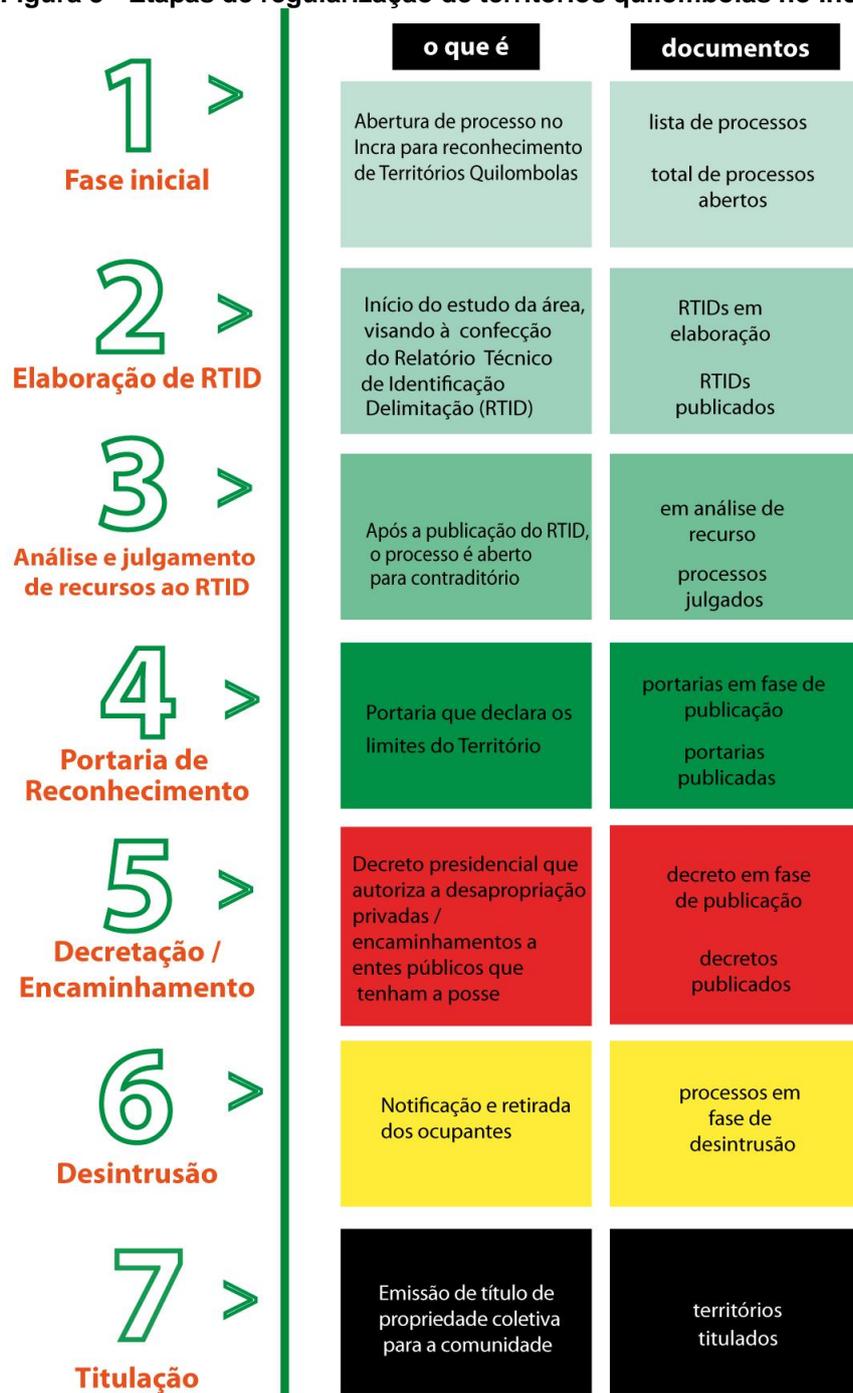
1 Suspenso pela Justiça Federal (JF). Aguarda julgamento em segunda instância.
2 Anulado pela JF, não cabendo mais recursos. Novo processo foi aberto em 2012.
3 Anulado pela JF. Foi aberto novo processo em 2012.
4 Anulado pela JF, cabendo ainda recurso, o qual tramita no TRF2ªRegião.
5 Processo suspenso pela JF via liminar, cabendo recurso, o qual tramita na Vara Federal de São Mateus.
6 Processo que conseguiu avançar até a última fase, tendo a comunidade recebido título provisório de parte do território. O Incra aguarda a desapropriação dos demais imóveis que compõem toda a área para, posteriormente, emitir o título coletivo à comunidade.

Fonte: produzida pelo autor a partir de informações da *Superintendência Regional do Incra/ES*

Outros três processos enfrentaram os mesmos óbices jurídicos. O principal argumento que justifica o posicionamento dos magistrados que não acatam a legislação em vigor se baseava na existência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que tramitava no Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, sob a ótica do arcabouço jurídico brasileiro, uma suposta futura decisão não deveria ser utilizada no presente. Porém, essa questão trata-se de um debate jurídico-ideológico sobre o qual este trabalho não se aterá.

Em termos de trâmite administrativo, os processos percorrem basicamente sete passos – conforme ilustra a Figura 3, elaborada pelo Incra nacional.

Figura 3 - Etapas de regularização de territórios quilombolas no Incra



Fonte: Sítio oficial do Incra

A batalha hercúlea que as comunidades quilombolas enfrentam diante do Estado e dos grupos contrários a esse direito produz diversos efeitos. Um deles recai sobre a própria identidade do grupo. Assim, para compreender os sujeitos inseridos nessa questão, discutiremos no tópico seguinte aspectos relacionados à *identidade* e à *identificação* que estão presentes na essência dos processos de titulação de territórios quilombolas.

2.3 A CONTROVÉRSIA DA(S) IDENTIDADE(S): OS SUJEITOS MÚLTIPLOS DO PROCESSO DE TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

A tentativa de compreender os fenômenos sociais advindos de transformações que ocorrem sucessivamente desde a virada iluminista e do advento da industrialização tem mobilizado atores de diferentes campos do conhecimento. Independente da nomenclatura empregada para o recorte temporal classificatório a essa era – modernidade alta ou tardia, pós-modernidade, modernidade líquida etc. – os teóricos vêm construindo linhas de pensamento calcadas nas configurações sociais e nas suas respectivas variações.

Giddens (2002), em *Modernidade e identidade*, elege o termo crise como o mais adequado para abordar esse tempo, assim descrito:

O mundo da alta modernidade certamente se estende bem além dos domínios das atividades individuais e dos compromissos pessoais. E está repleto de riscos e perigos, para os quais o termo “crise” – não como mera interrupção, mas como um estado de coisas mais ou menos permanente – é particularmente adequado (p.19).

No meio desse emaranhado de transformações proporcionadas pela “crise” na qual a humanidade está imersa, um tema, especialmente, mostra-se caro ao campo da teoria social: a questão da identidade. Autores têm se dedicado a tal questão que permeia diversos aspectos sociais, tentando oferecer pistas sobre como lidar com esse conceito diante de um universo de possibilidades. Na perspectiva de Bauman (2005), o problema de(a) identidade é comum às pessoas, independente do seu nível de desenvolvimento econômico e social ou de sua localização geográfica: “[...] a descoberta de que a identidade é um monte de problemas, e não uma campanha de tema único, é um aspecto que compartilho com um número maior de pessoas, praticamente com todos os homens e mulheres da nossa era ‘líquido-moderna’” (p. 18).

Bhabha (1998), outro pesquisador que se ocupou dessa discussão, também ressalta a problemática ao refletir sobre a constituição de identidades e

culturas no cenário de fluidez e instabilidade dos arranjos sociais diversos. Dessa forma,

[...] encontramos-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Isso porque há uma sensação de desorientação, um distúrbio de direção [...]. Nossa existência hoje é marcada por uma tenebrosa sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do “presente”, para as quais não parece haver nome próprio além do atual e controvertido deslizamento do prefixo “pós”: pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-feminismo [...] (p. 19).

Uma questão praticamente consensual entre os autores que se debruçaram em pesquisas tendo como objeto o foco desse debate é que as velhas identidades, responsáveis pela estabilidade ao universo social por longo tempo (HALL, 2006), não podem ser mais requisitadas. Na verdade, o conceito de identidade não pode ser mais visto como algo imóvel, duradouro ou passível de classificação unificada.

Por sinal, Hall (2006) explica que os conceitos de identidades disponíveis foram formados a partir da perspectiva dos sujeitos definidos em função do pensamento e concepção de mundo que vigoravam em determinada época. Segundo ele, nessa esteira é possível distinguir três formas de identidades: a concepção de identidade do sujeito do Iluminismo, do sujeito Sociológico e do sujeito Pós-moderno.

A identidade do sujeito do Iluminismo, como o próprio ideal de homem nessa visão de mundo, era constituída a partir de uma pessoa unificada, dotada de um núcleo central, que amparada na razão, tinha a condição de manter uma concepção (essência) do nascimento até o fim da vida. Assim, operava a partir de uma construção de sujeito estabilizado.

A ideia do sujeito Sociológico, por sua vez, incorporava as demandas do mundo moderno e era pautada na perspectiva interacionista. Considerava-se que esse “Eu”, o núcleo central previsto na identidade do sujeito do Iluminismo, era impactado por pessoas importantes no decorrer da vida. Ou seja, essa visão promovia a conexão entre os espaços interno e externo ao mundo que cercava esse sujeito.

Colocando essas duas perspectivas iniciais como incapazes de explicar o fenômeno da identidade na contemporaneidade, Hall (2006) ressalta que são justamente as bases das concepções anteriores que sofreram transformações significativas. Um sujeito unificado e estabilizado ou mesmo construído a partir de um núcleo central cede lugar a um ser fragmentado e formado não por uma, mas por várias identidades. Para o autor, “[...] o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (p. 12).

As paisagens sociais externas que eram representadas por meio de identidades, sobre as quais as pessoas buscavam a conformidade e o equilíbrio, passaram a ser desconstruídas, entraram em “[...] colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais [...]”, segundo Hall (2011, p. 12). E Bauman (2005) também compartilha essa visão, decretando que a partir da nova perspectiva de organização social oferecida pela “modernidade líquida”, a identidade perdeu “[...] as âncoras sociais que a fariam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável” (p. 30).

Quer dizer, entra em pauta nas discussões da teoria social esse novo indivíduo, que fez com que as concepções de identidades existentes não dessem conta de explicar sua constituição diante de suas multiplicidades. A partir das formas diferentes que passaram a pautar conflitos e contradições presentes na estrutura social, como produto tem-se o

[...] o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (Veja Hall, 1990). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (HALL, 2006, p. 13).

Castells (2000), em *O poder da identidade*, apresenta a identidade como um processo de construção de significado com base em atributos culturais que podem ser diversos, atuando como uma espécie de fonte de significação e experiência para a constituição dos sujeitos. Para esse autor, também não existe uma identidade única e sedimentada, atuando a pluralidade como “[...] fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social” (CASTELLS, 2000, p. 22).

Para o sociólogo espanhol “[...] toda e qualquer identidade é construída [...]” (CASTELLS, 2000, p. 23), sendo ponto importante para a compreensão do fenômeno a descoberta da motivação e dos responsáveis por essas construções. Afinal, “[...] quem constrói a identidade coletiva, e para quê essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem” (CASTELLS, 2000, mesma página).

Na perspectiva de construção de identidades, a exemplo de Hall (2011), Castells (2000) considera a construção das identidades inseridas nas relações de poder internas à sociedade e propõe três possibilidades de formas e origens para as identidades. São elas:

- *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema este que está no cerne da teoria da autoridade e dominação de Sennett, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo [...].
- *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostas a estes últimos, conforme propõe Calhoun ao explicar o surgimento da política de identidade [...].
- *Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Esse é o caso, por exemplo, do feminismo que abandona as trincheiras da resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram [...] (CASTELLS, 2000, p. 24).

O autor chama a atenção para a segunda forma a qual ocuparia o posto de tipo mais importante para a sociedade, responsável pela origem de formas de resistências coletivas que contrapõem as formas de opressão presentes no mundo globalizado. Também a partir da identidade de resistência ocorreria a formação das comunas ou comunidades.

Contemporaneamente, autores têm dado preferência ao emprego do vocábulo *identificação* para definir esse novo tipo de identidade fluida, volátil, sobretudo para se evitar qualquer aproximação com aquele modelo inerente ao sujeito do Iluminismo.

Nesse sentido, entendemos identificação como o *devoir* da identidade. Ela é vista aqui como o processo de constituição do complexo denominado identidade que está sempre em mutação, em movimento. Dessa forma, conforme Sodré (2015) destaca, não haveria uma

[...] ordem estável e substancial de constituição do sujeito, uma espécie de atribuição colada a um destino metafísico, mas uma dinâmica de interiorização de comportamentos, atitudes e costumes a partir de padrões significativos no ambiente familiar e social. A identificação é fator dinâmico de integração do indivíduo no grupo e de mobilização de suas pulsões, afetos, escolhas. Implica, assim, tanto um ato social como privado, o que faz dela objeto teórico de psicólogos e psicanalistas (George Hebert Mead, Sigmund Freud, Jacques Lacan), sociólogos, antropólogos e filósofos (Talcott Parsons, Claude Lévi-Strauss, Jurgen Habermas). Em todos esses a identificação aparece como uma espécie de imperativo dinâmico da socialização, isto é, de permeação do ser singular pela cultura (p. 46).

E é a partir dessa instabilidade identitária do homem pós-moderno que Hall (2006) esclarece sobre o que estaria em jogo na questão das identidades. Para o autor, há “[...] consequências políticas da fragmentação ou pluralização das identidades” (p. 18) em função do uso da identidade como instrumento de dominação e poder. Isso realizado por todos os sujeitos em disputa no ambiente social.

Além da importância da questão da identidade em si para diferentes áreas, os fenômenos inscritos no objeto desta pesquisa estão imbricados no aspecto conflitivo entre identidades distintas que desde o período da escravização conflitos vem se materializando em diferentes territórios.

Nesses embates, conceitos diversos – território, territorialidade, identificação, pertencimento, entre outros – alinham-se ao conceito de identidade e figuram nos discursos produzidos pelas partes envolvidas na questão, sendo reproduzidos, alterados, valorizados ou diminuídos nas páginas do jornal em questão. Quando o conteúdo trata de um grupo peculiar como as comunidades quilombolas, outras questões complexas, como a etnicidade, também estão implicadas e precisam ser compreendidas para que se possa identificar e evitar distorções daquilo que é abordado. Nessa esteira, torna-se importante neste trabalho discutir a constituição desses sujeitos beneficiários do texto constitucional.

2.3.1 Quem são os sujeitos aos quais se refere o Art. 68?

O termo quilombo era até pouco tempo algo pertinente aos estudos e pesquisas sobre a história do Brasil. Em parte considerável das narrativas produzidas, esse espaço e a população ao mesmo vinculada foram retratados de forma estigmatizada, reduzindo seu amplo significado político, cultural e social ao campo semântico da fuga e da rebelião. Especialmente a partir da década de 1960, coube à historiografia tentar desconstruir o mito da democracia racial brasileira pela releitura da história sobre a escravização, que também proporcionou nova perspectiva sobre o sentido de quilombo.

Segundo Munanga⁹, foi justamente esse mito um dos responsáveis por bloquear o debate sobre políticas afirmativas no Brasil. A construção de uma identidade mestiça, na opinião desse pesquisador, configurou-se em estratégia dos grupos ideologicamente dominantes que objetivaram criar uma unidade nacional, legitimar a chamada democracia racial brasileira e conservar o *status quo* consolidado.

E Bhabha (1996; 1998), ao se posicionar de forma crítica em relação a essa perspectiva multiculturalista, ressalta em sua obra que a tradição liberal pautada a partir de um relativismo filosófico difunde a ideia de que as sociedades pluralistas e democráticas prezam pelo incentivo e pela diversidade cultural. Na

⁹ MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2013, Rio de Janeiro (Informação verbal).

visão do autor, essa orientação ideológica atua na verdade como instrumento legitimador de injustiças e maquiador de práticas racistas.

De acordo com ele,

[...] embora sempre haja acolhida e estímulo à diversidade cultural, há sempre uma correspondente contenção dela. Uma norma transparente é constituída, uma norma dada pela sociedade hospedeira ou cultura dominante, a qual diz “essas culturas são boas, mas devemos ser capazes de localizá-las dentro de nossos próprios circuitos”.

[...]

Nas sociedades onde o multiculturalismo é incentivado o racismo ainda se alastra sob várias formas. E isso porque o universalismo que paradoxalmente permite a diversidade mascara normas, valores e interesses etnocêntricos (BHABHA, 1996, p. 35).

A construção negativa e esvaziada do sentido de quilombo possui diversas interseções com a narrativa sobre o negro e a escravização no Brasil. Isso porque a historiografia construída e disseminada sobre os escravizados foi contaminada naquilo que o professor Carlo Ginzburg (2002) denomina de relações de forças, as quais teriam papel fundamental na decisão dos rumos do processo de construção do ponto de vista da realidade, ou seja, na elaboração retórica da história. Na opinião desse autor, os pontos de vista construídos na narrativa histórica podem ser seletivos e parciais.

Diante disso, os quilombos, sob o olhar das mesmas lentes que distorceram a identidade do negro escravizado, foram retratados como uma espécie de monumento cultural exótico que ajudava a compor, no imaginário das classes dominantes, o mito da democracia racial (OLIVEIRA, 2016). Na verdade, ao contrário do que permeia ainda o imaginário de parte da sociedade brasileira, os quilombos não estavam isolados e desconectados do tecido social. Existindo desde o início do processo de escravização no Brasil como forma de luta, resistência, organização social e constituição de identidade cultural, essas estruturas mantinham relações com as estruturas socioeconômicas ao seu redor ou nas senzalas.

Além de cumprir esse papel político, os territórios quilombolas foram fundamentais, segundo Andrade (2007), à preservação da cultura negra. Por assim dizer:

À margem da sociedade e da cultura, aos territórios negros coube a preservação da cultura negra, transformando-a durante as

gerações, mas, de certa forma ampliando sua difusão entre as comunidades, embora, em muitos casos, sendo reconhecida como “coisas do povo”, enfatizando a cultura popular e, assim, desenraizada dos padrões europeus, não se encaixando nos padrões hegemônicos, mas nem por isso deixando de se expressar e reivindicar suas formas de poder (p. 76).

Mas foi somente a partir da década de 1980 que o termo quilombola começou de fato a criar uma nova versão discursiva no imaginário nacional, conforme abordado anteriormente neste capítulo. E com a intervenção do Estado por meio dessa legislação, segundo O’Dwyer (2002), ao tempo que nasceu uma espécie de nova figura do social surgiu também uma nova questão a ser resolvida:

Assim, quilombo ou remanescente de quilombo, termos usados para conferir direitos territoriais, permitem, através de várias aproximações, desenhar uma cartografia inédita na atualidade, reinventando novas figuras do social. Como não se trata de expressão que denomine indivíduos, grupos ou populações no contexto atual, seu emprego na Constituição Federal levanta a seguinte questão: quem são os chamados remanescentes de quilombos cujos direitos são atribuídos pelo dispositivo social? (p. 13).

Não é só na dimensão do senso comum ou no imaginário social que há distorções e batalhas semânticas visando a [re]posicionar o conceito de quilombo. Conforme diversos relatos daqueles que desde a década de 1980 vem se envolvendo com a questão, na produção acadêmica acumulada ao longo da história ainda prevalecia uma definição que estava congelada desde o Brasil colônia.

Segundo Almeida (2002), as buscas no plano de produção de conhecimento demonstraram que a maioria dos autores empregou conceitos restritivos tanto jurídica como academicamente, definindo os quilombos como algo que estava fora do circuito social, isolado, operando como espaço de fuga e subsistência somente.

Esse quadro em nível nacional também refletia as realidades locais para os pesquisadores que estavam em busca de elementos para compreensão dos atores sociais do povo quilombola. Silva (2012), que atuou na produção de relatórios antropológicos sobre comunidades no Norte capixaba, relata essa problemática:

Minha inserção no campo também foi marcada pela disputa acadêmica sobre o significado dos quilombos. Toda a produção que encontrei, com exceção de Oliveira (1998), apontou para a conceituação de quilombo como sobrevivência do passado e, na conjuntura da reivindicação por terras, um retrocesso na vida econômica do norte capixaba. Metáforas como aquelas que relacionam os quilombos à “história dos vencidos” (Aguiar, 2001), ou a decadência da presença negra em função da imigração estrangeira (Nardoto, 1999), ou ainda que as Políticas Públicas não eram necessárias porque todos eram irmãos e tinham a mesma cor de sangue, preenchem o imaginário igualitário na região norte do estado e colocam as reivindicações dos quilombolas como tema “fora do lugar” (p. 44) .

A mobilização de diversos atores sociais, especialmente do Movimento Negro, que proporcionou o surgimento de um movimento social quilombola de abrangência nacional em 1994 (ALMEIDA, 2002), contribuiu para que o debate em torno da definição de quilombo fosse pautado tanto pelo Estado quanto pela própria academia, principalmente em função dos conflitos instalados em torno desse conceito e dos procedimentos operacionais a serem adotados no reconhecimento dos territórios.

A própria Associação Brasileira de Antropologia (ABA) decidiu pautar essa problemática, propondo um novo suporte conceitual para se definir esse grupo. No entendimento dessa entidade, quilombo sedimenta conteúdos que extrapolam as perspectivas histórica, material, biológica, entre outras. Sintetizaria, na verdade, uma espécie de espólio que representa uma referência existencial e territorial para grupos específicos (ABA, 1994).

Nesse texto, a entidade indica um importante movimento que leva os estudos sobre as comunidades remanescentes de quilombos para o campo étnico. Conforme salienta Arruti (2007):

A relevância do movimento analítico que aproxima as “comunidades remanescentes de quilombos” da noção de etnicidade está, portanto, na problematização do seu processo de autoconstituição como grupos sociais e culturais diferenciados, ou, em outros termos, no que a literatura antropológica convencionou chamar de etnogênese (p. 24).

Tem-se, então, as identidades das comunidades remanescentes quilombolas percebidas a partir da sua constituição enquanto grupo étnico na contemporaneidade, implicando uma ressignificação importante e com

desdobramentos, inclusive, nas políticas públicas de titulação dos territórios, pois o Estado passou a considerar essa nova perspectiva para quilombo, especialmente a partir do Decreto n. 4.887/2003 da Presidência da República, que assim o conceitua:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003, legislação).

Os laudos antropológicos e os estudos etnográficos de diferentes comunidades quilombolas em todo Brasil apresentam uma diversidade de formas e de origens, reforçam a importância desse deslocamento categorial. Teríamos, na visão de Almeida (1998), um novo capítulo de afirmação para esses sujeitos no que diz respeito tanto à identidade quanto à asserção étnica.

Essa perspectiva, em certa medida, faz parte de um processo de mudança de paradigma em pesquisas antropológicas a partir de Barth (1976), que passou a direcionar a compreensão do conceito de etnia considerando a constituição de fronteiras e diferenças. Para o autor, as preocupações das investigações que pretendam compreender os aspectos étnicos devem direcionar o foco ao “[...] limite étnico que define o grupo e não (a) o conteúdo cultural que ele contém” (BARTH, 1976, p. 17, tradução nossa).

A etnicidade deve ser vista, sob essa ótica, como um elemento que consolida as diferenças culturais que são representativas para os próprios sujeitos do grupo que se definem em relação de distinção ao “outro”. A identidade étnica cumpriria, então, a função de demarcar diferença em relação ao externo, ao tempo que aproximaria os integrantes do próprio grupo.

Conforme explica Oliveira (2005):

Os conceitos de grupos étnicos e identidades definidos como resultados de situações de interação e de processos sociais de exclusão e incorporação[...]. Assim, **a identidade étnica é entendida a partir das relações sociais, onde os membros de um grupo étnico se identificam e são identificados como tal.** Os elementos da cultura (costumes, rituais e valores comuns), embora sofram variações no tempo e no espaço, são empregados pelos membros de um grupo étnico para delimitar a forma de organização social (p. 2, grifo nosso).

Esse olhar contribui para rechaçar formas até hoje empregadas de tentar classificar as comunidades quilombolas a partir de uma visão congelada de um grupo cuja legitimidade de reivindicação do território seria calçada, na visão dos sujeitos contrários ao processo de titulação, com base em uma cosmologia distorcida do conceito de identidade étnica que deveria se apresentar como algo congelado no tempo e integralmente preservada em acordo com o que fora no passado.

Tal ponto de vista ignora um elemento fundamental na constituição da identidade étnica das comunidades quilombolas: o papel central dos próprios sujeitos na delimitação das fronteiras étnicas de seus respectivos grupos.

De maneira interessante, o conceito que empregamos com base nos autores do campo da Antropologia de identidade étnica dialoga com a percepção ampliada sobre a identidade apresentado no tópico anterior ao “descongelar” a definição de quilombo e, por conseguinte, o olhar sobre a identidade desses sujeitos, tornando-a dinâmica e dotada de sentido para aqueles que dela se apropriam.

Dessa forma, como o processo de definição dos limites étnicos também representa um posicionamento político, não soaria arbitrário classificar a(s) identidade(s) do remanescente de quilombo como identidade(s) de resistência e de projeto (CASTELLS, 2000), pois seria um ponto de partida interessante para integrar as perspectivas a partir das quais essas comunidades têm se organizado e se reconhecido, especialmente a partir da luta pelo direito ao território e pela conquista de espaços sociais diversos.

O universo conflitivo no qual esse direito está imerso na sociedade brasileira, se por um lado expõe os sujeitos que reivindicam esse direito a diversos tipos de reações contrárias, inclusive a manifestações racistas, por outro contribui para o processo de identificação por parte dessa população, proporcionado aos mesmos a constituição e consolidação nos termos dos autores abordados de sua(s) identidade(s).

De acordo com Silva (2012), o conflito presente na titulação de territórios quilombolas como fato social é também responsável pela forma diferenciada como se dão as identificações dos autores nele envolvidos. Ao relatar o processo

de produção da etnografia do território quilombola Sapê do Norte, o autor ressalta como as agências políticas foram fundamentais para os grupos:

Acompanhei neste capítulo os rituais públicos de produção da diferença e das fronteiras étnicas, ao observar aí a produção das condições sociais e políticas de enunciação do sujeito político quilombola. A posição social dos agentes em um dado campo social é o aspecto central que possibilitou descrever suas estratégias, alianças e interações, mas também a tomada de posição em direção à centralidade da identidade quilombola. Os fluxos entre campo e cidade tem aqui seu ponto máximo de realização, uma vez que adicionado às justificativas da expulsão das terras, o próprio centro imaginado do poder é ocupado pela militância quilombola (p. 326).

Nesse sentido, observando-se a produção acadêmica a despeito do tema, bem como os estudos realizados em diversas comunidades quilombolas em todo Brasil, os quais também são compartilhados no campo de construção de conhecimento, é possível inferir que a busca por um novo significado de quilombo, que implica uma nova visão das identidades dos sujeitos a ele relacionados, não se deve restringir a observações reducionistas sob o ponto de vista histórico, arqueológico, geográfico, agrário ou outro qualquer (ALMEIDA, 2002). As identificações dessa “nova etnia”¹⁰ devem partir dos próprios sujeitos em relação ao mundo que os cerca e não serem atribuídas de forma arbitrárias por terceiros em forma de identidade fabricada.

Como as questões de ordem espacial têm um peso importante na conformação dos processos sociais, o território continua sendo a base onde se concretizam as relações materiais e cognitivas da humanidade e também o espaço propício à disputa de poder e à formação e transformação de identidades.

E as formas de se relacionar com esse espaço, por sua vez, configuram as territorialidades as quais, sendo diferentes para os diferentes grupos humanos, são também determinantes para as configurações sociais. Como representam maneiras distintas de se relacionar com o território, conflitos entre territorialidades distintas figuram no âmbito dos espaços geográficos. E é justamente com o objetivo de compreender o papel do espaço na disputa por território no meio rural

¹⁰ Para Almeida (2002, p. 72), as novas etnias podem ser definidas como “[...] uma tendência de grupos a se investirem, num sentido profundo, de uma identidade cultural com o objetivo de articular interesses e reivindicar medidas, fazendo valer seus direitos em face dos aparatos do Estado”.

capixaba, que o próximo tópico debate e delimita as diferentes formas de territorialidades que integram o objeto desta pesquisa.

2.4 TERRITÓRIOS EM DISPUTA: CONFLITOS ENTRE TERRITORIALIDADES DISTINTAS NO PROCESSO DE TITULAÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO MEIO RURAL CAPIXABA

As formas de vida dos homens sempre estiveram ligadas às relações estabelecidas com os espaços geográficos. Para a Geografia, em especial, tanto a dimensão espacial quanto a forma de se relacionar com a mesma (territorialidade) seriam indissociáveis da condição humana (HAESBAERT, 2004).

Invocando uma espécie de herança primitiva relacionada aos répteis, Raffestin (1993) ressalta a importância que a humanidade dá à questão espacial. Segundo o autor, a população estaria constantemente em interação com esse princípio. Afinal, “[...] em todas as fases de nossa existência, somos confrontados com a noção de limite: traçamos limites ou esbarramos em limites. Entrar em relação com outros seres e as coisas é traçar limites ou se chocar com limites” (p. 164).

Sob essa perspectiva, a noção de limite produziria uma espécie de sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o seu território. A própria arbitrariedade do conceito de propriedade privada estaria ligada a essa necessidade de estabelecer limites e dominar territórios.

Nesse sentido, na busca pela compreensão dos fenômenos sociais, o conceito de espaço geográfico, aqui compreendido como o território utilizado pelo homem, ocuparia um papel fundamental (SANTOS, 2005), dando conta das múltiplas configurações sociais possíveis a partir da relação homem-espaço. Conforme ressalta Haesbaert (2009, p. 14), a “[...] influência da ordem espacial no direcionamento dos processos sociais é uma evidência cada vez mais inquestionável”.

E mesmo com as transformações sociais advindas da pós-modernidade a qual pressupõe a desestabilização das relações anteriormente estabelecidas – no âmbito material ou cognitivo –, o espaço geográfico não perdeu sua importância.

Mesmo uma corrente da Geografia tendo decretado o fim dos territórios, apostando que a pós-modernidade teria provocado a desterritorialização humana, o que se vê nas discussões mais recentes, especialmente no campo da Geografia Humana, é a afirmação do contrário, pois: “A humanidade desterritorializada é apenas um mito” (SANTOS, 2015, p. 42). Na abordagem do autor, a desterritorialização não se concretiza porque em realidade, por conta da instabilidade própria da Pós-modernidade, vivenciamos um processo contínuo de reterritorialização.

Nessa esteira, mudou-se a forma de enxergar e delimitar os fenômenos oriundos dos espaços geográficos. Esse novo paradigma, na verdade, segundo Haesbaert (2009), demanda novas exigências teóricas que deem conta da dinamicidade e fragmentaridade próprias desses “espaços” atualmente. O autor defende que embora a pós-modernidade produza a volatilização das coisas e dos sentimentos

[...] o espaço nem por isso perde sentido. Ao lado de uma geopolítica global das grandes corporações brotam “micropolíticas” capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes –, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada (p. 14)

Justamente alicerçado nesses paradigmas conceituais que se pretende debater neste espaço os aspectos relacionados à disputa por territórios no meio rural capixaba entre a população negra e os demais sujeitos que passaram a se apropriar dos espaços sob a lógica do capital. Desse modo, torna-se importante discutir e delimitar as diferentes formas de territorialidade que integram esse conflito o qual foi evidenciado, especialmente, a partir da inserção do Art. 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal (CF) e das demais tentativas do Estado de consolidar esse direito constitucional.

É fato que desde o período em que etnias distintas foram trazidas do continente Africano para o Brasil e escravizadas sob a ótica da exploração econômica colonial, formas distintas de *territorialidades* passaram a coexistir imbricadas em conflitos por conta justamente das maneiras diferenciadas de se lidar com o espaço.

Para dar suporte às discussões propostas neste tópico, antes de se abordar as especificidades dessa disputa e os contrastes aparentes entre os sujeitos nela envolvidos, faz-se necessária uma delimitação conceitual acerca das categorias teóricas pertinentes ao debate neste item, quais sejam: *território* e *territorialidade*. A esse fim, elaboramos um tópico específico para tratar do assunto.

2.4.1 Conceitos e pré-conceitos

Na obra *O mito da desterritorialização*, Haesbaert (2004) explica que o debate sobre os espaços e a territorialidade humana foi preterido no âmbito das Ciências Sociais, faltando um diálogo maior entre as diversas áreas desse campo. A própria Geografia somente questionou a necessidade de se buscar uma visão interdisciplinar a partir da década de 1980. O que soa incoerente na perspectiva desse autor, pois, embora sejam conceitos fundantes à Geografia, outras áreas também teriam interesse nas categorias de *território* e *territorialidade* por estarem também associadas à espacialidade humana (HAESBAERT, 2004).

Adquirindo características polissêmicas, inclusive no âmbito da Geografia, esses conceitos teriam suas noções amplamente expandidas a partir das diferentes perspectivas de cada área, como a Filosofia. As noções no pensamento filosófico, por exemplo, apresentam-se em “[...] dimensões que vão do físico ao mental, do social ao psicológico e de escalas que vão desde o galho da árvore ‘desterritorializado’ até as reterritorializações absolutas do pensamento” (HAESBAERT, 2004, p. 38).

A amplitude desses conceitos também pode ser mensurada a partir da recorrência de usos nas diferentes ciências que se dedicam a compreender o homem e sua relação com o ambiente. As diferentes ênfases dadas de acordo com o interesse de cada área conferem a dimensão possível de ser explorada quando se opta por observar os fenômenos a partir do recorte territorial. Assim:

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-

natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (a maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2004, p. 37).

Para delimitar e organizar melhor a apresentação dos conceitos, optamos por buscar uma visão “cronológica” deles, observando-os como elementos sequenciais e mutualmente imbricados (espaço-território-territorialidade). Dessa forma, o espaço deve ser visto como um elemento que antecede o território.

Segundo Raffestin (1993), um espaço somente é territorializado quando determinados atores passam a se apropriar concreta ou abstratamente do mesmo. O autor defende que:

O território, nessa perspectiva, é o espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que o homem constrói para si (p. 143).

Nessa esteira, ressalta-se que o espaço não pode ser confundido com território, embora este se apoie naquele. É no processo de interação ou apropriação do espaço pelo homem que se dá a formação do território.

Os diferentes grupos produzem concepções de mundo no processo de construção social do espaço. A noção de território depreenderia desse recorte definido pelo homem ao diferenciar um ponto específico dos demais espaços. O território seria o responsável por materializar as relações humanas as quais produziriam identidades e comportamentos sociais específicos. Sob essa ótica, Raffestin (1993) explica que:

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao complemento, acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação política, econômica, social cultural

que resulta de jogo de oferta e procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território (p. 150).

De sua parte, Santos (2005) alerta para o fato de que em muitas abordagens ainda há o predomínio do conceito de território que foi herdado da “[...] modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros [...]” (p. 255). Para as análises cujo objeto depreende do social, o teórico sugere que se fuja do viés materialista: “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica” (SANTOS, 2005, mesma página).

Para que sejam evitados recortes restritivos e que pouco evidenciam os fenômenos possíveis dessa perspectiva de análise em Ciências Sociais, Haesbaert (2009) propõe um olhar amplo e integral que contemple a multiplicidade concreta e simbólica presentes nesse conceito:

Trata-se no conjunto de analisar um espaço-território que é sempre, e ao mesmo tempo, espaço concreto, dominado, instrumento de controle e exploração, e espaço diferentemente apropriado, através do qual se produzem símbolos, identidades [...] (p. 10).

Como forma de organizar didaticamente as possibilidades de se pensar esse conceito, o autor sugere uma síntese das várias noções possíveis para território. Quais sejam:

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
 - Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
 - Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.
- Posteriormente, acrescentamos ainda a interpretação natural(ista), mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais, que se

utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação a seu ambiente físico (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Afastando-se um pouco desse olhar mais próprio da Geografia Humana, poder-se-ia ainda invocar outras perspectivas para categorizar território, especialmente ao se levar em conta as tecnologias disponíveis. Sobretudo ao considerar o fator “técnica” que criou instrumentos que funcionam como extensões (próteses) do homem, retirando uma série de limites para se pensar em ocupação de espaços e a criação de territórios.

É o caso do território comunicacional – tipo central desta pesquisa e que será abordado no capítulo a seguir – responsável pela conformação dos demais tipos devido à dinâmica social da pós-modernidade. E diante do protagonismo da internet seria possível ainda observar a formação dos ciberterritórios, os quais são construídos a partir da articulação dessa rede mundial e seus respectivos dispositivos que a fazem criar e/ou transformar espaços e relações produzidos numa perspectiva digital.

Contudo, embora haja outras possibilidades, a temática abordada neste capítulo pode ser melhor classificada a partir das noções presentes em Haesbaert (2004) e Santos (2015), que consideram o território como espaço de reprodução material e simbólica para os indivíduos, grupos ou instituições que fazem o uso do espaço, porque:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas criados pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando de território usado, utilizada por uma dada população (SANTOS, 2015, p. 96).

Foi possível observar nessa trajetória “cronológica” para compreender os conceitos aqui requisitados que o espaço antecede o território e que a partir da apropriação e da ação do homem sobre o espaço o território é constituído. Nessa sequência que implica também a produção desses elementos de forma simultânea, infere-se que a partir do sentido e do uso que o homem dá ao

território são constituídas as respectivas territorialidades, que seriam as formas de cada sujeito de compreender e se relacionar com dado espaço. Martinuzzo e Tessarolo (2016) colaboram nesta tentativa de se observar a ocorrência dessa tríade espaço-território-territorialidade, descrevendo da seguinte maneira essa “cronologia”:

[...] vive-se em um lugar; a existência requer um território, que não é dado, mas construído. O movimento histórico e humano de produzir um lugar para viver (o território) implica as territorialidades, que são, por assim dizer, a alma, o espírito do corpo material, dando-lhe movimento, direção, o sopro vital da existência (p. 15).

O conceito de territorialidade surge também como elemento importante para compreender a disputa por territórios no Espírito Santo a partir da tentativa de titulação de comunidades quilombolas. Sobretudo em função de essa disputa ressaltar contrastes entre as formas de ver o território. Na observação do objeto deste trabalho, o uso do conceito de territorialidade cumpre a função de

[...] enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural. Territorialidade, além da acepção genérica ou sentido lato, onde é vista como a simples ‘qualidade de ser território’, é muitas vezes concebida em um sentido estrito como a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2004, p. 73).

Findada a delimitação do marco conceitual, realizaremos na seção próxima o debate sobre os elementos que dão contorno ao conflito territorial no meio rural capixaba, sobretudo a abordagem relativa aos territórios em disputa e às territorialidades de cada sujeito envolvido na questão.

2.4.2 Território e territorialidades imbricadas no processo de titulação de territórios quilombolas no Espírito Santo

A questão agrária sempre foi muito cara à história brasileira, especialmente se considerarmos que a forma como os espaços foram ocupados de forma privilegiada por determinados grupos hegemônicos está relacionada ao nível de desigualdade social que persiste e, atualmente, se agrava no Brasil.

Ponderando-se que a globalização trouxe novos contornos e características aos espaços geográficos que passaram a ser estratégicos para a

eficácia das ações do capitalismo, essa dinâmica tem feito com que os sujeitos que detêm maior poder econômico e político se apropriem das melhores partes do território e deixem “o resto para os outros”. Segundo Santos (2015, p. 79): “Numa situação de extrema competitividade como esta em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade”.

Para o autor, na atualidade, o principal regedor do território é o capital global. Essa finança global, nos termos de Santos (2015), seria a responsável por definir as regras e normas sobre o tecido social de forma unitária, sem considerar as especificidades preexistentes nessa estrutura. Com isso, o interesse privado sobrepõe-se ao interesse coletivo, promovendo impactos sociais locais muitas vezes irreversíveis. De acordo com ele:

Nessas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território da economia e das sociedades locais. Dentro desse quadro, a política das empresas – isto é, sua *policy* – aspira, e consegue, mediante uma *governance*, a tornar-se política; na verdade, uma política cega, pois deixa a construção do destino de uma área entregue aos interesses privatísticos de uma empresa que não tem compromissos com a sociedade local (SANTOS, 2015, p. 107).

E é esse tom que marca a disputa por territórios no meio rural capixaba protagonizada por comunidades quilombolas, proprietários rurais e grandes empresas do ramo do agronegócio, especialmente no Norte capixaba, onde se concentra a maior parte das comunidades remanescentes de quilombos que pleiteiam a demarcação do seu território com base na previsão constitucional do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88.

A publicação dessa legislação foi um marco importante à questão quilombola, contudo as disputas por territórios e os contrastes entre as diferentes formas de territorialidades envolvidas nessa questão ocorrem desde muito antes da promulgação da Constituição Federal, em 1988. Esse embate persiste desde o período em que o Brasil ainda era uma colônia portuguesa e os primeiros cidadãos do continente Africano começaram a ser escravizados para produzir riquezas nestas terras. A história do Espírito Santo também seguiu a lógica nacional, podendo ser compreendida sob uma ótica semelhante.

Embora o estado não tenha ocupado um lugar de destaque econômico no período escravista, segundo o historiador Cléber Maciel (1994), documentos registram a presença de escravizados em terras capixabas a partir de 1550. Além daqueles que foram trazidos diretamente do continente Africano, houve um fluxo intenso de transferências de escravizados vindos da Bahia, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Além disso, conforme registrado pelo autor, alguns grupos chegaram ao estado acompanhando os fluxos migratórios do período pós-republicano. De acordo com as pesquisadoras Carla Osório, Adriana Bravin e Leonor de Araújo Santanna (1999), a distribuição e a concentração dos negros no Espírito Santo também foram

[...] determinadas pela vida econômica da região. Assim, até o fim do século XVIII, em função do cultivo da cana-de-açúcar e da mandioca, e com a criação de gado e a pesca, principalmente, essa população se localizou nas regiões Norte, nos atuais municípios de São Mateus, Conceição da Barra e Linhares; Central, nas cidades de Vitória, Serra, Santa Leopoldina, Vila Velha e Guarapari; e Sul, em Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy (p. 23).

Da mesma forma, a constituição de quilombos no estado também seguiu a lógica nacional e, por meio das fugas, das liberdades conquistadas e das alianças estabelecidas, os negros foram constituindo grupos nas áreas rurais. O acervo documental dessa época já ressaltava a diversidade dessas comunidades. Segundo Maciel (1994, p. 47), em 1823, por exemplo, “[...] moradores brancos de São Mateus fizeram reclamação ao governo alegando que lá existiam muitos quilombos”.

Os registros históricos e as pesquisas desenvolvidas demonstram que os quilombos passaram a compor de forma intensa a paisagem do Espírito Santo no século XIX. O Estado foi até pressionado a organizar Companhias em campanhas bélicas para combater esses grupos, pois “[...] um número cada vez maior de escravizados, segundo o relatório do presidente da província, deixava as fazendas de seus senhores para viver nos quilombos [...]” (OLIVEIRA, 2011, p. 145).

E se a presença de escravizados data o ano de 1550, conforme registrado em documentação (MACIEL, 1994), os registros sobre a formação de quilombos se deram a partir de 1814, conforme informações presentes nos registros da

expedição registrada pelo príncipe Maximiliano Wied-Neuwied (OLIVEIRA, 2011). Esse viajante registrou a dinâmica dessa forma distinta de ocupação de território e de territorialidade que se consolidava em solo capixaba.

Segundo Oliveira (2011),

[...] o viajante conhecido como príncipe Maximiliano Wied-Neuwied escreveu sobre os ex-escravizados da Fazenda do Campo e Fazenda Engenho Velho, próximas à então Vila de Guarapari. Após a morte do proprietário dessas fazendas, os escravizados se revoltaram, passaram a trabalhar menos, consideravam-se livres e recusavam a se submeter a uma nova ordem administrativa. O referido viajante, impressionado com a organização e a recepção dos ex-escravizados das mencionadas fazendas, denominou-a como República Negra e esta contava com cerca de 600 integrantes. Para se referir aos demais agrupamentos negros “independentes” que o viajante encontrou na época, próximos à vila e nos sertões de Guarapari, ele empregou os termos “escravos do mato” e “negros do mato”. O termo “do mato” foi usado pela polícia e pelos presidentes da província em outros momentos do século XIX, como em 1847 e 1848, para se referir a um líder quilombola no então distrito de Cariacica, denominado Antônio do Mato. Conforme escreveu Marinato (2006), o comércio com os “escravos do mato”, embora existisse entre eles e com pessoas livres, estava proibido pela polícia, e a autora, a partir de estudos documentais, narra a prisão de um homem livre que havia estabelecido relações comerciais com os “escravos do mato”, nas imediações dos limites de Guarapari com Viana, e não quis revelar o paradeiro do quilombo (p. 146).

Os apontamentos do príncipe também demonstram que mesmo sem terem se libertado, como o caso de algumas fazendas visitadas no Norte do estado, os escravizados, que nessas áreas eram responsáveis pelo cuidado do gado, mantinham uma estrutura social específica funcionando, a qual contribuiu para produzir uma forma de vida alternativa, diferenciada na tentativa de manter os costumes e crenças africanas. O viajante europeu ressaltou especialmente o som dos tambores que soavam ao anoitecer nas áreas destinadas aos escravizados (OLIVEIRA, 2011).

Outros registros documentais sobre a presença de quilombos ao longo do estado ressaltam como os tambores estavam presentes na dinâmica social dos escravizados e dos povos que se libertavam no Espírito Santo, tendo esse som servido como “[...] indício para que os moradores do vale do rio Muqui, no sul do Espírito Santo, levassem ao delegado de polícia do distrito de Itapemirim a

denúncia de que nas matas próximas ao Muqui se encontrava um quilombo” (OLIVEIRA, 2011, p. 146).

Conforme apontam diferentes levantamentos, os quilombos estiveram presentes em diferentes regiões do estado. Mas essa presença sempre foi instável. Dos riscos de ataques das tropas a mando dos senhores antes da abolição às políticas econômicas desenvolvimentistas do país, os territórios onde estavam localizados os quilombos sempre estiveram ameaçados.

Além da constituição de novos territórios, os antigos escravizados constituíram sua própria forma de ver, ocupar e se relacionar com o espaço. Observadas essas formas, percebe-se que a territorialidade ligada aos negros enquadra-se na classificação simbólica-cultural (HAESBAERT, 2004), guardando relação com aspectos mais próximos da colaboração, da ancestralidade e do pertencimento, com forte carga identitária.

Segundo Ferreira (2009), foi principalmente com o fim do processo de escravização e com as crises econômicas em fazendas produtoras de farinha de mandioca as quais foram abandonadas no Norte do estado que os negros puderam desenvolver novas formas de relação com os novos espaços. Conforme descreve a autora, com o domínio, ao menos provisório, dos seus novos territórios, os

[...] quilombolas reconstruíram sua existência material, simbólica e afetiva, conformando entre si redes de relações de troca, de parentesco, de festa e devoção, que fundamentavam o sentimento de identidade e pertença em relação ao espaço apropriado: formas de *territorialidade* (p. 4).

A história registra que a formação do território brasileiro foi forjada a partir da busca ilimitada de acumulação de riquezas por parte da coroa portuguesa, seja pela exploração de riquezas naturais seja pela atividade mercantil com produção de manufaturados a partir da exploração das etnias locais e do continente Africano.

O modelo imposto pelo sistema de capitanias hereditárias e de sesmarias como forma de ocupação do território por meio de concessões de áreas enormes a uma elite reduzida pavimentou o início do caminho de concentração de terras no Brasil. Este projeto foi complementado, posteriormente, com a tentativa do Império de transformar este país cheio de heranças coloniais em um espaço

propício ao capitalismo, tendo como “diretriz” a marginalização dos ex-escravizados de forma institucionalizada por meio do sistema de comercialização das terras implantado a partir de 1850. Essa política “estatal” resultou na expulsão de boa parte dos remanescentes dos quilombos de seus territórios (OSÓRIO; BRAVIN; SANTANNA, 1999).

Somado a isso, a política migratória com foco no embranquecimento deu o contorno final à estrutura agrária capixaba e excluiu a população negra e seus descendentes definitivamente do processo, conforme descreve Oliveira (2011):

Após o fim legal da escravidão, segundo os dados historiográficos, passaram a ocorrer conflitos de terra em diferentes regiões do Espírito Santo, entre os descendentes de ex-escravizados e os de senhores (*fazendeiros*), quase sempre os primeiros perdendo suas terras para os segundos. Cabe acrescentar que conflitos de terra ocorreram também entre essas comunidades negras e os descendentes de imigrantes alemães e italianos, como verifiquei que aconteceu em Retiro, no ano de 1964 e no início da década de 1980. Os conflitos sociais e territoriais entre esses segmentos étnicos, embora tenham sido omitidos pela maioria dos estudiosos das relações sociais e econômicas no Espírito Santo, os dados historiográficos, especificamente os de Maciel (1994), informam que, após o fim da escravidão e no início do século XX, existiam diversos agrupamentos de descendentes de escravizados estabelecidos com pequenas posses de terra em comum e roçados de subsistência, como o cultivo de mandioca e feijão na região serrana do Espírito Santo. O governo do mesmo estado, movido por uma ideologia racista e do branqueamento que embasava a política de incentivo à imigração europeia por parte do governo brasileiro, seguia os padrões de ocorrência de outras regiões do Brasil, passando, por isso, a perseguir e a combater o estabelecimento de comunidades negras na terra, sob a alegação de que essas terras deveriam ser doadas ou vendidas aos imigrantes europeus. Essa prática governamental de expropriação de terras de comunidades negras e quilombolas para entregá-las aos imigrantes europeus nas regiões sul e serrana e depois às empresas de monoculturas de eucaliptos e cana-de-açúcar perdurou até a década de 1980, sobretudo nas terras das comunidades quilombolas e indígenas do mesmo estado. As ideologias das expropriações afirmavam existirem vazios demográficos nas regiões das terras dessas comunidades (p. 149).

O olhar diacrônico sobre o processo de ocupação do meio rural onde existiam comunidades negras evidencia os conflitos entre formas completamente distintas de territorialidade. Segundo Ferreira (2009), a territorialidade dos fazendeiros e das multinacionais do agronegócio é do tipo funcional. A

territorialidade das comunidades negras rurais, por sua vez, é composta por uma alta carga de identidade e pertencimento, direcionada mais para a existência material, simbólica e afetiva do que à lógica capitalista.

Conforme descreve Oliveira (2005), o território quilombola e a respectiva territorialidade constituída a partir da vivência do grupo são marcadamente constituídos pelas relações sociais e têm grande importância à preservação da existência da comunidade:

Assim, o território negro é uma construção social, cultural e política da realidade, pois o “nós”, os principais atores desta construção, estão em relação aos “outros”, e nessa relação, valorizam as diferenças de seus códigos morais, valores culturais, regras de residência, princípios e crenças acerca da formação do grupo. Acrescento ainda que não são apenas os laços econômicos com a terra que garantem a construção do território, mas também os laços afetivos socialmente significativos, a partir dos quais os membros do grupo constroem princípios morais que norteiam suas ações e ressignificam a terra deixada como herança pelos ancestrais (p. 21).

E é em razão dessa discordância de cosmologia que o conflito se instala: “[...] embora divergentes em seus fundamentos e práticas, ambas as territorialidades se fazem no mesmo território, numa tensão conflitiva, onde diversos sentidos se manifestam [...]” (FERREIRA, 2009, p. 17). Conforme relatado ao longo do texto, tal conflito não é recente. Porém, pode-se afirmar que o início dos processos de delimitação e titulação de territórios quilombolas no estado promoveu o acirramento dessa disputa, envolvendo novos atores.

Mesmo sem os direitos dos povos quilombolas terem sido concretizados no Espírito Santo, somente a possibilidade de modificação na estrutura social e fundiária por meio das propostas de regularização dos territórios foi suficiente para a emergência de questionamentos jurídicos e étnicos, materializados pela reação dos grupos ideologicamente contrários a essa política afirmativa (OLIVEIRA, 2016). E se antes a disputa estava restrita aos interesses dos grandes proprietários e dos negros, atualmente outros atores participam de forma direta ou indireta na questão. Segundo explica Oliveira (2011):

Após a abertura dos processos de regularização dos territórios dos quilombos, os conflitos e embates acerca do que vem a ser o direito territorial assegurado a essas comunidades têm se acirrado e envolvido conflitos diferenciados com diversos atores sociais no Espírito Santo, entre os quais podemos destacar: 1) grandes e

médios proprietários de terras; 2) grandes empreendimentos da monocultura de eucaliptos e da cana-de-açúcar; 3) agentes de administrações públicas municipais, estadual e federal, que têm seus interesses implicados na efetivação ou não dos direitos dessas comunidades (p. 154).

Na visão do autor, como esse embate fortalece o processo de conscientização dos direitos étnicos sobre o território, reforçando também os laços culturais e identitários, os agentes do capitalismo veem outro item da tríade dos fatores de produção (terra-trabalho-capital) ameaçado, pois “[...] não são apenas os territórios que saem do mercado de terras, mas também a mão de obra de baixo custo dos quilombolas” (OLIVEIRA, 2011, p. 156). Talvez, junto ao racismo estrutural latente no Brasil, esse ponto também ajude a explicar o tamanho da reação contrária ao direito quilombola.

Oliveira (2005) afirma que o processo de titulação dos territórios quilombolas representa uma ameaça ao grupo hegemônico que se perpetua na exploração do território brasileiro:

Ao que parece, o acesso de negros descendentes de escravizados ao direito à terra ameaça o *status* social e as posições de poder de fazendeiros (descendentes de senhores de escravos) que monopolizam a propriedade de grandes extensões de terra como signos marcadores de posições que consideram de superioridade em relação aos descendentes dos escravizados (p. 319).

Em meio a essa reação àquilo que os grandes fazendeiros e multinacionais do agronegócio consideram como uma “ameaça”, a imprensa produziu matérias com abordagem de questões em torno da temática. Para entender o contexto de produção do discurso jornalístico, pautaremos no capítulo a seguir o debate sobre as interfaces dos territórios informacionais, neste caso o jornalístico, com os subjetivos e econômicos – conforme as categorias de Haesbaert (2004), especialmente no que se refere à interferência do primeiro na dinâmica de poder social dos demais.

3 O PODER DA COMUNICAÇÃO¹¹

Na seção anterior, no qual tratamos da contextualização de questões centrais relacionados ao processo de titulação de territórios quilombolas, o conceito de território fez-se presente e ao mesmo tempo mostrou-se estruturante aos conflitos já abordados. O que descrevemos foi um processo em que grupos distintos, dotados de territorialidades também distintas, por motivações diferentes, estão disputando um mesmo território.

Este capítulo, por sua vez, aborda outra categoria de território, que também contribui à compreensão dos fenômenos aqui investigados: o território comunicacional (ou informacional). Pois, o *corpus* e a hipótese de pesquisa direcionam nosso olhar mais precisamente para a esfera de visibilidade midiática da qual a cobertura jornalística de *A Gazeta* sobre a titulação esteve inserida.

O interesse aqui que se vislumbra é com a possibilidade de interferência desse território midiático na disputa de poder nos demais territórios presentes nesse recorte, uma vez que partimos do pressuposto de que como território simbólico, o comunicacional não só colabora na constituição dos demais como interfere diretamente no equilíbrio de forças em disputa nesses espaços.

Na perspectiva de um território ao mesmo tempo híbrido, integrado e descontínuo, funcionando por meio da fluidez típica da sociedade em rede da pós-modernidade, a comunicação cumpre a função de elemento de conexão, desempenhando um papel central na constituição dos territórios e das próprias territorialidades. Conforme destaca Reis (2017):

A comunicação e suas mídias, este conjunto de linguagens e equipamentos destinados a dar corpo e movimento às narrativas na contemporaneidade, tornou-se maquinaria necessária para o estar neste mundo ampliado da contemporaneidade. Nas suas diversas escalas espaciais, as mídias se justapõem e sobrepõem formando elas mesmas uma territorialidade que incide fortemente sobre outras e sobre nosso cotidiano [...] (p. 24).

¹¹ A reprodução do título da obra do sociólogo Manuel Castells (2005) para nominar este capítulo é uma reverência aos pressupostos interessantes presentes no pensamento desse autor sobre o papel da comunicação na sociedade.

Interessante destacar que os territórios informacionais (ou infoterritórios¹²) tiveram seu papel reforçado com a emergência do capitalismo cognitivo, cenário que ampliou o papel da comunicação na constituição territorial. E no caso específico da esfera de visibilidade midiática produzida por *A Gazeta*, além de interferir na dinâmica de outros territórios, deve ser considerada também como um território específico dotado de dinâmica de funcionamento e territorialidades próprios.

Além disso, conforme Martinuzzo e Tessarolo (2016), podemos inferir que a imprensa, como os demais veículos de mídia, “[...] faz mais do que participar da produção de territórios e da articulação das territorialidades; ela mesmo se torna o suporte destes, a paisagem, o espaço onde eles se produzem” (p. 12).

Destarte, o nosso objeto de estudo representa uma disputa no âmbito do território físico, político, jurídico, cultural e econômico que também está presente no território midiático por meio de um fluxo contínuo e retroalimentado entre eles. A partir dessa ótica, podemos considerar, ainda, que os territórios e as respectivas territorialidades

[...] pertencem às dinâmicas sociais e se apresentam em permanente articulação e rearticulação, ganhando presença em diferentes substratos, em suas múltiplas durações. Desta forma, territórios são âmbitos de disputa e de poder, de controle e ocupação, de expressão e representação (ZANETTI; REIS, 2017, p. 19).

No processo de revisão bibliográfica, a partir das leituras de obras de Bourdieu (1997; 2000; 2003), foi possível identificar algumas aderências entre o conceito de campo e de território, sobretudo na perspectiva mais híbrida e simbólica deste último. Traçando um paralelismo conceitual dentro dos seus limites epistemológicos, as asserções do sociólogo francês sobre as possibilidades de interferência do campo da comunicação em outros campos importantes pode nos ajudar na tarefa de buscar compreender como o território do jornalismo exerce influência sobre outros territórios.

¹² “[...] extensão simbólico-cognitiva constituída comunicacionalmente nos limites das interfaces viabilizadas por intermédio de redes de mídias on e off-line e conteúdos informacionais por elas e/ou nelas produzidos, distribuídos e compartilhados” (MARTINUZZO; TESSAROLO, 2016, p. 12).

Para o sociólogo francês, o campo se refere a um espaço simbólico onde disputas e tensões ocorrem em dada estrutura, na qual agentes distintos, em busca de capital simbólico, travam batalhas com o fito de ocupar boas colocações nesse espaço. Segundo ele:

A estrutura do campo é um estado da relação de forças entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decorrer das lutas anteriores, orienta as estratégias posteriores. Esta estrutura, que está no princípio das estratégias destinadas a transformá-la, está ela própria sempre em jogo [...] (BOURDIEU, 2003, p. 120).

Em várias obras, o autor discute a estrutura e o funcionamento de diferentes campos, como o da literatura, o científico, o econômico e, entre outros, o *campo do jornalismo*. Dotado de uma dinâmica de funcionamento própria e desfrutando de privilegiada posição na estrutura social, a agência desse campo tem provocado acalorados debates.

Bourdieu (1997) ressalta a capacidade que o jornalismo tem de influenciar outros campos importantes da vida social (outros territórios!?) impulsionado especialmente pela ótica do mercado que, para o autor, é quem pode ditar as regras das relações de força que determinam a prática noticiosa. Ele sugere que se observe a

[...] influência que os mecanismos de um campo jornalístico cada vez mais sujeito às exigências do mercado (dos leitores e dos anunciantes) exercem, em primeiro lugar sobre os jornalistas (e os intelectuais-jornalistas) e, em seguida, e em parte através deles, sobre os diferentes campos de produção cultural, campo jurídico, campo literário, campo artístico. Trata-se então de examinar como a restrição estrutural exercida por esse campo, ele próprio dominado por pressões do mercado, modifica mais ou menos profundamente as relações de força no interior dos diferentes campos, afetando o que aí se faz e o que aí se produz [...] (BOURDIEU, 1997, p. 101).

Este capítulo, então, cumpre o papel de produzir o debate teórico-metodológico relacionado a esse território simbólico, imaterial – que também se faz campo – procurando compreender as formas de participação nas dinâmicas de poder social. Também será nesta seção que apresentamos os argumentos teóricos que dão sustentação à proposição desta pesquisa como um estudo do campo da comunicação social.

O que não significa que abordaremos somente construções nativas dessa área, pois embora se busque a consolidação e delimitação da mesma como uma grande área das Ciências Sociais Aplicadas, a marca da diversidade epistemológica permanece nos estudos de Comunicação Social.

Conforme explana Lopes (1997), esse aspecto não é exclusivo, mas típico das condições de produção do conhecimento nas Ciências Sociais de uma forma em geral, haja vista que: “[...] o próprio objeto é dinâmico e mutável porque os problemas estudados são fenômenos históricos, instituições, relações de poder, classes sociais, manifestações culturais etc.” (p. 31).

Nesse sentido, a opção deste pesquisador – não só neste capítulo, mas ao longo de todo o trajeto de pesquisa – pelo uso de autores e teorias de campos e de áreas diversas, como a Linguística, a Semiótica, as Ciências Sociais, as Ciências Políticas, a Antropologia, a Geografia e a própria Comunicação Social em suas diversas vertentes justifica-se à medida que o objeto da pesquisa é transdisciplinar, impactado por muitas questões como aquelas citadas por Lopes (1997).

Como destaca Santaella (2001), existe uma base lógica universal para todas as ciências que permite, sem prejuízo aos resultados, a coexistência de particularidades e de diversidades entre métodos. Para a autora, essa multiplicidade só reforça aspectos essenciais à produção de ciência, como rigor, coerência, consistência, ética, entre outros atributos, destacando que:

A relação inseparável de uma base lógica universal para todas as ciências, com as variações históricas e particulares de cada ciência, explica porque, apesar da diversidade nos métodos das ciências, há sempre constantes, regularidades, possibilidades de adaptações criativas do método de uma ciência para outra. Enfim, ciência é aquilo que os cientistas fazem e métodos nascem das teorias que criam e de suas práticas. Isso não anula, ao contrário, só intensifica as exigências que essa prática lhes impõe, tais como as do rigor, da coerência, da consistência, da ética, especialmente a ética do intelecto, da profundidade, da responsabilidade na obtenção dos resultados que prometem, e mais outros critérios formais internos e critérios externos da ciência [...] (p. 127).

Não é prioridade, e a nosso ver não tem importância para o resultado final, enunciar em que espectro do campo científico da Comunicação este trabalho está posicionado ou associado. Contudo, algumas questões apresentadas pelo objeto

de estudo, como a participação do jornal no processo de disputa de poder no âmbito dos territórios quilombolas, relacionadas a conceitos como opinião pública, esfera pública, entre outras, o aproximam da área da *Comunicação e Política* (FRANÇA *et al.*, 2018).

E como é comum em pesquisas nessa área, a interferência da mídia no processo político norteia nossas principais discussões. Tal debate, embora seja muito comum no campo da comunicação, não nos parece consolidado, pois as asserções acerca dos efeitos dos meios de comunicação na sociedade variam enormemente (ALBUQUERQUE, 2014).

E pensar essas relações no processo de cobertura do jornal *A Gazeta* (que pertence ao maior grupo capixaba de comunicação) sobre os processos de titulação de territórios quilombolas no Espírito Santo nos quais cosmovisões antagônicas, como de multinacionais do agronegócio, de latifundiários e de comunidades remanescentes de quilombos estão em conflito, pressupõe uma série de questões relacionadas à ordem social.

Por isso, este capítulo transita pelas distintas paisagens teóricas para atender, entre outras questões, à demanda da nossa principal hipótese de pesquisa, a qual considera a possibilidade do jornal produzir enquadramentos favoráveis a um dos lados no conflito em questão e, por meio do espaço concedido a esses argumentos na “esfera da visibilidade midiática”, interferir na esfera pública e na opinião pública ao implementar de fato o direito constitucional previsto no Art. 68 da CF.

Mas, antes de ingressar nas discussões das categorias constitutivas do objeto que serão aqui contempladas, faz-se necessário justificar o motivo de não considerarmos excludentes as teorizações marxistas e dos estudos culturais, empregando autores de ambas correntes. Ou seja, neste texto é possível apreender as aproximações e afastamentos entre essas correntes teóricas as quais consideramos pertinentes ao estudo aqui desenvolvido.

Assim, se no Capítulo 2 procuramos contextualizar os sujeitos sobre os quais incide o Art. 68, considerando toda a dinâmica social relacionada aos quilombolas como minorias étnico-raciais a partir de uma perspectiva mais próxima daquilo que preconiza os estudos culturais, nesta seção não abrimos mão de considerar que as relações de produção no âmbito do capitalismo sob as

quais o jornal e os jornalistas estão inseridos também influenciam os processos de produção de notícias e impactam o texto final publicado pelo periódico.

E a exemplo de Bezerra (2017), pensamos que é preciso deixar de lado uma posição dicotômica e excludente, que pressupõe um confronto que é de ordem mais política e ideológica do que epistemológica, e aproveitar as perspectivas dos dois campos no processo de pesquisa. Para tanto, como sugere o autor, procuramos promover o “encontro” dessas abordagens por meio de uma articulação

[...] não preconceituosa entre as formulações marxistas e culturalistas, a qual possibilite aos pesquisadores recorrer a ambas, sem ter de se enclausurar em uma ou outra matriz teórico-epistemológica, sem tornar-se presa fácil do sectarismo e proselitismo acadêmicos tão em voga, sem ter de fazer a falsa opção entre esta ou aquela para ser aceito na Academia (p. 29).

Nessa esteira, defendemos nesta pesquisa a possibilidade de empregar tanto contribuições críticas do âmbito de teorizações marxistas como dos estudos culturais visando a dar conta das dinâmicas sociais complexas presentes neste objeto de pesquisa, pois há, de um lado, evidências materiais e históricas (empresa jornalística, multinacional do agronegócio e o latifúndio) e, de outro, as questões simbólicas e culturais presentes que são pertinentes ao debate de um direito constitucional envolvendo um grupo étnico-racial cuja história está conectada ao nosso passado que se faz tão presente nas relações sociais brasileiras: a escravização dos povos africanos.

Essa ressalva faz-se necessária, pois estamos diante de “[...] duas grandes abordagens do conhecimento” (BEZERRA, 2017, p. 22), que têm influenciado muitas pesquisas ao longo de mais um século. Não propomos misturar ou empregar conjuntamente métodos oriundos dessas abordagens diretamente. O “encontro” que possibilitamos neste texto se dá entre os autores aqui empregados que partem dessas abordagens.

Interessante constatar nesse processo que, em certos casos, a exemplo do que defendemos, alguns desses autores influenciados por ambas formas de investigar os fenômenos sociais, como o caso de Stuart Hall, um dos principais responsáveis por transformar os Estudos Culturais em um movimento intelectual internacional (SOVIK, 2003). Segundo ela, Hall manteve uma postura peculiar no

processo de produção intelectual, tendo “bebido” das diferentes obras, inclusive das quais discordava, em busca daquilo que pudesse enriquecer o objetivo pretendido por seu trabalho. Ele teria se apropriado da força dos textos sem ter se preocupado em apontar problemas ou demonstrar filiação teórica, conforme metaforiza a autora:

No melhor sentido brasileiro, Hall é antropófago. Deglutiou Marx, Gramsci, Bakhtin. Saboreou Louis Althusser, Raymond Williams, Richard Hoggart, Fredric Jameson, Richard Rorty, Jacques Derrida, Michel Foucault, E. P. Thompson, Gayatri Spivak, Paul Gilroy, com algo de Ien Ang, Cornel West, Homi Bhabha, Michele Wallace, Judith Butler, David Morley, assim como ingeriu Doris Lessing, Barthes, Weber, Durkheim e Hegel (SOVIK, 2003, p. 10).

Sobre o nosso objeto de estudo, especificamente, podemos enfatizar que, embora o jornal (empresa) e os empregados (jornalistas) estejam inseridos na lógica do determinismo material e nas problemáticas produzidas pelas relações da sociedade de classe, o produto final (o texto redigido pelo repórter e publicado nas páginas do jornal) pode trazer também questões de ordem cognitiva, simbólica e cultural.

A agência da ideologia do capital é inextricável ao processo de cobertura sobre a titulação de territórios quilombolas, mas o olhar somente materialista não dá conta de explicar todas as questões presentes nos textos, como o silenciamento de uma série de aspectos positivos das comunidades (ANDRADE; SILVA, 2017) e a presença do racismo subliminar nos textos produzidos pelo jornal (TOMAZI; SILVA, 2018).

Parece-nos razoável considerar a necessidade de integrar as duas possibilidades de observação dos fenômenos sociais quando, por exemplo, constatamos que pequenos agricultores de ascendência europeia ao ocuparem posições semelhantes a dos quilombolas em termos de classe social receberam tratamento simbólico e material distinto ao longo da história (OLIVEIRA, 2011; 2005).

Isso porque o processo de produção jornalístico não é totalmente controlado e determinado pelos interesses de quem detém os meios de produção – “[...] brechas no sistema sempre estão presentes [...]” (SOUZA, 2018, p. 67) – e por isso há pequenos espaços para a agência de ordem individual dos sujeitos que elaboram o conteúdo. Sem deixar de considerar os fenômenos que operam

no conjunto, é necessário também pensar a diferença, a variação, a especificidade de cada situação e o objeto, abrindo mão de compreensões monolíticas dos fatos sociais, conforme sugere Hall (2003).

Nessa perspectiva, além da presença de uma lógica capitalista no processo de produção de notícias, considero que os enquadramentos produzidos pelo jornal foram também impactados pelas dimensões cognitiva, psicológica e simbólica dos indivíduos que efetivamente moldaram o texto (repórter, redator, editor etc.). E essas dimensões sofrem interferência de processos interativos e culturais não determinados somente pelo viés economicista e de classe, pois os “[...] textos da mídia são resultado de princípios que estruturam cognitiva e culturalmente os sentidos, em articulação com as próprias relações sociais” (MAIA, 2008, p. 100).

Assim, para abordar as primeiras estruturas relacionadas ao nosso objeto de pesquisa que se apresenta multidisciplinar e complexo, procuramos, na subseção a seguir, estabelecer as interfaces entre esfera pública, imprensa e opinião pública.

3.1 AS INTERFACES ENTRE A ESFERA DE VISIBILIDADE MIDIÁTICA, A ESFERA PÚBLICA E O JORNALISMO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

O título acima pressupõe a abordagem de conceitos caros às Ciências Políticas, como opinião pública e esfera pública. E embora a delimitação de alguns deles seja importante para a compreensão das respectivas implicações desses elementos nas análises desta dissertação, não propomos um debate extenso sobre essas categorias. O nosso produto final, na verdade, pretende se apresentar como um trabalho de crítica de mídia – e não um estudo de recepção – que possa colaborar no aprimoramento do trabalho da imprensa, pois, como em Souza (2018), defendemos a relevância do jornalismo para processos estruturantes nas democracias. O autor enfatiza que “[...] o valor de uso do jornalismo está na sua capacidade de desestabilizar os consensos e desmistificar

a realidade reificada no sentido de superá-la” (p. 66). Valor esse que urge ser resgatado diante do cenário político atual.

Nesse processo de crítica à mídia, investigamos como temas sociais contrários aos interesses de grupos hegemônicos que detêm o poder político no país – identificação, delimitação e titulação de territórios quilombolas, uma causa premente à Nação brasileira – são inseridos na esfera de visibilidade da imprensa e, principalmente, como o jornal selecionado e os profissionais imbricados no processo de construção das notícias e reportagens veiculadas em 2007 sobre a questão operaram para “[...] enquadrar e editar o debate, para conceder voz a determinados atores e para agenciar sentidos publicamente” (MAIA, 2008, p. 18).

Compreender esse processo é importante porque consideramos que os cidadãos formam as suas opiniões e incorporam conceitos a partir do processo interativo com diferentes formas de mediação social, sendo a mídia – e a imprensa está inserida no bojo desse grupo – uma das formas variadas existentes de mediação social (AVRITZER, 2014).

Assim, funcionando por meio de um processo que se retroalimenta, a cobertura da imprensa impacta, por meio dos enquadramentos de temas e do agenciamento de sentidos, os debates realizados nas diversas arenas da esfera pública que, de sua parte, imiscui na formação da opinião pública, a qual, de forma legítima ou não, serve como justificativa para as decisões e ações políticas que interferem na sociedade de modo geral: “A política depende sempre da formação do juízo e da opinião pública, mesmo quando usa da coerção, legítima ou não” (LIMA; GUIMARÃES; AMORIM, 2014, p. 10).

Sob essa lógica e considerando a existência de várias formas de mediação social não podemos classificar o jornalismo como o único ente social que tem condições de direcionar os rumos de debates e deliberações como aqueles relacionados à titulação de remanescentes de quilombos. O mesmo tecido social que a imprensa contamina é infectado por outras agências sociais.

Contudo, levando em conta que a justificativa de se realizar esta pesquisa está ancorada no raciocínio presente na citação a seguir, podemos atribuir uma certa centralidade à imprensa nesse processo político, pois os produtos jornalísticos podem e devem ser vistos como instrumentos importantes de poder empregados na disputa pela hegemonia social ao se colocarem, de forma

recorrente, “[...] a serviço do interesse dos grupos que os controlam [...]” (RAMONET, 2013, p. 53).

Partindo dessa concepção, confluímos ao entendimento de Maia (2008) de que

[...] é preciso tratar os media como um sistema inserido no todo social e no contexto sócio-histórico. As interseções entre comunicação e política não podem ser vistas como causalidades unidirecionais. [...] O sistema dos *media*, ambiente de luta simbólica e profusão de discursos, participa centralmente desse fazer político através do qual sentidos e instituições são sustentados ou transformados (p. 16).

Em suma, o fim pretendido pelos atores sociais envolvidos nesse fazer político que gerencia sentidos é, em certa medida, o de “ganhar” a opinião pública, pois a elite política ainda depende – seja para se manter no poder, seja para fazer com que seus interesses se apresentem como legítimos (interesse coletivo) – da forma como a opinião pública assimila as pautas em disputa no espaço público.

Portanto, definir o conceito de opinião pública é uma tarefa complexa. Em primeiro lugar, o uso massivo pelo senso comum que atribui ao termo o sentido de opinião predominante – aquela relacionada ao resultado de levantamentos de institutos de pesquisas – cria algumas ambiguidades (FERREIRA, 2015). Por outro lado, no campo científico, essa expressão “[...] faz parte da família de conceitos que podem ser considerados clássicos em algumas ciências e, portanto, discutido a partir de diferentes matrizes conceituais” (FERREIRA, 2015, p. 51). Ou seja, não há um conceito único para esse termo.

Não obstante, interessa-nos a intersecção dessa categoria com a comunicação. E um olhar histórico sobre a origem e a evolução do termo ressalta justamente que os mesmos elementos técnicos e sociais que permitiram a emergência da comunicação de massa também foram responsáveis por dar relevância aos estudos sobre a opinião pública.

Conforme explica Carvalho (2014), a raiz do conceito de opinião pública que prevalece nos estudos atuais tem origem a partir da expansão das culturas liberais e democráticas, da formação do Estado moderno e da consolidação de nações como Inglaterra, França e EUA. Somado a esses fatores, de forma especial, aparece o desenvolvimento da imprensa. Segundo o autor, com a

evolução das sociedades modernas ocidentais, a opinião pública passou a ser vista como a interlocutora da sociedade junto aos poderes constituídos, o que colaborou para cristalizar a noção publicista do conceito, relacionado diretamente ao jornalismo ao se considerar a presença da opinião pública na imprensa como uma “[...] condição para a publicização das diversas opiniões individuais que constituem o público” (CARVALHO, 2014, p. 94).

Sobre o caso brasileiro, ele destaca que a fragilização do sistema político e dos partidos, em especial, que proporcionou a oportunidade das elites dirigentes se colocarem como intérpretes dos interesses da Nação, somada ao padrão discursivo que exalta a imprensa como meio de expressão da opinião pública que fora reproduzido ao longo de toda a história da República, consolidou de forma contundente a centralidade midiática nos processos de debate e deliberação nacionais e seu papel de “porta-voz da opinião coletiva” (CARVALHO, 2014).

Não podemos perder de vista tais ponderações históricas e conceituais para fundamentar esse debate sobre o papel da imprensa na pré-estruturação (GOMES; MAIA, 2008) e a conseqüente interferência na formação da opinião pública é que a mesma não deve ser percebida como algo estanque ou reduzida a uma soma de opiniões pessoais que constitui uma maioria numérica.

Avritzer (2014) aponta para a existência de uma intensidade de preferências, podendo as pessoas acolherem mais alguns argumentos do que outros em variações de níveis de concordância, havendo espaço para convencimentos. Por esse aspecto, o autor defende que a opinião pública deve ser vista, na verdade, como “[...] um produto de interação entre diferentes atores” (p. 66) que “[...] não deve ser medida estatisticamente, e sim dinamicamente [...]” (AVRITZER, 2014, mesma página). Com base nessa percepção, o olhar aqui aponta para um processo dinâmico a partir do qual a opinião pública se forma na esfera pública e esta recebe influência em diferentes graus de impacto e importância das discussões e argumentos hegemônicos veiculados pela imprensa em sua esfera de visibilidade.

Além disso, conforme defendem muitos autores que tratam dessa temática, a construção de processos políticos e sociais mais justos e democráticos perpassa, sobretudo, a estruturação de “[...] uma opinião pública democrática [...]” (LIMA; GUIMARÃES; AMORIM, 2014, p. 12), que só pode ser obtida quando é

possível “[...] permitir uma adequada, autônoma e igualitária participação dos indivíduos na esfera pública” (BARBOSA, 2014, p. 198).

Sob essa ótica, a esfera pública ganha centralidade no processo de formação de opinião e de agir político. Mas de que esfera pública [ou espaço público] se está falando? O conceito adotado aqui, grosso modo “[...] o *locus* do debate” (MAIA, 2008, p. 56), parte das formulações de Habermas (1997) ainda muito influentes no meio acadêmico. Importante ressaltar que o conceito do filósofo alemão sofreu mutações interessantes. A visão inicial considerada reducionista por partir somente da ótica da atividade política burguesa (AVRITZER, 2014) foi atualizada em suas formulações contemporâneas, tornando-se mais flexível e abrangente.

Na atualização desse conceito, Habermas (1997) admite a flexibilidade das fronteiras da esfera pública. Esse aspecto de fluidez torna possível empregar a base conceitual do autor para tentar compreender como a esfera pública está organizada na pós-modernidade, especialmente diante da realidade social do “pós-digital” – hiperconexão, hipercomunicação etc. (SANTAELLA, 2016).

O autor alemão passou a descrever a esfera pública como uma rede ramificada e complexa materializada em inúmeras arenas de diferentes estatutos. Destacamos nessa conceituação atualizada de Habermas (1997) dois pontos importantes a esta pesquisa: o processo de formação da opinião pública e o destaque dado ao papel da comunicação. Assim:

Esfera pública ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre conceitos tradicionais elaborado para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. **A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela, os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.** Do mesmo modo que o mundo vai tomando globalmente, **a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo [...]** (p. 92, grifos nossos).

É possível inferir a partir da obra desse filósofo alemão, conforme ressalta Avritzer (2014), a existência de uma tensão entre a esfera pública e a mídia. Da possibilidade de impacto negativo presente na formulação inicial submergiu um papel positivo para a mídia no pensamento de Habermas (1997) quando, por exemplo, ressaltou que uma esfera pública dinâmica, virtual, mediada e funcionando em rede somente “é possível através da mídia” (p. 94).

Partindo de algumas premissas dessa obra fundadora e da releitura dessas proposições feitas por outros autores abordados, confluímos para o entendimento de que o jornal, como o faz também os demais atores dos *media*, colabora na pré-estruturação da esfera pública ao estimular e abastecer o debate público generalizado desenvolvido em espaços não-midiáticos com os enquadramentos produzidos sobre os diferentes temas veiculados em diferentes suportes, a exemplo do que faz com a titulação de territórios quilombolas. Conforme detalha Maia (2008):

Ainda que os meios de comunicação não possam ser entendidos como uma “esfera pública” em si, eles disponibilizam expressões, matérias, discursos, eventos para o conhecimento comum. Os bens simbólicos e os fluxos comunicativos que se tornam disponíveis para o conhecimento público através dos *media* são reapropriados por sujeitos concretos, com seus quadros valorativos e suas histórias de vida e vocábulos próprios, em situações particulares. Num processo circular, os meios de comunicação fornecem importantes insumos que alimentam debates politicamente relevantes em diferentes âmbitos da sociedade (p. 18).

Naquilo que indicam Gomes e Maia (2008), essa pré-estruturação se realiza por meio dos espaços de visibilidade que os jornais conferem a ideias, discursos, eventos, sujeitos etc., conectando por meio desses modelos cognitivos os debates que se passam em diferentes espaços de discussão e deliberação. Assim, a expressividade de determinados discursos varia em função da sua presença na *esfera da visibilidade midiática*.

É importante perceber a diferença entre a esfera de visibilidade midiática, a esfera pública e outras áreas de discussão e deliberação, pois a primeira cumpre somente o papel de tornar disponível ao público, por meio de um conjunto de emissões, recortes da realidade e a interpretação dos fatos referentes ao mundo no qual as pessoas não têm acesso diretamente. É por meio dessa visibilidade

também conferida por grandes jornais como esse que analisamos - conforme elucidados pelos paradigmas da *agenda-setting* e do *framing*, os quais foram utilizados nas análises empíricas desta pesquisa – que para muitas pessoas é dito o que deve ser considerado importante na agenda social (o que pensar) e a partir de qual perspectiva (como pensar) essas questões devem ser vistas (AZEVEDO, 2004).

E o papel social desempenhado pela esfera da visibilidade midiática é central ao modelo de sociedade pós-moderna ancorada em fluxos comunicativos cada vez mais intensos e centrais para quase todos os aspectos do fazer social. Ao tempo que mais informações nos são disponibilizadas, estamos mais distantes das realidades às quais temos acesso, conforme evidenciou Lippmann (2008), pois quase tudo que sabemos sobre temas e acontecimentos nos é apresentado por terceiros.

Por esse aspecto, Hall *et al.* (2016) destaca o impacto social dos enquadramentos produzidos pela imprensa ao cumprir uma função interpretativa à coletividade, uma vez que são também grandes jornais como o analisado que dispõem com frequência

[...] informações de acontecimentos que ocorrem fora da experiência direta da maioria da sociedade. Os media, dessa forma, apresentam a primeira, e muitas vezes, a única, fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes (p 314).

E é a partir da esfera da visibilidade midiática, principalmente, que acessamos os tópicos de interesse coletivo que estão fora do nosso alcance, como é o caso do processo de titulação de territórios quilombolas. Segundo Maia (2008), o espaço de visibilidade midiática pode ser percebido como “[...] uma ‘arena’, ou um palco, onde vários grupos sociais e instituições competem sobre a definição e a construção de sentido a respeito de questões-chave da vida pública” (p. 101).

Ao “gerenciar” quais os enquadramentos ganham visibilidade, a imprensa em certa medida influencia as “[...] percepções que os cidadãos têm da sociedade e de seus problemas” (MAIA, 2008, p. 17). O protagonismo da imprensa é evidenciado nesse processo ao constatarmos que são poucos os canais de

divulgação de informação que tenham o mesmo peso “[...] em termos de amplitude e repercussão” (MAIA, 2008, p. 93).

Portanto, o jornalismo deve ser visto como um agente que interfere na disputa de poder no âmbito da sociedade, sendo necessário debater também qual a real capacidade da imprensa de impactar a sociedade. Esse aspecto é abordado no tópico a seguir por meio de um resgate da forma como essa questão vem sendo percebida pela Teoria da Comunicação.

3.2 IMPRENSA E PODER

A relação entre o poder e a imprensa vem sendo discutida exaustivamente ao longo de anos na academia, o que não torna a abordagem aqui proposta desnecessária, pois, conforme os diferentes campos de pesquisas que tratam de fenômenos inscritos no âmbito social, os objetos são mutáveis assim como os tempos históricos e as respectivas sociedades neles inscritas. Conforme ressalta McQuail (1991, p. 29, tradução nossa): “A natureza da relação entre os meios de comunicação e a sociedade depende das circunstâncias do momento e do lugar”.

É fato que desde os seus primórdios, a partir do advento da prensa tipográfica que permitiu a impressão em série de livros e o avanço da escolarização, a imprensa tem estado presente de forma significativa nas disputas de poder que resultaram em transformações importantes na sociedade. É o que ressalta, por exemplo, Anderson (2008) em seu clássico estudo sobre a formação dos Estados modernos.

O autor demonstra nessa obra que a convergência entre o capitalismo e a imprensa (o Capitalismo Editorial) colaborou para o nascimento e a consolidação das nações por meio do exercício do poder cognitivo. Nesse cenário, os jornais, por meio de narrativas sobre lugares diferentes e coisas distintas em forma de contiguidade, ajudaram a “dar forma” às comunidades imaginadas (nações modernas).

Porém, publicações com características mais próximas do que se entende como a prática do jornalismo de hoje somente começaram a tomar forma no século XVII, sendo o século XIX o ponto alto da expansão dessa prática, que

acompanhou os passos do crescimento do capitalismo e o fenômeno da urbanização.

Independente do momento histórico, o uso dos jornais como instrumentos políticos e de manifestação ideológica pode ser identificada em diferentes pesquisas que tratam da questão. Conforme dimensiona Marques de Melo (2006), em seu percurso existencial o jornalismo apresentou-se sempre como um espaço privilegiado de manifestação [e exercício] de poder.

Segundo o autor, a tentativa da burguesia de elevar o jornalismo ao posto de ente a serviço do bem comum e a um espaço de interesse público, primeiro, e de desideologizar e despolitizar (com a adoção de conceitos como objetividade, neutralidade de imparcialidade), posteriormente, não foram suficientes para contestar o papel político e ideológico que a imprensa ocupa desde então no âmbito da sociedade capitalista.

Essa pretensão da objetividade e da neutralidade perseguida pelos jornalistas, na visão de Tuchman (2010) não passa de uma estratégia de defesa ideológica e comercial. Ao invés de se construir um produto menos imparcial, na visão da autora essa postura na verdade faz com que os jornalistas se vejam obrigados a produzir determinados enquadramentos que procuram maquiar um produto que é por natureza irrealizavelmente imparcial. Ou seja:

Os processos de recolha de informação e a necessidade de produzir enquadramentos que lhes atribuam sentido obrigam os profissionais do jornalismo a desenvolver procedimentos que eles consideram objectivos. **Mas, com outras fontes ou sob outros ângulos, facilmente seguiriam vias distintas** (p. 166, grifo nosso).

Alguns elementos forjados a partir de um *modus operandi* industrial – as noções de imparcialidade, objetividade e equilíbrio – conferem direcionamentos não necessariamente intencionais ao produto notícia. Essas supostas regras de ouro, responsáveis por uma espécie de ideologia própria do jornalismo, “[...] dão origem à prática de assegurar que as afirmações dos *media* sejam (ou pareçam) fundamentadas em afirmações ‘objetivas’ e ‘autorizadas’ de fontes ‘dignas de crédito’” (HALL *et al.*, 2016, p. 315).

Enquanto o campo jornalístico insistiu durante muito tempo e em certa medida ainda insiste em se apresentar como um ente capaz de produzir conteúdo

livre de influência – afinal, o próprio jornal que fora objeto de análise se autodescreve dessa forma em seu sítio digital –, a Linguística já demonstrava ser essa pretensão inviável, pois a linguagem, sob quaisquer de suas formas, é um espaço prototípico de manifestação ideológica. E por isso não se pode colocar como indiferente. Trata-se de “[...] um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural” (BRANDÃO, 2012, p. 11).

E no âmbito da atividade jornalística estão relacionados outros aspectos que se apresentam ainda mais propícios a posicionamentos de toda ordem, quer econômicos ou culturais. Segundo descreve Marques de Melo (2006, p. 56):

[...] a atividade jornalística é eminentemente ideológica. Aprender os fatos e relatá-los por intermédio dos veículos de difusão coletiva significa, nada mais, nada menos, que projetar visões de mundo. E é exatamente isso que os jornalistas fazem cotidianamente. Atuam como mediadores entre os acontecimentos, seus protagonistas e os indivíduos que compõem um universo sociocultural (público destinatário).

Ou seja, a imprensa, por meio dos sujeitos reais que a operam, é um agente político-ideológico que, inevitavelmente, interfere na dinâmica de disputa do poder social. Ou nos termos mais incisivos de Motta (2002, p. 13): “Não há poder sem imprensa nem imprensa sem poder. Ambos estão historicamente relacionados”.

Como explica Castells (2015), o exercício do poder fundamental, a forma primeira desse exercício, ocorre por meio da capacidade que os diferentes dispositivos têm de moldar a mente humana. E estando os dispositivos midiáticos e a imprensa, em especial, posicionados estrategicamente no processo de definição e a aplicação das normas sociais, a sua participação no processo de definição do poder social torna-se ainda mais central. Para o autor,

O poder é mais do que comunicação e a comunicação é mais do que poder. Mas o poder depende do controle da comunicação, assim como o contrapoder depende do rompimento desse controle. E a comunicação de massa, a comunicação que potencialmente atinge a sociedade como um todo, é moldada e administrada por relações de poder, tem raízes nos negócios da mídia e nas políticas de Estado. O poder da comunicação está no âmago da estrutura e da dinâmica da sociedade (p. 21).

Entman (2010) compartilha dessa visão sobre a importância que as elites atribuem ao “controle do pensamento” em sociedades pseudodemocráticas, nas

quais o poder não se exerce prioritariamente pela via da imposição física. Na busca em fazer com que as pessoas pensem e se comportem de determinada forma, os grupos hegemônicos procuram influir sobre o que se deve falar e a forma como essa questão deve ser abordada nos processos de cognição social, prioritariamente, pela via dos meios de comunicação. Naquilo que enfatiza o autor:

Em sistemas políticos não coercivos, então, “dizer às pessoas sobre o que pensar” - e, assim, tentar moldar “o que pensam” - é a maneira de influenciar o que elas fazem. **E é por meio do enquadramento que atores políticos constroem os textos que influenciam, ou priorizam, as agendas e considerações sobre as quais as pessoas pensam** (ENTMAN, 2010, p. 337, tradução e grifo nossos).

A questão é que, mesmo que a imprensa não tenha a exclusividade no processo de formação ideológica, ao menos desfrutou por um longo período da hegemonia de sua difusão inserida no contexto da mídia de massa (AMARAL, 2002). E a nova forma assumida pelo jornalismo na virada do século XIX tornou mais nítida a percepção dessa prática política.

Por volta da década de 1930 que se consolidaram os jornais empresas, sendo suas práticas direcionadas, semelhantes aos demais negócios nesse formato, à obtenção de lucros como “[...] um típico empreendimento capitalista avançado, que subordina a política empresarial a pontos de vista da economia de mercado” (NOVELLI, 2002, p. 185).

Obedecendo a mesma lógica do capitalismo global, as empresas de jornalismo, integrando grandes empresas de mídia, ocupam hoje um papel fundamental de sustentação para uma variedade de negócios que estão concentrados nas mãos de poucos atores econômicos, formando os grandes conglomerados financeiros, empresariais e midiáticos (CASTELLS, 2015).

Com essa nova conformação, a imprensa, no conjunto das atividades da mídia, transforma-se em um ator que interfere no processo de poder político de forma ainda mais incisiva que em sua fase inicial, pois, além da já conhecida condição ímpar de produzir e distribuir capital simbólico, seu poder passa a emanar também, segundo Lima (2006, p. 59), da “[...] ação direta de seus concessionários e/ou proprietários [...]”.

Isso representaria o duplo papel estratégico que a imprensa (inserida no sistema midiático) desempenha para garantir o avanço do turbocapitalismo:

O primeiro diz respeito à sua condição peculiar de agente discursivo da globalização e do neoliberalismo. Não apenas legitima o ideário global, como também o transforma no discurso social hegemônico, propagando valores e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas. O segundo papel exercido pelos conglomerados de mídia é o de agentes econômicos. Todos figuram entre as trezentas maiores empresas não financeiras do mundo e dominam ramos de informação e entretenimento, com participações cruzadas em negócios de telecomunicações, informática e audiovisual. Sem contar a enorme rentabilidade que obtêm com as transmissões espetacularizadas de eventos culturais, esportivos, jornalísticos e até religiosos (MORAES, 2013, p. 46).

Ao observarmos o modelo de imprensa brasileiro, identificamos o emprego de modelo empresarial semelhante àquele descrito anteriormente. Contudo, a constituição desse segmento no Brasil apresenta algumas características históricas específicas que potencializam o poder da imprensa no processo político nacional (LIMA, 2004).

Isso porque o nosso sistema empresarial de mídia foi erguido a partir da mesma lógica antirrepublicana da construção do Estado brasileiro, que implantou um modelo socioeconômico de nação condicionado por questões centrais como “[...] a injusta e centenária concentração da propriedade agrária, a corrupção sistêmica, a estrutura tributária regressiva, um aparato de segurança anticidadã e antidireitos humanos” (LIMA; GUIMARÃES; AMORIM, 2014, p. 12). Esses aspectos refletem, a exemplo do nosso sistema social, o modelo de imprensa privada e concentrada com fortes raízes políticas, materializado no chamado “coronelismo informativo” (MORAES, 2013).

E os detentores da propriedade desses dos grandes veículos de imprensa no Brasil são os mesmos que detêm o controle dos meios de produção, ou são parceiros destes, compondo o grupo que Souza (2017) classifica como a “elite do atraso”, que representa, na visão do autor, as forças que foram tornadas “invisíveis” – inclusive na presença e controle dos meios de comunicação – para melhor exercerem o poder real.

A exemplo do ocorrido em outras partes do globo, o pacote estadunidense de autonomia e técnica jornalísticas (promessa de profissionalismo,

independência e objetividade), que por aqui chegou com quase meio século de atraso, não amenizou a vocação coronelística da grande imprensa nacional, embora a nova roupagem tenha gerado uma imagem de empresa moderna aos grandes jornais brasileiros.

A realidade indica que a intimidade com o poder jamais foi perdida, embora houvesse a promessa de novas práticas na relação com os leitores que passaram a ser consumidores. O que se viu foi a presença de novos modelos técnico-profissionais conduzidos pelas mesmas práticas político-institucionais antigas, pois “[...] a ligação direta com os grupos de poder nunca foi desfeita” (MURTA, 2005, p. 20).

E as tentativas de se promover o debate sobre a necessidade de se democratizar e tornar mais transparente o sistema de mídia e, por conseguinte, o jornalismo no Brasil, esbararam na forte reação dos próprios meios em que essa discussão foi realizada. Sem possibilidade de regulação ou mesmo a existência de uma instância de mediação para equilibrar um setor fundamental ao funcionamento da democracia e à existência de uma opinião pública democrática, aqueles que propõem mudanças nessa lógica costumam sentir a dimensão do poder da imprensa (MORAES, 2013).

Segundo Amaral (2002, p.100), torna-se complexo comentar algo sobre democracia representativa em um país com essas peculiaridades que inviabilizam a própria existência de uma opinião pública democrática, que é o principal pressuposto para o bom funcionamento das sociedades modernas. É o que também destaca Lima (2006), relacionando o panorama da mídia brasileira à dificuldade de se construir processos políticos mais legítimos e que se aproximem do interesse coletivo:

Acima de tudo, é preciso lembrar sempre: o que está realmente em jogo quando se trata das relações entre mídia e política é o processo democrático. As distorções de poder provocadas pelo desequilíbrio histórico entre os sistemas privado, público e estatal (de radiodifusão), pela concentração da propriedade – em boa parte provocada pela ausência de normas que impeçam a propriedade cruzada – e pela vinculação dos grandes grupos de mídia com lideranças políticas regionais e locais são alguns dos problemas que impedem a democratização de nossa mídia. **E sem ela não haverá diversidade e pluralidade de informações, vale dizer, opinião pública autônoma e, portanto, democracia plena** (p. 63, grifo nosso).

Além do aspecto político e econômico-empresarial, as novas possibilidades de produção e de distribuição de informação colaboram com a produção de conteúdos jornalísticos mais tendenciosos e menos objetivos. Na visão de Chiarini (2002), a última reforma vivenciada pela imprensa, intensificada pela concorrência das novas tecnologias de comunicação, conduziu à prática de um jornalismo do tipo interpretativo, marcado pela presença de gêneros textuais híbridos – uma mistura dos tipos informativos e opinativos.

Seabra (2002), compartilhando a visão dessa autora, aponta para uma prática de jornalismo na qual “[...] cabem diversos estilos [...]” (p. 43). Esse modelo seria também “[...] resultado de uma nova realidade nos meios de comunicação, em que a informatização das informações e o surgimento de uma nova mídia, a internet, alteraram profundamente o conceito de notícia [...]” (SEABRA, 2002, p. 43).

Comparando suas contribuições a outros importantes marcos do processo de transformação da imprensa, ele explica que da mesma forma que as impressoras a vapor promoveram a transformação do jornalismo de massa e o aparecimento das transmissões por ondas eletromagnéticas conformaram a prática do jornalismo informativo, a informatização e as novas tecnologias de comunicação modificaram profundamente o fazer jornalismo atual.

Somando-se aos já mencionados aspectos políticos, empresariais e de ordem tecnológica, na compreensão dos fenômenos relacionados à manifestação ideológica nos textos jornalísticos, há de se considerar, ainda, o componente advindo da crise social do capital, que resultou na precarização do fazer jornalístico e vem desgastando ao longo do tempo a relação entre os jornais e o público consumidor.

O formato enxuto da imprensa atual, elaborado visando à adequação a uma nova ordem econômica e social cada vez mais ortodoxa em termos de relações trabalhistas, aprofundou a crise de ordem técnica e concorrencial diante das novas possibilidades de comunicação, levando à perda de consumidores ao tempo que também afastou o jornalismo do seu papel mediador no processo democrático. Conforme explica Souza (2018):

A mercadoria jornalística entendida como esteio de transformações de consciência e formação de cidadãos para um capitalismo em ascensão não corresponde mais às necessidades

de consumo de uma multidão estranhada que é suporte de um capital em crise. [...]. O jornalismo sentado, **especializado em coberturas tendenciosas das classes dominantes e/ ou conectadas ao entretenimento e a diversão**, já começou a sepultar o ideal republicano que inspirou o status que a profissão tinha (p. 65, grifo nosso).

Na atualidade, temos um jornalismo praticado observando uma lógica empresarial altamente concentrada, com importantes relações políticas, e ao mesmo tempo produzido em um formato que se permite “emitir mais opinião”, oferecendo versões prontas de interpretação dos fatos que, em certa medida, não têm agradado ao público.

Esse cenário, ao tempo que permite mais espaço para manobras linguísticas no conteúdo produzido diante de seu hibridismo e das precárias condições de produção, impõem “condições editoriais fragilizadas”, que, visando à manutenção de receitas oriundas dos grandes anunciantes, podem resultar em coberturas tendenciosas sobre temáticas controversas – como a titulação de territórios quilombolas, por exemplo.

Contudo, apesar do cenário propício à interferência na dinâmica de poder social delineado até então, não devemos apostar na onipotência da imprensa e, tampouco, assumir a postura de que tudo que é produzido no âmbito jornalismo foi premeditadamente manipulado.

Importante lembrar tais premissas, evitando a armadilha de simplesmente transformar a imprensa e um poder totalitário e absoluto, intencionalmente responsável por boa parte dos males sociais. Deve-se ressaltar também o processo de crise que a imprensa vivencia na atualidade diante de um universo paralelo informativo que questiona o próprio papel do jornalismo. Na condição de que o conhecimento bebe em fontes diversas, ou seja, os indivíduos “[...] constroem cognitivamente significados a partir de informações provenientes do texto da notícia, mas também de informações do contexto e de suas próprias experiências, memórias e cultura” (MOTTA, 2013, p. 100).

Nessa esteira, os modelos de estudo da mídia [e a imprensa] podem ajudar a compreender melhor qual é a visão sobre o exercício de poder por parte do jornalismo que estamos considerando para as elucubrações que partirão das nossas análises empíricas.

O interesse e a preocupação com os efeitos da imprensa na sociedade, sobretudo a interferência no processo político e na formação da opinião pública, existem desde o final do século XIX. Segundo Azevedo (2004), Gabriel Tarde teria sido um dos pioneiros ao publicar, em 1898, um ensaio sobre opinião e conversação. Essa abordagem teria retornado, em 1922, com Lippman e seu viés crítico marcou essa área como a obra inaugural dos estudos críticos da mídia.

Lançando o olhar para a trajetória das teorias produzidas nesse campo, percebemos que a evolução das teorias sobre essa questão (*media effects theories*) apresentou oscilações referentes à forma de se enxergar o impacto da imprensa na sociedade. Fundamentadas inicialmente numa crença na onipotência e onipresença, as perspectivas teóricas alternam-se à relativização dos efeitos nos receptores (MATTELART; MATTELART, 2014).

Wolf (1987) sintetiza os diferentes conjuntos teóricos produzidos nesse campo, grosso modo, da seguinte forma: na primeira fase, até o final dos anos 40, prevaleceu a pressuposição de um poder ilimitado e direto sobre o sujeito; na sequência, imperou até a década de 60, o sentido oposto, da relativização da ação midiática e a existência de poderes/efeitos limitados; e a partir da década de 70, que representou uma virada nos pressupostos teóricos e prevalece em certa medida até os dias de hoje, a visão de que os meios de comunicação produzem efeitos e impactam a sociedade conjuntamente com outros elementos/agentes em um processo mais complexo e dinâmico em termos de exercício de poder, sendo esse impacto de ordem mais complexa – cognitiva e processualmente se desenrolando ao longo do tempo – no sistema de conhecimento coletivo e individual.

Conforme explica o autor:

Na evolução que a questão dos efeitos está a sofrer desde há algum tempo, muda em primeiro lugar, o tipo de efeito, que já não diz respeito às atitudes, aos valores, aos comportamentos dos destinatários, mas que é um efeito cognitivo sobre os sistemas de conhecimento que o indivíduo assume e estrutura uma forma estável, devido ao consumo que faz da comunicação de massa. Em segundo lugar, muda o quadro temporal: já não são mais efeitos pontuais, ligados à exposição da mensagem, mas efeitos cumulativos, sedimentados no tempo. Isto é, realça-se o carácter processual da comunicação, que é analisada quer na sua dinâmica interna, quer nas suas relações com outros processos comunicativos, anteriores ou contemporâneos (WOLF, 1987, p. 124).

Na contemporaneidade, as teorias do jornalismo mantêm essa perspectiva de efeitos difusos, tanto de médio quanto de longo prazos, passando também a considerar outras variáveis no que diz respeito ao processo de produzir conteúdo informativo que impacta de alguma forma a sociedade, apontando a existência de questões de ordem técnica e humana que “[...] são construídas em arranjos sociais específicos, os quais estão inseridos em ambientes sociais mais amplos” (ANDRADE, 2018, p. 45).

Interessa-nos, sobretudo, a indicação que as teorias mais recentes discutem a forma como os textos produzidos na imprensa, veiculados em grandes jornais como *A Gazeta do Espírito Santo*, podem interferir na representação que a sociedade terá sobre o território e as comunidades quilombolas, de acordo com a seguinte perspectiva:

Todavia, o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito), etc. [...] (LIMA, 2004, p. 51).

E é a partir dessa percepção mais ampla sobre o poder e os efeitos da imprensa que conformamos nossa base teórica nesse campo e das contribuições epistemológicas de Hall (2003) ao campo dos estudos de mídia, especialmente quando ele propôs uma espécie de rompimento com os modelos de pesquisa sobre produção e a recepção de conteúdos midiáticos vigentes.

Nesse sentido, à compreensão dos processos de produção das notícias publicadas sobre a titulação de territórios quilombolas, partindo das formulações desse autor, consideramos o pressuposto de que existem duas instâncias analíticas possíveis para pensar o processo de significação promovido pelos profissionais que atuaram na elaboração dos textos publicados.

A primeira instância pode ser proposta em termos gerais e contínuos de significação do mundo social, cultural e político impactado por diversas questões e que, como forma de pensamento hegemônico circulante, está condicionado à lógica global econômico-financeira. Ou seja, para a formação dos sentidos, nessa

etapa, partimos de uma camada mais superficial reproduzida e compartilhada de forma mais ampla nos diferentes espaços de trocas sociais.

E a segunda, em um nível mais particular, parte dessa base conceitual hegemônica geral para ser transformada pela agência dos sujeitos no processo de elaboração do texto jornalístico. Dessa forma, as questões de ordem cultural e ideológica – no caso dos textos aqui analisados fortemente impactados por questões de ordem raciais e identitárias – orientam o processo de significação, representando um “momento particular de produção simbólica” no momento em que o profissional de imprensa elabora o texto.

Ao propor essas duas instâncias possíveis de produção de sentido, Hall (2003) procura contrapor os modelos de análise considerados por ele demasiadamente deterministas, propondo uma abordagem do sentido que se apresente multirreferencial. Nesse processo, o significado não é visto como algo fixo, podendo ser decifrado a partir de uma lógica global (geralmente a lógica do capital) que identifique assertivamente o sentido ideológico das mensagens.

Conforme explica Hall (2003), cada fala está situada sobre uma base de sentido maior já dada, mas essa fala também passa por um processo localizado de ressignificação, pois: “Se você tem de dizer algo novo, é porque o processo está transformando os significados que já estão lá. Portanto, cada ato de significação transforma o estado efetivo de todas as significantes já existentes” (p. 362).

Mesmo sofrendo influência e reproduzindo elementos do universo ideológico maior, esse segundo nível de significação não pode e não deve ser analisado sob um viés determinista que explica todos os eventos a partir somente da lógica materialista, o que representaria, na visão de Hall (2003), uma leitura equivocada e fetichizada de Marx. Caso essa percepção estivesse correta, segundo o autor, não seria possível a existência de outras formas de ler o mundo, outras ideologias não seriam realizáveis, tendo em vista que:

É bem possível para um indivíduo ou grupo, em um determinado momento, decodificar no que chamo de “códigos hegemônicos” e, em outro momento, usar códigos de oposição ou contestatários. Isso é simplesmente para explicar melhor a ideia de que a decodificação não é homogênea, de que se pode ler de formas diferentes e é isso que é a leitura (p. 357).

Em um dos estudos de recepção mais interessantes realizados a partir do paradigma do enquadramento, Gamson (2011) reforça essa percepção assumida por Hall (2003) de que o processo de ação da mídia não é unidirecional e facilmente delimitável pela análise determinista. A partir de uma pesquisa robusta em termos metodológicos e de abrangência empírica, o primeiro conseguiu demonstrar que as pessoas eram sim impactadas por ideias organizadoras implícitas compartilhadas pela mídia, contudo, não eram as únicas que impactavam as discussões dos cidadãos comuns no seu dia a dia.

Gamson (2011), baseado em suas descobertas, sugere que para entender esse complexo processo de produção de sentido – explicado por Hall (2003) como codificação e decodificação – e o papel desempenhado pela mídia nessa dinâmica se faz necessário

[...] começar com o reconhecimento da consciência construída na interação entre a cultura e a cognição. Os meios de comunicação de massa são um sistema em que agentes ativos, com propósitos específicos, estão constantemente engajados em um processo de construção de sentidos. Em vez de pensar neles como um conjunto de estímulos aos quais os indivíduos respondem, deveríamos pensar neles como o espaço de uma complexa disputa simbólica em que a interpretação irá prevalecer (p. 12).

É importante também destacarmos que a visão crítica sobre a relação política e econômica dos grupos midiáticos deve ser sempre considerada em qualquer análise de textos jornalísticos, contudo não coadunamos com a perspectiva sobre a imprensa baseada naquilo que Hall et al. (2016) chama de teoria de pura conspiração.

Isso porque muitos estudos demonstram que não devemos ignorar a autonomia, mesmo que em alguns casos de maneira precária, que o jornalista desfruta no processo de produção de conteúdos em relação ao controle acionário direto da empresa. Conforme esse autor afirma, alguns aspectos colaboram para que a imprensa possa “[...] *reproduzir as definições dos poderosos*, sem estarem, num sentido simplista, ao seu serviço” (HALL, 2016, p. 315).

A estrutura física, de pessoal e a rotina de produção de cada jornal, bem como o uso que se faz dos valores-notícias integram a gama desses aspectos. São os fatores de organização da instituição noticiosa que afetarão os temas e as respectivas formas de direcionamentos que o conteúdo receberá.

O exemplo do jornal que estudamos ilustra esse aspecto. O fato de o jornal *A Gazeta* estar estruturalmente organizado desde 2007 de forma descentralizada regionalmente, com correspondentes posicionados em regiões e cidades estratégicas, por exemplo, pode ter colaborado à forma como a titulação foi enquadrada. Isso porque a maioria dos textos foi produzida por uma jornalista que era correspondente do veículo no município de São Mateus, justamente a cidade em que se localiza a sede de um movimento contrário à titulação dos territórios quilombolas, criado por fazendeiros e apoiado pela multinacional do agronegócio que tem interesse no insucesso dessa política pública.

Outro aspecto fundamental evidenciado por Hall *et al.* (2016) é o processo de identificação e contextualização dos fatos. É por meio desses que os jornalistas tornam acontecimentos significativos ao público pela via da aplicação dos padrões presentes em mapas culturais do mundo social, que estão disponíveis com base na ideologia dominante. Desse modo:

A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os meios tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores (HALL *et al.*, 2016, p. 311).

Isso que o autor descreve representa o processo de enquadramento dos acontecimentos por parte da imprensa. Enquadrar é, nessa perspectiva, uma ação imprescindível ao exercício do jornalismo. O problema desse processo, segundo alerta o autor, está no fato de que o processo de tornar os acontecimentos inteligíveis para o público é social e está baseado numa tentativa de construção de um suposto consenso que, de fundo, opera para que os interesses das classes dominantes se tornem os interesses da coletividade.

E é aí que mora o perigo, razão pela qual o autor explica que é por meio da construção desses significados compartilhados coletivamente que são silenciadas ou diminuídas as visões antagônicas, maquiando as rupturas culturais, econômicas e os conflitos de interesses entre classes ou grupos. Para ele, o jornalista costuma partir do consenso promovido pela ideologia dominante, neste caso a capitalista, ao supor

[...] que o desenvolvimento de uma economia de consumo tenha criado as condições econômicas para todos terem a sua parte na criação e distribuição de riqueza. A lei protege-nos a todos

igualmente. Esta perspectiva de consenso da sociedade é particularmente forte em sociedades capitalistas organizadas, democráticas e modernas; e os media estão entre as instituições cujas práticas estão mais ampla e consistentemente baseadas na assunção de um “consenso nacional” (HALL *et al.*, 2016, p. 313).

Uma constatação que ajuda a suportar a tese de que a mídia reproduz o consenso hegemônico, sem necessariamente estar deliberadamente agindo nesse sentido, é o fato de que a imprensa não constrói as notícias de forma autônoma, pois estão sempre na dependência de assuntos noticiosos que são fornecidos por sujeitos externos à imprensa.

O jornalismo opera sob essa ótica da mesma maneira que outros entes da engrenagem social, como o sistema econômico, o judiciário etc., reproduzindo o ideal de vida da classe dominante, que detém o poder social, especialmente:

Devido ao seu controle sobre os recursos materiais e mentais e o seu domínio das instituições principais da sociedade, as definições desta classe do mundo social oferecem a base racional para aquelas instituições que protegem e reproduzem a sua “forma de viver”. Esse controle dos recursos mentais assegura que as definições disponíveis mais poderosas e “universais” sejam suas. A universalidade garante que sejam partilhadas, até certo ponto, pelas classes subordinadas da sociedade. Os que governam, governam também através das ideias; deste modo, governam com a aprovação das classes subordinadas, e não principalmente através de sua manifesta coerção (HALL *et al.*, 2016, p. 318).

E a partir desse olhar crítico, ampliado, mas não determinista, que os enquadramentos produzidos pelo jornal *A Gazeta* foram observados. Partindo de uma percepção crítica das relações de poder e possível exploração nas relações de produção e considerando, ainda, no mesmo nível de importância, aspectos simbólicos como a cultura, a identidade e a ideologia.

Uma de nossas preocupações durante a realização da pesquisa foi evitar construir uma análise dos enquadramentos com um viés funcionalista, determinando, por apresentar-se como mais frequente, um único enquadramento para o conteúdo publicado pelo jornal. Como sugere Porto (2004), pretendemos evitar que fossem ignoradas nesta análise as contradições que estão inscritas nas narrativas noticiosas, percebendo a dinâmica dos fenômenos, a exemplo do que demarcamos ao tratar da identidade no Capítulo 2, sob o ponto de vista da Pós-

modernidade. Conforme ressalta o autor: “Apesar do fato de que noções pós-modernas sobre a fluidez dos significados são, elas próprias, problemáticas, a natureza complexa e contraditória das mensagens dos mídia não pode ser ignorada” (PORTO, 2004, 96).

E na compreensão das perspectivas teórico-metodológicas que sustentam as análises empíricas, abordaremos a seguir os paradigmas críticos que nos ajudaram a identificar os enquadramentos sobre a titulação de territórios quilombolas produzidos pelo jornal e, por conseguinte, auxiliaram-nos na reflexão sobre como esse conteúdo pode interferir na dinâmica de poder diante dos interesses e visões de mundo presentes nesse embate.

3.3 ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS: UM SEGUNDO NÍVEL DE EFEITO DA AGENDA-SETTING?!

O paradigma que vamos empregar nas análises empíricas desta pesquisa, conforme indica o nosso objetivo principal, é o *framing* (enquadramento). Contudo, não poderíamos deixar de focar nesta seção a *agenda-setting* (teoria do agendamento) – outro paradigma que nos serviu de subsídio à compreensão e delimitação do nosso *corpus* de análise do trabalho. Além desse aspecto, as duas abordagens podem ser entendidas como complementares no processo de crítica de mídia (PORTO, 2004; AZEVEDO, 2004) e, a partir de sua utilização, ampliam a visão do fenômeno estudado no âmbito da esfera de visibilidade midiática.

A *agenda-setting* ocupa-se da forma como os jornais dão existência pública a determinados acontecimentos ou questões, tendo a capacidade de “[...] constituirlos como recurso de discussão” (TRAQUINA, 2005, p. 22). Dessa forma, mediante a esfera da visibilidade midiática, os jornais dariam importante colaboração ao socializar os acontecimentos aos quais as pessoas não tiveram contato diretamente, tendo papel preponderante para que assuntos sejam transformados em recursos de discurso e debate na agenda pública.

Em termos de aplicação dessa abordagem teórica, torna-se essencial diferenciar a *agenda da mídia* (o que foi pautado) da *agenda do público* (os temas que estão sendo debatidos e considerados prioritários na esfera pública). Como

se trata de um estudo sobre emissão e não de recepção, uma vez que realizamos somente as análises dos conteúdos, nossas inferências a respeito do *corpus* somente referem-se ao primeiro tipo de agenda (da mídia). Contudo, não se pode deixar de considerar também as evidências empíricas apresentadas por diversos estudos ao longo dos anos que comprovaram a interconexão entre as duas agendas.

Essa abordagem teórica foi proposta por Maxwell McCombs e Donald Shaw, em 1972, partindo do pressuposto de que os meios de comunicação de massa selecionariam quais seriam os assuntos a serem observados pelas pessoas como prioritários. Para esses autores, o campo do jornalismo teria a função de oferecer à audiência uma espécie de “lista” sobre os assuntos que se deveria discutir e formar opinião (TRAQUINA, 2001).

E, em certa medida, essa questão “[...] retoma a problemática dos efeitos [...]” (TRAQUINA, 2001, p. 13), contudo estabelecendo outra perspectiva para os efeitos da imprensa sobre a sociedade, aquela relacionada à existência de efeitos em prazos médio e longo conectados aos efeitos produzidos por outros agentes sobre a sociedade. Nesse sentido, a *agenda-setting* representa

[...] o processo pelo qual os meios de comunicação de massa apresentam certas questões com frequência e proeminência, com o resultado de que grandes segmentos do público percebem essas questões como mais importantes do que outras. Resumindo, quanto mais cobertura uma questão recebe, mais importante é para as pessoas (McCOMBS *et al.*, 2009, p. 147, tradução nossa).

Segundo Magalhães (2014, p. 48): “A capacidade dos meios de comunicação de influenciar na configuração da agenda pública é o postulado mais conhecido da Agenda-setting”. E por isso, pode ser vista como uma teoria da pauta a partir da qual o jornalismo seleciona quais serão as urgências e prioridades a serem tratadas como problemas sociais e, conseqüentemente, por meio da esfera de visibilidade midiática, debatidas nos diferentes espaços de funcionamento da esfera pública.

E dada importância que a imprensa escrita ainda desempenhava no período em que as matérias desta análise foram publicadas (2007), seja por meio do alcance de seus próprios conteúdos, seja influenciando a agenda e oferecendo matéria prima ao restante da mídia – justificável à medida que “[...] estes ainda se

inspiram no que a imprensa escrita produz” (TUCHMAN, 2010, p. 166) –, e da própria relevância política do jornal *A Gazeta* no cenário regional. Afinal, muitas pessoas somente tiveram acesso a questões relacionadas à titulação de territórios quilombolas a partir do momento em que o tema foi efetivamente “agendado” por esse jornal.

Interessante ressaltar que o amadurecimento e consolidação alcançados pela *agenda-setting* por meio da aplicação em milhares de estudos em diversas situações empíricas, conforme Azevedo (2004, p. 44), reforçam

[...] consistentemente a tese de que a mídia de massa é capaz de estruturar e organizar imagens, ao mesmo tempo contingentes e permanentes, tanto no plano sociológico (construção social da realidade e padrões de sociabilidade), como político (formação da opinião pública e escolha eleitoral).

O panorama até aqui descrito sobre essa abordagem, no entanto, representa apenas a primeira fase do modelo teórico. Considerada uma das principais linhas de investigação em termos de produtividade no campo da comunicação, o seu arcabouço vem sendo aprofundado há mais de meio século em diversas partes do mundo.

Na atualização do conceito, os autores passaram a denominar como o *primeiro nível de agenda* a noção construída no ensaio inaugural da teoria que estabeleceu que os assuntos que a mídia seleciona e enfatiza se tornam aqueles que parecerão mais importantes aos leitores, se atendo mais aos aspectos quantitativos (McCOMBS et al., 2009).

O *segundo nível*, por sua vez, que representa a atualização da proposta teórica, estaria relacionado à maneira como a mídia qualifica e descreve essas questões evidenciadas. Conforme explica McCombs *et al.* (2009, p. 149, tradução nossa), no segundo nível da agenda, “[...] o foco está nos atributos ou características que descrevem questões, pessoas ou outros tópicos nas notícias e o tom empregado nesses atributos”.

E é a partir dessa ampliação do espectro teórico (dois níveis de efeitos) que o diálogo entre o *framing* e a *agenda-setting* se torna interessante e possível. Conforme descreve detalhadamente Azevedo (2004, p. 52, grifos nossos), a integração dessas duas perspectivas enriquece as pesquisas e amplia a

capacidade de se estudar os efeitos da imprensa sobre a política e a sociedade, pois:

Basicamente, a idéia-força implícita na noção de *agenda-setting* é a de que: a) a mídia, ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros define quais são os temas, acontecimentos e atores (objetos) relevantes para a notícia; b) ao enfatizar determinados temas, acontecimentos e atores sobre outros, estabelece uma escala de proeminências entre esses objetos; c) ao adotar enquadramentos positivos e negativos sobre temas, acontecimentos e atores, constrói atributos (positivos ou negativos) sobre esses objetos; d) há uma relação direta e causal entre as proeminências dos tópicos da mídia e a percepção pública de quais são os temas (*issues*) importantes num determinado período de tempo. O terceiro ponto só foi incorporado mais recentemente, após a assimilação da crítica de que o modelo da *agenda-setting* era limitado por não levar em conta o enquadramento dos temas abordados pela mídia. Assim, os dois primeiros tópicos referem-se ao primeiro nível de efeito da *agenda-setting* (proeminência do objeto) e o terceiro, ao **segundo nível de efeito (proeminência de atributos), ou seja, as formas de enquadramento (*framing*)**. Aliás, deve-se observar que a incorporação da teoria do enquadramento, além de mostrar a flexibilidade do modelo para interagir com outras tradições de pesquisa, implicou numa notável inflexão metodológica no que diz respeito ao objeto da pesquisa. Com a adoção da perspectiva do *framing*, a famosa frase de Cohen deveria ser modificada para incorporar a afirmação de que **a mídia não apenas nos diz o que pensar (o primeiro nível da *agenda-setting*), mas também nos diz como pensar sobre algo (o segundo nível da *agenda-setting*)**.

Alinhado a essa visão, Porto (2004) considera que o conceito de enquadramento tanto pode ser visto como uma alternativa ou um complemento aos demais paradigmas para a crítica de mídia. Acreditamos que essa segunda hipótese se aproxima mais do pressuposto que adotamos como central na análise do impacto da imprensa na sociedade, tendo em vista que os efeitos se dão a médio e longo prazos.

E perceber como os temas têm presença na pauta dos jornais (o agendamento), além da forma como foram descritos (enquadramento), serão importantes neste estudo, porque, segundo Soares (2009, p. 8), os dois paradigmas devem ser vistos como “[...] processos de representação próprios do jornalismo, capazes de exercer uma influência sobre juízos políticos das audiências e dos leitores, conforme diversas pesquisas empíricas”.

Para compreender de forma especial como se dá o processo de enquadramento noticioso e qual a perspectiva adotada nesta pesquisa no tópico a seguir desenvolvemos uma discussão baseada nos autores por nós selecionados que se ocuparam do tema.

3.3.1 Os quadros da realidade

Como demonstrado anteriormente, a década de 1970 representou um importante ponto de inflexão e amadurecimento no âmbito das teorias de comunicação dedicadas a estudar os efeitos da mídia na sociedade, quando a influência dos meios de comunicação voltou a ser vista como uma questão importante para as pesquisas.

No campo dos estudos de jornalismo, especificamente, as principais discussões sobre o papel da imprensa em processos políticos da sociedade estavam ancoradas no chamado paradigma da objetividade, que tinha como parâmetro de análise o modelo “ideal” de conduta jornalística baseada na imparcialidade. O modelo defendido como correto a ser seguido pelos veículos noticiosos pressupõe o compartilhamento de informações de forma equilibrada e direta, sem tender de alguma forma para algum dos espectros e dessa forma bem servir à democracia (PORTO, 2004).

As investigações partindo desse paradigma se pautavam em avaliar se as coberturas selecionadas estavam cumprindo esses “requisitos”. Conforme ressalta Porto (2004, p. 74), basicamente a intenção da crítica era mapear e apontar as incoerências para “[...] impedir que valores e ideologias (principalmente dos proprietários e jornalistas) interfiram no relato dos “fatos” (a noção de objetividade) ou evitar que os meios de comunicação favoreçam um grupo, partido ou candidato (a noção de imparcialidade)”.

E, embora representasse uma base interessante no início do processo de crítica da mídia, esses parâmetros seriam insuficientes para sustentar análises capazes de alcançar alguns aspectos mais profundos e estruturantes presentes nos conteúdos noticiosos e que ficavam invisíveis nesses processos de crítica da mídia.

Porto (2004), a partir da leitura da obra de Hackett, ressalta que outros aspectos além da ideia de parcialidade devem ser considerados, pois existem elementos empregados na construção do texto que são ativados e se fazem presentes mesmo quando a notícia não fora produzida com intenção de manipular ou favorecer determinada ideologia. O que coaduna com a revisão crítica de estudos da mídia proposta por Hall (2003).

Nesse cenário de demanda por parâmetros analíticos capazes de chegar aos níveis mais profundos da estrutura complexa do conteúdo jornalístico, o paradigma do *framing* apresentou-se, segundo Porto (2004), como um modelo que reúne as ferramentas capazes de identificar elementos estruturantes presentes no fazer jornalístico que estavam sendo ignorados anteriormente.

E a exemplo da própria *agenda-setting*, o *framing* também foi construído tendo como base os pressupostos do clássico de Walter Lippmann, denominado *Opinião Pública*, cuja primeira edição foi publicada em 1922. Como reconhece Entman *et al.* (2009, p. 178, tradução nossa), Lippmann seria “[...] possivelmente o progenitor da teoria do enquadramento [...]”. Esse autor foi pioneiro em demonstrar o potencial da imprensa em impactar o ambiente social:

Em qualquer sociedade que não esteja completamente voltada a si mesma e a seus interesses e nem tão pequena que todos possam saber sobre tudo que se passa, ideias dizem respeito a eventos que estão fora da vista e do alcance (LIPPMANN, 2008, p. 28).

Com frequência citado em estudos que analisam o poder e a interferência da mídia na sociedade, o paradigma *framing analyses* não é nativo do campo da comunicação, sendo resultado de contribuições de áreas como a Filosofia, a Psicologia e a Sociologia. Entretanto, é comumente atribuído a Goffman (2012) o pioneirismo do uso dessa abordagem, pois ele “[...] criou a sua própria definição de enquadramento e foi o primeiro pesquisador a usar o conceito de modo sistemático para a análise das interações sociais” (POZOBON; SCHAEFER, 2015, p. 122).

Segundo a proposta de Goffman (2012), os quadros seriam parâmetros a partir dos quais poderíamos interpretar o mundo e todas as coisas que nos cercam. Eles seriam formados a partir da herança social e da interação. Por meio do enquadramento seriam produzidos modelos básicos interpretativos que

permitiriam às pessoas darem sentido a suas relações com o mundo e com outras pessoas. Nessa perspectiva os enquadramentos podem ser vistos como chaves para a interpretação do mundo a nossa volta, afinal: “Qualquer acontecimento pode ser descrito em termos de um enfoque que inclui um espectro [...]” (GOFFMAN, 2012, p. 31).

Como os conteúdos produzidos pela imprensa oferecem importantes contribuições para a interpretação da realidade social, pois reúnem condições de modificar e desequilibrar o acesso a bens simbólicos, o enquadramento noticioso, derivado das proposições de Goffman (2012), tornou-se uma ferramenta e um referencial teórico interessantes na possibilidade de se observar as propriedades constitutivas dos textos da imprensa.

Conforme Porto (2004), as pesquisas iniciais que inseriram esse paradigma no campo da comunicação foram produzidas por Gaye Tuchman, em 1972, e por Todd Gitlin, em 1980. Este último, em especial, colaborou na construção do conceito de enquadramento que é empregado até hoje.

Os enquadramentos para Gitlin (1980) seriam padrões reiterados de interpretação e de produção de sentido elaborados por meio da apresentação, seleção, ênfase e exclusão de determinados recortes de um dado evento/acontecimento, os quais impactam tanto os produtores (jornalistas) como os receptores (os leitores). De acordo com Gitlin (1980, p. 7, tradução nossa) perguntas como “Que enquadramento está aqui?” ou “Por que este e não outro?” podem ser um bom ponto de partida no desenvolvimento de análises.

O autor explica que os enquadramentos ajudam a entender como os jornalistas conseguem processar grandes quantidades de informação no dia a dia, pois dispõem de categorias cognitivas (os *frames*) por meio das quais classificariam e enquadrariam as informações, transformando-as em conteúdo noticioso. Interessante a forma como essa percepção de enquadramento dialoga com o processo nativo do jornalismo de significação descrito por Hall et al. (2016), executado pelos jornalistas a partir de mapas culturais sociais.

E após a primeira revisão sistemática dos estudos sobre os enquadramentos da mídia realizada por Entman (1993), o modelo passou a ser empregado em estudos de diversas partes do mundo. Inclusive, a definição de enquadramento desse autor, ao resumir questões centrais que podem ser

empregadas na análise de jornais, tornou-se uma importante referência. Qual seja:

O enquadramento essencialmente envolve seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais destacados em um texto comunicacional, de forma a promover uma definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou proposta de solução para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa).

Porém, ao tempo que ganhou notoriedade e passou a ser muito empregada, a teoria também se tornou “[...] vítima do seu próprio sucesso”, segundo avalia Entman *et al.* (2009, p. 175, tradução nossa). O autor alerta que muitas pesquisas têm aplicado conceitos distintos de forma desorganizada sob a rubrica do enquadramento. Uma das principais preocupações seria com o foco da maioria desses estudos que estava direcionado aos efeitos de um suposto enquadramento único sobre as opiniões pessoais dos cidadãos, o que esvaziaria o potencial dessa abordagem.

No Brasil, alguns pesquisadores também têm pontuado questões semelhantes e as relacionado com o crescimento do número de pesquisas que empregam essa abordagem, como Pozobon e Schaefer (2015) e Porto (2004). Os problemas aqui seriam de ordem de indefinição conceitual e metodológica diante de uma diversidade de caminhos possíveis que deveriam ser demarcados em cada estudo.

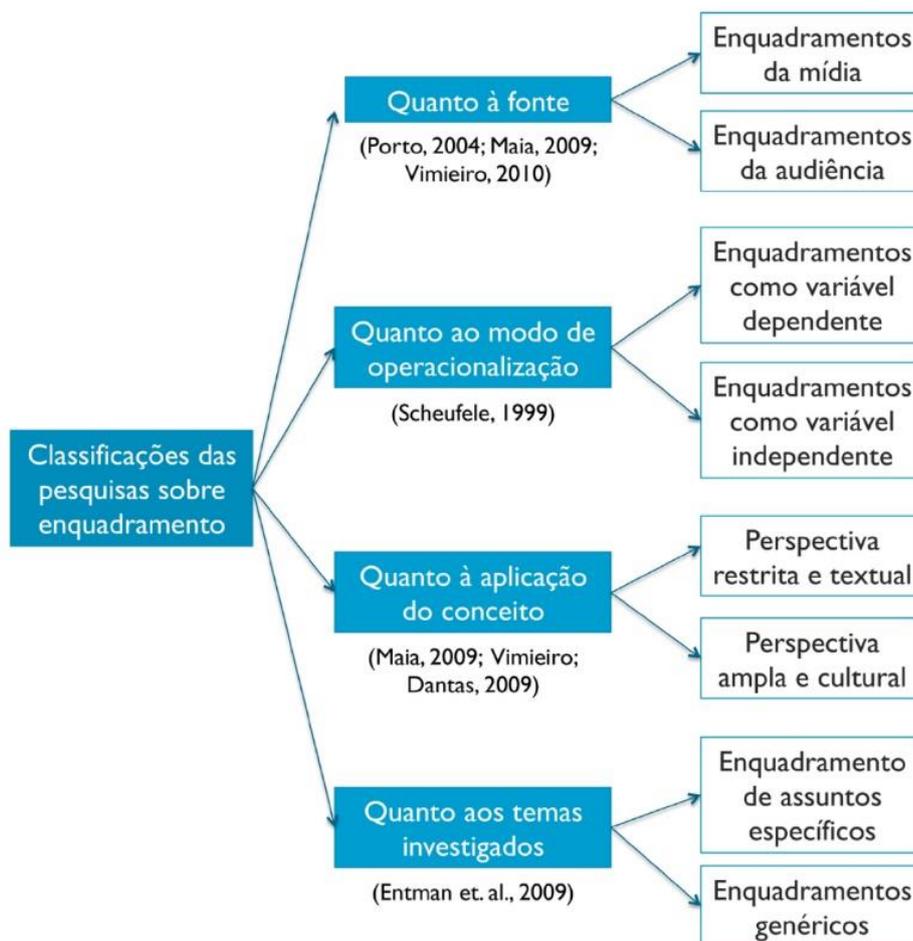
Contudo, acreditamos que, ressalvados os problemas metodológicos que possam comprometer os resultados da pesquisa, a diversidade representa a evolução dessa abordagem, processo necessário pelo qual todas as perspectivas teóricas costumam passar. É verdade também que, como um organismo vivo, as possibilidades investigativas estão sempre em transformação e a busca por uma “estabilidade” pode representar, na verdade, uma defasagem.

Diante dessa questão, para se evitar que as análises se tornem subjetivas e ao mesmo tempo confusas e passíveis de críticas quanto à confiabilidade, Porto (2004) sugere que toda pesquisa que for utilizar esse parâmetro de análise deva definir qual a perspectiva adequada aos seus objetivos.

E a partir de trabalhos que se propõem a sistematizar as principais abordagens na contemporaneidade, como em Pozobon e Schaefer (2015), é

possível delimitar melhor o caminho de pesquisa teórico-metodológico a ser seguido. Esses autores também reforçam a importância de se definir qual a perspectiva de análise no âmbito do enquadramento que melhor se adequa às demandas do *corpus* e aos objetivos de pesquisa. O panorama geral das abordagens pode ser visualizado no esquema (Figura 4) a seguir:

Figura 4 - Proposta de sistematização conceitual de enquadramento



Fonte: Pozobon; Schaefer (2015, p. 132)

Nesta pesquisa, optamos por uma aplicação dessa proposta teórica a partir da fonte, que pode tanto se ocupar do polo da emissão (como os enquadramentos são produzidos) ou da recepção (como os enquadramentos são assimilados). Neste caso, conforme pressupõem o objetivo de pesquisa, analisamos os enquadramentos do jornal e dos representantes da comunidade (polo da emissão).

A partir dessa perspectiva, o *framing* pode ser definido como um “[...] organizador das ideias acerca de um determinado assunto tratado” (ZANETTI, 2008). Contudo, embora não estejam previstos experimentos de recepção, não vamos desconsiderar o papel dos enquadramentos produzidos pela imprensa no processo de formação da opinião pública nos termos já discutidos aqui, até por que: “Enquadramentos são [...] importantes instrumentos de poder” (PORTO, 2004, p. 79).

Sobretudo ao considerarmos que os efeitos dos enquadramentos, na dinâmica da esfera da visibilidade midiática, também ocorrem a partir da exposição a médio e longo prazos, a exemplo do agendamento intenso da titulação de territórios quilombolas realizada no ano de 2007 pelo jornal que será descrita na próxima seção. Isso porque o efeito do enquadramento por meio das coberturas da imprensa “[...] muitas vezes envolvem não uma exposição a uma ligeira variação de mensagem, **mas um padrão de repetição e exposição a palavras e imagens ressonantes**” (ENTMAN, 2010, p. 333, tradução e grifo nossos).

E é sob a ótica do exercício de poder que acadêmicos têm encontrado nesse paradigma um procedimento interessante para analisar a relação entre a mídia e as minorias. Embora não ocupem espaços privilegiados como as demais fontes no processo de produção de notícias, esses grupos também têm a possibilidade de alguma forma impactar a mídia com os seus enquadramentos. Então, mesmo que os enquadramentos desses (no caso os quilombolas) sejam excluídos do espaço midiático, torna-se importante investigar essa posição e observar se os quadros desses grupos também se fazem presentes nos conteúdos noticiosos.

Daí a opção de se entrevistar membros da comunidade. Conforme recomenda Porto (2004, p. 94), a pesquisa “[...] deve analisar não só os enquadramentos dominantes ou de grupos influentes, mas também incluir as interpretações promovidas por movimentos sociais ou de oposição, inclusive aquelas que são excluídas pela mídia”.

E como os enquadramentos podem ser identificados e examinados em análises empíricas como esta? Entman (2010, p. 336, tradução nossa), uma de nossas referências em termos de procedimentos analíticos, oferece uma

possibilidade interessante a partir da própria visão que tem do enquadramento ao defini-lo como “[...] o processo de selecionar alguns elementos da realidade percebida e montar uma narrativa que destaque as conexões entre eles para promover uma interpretação particular [...]”.

Os enquadramentos, segundo propõe esse autor, poderiam ser mapeados a partir da observação das quatro funções que geralmente são dispostas no conteúdo quando da produção dos enquadramentos. São elas: “[...] definição de problemas, análise causal, julgamento moral e promoção de remédios” (ENTMAN, 2010, p. 337, tradução nossa).

Para ele, a operacionalização dessas funções ocorre no texto quando o emissor faz uso de ferramentas linguísticas e estratégias discursivas com o propósito de: *definir problemas e eleger os respectivos responsáveis*, determinando o agente causador do problema, mensurando os possíveis prejuízos ou benefícios oriundos do processo; *diagnosticar as causas*, identificando as forças causadoras do problema; *fazer uma avaliação moral*, julgando as causas, os agentes responsáveis e os efeitos por meio da expressão de juízo de valor; e *sugerir remédios*, recomendando tratamentos para os problemas e defendendo (justificando) tais ações a partir dos seus prováveis efeitos (ENTMAN, 2010). E serão esses elementos materializados nessas funções que vamos analisar nos textos publicados pelo jornal *A Gazeta*.

Entretanto, conforme ressalta Entman (1993, p. 52, tradução nossa), em uma mesma sentença podem estar presentes algumas ou nenhuma das funções:

Uma única frase pode executar mais de uma dessas quatro funções de enquadramento, embora muitas frases em um texto podem executar nenhuma delas. E um quadro em determinado texto não necessariamente pode incluir todas as quatro funções.

Prossegue o autor por meio de sua proposta teórica afirmando que os enquadramentos se materializam nos textos por meio de diferentes elementos, os quais devem ser observados na análise, tais como símbolos, imagens, conceitos, metáforas, palavras centrais, entre outras que, destacadas e reiteradas, sugerem uma forma de interpretação específica dos fatos sociais (ENTMAN, 1991).

Como o enquadramento opera *omitindo*, *selecionando* ou *destacando* facetas específicas dos acontecimentos ou das temáticas abordadas, procurando

ainda fazer conexões entre elas para promover o julgamento e, a partir deste, propor resoluções aos problemas, algumas construções no âmbito do texto costumam se destacar em relação às demais (ENTMAN, 2003).

E é por meio das identificações dessas proposições que se destacam entre as demais ao defender, mesmo que indiretamente, determinados pontos de vista, que o analista também poderá mapear os enquadramentos presentes no conteúdo. Naquilo que Entman esclarece (2003, p. 417, tradução nossa): “As palavras e imagens que compõem o enquadramento podem ser distinguidas do restante da notícia por sua capacidade de estimular o apoio ou a oposição a um dos lados do conflito político”.

Na perspectiva de Entman (1993), os quadros podem ser situados em ao menos quatro lugares distintos, quais sejam: no emissor, no conteúdo da mensagem, no receptor e na cultura. Nesse entendimento, durante o processo de construção da mensagem, o emissor opera um processo de julgamento, que pode ser consciente ou inconsciente, ao decidir o que vai dizer, sendo esse procedimento guiado pelos esquemas presentes no seu sistema de crenças, que Goffman (2012) chama de quadros.

Os enquadramentos presentes no conteúdo, neste caso as reportagens e notícias do jornal, manifestam-se no texto a partir de sentenças-chave constituídas por figuras, temas, imagens e quaisquer outros elementos linguísticos ou estratégias discursivas que possam indicar um caminho de interpretação ou de julgamento da questão abordada nesse conteúdo. O que não significa que, necessariamente, o receptor vai aceitar e enquadrar esse conteúdo como o emissor o fez, pois esse também dispõe de seus próprios quadros para interpretar a realidade.

A cultura na perspectiva teórica de Entman (1993), por sua vez, a exemplo do que ocorre na obra de Hall (2003), ocupa um papel central no processo de enquadramento, pois representaria um depósito de quadros compartilhados comumente entre os membros da sociedade que são invocados quando da produção dos enquadramentos. Conforme enfatiza o autor: “A cultura pode ser vista como um conjunto de quadros comuns que são [...] exibidos no discurso e no pensamento da maioria das pessoas no agrupamento social” (ENTMAN, 1993, p. 53, tradução nossa).

Nesse sentido, é relevante destacar a aderência que essa proposta de análise tem com os pressupostos aqui abordados do âmbito da comunicação e política, como o caso da relação da esfera da visibilidade midiática com a esfera pública e a opinião pública e, de forma especial, com a proposta de estudo dos fenômenos da mídia de Hall (2003).

Esse diálogo torna-se perceptível quando Entman (2009) estabelece que as análises empíricas devam extrapolar um olhar reduzido direcionado somente ao nível micro dos efeitos do enquadramento nas opiniões individuais e considerar a existência de um processo psicológico e cognitivo sistêmico de produção e circulação dos quadros. A partir do entendimento desse processo, seria possível perseguir uma explicação do fluxo intenso de troca de sentidos entre as elites, a mídia e a população em geral.

Sob essa perspectiva, podemos considerar que o produtor do texto não trabalharia individualmente em um processo intencional de manipulação e produção de determinados enquadramentos hegemônicos, pois estes estão relacionados a outros atores em um espectro maior de compartilhamento de sentido. Ressalta Entman *et al.* (2009, p. 175, tradução nossa) que o “[...] enquadramento é um procedimento de ordem psicológica individual, mas também é um processo e um produto organizacional e uma ferramenta de estratégia política”.

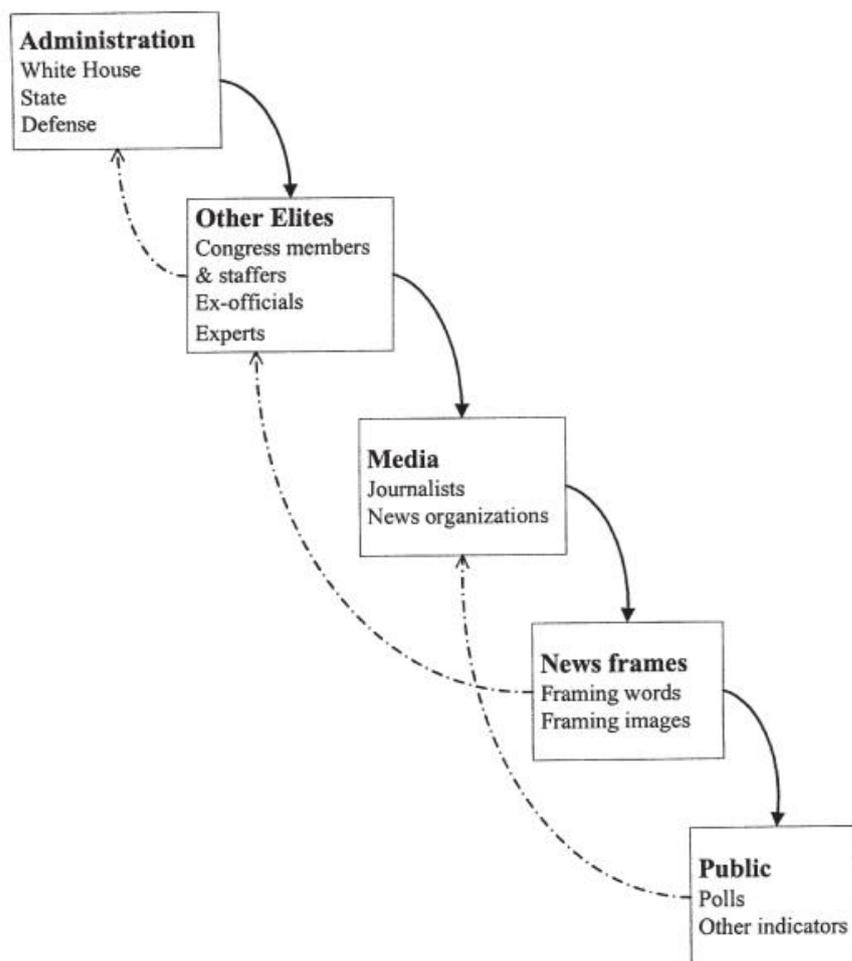
A construção dos *frames* pode ser vista, ainda, como um processo que também opera de forma colaborativa, no sentido de que as influências se dão nos dois sentidos da hierarquia social. Isso pode ser percebido no modelo denominado pelo autor de *Cascading Activation*, a partir do qual os enquadramentos seriam compartilhados, reproduzidos e ativados pela participação de diferentes atores envolvidos no processo de construção da notícia e não somente pelo jornalista de forma isolada.

Essa proposta defende que o enquadramento inicial, geralmente estabelecido pelas fontes no topo do poder (político e/ou econômico), pode ser transformado por um processo de troca entre os diferentes atores em posições distintas na escala hierárquica.

O modelo apresentado na Figura 5 foi construído em um estudo realizado pelo autor sobre a produção de enquadramentos relacionados aos ataques de 11

de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América, a partir do qual concluiu que o *frame* inicial proposto pelo então presidente Bush para o evento dominou as notícias, mesmo que em determinados veículos tenham aparecido abordagens um pouco distintas.

Figura 5 - Modelo *Cascading Activation*



Fonte: Entman (2003, p. 419)

Esse modelo identifica um fluxo dos enquadramentos que são ativados e espalhados a partir do nível superior do sistema social para os demais, passando por outros grupos da elite e pela imprensa até chegar à base (cidadão). Ele também ressalta que o fluxo contrário, em determinadas situações, poderia impactar os *frames* iniciais, resultando na produção de novos *frames* de acordo com a dinâmica do jogo de poder. Conforme o autor, esse modelo

[...] sugere como a opinião pública pode e contribui para influenciar o comportamento futuro de elites e jornalistas. Mas poucos cidadãos refletem sobre qual enquadramento alternativo, digamos, de uma guerra ou de uma crise econômica, faz o sentido mais lógico ou serve melhor a seus próprios interesses pessoais (ENTMAN, 2010, p. 333, tradução nossa).

A partir dessa formulação, dois aspectos podem ser destacados: o papel da fonte na dinâmica de circulação dos enquadramentos e a possibilidade de circulação na própria imprensa de enquadramentos produzidos fora dos grupos dominantes.

Sobre a possibilidade de enquadramentos contrahegemônicos ou alternativos marcarem presença de forma equilibrada em relação aos enquadramentos hegemônicos nas notícias da grande imprensa, Entman (2010) ressalta que as angulações alternativas somente ganham relevância quando representantes da própria elite também as estão apoiando ou as aceitam por algum motivo.

Ou seja, nessa perspectiva, um enquadramento defendido por algum movimento social ou minoria só ganha relevância para disputar espaço com o hegemônico caso algum membro da própria elite de poder (especialistas, cientistas, políticos, personalidades etc.) adira ao mesmo ponto de vista desse grupo minoritário.

Diante dessa dinâmica, ressalta Entman (2003, p. 418, tradução nossa), o cenário em que os quadros de minorias estejam em pé de igualdade ao majoritário no âmbito da esfera da visibilidade midiática é raro: “Como já sugerido, a paridade de quadros é a exceção, não a regra”.

Um das explicações para isso passa pela compreensão do papel das fontes no processo de construção de conteúdo jornalístico. Pesquisas têm indicado que as fontes atuam diretamente na (re)produção, propagação e ativação dos enquadramentos.

Lage (2008) sublinha que a percepção da realidade não é tarefa de um homem só. Nesse sentido, considerando a dinâmica e as rotinas inerentes ao campo do jornalismo, os atores e instituições consultados na construção do texto oferecem parte importante do recorte sobre o tema ou acontecimento abordado.

Na produção dos enquadramentos, portanto, colaboram direta ou indiretamente atores sociais diversos, podendo ser instituições, representantes de órgãos ou instituições e indivíduos afetados pela questão em debate (PORTO; VASCONCELOS; BASTOS, 2004). Sob essa ótica, como a maioria das informações utilizadas na construção dos textos origina-se de organizações e pessoas que testemunham, participam ou opinam sobre o que está em pauta, é preciso observar a presença e atuação das fontes, que podem ser definidas como

[...] pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia (SCHMITZ, 2011, p. 9).

E conforme postula Entman (2003), as fontes, sobretudo aquelas que controlam os meios de produção materiais e simbólicos, oferecem enquadramentos hegemônicos que costumam prevalecer nos conteúdos jornalísticos. Isso ocorre em razão de as fontes oficiais (de Estado) ou aquelas que fazem parte da elite simbólica ter mais condições de influenciar e/ou ocupar mais espaços no processo de produção de notícias.

Para Hall *et al.* (2016), questões relacionadas à produção das notícias, como pressões de tempo, precariedade no desempenho da tarefa e a busca da “imparcialidade” conduzem a um processo que privilegia a presença de fontes hegemônicas nos textos publicados pelos jornais.

Os jornais, sob o pretexto de produzir esse texto “objetivo” e “equilibrado”, buscam fontes às quais a própria imprensa atribui a credibilidade necessária para não interferir na imparcialidade pretendida. Assim, acabam restringindo o espaço nos textos aos representantes institucionais que ocupam posições de comando e às fontes acreditadas – os peritos em determinado tema que supostamente ocupariam uma posição “desinteressada” diante do acontecimento sobre o qual emitem opinião.

Segundo Hall *et al.* (2016, p. 316):

Ironicamente, as próprias regras destinadas a preservar a imparcialidade, e que se desenvolveram a partir do anseio de maior neutralidade profissional, servem também para orientar poderosamente os media nas “definições da realidade social”, que

as suas fontes “acreditadas” – os “porta-vozes” institucionais – fornecem.

Esse processo – em grande parte realizado de maneira não premeditada – transformará as fontes privilegiadas pela imprensa nos sujeitos que vão definir os temas e estabelecer a interpretação primária do tópico abordado no texto onde a fonte “digna de crédito” foi ouvida. Hall *et al.* (2016) explica que a preferência dada à elite simbólica resulta na transformação desses porta-vozes qualificados em definidores primários (*primary definers*).

São os *primary definers* que costumam delinear o enquadramento principal (ou central) de cada texto jornalístico, sendo que essa interpretação inicial passa a comandar o restante da narrativa produzida e também todo o tratamento subsequente não só no texto inicial, mas em coberturas futuras sobre o tema pautado. Além disso, os próprios argumentos contrários apresentados pelo “outro lado” nos textos acabam seguindo essa estrutura inferencial básica definida anteriormente. Seria a definição primária a responsável por estabelecer:

[...] o limite de todas as discussões subsequentes através do seu enquadramento do problema. Este enquadramento inicial fornece então critérios segundo os quais todas as contribuições subsequentes são rotuladas de “relevantes” para o debate ou “irrelevantes” – fora da questão. As contribuições que se afastam desse enquadramento são acusadas de “não tratarem a questão” (HALL *et al.*, 2016, p. 317).

A possibilidade de debate e aprofundamento do tema em questão restringe-se aos tópicos definidos por essas fontes privilegiadas, relegando ao outro lado, geralmente, a posição de somente contrapor ao recorte apresentado pelo enquadramento inicial. Portanto, o debate é pautado a partir da visão hegemônica sobre o tema desde o início da elaboração do texto: “Deste modo, os media tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade” (HALL *et al.*, 2016, p. 316).

Em um estudo dos enquadramentos sobre economia durante o governo Lula, produzidos pelo Jornal Nacional, no qual Porto (2004) entrevistou produtores e editores do telejornal visando identificar as justificativas para o predomínio das fontes de grupos hegemônicos, foram recolhidas as seguintes alegações: “[...] rotinas profissionais (escassez de tempo, acessibilidade de fontes, entre outros),

as características da audiência e as posições políticas da própria empresa e dos jornalistas” (p. 95).

Embora não descartemos as ingerências diretas daqueles que detêm os meios de produção e por isso buscam fazer com que seu modo e sua perspectiva de vida sejam aceitos pela maioria – tanto que nossa discussão sobre o poder da imprensa evidenciou as relações diretas e íntimas entre a imprensa e grupos hegemônicos –, a reprodução da ideologia dominante se efetiva em muito dos casos de forma não premeditada e conspiratória.

Porque tanto o sistema econômico quanto o sistema político dominantes criam mecanismos para que a sua ideologia seja reproduzida de forma automatizada, sem a necessidade de interferência direta nos processos sociais. Essa é a perspectiva defendida por Hall *et al.* (2016, p. 317), para quem a imprensa desempenha, na maioria dos casos, um papel secundário nesse processo, pois:

Os *media*, então, não se limitam a “criar” notícias; nem se limitam a transmitir ideologia da “classe dirigente” num figurino conspiratório. Na verdade, sugerimos que, num sentido crítico, os *media* não são frequentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos; mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de fazê-los representar não um papel crucial, mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos *media* como “fontes acreditadas”. Nesta perspectiva, no momento da produção jornalística, os *media* se colocam numa posição de subordinação estruturada aos *primary definers*.

Por esse aspecto, o olhar direcionado às fontes terá um papel importante na análise dos enquadramentos sobre titulação de territórios quilombolas produzidos pelo jornal *A Gazeta*. E o emprego do paradigma do enquadramento, nos termos apresentados nesta seção, contribuirá na identificação de quais perspectivas sobre a titulação de territórios quilombolas o jornal colocou em evidência.

Esse olhar sobre os textos torna-se relevante diante da possibilidade de o jornal – ao selecionar, repetir, focalizar e/ou omitir perspectivas sobre o assunto abordado – reforçar determinados pontos de vista em detrimento de outros. Por figurar como ator central no processo investigativo deste trabalho, antes de passar ao capítulo de análise, torna-se interessante contextualizar o veículo de

comunicação no qual os textos que serão analisados foram publicados. Na subseção a seguir, abordaremos um pouco do histórico da imprensa capixaba e como o jornal *A Gazeta* se insere nesse contexto.

3.4 A RELEVÂNCIA DO JORNAL A GAZETA NOS CENÁRIOS POLÍTICO E SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO

A história da imprensa no estado do Espírito Santo pode ser observada como um paralelo do processo de desenvolvimento econômico e social da capitania de mesmo nome doada a Vasco Coutinho, por volta de 1534. É fato que tanto o desenvolvimento econômico quanto da imprensa local somente puderam ser considerados significativos a partir da República, quando o estado tentou conquistar algum espaço no cenário político-econômico nacional. Conforme registra Martinuzzo (2008, p. 11),

[...] a imprensa chegou um pouco mais tarde, 32 anos depois de seu advento oficial no Brasil. Um reflexo ou um sintoma da condição de isolamento e atraso que foi imposta ao Estado em tempos coloniais. Por esse mesmo período, também iniciávamos o primeiro ciclo ordenado de nossa economia, fundado no café. Mas, se nesse tempo de dominação e de imposição de atraso socioeconômico a imprensa praticamente inexistiu por aqui, o mesmo não se pode dizer da fase republicana.

Os registros históricos contabilizam quase 500 veículos impressos identificados no Espírito Santo até a década de 1930. Nos anos 1960, o mercado já estava mais restrito, restando somente dois jornais impressos de circulação em âmbito estadual. E a partir dessa década, já sob o regime ditatorial, os arranjos políticos permitiram “[...] o estabelecimento das grandes redes de comunicação capixabas (rádio, TV, jornal), com os devidos vínculos com os grupos nacionais” (MARTINUZZO, 2009, p. 13).

Contudo, a década de 1980 pode ser considerada imprescindível para a consolidação da imprensa em termos mercadológicos. Conforme Guerra (2018), esse período foi decisivo “[...] para o jornalismo capixaba que se seguiu depois. Foram dez anos de intensas emoções e reformas que se traduziriam no cenário

da imprensa praticada no Espírito Santo no início do século seguinte” (GUERRA, p. 52).

As transformações que se sucederam no mercado jornalístico capixaba seguiram a lógica global ditada pela perspectiva das novas tecnologias de comunicação e do capitalismo digital, como a integração das redações, a digitalização da notícia, a precarização do trabalho dos profissionais de imprensa, a perda de leitores, a redução da circulação (tiragem), entre outras questões enfrentadas especialmente pelo jornalismo desde a virada do século XXI.

Contudo, uma questão central na história da imprensa capixaba, embora não seja uma marca genuinamente regional, merece destaque para compreendermos a história do veículo que será objeto de análise: a atuação política e a interferência na dinâmica do poder local. Então:

A imprensa foi atuante, em todos os momentos-chave da história capixaba. Não faltaram veículos, letras, páginas e vozes para defender pontos de vista, dinamizar debates e disputas, denunciar adversários, enfim, ajudar a construir/escrever a história espírito-santense. Não se pode fazer um julgamento acerca do seu papel, apenas constatar que ele foi marcante. Se bom ou ruim, depende do ponto de vista. O fato é que, sob o manto da objetividade e da imparcialidade, o jornalismo defendeu interesses, como não deve surpreender a ninguém (MARTINUZZO, 2009, p. 14).

E o resgate pontual da história do jornal mais antigo em circulação no Espírito Santo, objeto de nosso estudo, não pode ser feito senão a partir de suas relações políticas, que estiveram presentes desde o seu surgimento e foram decisivas em sentido de crescimento e consolidação.

A edição primeira do jornal *A Gazeta* foi publicada em 11 de setembro de 1928 e, apesar de ter sido criado para apoiar as ações de venda de um loteamento, sobreviveu graças ao conteúdo jornalístico. Interessante observar que, embora tivesse esse fim propagandístico inicial, ao menos em termos discursivos, apresentou proposta editorial com a promessa de atuar como um veículo independente. Essa edição circulou com os seguintes dizeres abaixo do logotipo: “diário noticioso e independente”. E o editorial desse mesmo número, assim como o loteamento que lhe deu vida, descreveu um ideal que não logrou êxito, ou seja, a “[...] proposta de independência em relação ao governo e de ser uma imprensa neutra” (SALLES, 2012, p. 52).

Esse fracasso da proposta de imparcialidade política ficou claro em menos de 12 meses após o seu lançamento quando, segundo Salles (2012), já manifestara apoio à aliança nacional. No início da década seguinte, ampliou a militância com apoio explícito à candidatura de Vargas, declarando ser um órgão do Partido Social Democrata (PSD). Na década de 1940, foi adquirido por um grande fazendeiro do interior do Estado com intuito principal de servir de palanque eleitoral para a candidatura da União Democrática Nacional (UDN).

A derrota desse projeto político e os planos de crescimento de outro projeto de poder direcionaram a história do jornal, quando em 1948, depois de ter sido adquirido por um amigo para esconder as reais pretensões eleitorais, o controle acionário finalmente chega às mãos de Carlos Lindenberg, um político que teve relevância no cenário capixaba com a carreira política apoiada pelo jornal (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005).

Além de ter servido como suporte discursivo do partido político de seu proprietário, o jornal seguiu apoiando os partidos aliados do então governador, como a Aliança Renovadora Nacional (Arena). E por muito permaneceu nessa dinâmica, conforme Gentili e Guerra (2017, p. 10), “[...] fazendo o seu jogo político abertamente, ora na posição e ora na oposição”, até que o cenário do golpe militar de 1964 converteu o periódico em apoiador do governo ilegítimo.

O jornal, por meio da atuação de seus proprietários, também esteve presente nas disputas por protagonismo dos projetos econômicos na sociedade capixaba: “Carlos Lindenberg – político de direita, proprietário de terras, criador de gado e plantador de cacau” (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005, p. 78). Ele era membro de uma das famílias mais influentes do Espírito Santo, a dos Sousa Monteiro, que se instalaram por aqui na metade do século XIX para exploração econômica agrícola.

E conforme explica Zorzal (1986, p. 340), como uma das vozes mais influentes no cenário regional, atuou na defesa dos interesses das forças agrofundiárias:

[...] Carlos Fernando Monteiro Lindenberg era um líder pertencente à antiga corrente jeromista, o qual expressava e traduzia os interesses das forças agrofundiárias do Espírito Santo, cuja base fundamental constituía-se na economia cafeeira.

Mesmo depois de se distanciar dessa primeira fase de militância “político-partidária”, o jornal continuou sendo porta-voz de ideologias e grupos de interesses econômicos. Como o fez na dinâmica da industrialização, sendo parceira, a exemplo de toda grande imprensa, “[...] na implantação dos ‘grandes projetos’” (MALANQUINI *et al.*, 2008, p.178), sem questionar o alto preço social a ser pago, materializado no êxodo rural e em todas as mazelas vivenciadas pela população pobre nos centros urbanos.

No ritmo do “milagre econômico”, *A Gazeta* seguiu a tendência nacional e adotou, já a partir do final da década de 1960, medidas visando à modernização fabril e editorial da empresa. As décadas seguintes mantiveram o crescimento desse jornal que, em seu auge na década de 1990, chegou a imprimir 100 mil exemplares diários (GUERRA, 2018).

A robustez mercadológica do periódico, conforme relatam Gentilli e Guerra (2017), alavancou o processo de expansão empresarial e econômica, resultando na transformação do tradicional jornal no maior grupo de mídia do Espírito Santo, com a ampliação também de negócios diversos nessa área, em especial a TV *Gazeta*, uma retransmissora da TV Globo. Interessante frisar que o portfólio de negócios desse grupo agrega um conjunto de diferentes negócios na área de comunicação, entre essas quatro emissoras de TV aberta afiliadas à Rede Globo.

Depois da bonança, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, o jornal vivenciou uma crise causada, sobretudo, por problemas cambiais em virtude do endividamento em moeda americana no projeto de modernização gráfica. Já em 2004, com o retorno dos números positivos em termos de faturamento, reformulações visando à modernização e à adequação ao mercado leitor resultaram na estrutura que praticamente se mantém atualmente. Segundo Guerra (2018), os processos de digitalização e uma nova proposta editorial fizeram com que o jornal passasse a priorizar assuntos locais e a investir em prestação de serviços como forma de se aproximar do público que demandava conteúdos mais populares.

Contudo, tal mudança não alterou seu perfil “elitista e conservador” (MARTINUZZO, 2005), que se mantém até os dias de hoje, pois continua tendo como principais públicos leitores as classes A/B (49%) e C1 (26%), conforme

dados apresentados pela própria empresa¹³. O que, em certa medida, ajuda a entender porque “[...] a política e a economia sempre estiveram em destaque [...]” (BOURGUIGNON; REZENDE; ARRUDA, 2005, p. 51) em suas páginas.

Dentre as diversas pesquisas desenvolvidas sobre o periódico que abordam fenômenos distintos e se relacionam ao jornal, duas merecem destaque neste espaço que descreve o nosso objeto de estudo, pois auxiliam no entendimento da dimensão política e da presença desse periódico na dinâmica do poder político no estado.

O primeiro diz respeito à interferência do jornal na pauta política dos poderes locais, especialmente no âmbito do legislativo e do executivo. As considerações de Coutinho (2002) reforçam que as ligações com a elite econômica e política, embora assumindo um posicionamento diferente do período inicial de militância política explícita, mantiveram-se ao longo dos anos, com base nos grandes “índices de prestígio” (p. 227).

A autora demonstrou como o conteúdo do jornal impactava o espaço de discussão política e, por conseguinte, o espaço público capixaba, pois os agentes estavam interessados na esfera da visibilidade proporcionada pelo veículo. No caso dos parlamentares,

[...] suas escolhas e definições de posição de votação usando as estimativas de preferência política de seus possíveis eleitores e, ainda, avaliando a forma de incorporação de tais decisões nas escolhas futuras desses cidadãos (COUTINHO, 2002, p. 227).

Outro estudo que nos oferece elementos interessantes para pensar a relação do jornal com a sociedade e as diferentes formas de impactar os espaços de discussão pública e formação de opinião, foi desenvolvida por Salles (2012). A pesquisadora investigou a interface entre a comunicação e educação, tendo como objeto de estudo um programa de Mídia e Educação da Rede Gazeta denominado “A Gazeta na Sala de Aula”, sendo associado ao Programa Jornal e Educação, que é idealizado e mantido pela Associação Nacional dos Jornais (ANJ).

Em funcionamento desde 1995, segundo a autora, o programa tem levado o conteúdo do jornal para escolas de todo estado e “capacitado” os profissionais

¹³ Disponível em: <<http://papodemidia.gazetaonline.com.br/a-gazeta/sobre/>>.

de educação no uso dessa mídia à educação das crianças, sobretudo na reflexão de temas centrais da sociedade.

Dados levantados nessa pesquisa demonstram que, no seu auge, o programa chegou a estar presente em 609 escolas em todo Espírito Santo, tendo inclusive impactado milhares de estudantes e professores. Conforme explica Salles (2012), “A Gazeta na Sala de Aula” procura demonstrar aos professores possibilidades de abordagem pedagógica, fornecendo como material para isso o próprio jornal. E nesse propósito, está implícita a possibilidade de se formar cidadãos acostumados a compreender os conteúdos do jornal como recortes da realidade, sem desenvolver o pensamento crítico ao ser apresentado nesse formato pré-fabricado de ferramenta pedagógica. Essa questão é evidenciada nas conclusões da pesquisa, conforme a seguir:

A Gazeta na Sala de Aula é o sujeito competente, portanto doador de saber; é quem ensina o professor a utilizar as mídias na sala de aula como fonte de informação e pesquisa, assim como os livros didáticos. Encontramos, porém, fragilidades na construção desse enunciador, que não assume uma concepção clara de educação. Busca ser visto como um programa que tem as suas diretrizes na educação humanista libertadora, mas é estruturado pelo viés das pedagogias produtivistas ou neoprodutivistas. **Na maioria das vezes, orienta o professor para o uso das mídias e não para uma reflexão acerca das mensagens que os meios de comunicação colocam em circulação** (SALLES, 2012, p. 153, grifo nosso).

Além desse aspecto, conclui a pesquisadora, o jornal, por meio de construções discursivas imperativas, procura direcionar o fazer do professor no processo educacional, o que também pode resultar na formação de usuários de mídia não críticos em condições de contribuir nos processos de debate e deliberação nos diferentes espaços públicos.

Encerrada a parte destinada à fundamentação teórica desta pesquisa, tendo como base os pressupostos teórico-metodológicos até aqui apresentados, realizaremos, no capítulo a seguir, as análises empíricas dos textos publicados pelo jornal e das entrevistas concedidas pelos representantes das comunidades quilombolas, buscando apontar os enquadramentos presentes nas duas perspectivas e contrastá-los em prol da compreensão dos fenômenos aqui estudados.

4 ANÁLISES EMPÍRICAS

Conforme explicitado no capítulo introdutório desta pesquisa, o processo que resultou na delimitação dos textos do jornal que seriam objeto de verificação dos enquadramentos passou por diversas fases e experimentos distintos, os quais disponibilizaram paisagens diferenciadas dos fenômenos implícitos ao objeto estudado.

Ao longo dos mais de 20 meses dedicados ao mestrado lançamos mão de distintas perspectivas teóricas sobre o *corpus* que reunimos logo no início dos estudos, considerando as ocorrências sobre titulação de territórios quilombolas publicadas no jornal *A Gazeta* entre a promulgação da CF/98 e o ano de 2017.

Esses estudos marginais (no sentido de caminharem paralelamente ao estudo central) – apresentados aos cursos dos quais participei tanto no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades (PósCom/Ufes) como no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/Ufes) e também submetidos, publicados e apresentados em eventos acadêmicos em nível regional, nacional e internacional – ofereceram contribuições interessantes a esta pesquisa e, embora figurassem fora do escopo analítico desta dissertação, conforme o que fora sugerido pela banca de qualificação e adotado por este pesquisador, optou-se por abordar ao menos alguns pontos centrais que pudessem colaborar com a análise principal.

Assim, trataremos a seguir de algumas questões identificadas nesses trabalhos, especialmente aquelas relacionadas ao *agenda-setting* – já que esse paradigma, como apontam os autores abordados no desenvolvimento teórico, pode complementar o processo de análise dos enquadramentos noticiosos.

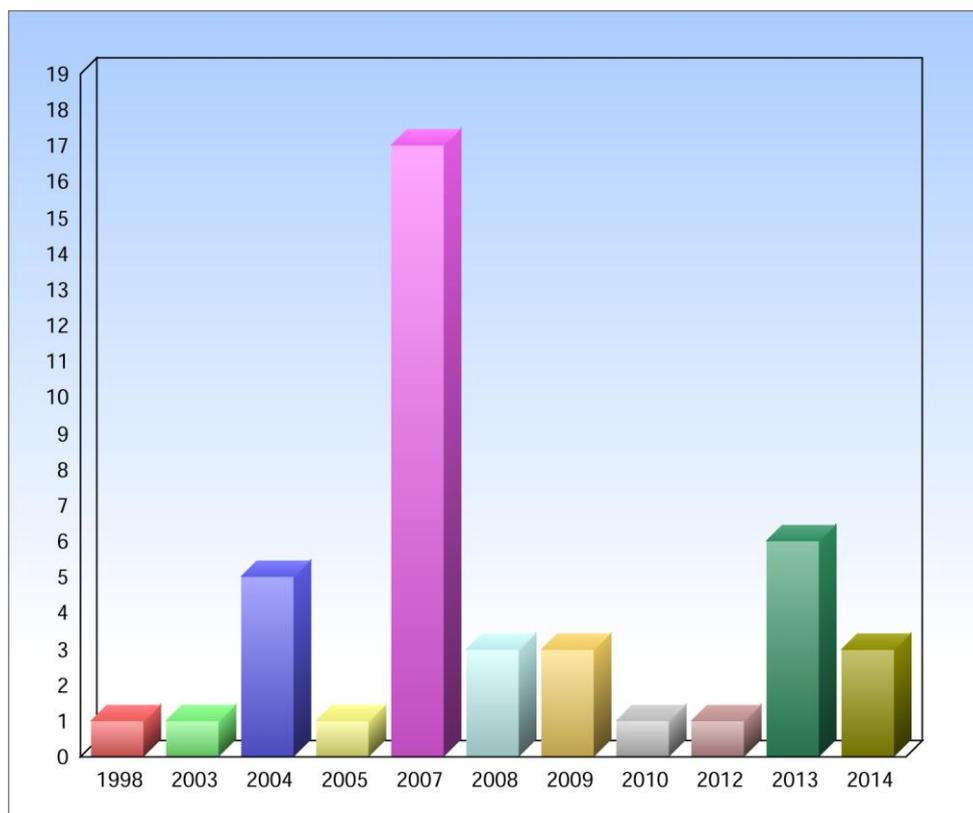
4.1 A TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NAS PÁGINAS DE A GAZETA: QUASE 30 ANOS DE INVISIBILIDADE

O *corpus* dessa pesquisa extraído do jornal contemplou as ocorrências de textos publicados sobre a titulação de territórios quilombolas ao longo de quase 30 anos nas páginas de *A Gazeta*. A partir dessa filtragem, foi possível ter uma

visão geral episódica das temáticas ao longo do período recortado da qual pudemos identificar três pontos que mereciam ser destacados: a parca cobertura dispensada ao tema; a concentração dessa cobertura em determinado período; e a ausência da questão em um determinado espaço de tempo. Tal levantamento quantitativo nos ofereceu uma visão sobre a forma como o tema titulação de território quilombola esteve presente na pauta do jornal, ou seja, sob a ótica do paradigma da agenda-setting, como a titulação de territórios quilombolas foi agendada por esse veículo de comunicação.

Entre notas em colunas [8], artigos[4], entrevista[1], notícias[21] e reportagens[8], o conjunto de textos totaliza 42 ocorrências. A distribuição das ocorrências durante os anos deu-se da seguinte forma: 1988-1997[0]; 1998[1]; 1999-2002[0]; 2003[1]; 2004[5]; 2005[1]; 2006[0]; **2007[17]**; 2008[3]; 2009[3]; 2010[1]; 2011[0]; 2012[1]; 2013[6]; 2014[3]; 2015-2017[0]. Essa distribuição pode ser mais bem observada na Figura 6 abaixo:

Figura 6 - Ocorrência de textos sobre a titulação de territórios no período 1988-2017



Fonte: produzida pelo autor, com base nas publicações de A Gazeta

O ano de 2007 merece destaque pela quantidade de matérias publicadas. Percebe-se que nesse período o jornal promoveu efetivamente o agendamento da questão por meio da abordagem do tema em 17 textos publicados (10 notícias, 2 reportagens, 2 notas em colunas e 3 artigos de opinião). Destaque para o fato de que a presença intensa do tema coincide com o momento em que houve ameaça à propriedade privada, quando os latifundiários e alguns posseiros que estavam ocupando áreas dentro dos perímetros delimitados começaram a ser notificados.

Conforme ressalta Oliveira (2016, p. 131), a mobilização contrária aos processos de titulação ocorreu somente “[...] quando foram publicados os primeiros Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs)”. E a intensificação do conflito, sobretudo a partir da organização de um movimento dos fazendeiros intitulado Movimento Paz no Campo (MPC), condiz também com o momento em que os ocupantes dos territórios quilombolas começaram a ser notificados entre o final de 2006 e o ano de 2007.

E o próprio jornal afirma textualmente, em matéria veiculada em *A Gazeta* no dia 5 de agosto de 2007 (vide ANEXO A), que o tema somente ganhou notoriedade e passou a ser pautado quando os latifundiários foram ameaçados:

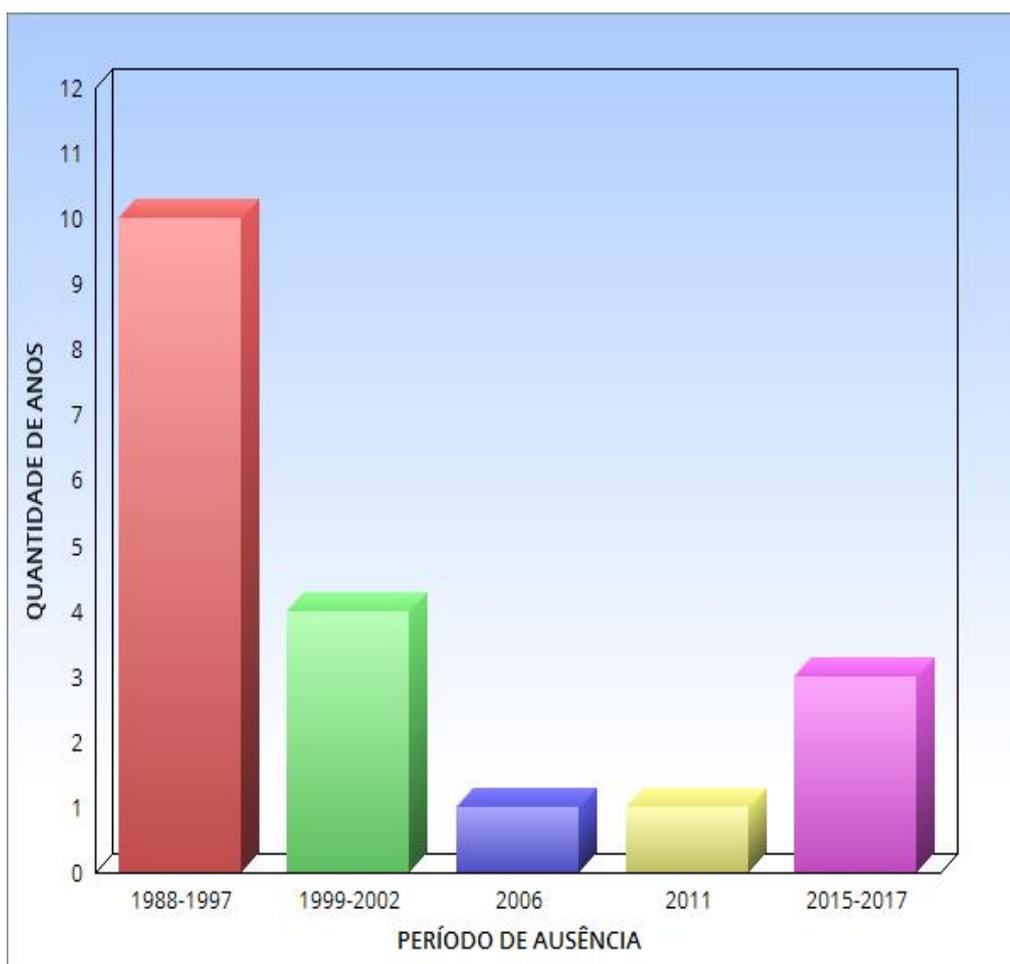
O caso só começou a ganhar notoriedade no Estado no final do ano passado, quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) notificou proprietários rurais de São Mateus informando que suas terras serão desapropriadas para a implantação das comunidades quilombolas. Os proprietários começaram a se mobilizar e criaram o Movimento Paz no Campo (MPC).

Quer dizer, observando as datas das movimentações dos processos administrativos no Incra/ES e o aumento de pautas de modo atípico nesse período em comparação à média geral, somado ao próprio reconhecimento feito pelo jornal de forma explícita, podemos concluir que, diante de todas as questões relacionadas a esse processo complexo (sociais, étnicas, culturais, ambientais, legais etc.), o jornal somente considerou relevante abordar a questão após o interesse dos fazendeiros, a qual decorreu da ameaça à propriedade privada materializada nas notificações administrativas realizadas pelo órgão responsável por essa política pública.

Outro aspecto a ser observado a partir do olhar sobre o agendamento da titulação de comunidades quilombolas no período em análise é a ausência do

tema na pauta do jornal em 19 dos 30 anos pesquisados ([1988-1997], [1999-2002], [2006], [2011] e [2015-2017]), sendo que os 10 primeiros posteriores à promulgação da CF/98 sem qualquer abordagem (1988-1997), conforme ilustra a Figura 7.

Figura 7 - Ausência do tema na pauta do jornal



Fonte: produzida pelo autor, com base nas publicações de *A Gazeta*

Somente em agosto de 1998, de forma indireta sem mencionar o direito constitucional das comunidades prevista em lei, o tema foi mencionado pelo jornal pela primeira vez. Nessa reportagem de duas páginas publicada no Caderno de Cultura do dia 16 de agosto de 1998, cujo “mote” (tema central norteador do conteúdo de uma publicação jornalística) é a preservação de costumes, a possibilidade de reconhecimento passa a ser mencionada, resumindo-se ao seguinte enunciado:

O trabalho antropológico realizado por Osvaldo Martins de Oliveira foi enviado para a fundação Cultural Palmares, em Brasília, em abril deste ano. A partir dele, Retiro do Mangaraí poderá ser reconhecido como um remanescente de quilombo pelo governo federal e ganhar uma titulação coletiva, dando posse comum a todos habitantes (A GAZETA, 1998, p. 2, Caderno de Cultura).

O referido trabalho trata-se de uma dissertação de mestrado como fonte da matéria e a possibilidade de titulação não foi sequer indicada pelo jornal como um direito constitucional, sendo mencionada apenas a probabilidade de o governo reconhecer a comunidade a partir de um estudo individual de um pesquisador. Outro fato a ser salientado é que o direito ao reconhecimento e à titulação dos territórios das comunidades quilombolas só fora abordado de forma direta, ou seja, tendo figurado como mote de um conteúdo publicado pelo jornal somente em 2003, 13 anos após a promulgação da CF/98.

Contudo, a centralidade do tema nessa oportunidade era presumível, pois o texto em questão abordou o lançamento de uma nova ação do governo Federal proporcionada pelo Decreto n. 4.887/03, que regulamentou o processo de titulação dos territórios naquele período e foi enquadrado no texto como ação de governo e não como um direito previsto na CF/88.

É importante frisar, ainda, que esse *corpus* apresenta uma série de questões que merece ser investigada, algumas das quais abordamos de forma superficial em alguns textos produzidos durante o mestrado. Entretanto, foi necessário restringir o escopo da pesquisa para que pudéssemos nos aprofundar em uma demanda mais específica. Contudo, pretendemos dar continuidade a outras discussões em estudos posteriores.

Feitas essas considerações sobre o agendamento do tema entre 1988-2017, passemos às análises dos enquadramentos produzidos pelo jornal em 2007.

4.2 COMO O JORNAL ENQUADROU A TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS EM 2007

Conforme demonstrou a Figura 6, o ano de 2007 registrou 17 ocorrências sobre a titulação de territórios quilombolas nas páginas do jornal estudado. Contudo, visando a adequar aos objetivos propostos nesta pesquisa, e também seguindo recomendação da banca de qualificação, nesta etapa analisaremos os conteúdos dos gêneros jornalísticos não-opinativos, que totalizam 10 notícias e 2 reportagens.

A própria caracterização e classificação dos gêneros jornalísticos selecionados para a análise, e dos demais do campo jornalístico, ocorre de forma controversa tanto no meio acadêmico quanto no meio profissional (ASSIS, 2010). Assim, amparados na própria percepção sobre esses textos, entendemos a reportagem como uma estrutura em que o processo interpretativo está mais presente, uma espécie de busca pelo aprofundamento dos temas relatados, ao tempo que a notícia caracteriza-se mais pelo relato dos acontecimentos, pelo compartilhamento de informações com um grau menor de interpretação.

Porém, as reportagens e as notícias produzidas pelos jornais impressos carregam alto grau de hibridismo e toda a classificação e separação não deixa de ser arbitrária. Além disso, essa busca por um rigor classificatório e determinista não faria diferença neste processo, uma vez que observamos os enquadramentos no conjunto dos conteúdos.

Ademais, entendemos que todo material veiculado pelo jornal pressupõe releitura e transformação de alguma informação presenciada ou recebida de terceiros. Portanto, todos os gêneros seriam carregados em níveis distintos pelo arcabouço cultural e ideológico de todos os agentes presentes no processo de produção dos conteúdos, desde as fontes iniciais até os próprios leitores que fazem usos distintos daquilo que é veiculado. A opção por estes gêneros se deu pela intenção de inferir os enquadramentos a partir de conteúdos elaborados diretamente pela redação do jornal. As colunas nacionais e artigos de opinião descartados para análise foram elaborados por terceiros.

Não obstante, convém registrar que, embora não tenham sido produzidos pela redação do jornal, somente o fato do veículo ter selecionado e publicado os

conteúdos já pressupõe a exposição desses posicionamentos na esfera de visibilidade midiática pelo jornal. Todavia, parâmetros metodológicos de um estudo *stricto sensu* em nível de mestrado demandam esse tipo de operacionalização (recorte do *corpus*).

Com base no recorte proposto, o material selecionado para análise é formado por 12 ocorrências (conforme Tabela 1 a seguir) - duas reportagens e dez notícias, das quais quatro poderiam ser também classificadas como notas em função do tamanho e da forma textual utilizada.

Tabela 1 - *Corpus* selecionado para análise dos enquadramentos do jornal

TÍTULO	GÊNERO	DATA
Áreas de quilombos são disputadas	Notícia	21/01/2007
Produtores vão receber em dinheiro por terras	Notícia	11/03/2007
Proprietários lutam por terras em São Mateus	Reportagem	27/05/2007
Agricultores do norte querem revisão na área	Notícia	31/05/2007
Incra não vai desapropriar centro	Notícia	01/06/2007
Mais ao norte, ocupação por quilombolas	Notícia	26/07/2007
Produtores podem perder terras para quilombolas	Reportagem	05/08/2007
Protesto contra titulação de territórios	Notícia	05/08/2007
Acampamento quilombola é desmontado	Notícia	12/08/2007
Audiência na Assembleia Legislativa hoje	Notícia	12/09/2007
Produtores fazem carreata até Vitória	Notícia	09/11/2007
Agricultores protestam de São Mateus a Vitória	Notícia	10/11/2007

Fonte: produzido pelo autor, com base em publicações de A Gazeta

Procedeu-se análises descrevendo cada texto e obedecendo à sequência cronológica de publicação e apontando os elementos e estratégias presentes e reiteradas que sustentam a construção dos enquadramentos, cujas características serão, ao final desta seção, sistematizadas de modo a apresentar uma percepção geral e conjunta da forma como o tema foi enquadrado pelo jornal.

As identificações dos enquadramentos foram feitos por meio de um modelo próprio, adaptado de formas sugeridas pelos principais autores que conformam o referencial teórico, especialmente Entman (1993; 2010).

Em termos de procedimentos metodológicos-analíticos, os pontos observados no processo de análise foram: a) seleção, ênfase e exclusão de determinados aspectos do tema abordado; b) a definição do problema, a interpretação causal, a avaliação moral e a proposta de solução para o tema em

discussão dispostos no conteúdo; e c) a presença das fontes e o tratamento dado às mesmas.

Para a avaliação dessas questões, lançamos um olhar atento a alguns elementos próprios da estrutura dos gêneros jornalísticos. Ao ocuparem espaços de destaque, estruturas típicas desses textos – como título, subtítulo (linha fina), retrancas, chapéus, legendas, entre outros – cumprem justamente o papel de evidenciar os principais sentidos do conteúdo produzido pelo jornal ao regerem a hierarquia em termos de importância que será dada às questões abordadas nos textos (os tópicos e temas principais).

A produção dessas estruturas, em conjunto com outras estratégias linguísticas operadas pelos autores do texto, resulta naquilo que van Dijk (2016b, p. 23) chama de macroproposições semânticas, que são “[...] aqueles sentidos gerais mais lembrados pelos leitores”. Por esse motivo, tornam-se elementos fundamentais a uma análise como esta.

E a fim de identificar os enquadramentos, conforme sugere Entman (1993), também foi observada a utilização de símbolos, imagens, conceitos, metáforas, palavras centrais e seu emprego porque, ao serem destacados e reiterados, podem sugerir um caminho específico de interpretação dos fatos sociais abordados nos textos.

É importante frisar, também, como descrito na discussão teórica, que todos esses aspectos formados dos enquadramentos não irão, necessariamente, aparecer de forma simultânea e em todos os objetos analisados. Cada texto oferece de forma distinta pistas para a identificação de seus enquadramentos.

4.2.1 Texto 1: “Decisão judicial: Áreas de quilombos são disputadas”

Essa notícia foi publicada em 21 de janeiro de 2007 (vide ANEXO B), tendo como mote o término do prazo de contestação de um edital de delimitação. Esse texto ocupa a coluna lateral de uma página onde também foi publicada uma reportagem sobre conflito entre indígenas e a empresa Aracruz Celulose. A notícia é assinada pela jornalista Sandra Pacheco, correspondente do jornal à época na cidade de São Mateus. A referência ao município antepõe o corpo do texto e demarca o “lugar geográfico de fala” da repórter.

Observando-se os elementos iniciais de referência do texto - chapéu, título e linha fina, nesta ordem – e que recebem mais destaque (corpo do texto maior e uso de negrito, uso de caixa alta [maiúscula]), conforme Figura 8 abaixo, percebe-se que o mote escolhido pelo jornal, ou seja, a questão central a partir da qual o texto foi desenvolvido, relaciona-se ao conflito provocado pelos procedimentos administrativos realizados pelo Incra/ES que se opõem aos interesses daqueles que ocupam áreas dentro dos territórios delimitados nesse edital.

O chapéu (ou cartola) da notícia é o elemento posto sobre o título, que cumpre a função de definir e/ou identificar o assunto do texto, sendo escrito em caixa alta. Neste caso, refere-se a ações administrativas realizadas pelo Incra, como publicação de relatórios e/ou portarias de delimitação dos territórios. Contudo, o jornal não menciona qual seria tal procedimento e sintetiza o evento narrado de forma equivocada, classificando-o como uma “decisão judicial”.

E essa expressão, embora empregada de forma errônea, deve ser considerada em função de sua carga semântica relacionada à existência de um conflito, no mínimo, entre dois polos de interesse. Essa construção semântica decorre da própria estrutura do Estado brasileiro que define o poder judiciário como um ente que não desempenha (ou não deveria) papel proativo, com a função de somente se manifestar quando da existência de conflito de interesses entre partes litigantes que não pode ser resolvido em outras esferas. Ou seja, quando há uma decisão judicial, algum interesse é contrariado. Assim, ao usar essa expressão no chapéu, o jornal agrega ao enquadramento que produziu da titulação o aspecto conflitivo, litigioso.

Figura 8 - Chapéu, título e linha fina da notícia analisada



Fonte: *A Gazeta* (21/01/2007, p. 4)

O título, em corpo maior e em negrito, por sua vez, dá ênfase à existência de uma disputa por áreas. A linha fina – que tem a função de explicitar e em alguns casos explicar sobre o que se trata o texto –, por sua vez, ao dar ênfase ao prazo de “contestação” e à possibilidade de “desapropriação” de áreas cujos ocupantes são denominados de “proprietários de terra”, também reforça o aspecto conflituoso do tema. Isso se deve, sobretudo, ao uso dos vocábulos “contestar” e “desapropriação”, que carregam conteúdos semânticos relacionados a disputas, discordância e/ou litígio.

Observando os principais temas e figuras presentes nesses três elementos que são centrais à notícia (decisão judicial, disputa por áreas, contestação de edital e desapropriações), percebemos que todos carregam o aspecto conflitivo em sua carga semântica e, em conjunto, reforçam e reiteram um mesmo enquadramento da questão: o conflituoso.

O corpo da notícia está estruturado basicamente em três blocos de textos, ou três parágrafos. A partir da leitura do conjunto textual, podemos perceber que o texto traz como problema a possibilidade de desapropriação de áreas para a criação de comunidades quilombolas. Esse aspecto é reiterado em todas as partes do texto.

No primeiro parágrafo, o jornal volta a enfatizar esse “risco”: “Dezenas de propriedades rurais da região de São Mateus e Conceição da Barra podem ser desapropriadas para a criação de comunidades quilombolas [...]” (A GAZETA, 21 jan. 2007, p. 4). Como recurso para dimensionar o problema, a repórter faz uso de números de propriedades e de produtores que foram notificados e que precisam contestar a decisão.

No segundo parágrafo, o texto prossegue apresentando dados que acentuam o “problema” abordado pelo jornal, dessa vez informando que outra comunidade quilombola já teria sido delimitada, o que atingiria “[...]outras dezenas de produtores [...]” (A GAZETA, 21 jan. 2007, p. 4).

E no terceiro e último bloco do texto, a notícia ouve uma fonte (um possível produtor notificado) que é apresentada como líder da comissão que os representa. Antes de reproduzir o discurso direto dessa fonte, o jornal informa que os fazendeiros estão se mobilizando para levar o que o periódico denomina de situação às “[...] autoridades do estado [...]” (A GAZETA, 21 jan. 2007, p. 4),

novamente abordando o tema como um conflito sob a ótica de um dos polos envolvidos na questão.

A fonte é qualificada como líder da comissão e “[...] dono da fazenda [...]” (A GAZETA, 21 jan. 2007, p. 4). No discurso direto, o entrevistado trata a titulação de territórios quilombolas como “[...] um erro [...]” (A GAZETA, 21 jan. 2007, p. 4). E embora reconheça que os “[...] negros precisam ser recompensados [...]” (A GAZETA, 21 jan. 2007, p. 4), enquadra esse grupo étnico a partir do recorte racial e a titulação dos territórios como uma punição àqueles que, como ele, “[...] contribuem com a economia do país [...]” (A GAZETA, 21 jan. 2007, p. 4).

Por fim, observamos, essencialmente, que o jornal seleciona e dá ênfase ao aspecto conflitivo, injusto e prejudicial da titulação, ressaltando o número de produtores “prejudicados” pelos processos. E, por outro lado, exclui diversas questões possíveis de serem abordadas, relacionadas aos processos de titulação: como o direito ao território previsto na Constituição Federal, os argumentos de defesa da titulação a partir da perspectiva das comunidades e/ou, por exemplo, as próprias justificativas dos legisladores para a criação e execução dessa política pública, como a ancestralidade e o modo de vida próprio desse grupo. Além disso, o veículo somente “ouviu” como fonte no texto um representante dos proprietários rurais, o que favoreceu a prevalência de enquadramentos que se aproximam da visão defendidas pelos fazendeiros.

Assim, diante das estratégias linguísticas e dos elementos selecionados, evidenciados e/ou excluídos, identificamos que o **problema** que o texto apresenta é a ameaça à propriedade privada em função da possibilidade de desapropriação, termo que é destacado em negrito na linha fina e reiterado em todo conteúdo. A avaliação (**juízo moral**) realizada pela notícia é a de que tal procedimento é conflituoso e injusto. E a **solução** proposta passa pelo questionamento das ações contrárias ao interesse do grupo “prejudicado”, seja por meio da mobilização, conforme a notícia destaca a criação da comissão dos fazendeiros, seja por meio de recursos administrativos, quando a jornalista enfatiza o prazo para os pedidos de impugnações dos atos processuais.

Portanto, podemos inferir que o enquadramento principal é o de que *a titulação de territórios quilombolas representa um procedimento conflituoso que prejudica muitos produtores*. Além desse enquadramento, podemos identificar

também a presença de enquadramentos secundários, quais sejam: *a titulação é injusta e representa uma punição aos proprietários; e a titulação pode gerar prejuízo econômico*, já que somente a fazenda citada pela fonte “[...] gera 200 empregos [...]” (A GAZETA, 21 jan. 2007, p. 4).

4.2.2 Texto 2: “Desapropriação: Produtores vão receber em dinheiro por terras”

A segunda notícia, também assinada pela repórter Sandra Pacheco, foi publicada em 11 de março de 2007 (conforme ANEXO C) e tem como mote uma audiência pública realizada na cidade de São Mateus. O chapéu, o título e a linha fina, respectivamente, dão ênfase à desapropriação de áreas, à forma de pagamento das indenizações e à possibilidade de judicialização.

O *lead* – primeiro parágrafo do texto que geralmente reúne as principais informações da notícia – restringe-se a informar sobre a realização da audiência e a definir o processo de titulação de territórios quilombolas de forma restrita, como “[...] desapropriação de propriedades rurais, em São Mateus [...]” (A GAZETA, 11 mar. 2007, p. 8).

Ao reiterar o termo desapropriação para definir todo procedimento de titulação, que é muito mais amplo e complexo, o jornal, associa-o a outra ação de atribuição do Incra, a *reforma agrária*, cuja carga semântica produzida pelo discurso hegemônico ao longo do tempo está relacionada a “conflito e baderna”, ocupando um espaço negativo no imaginário social, conforme demonstrado em diversas pesquisas científicas, entre as quais a que produzimos com o objetivo de analisar o discurso da imprensa sobre a reforma agrária (SILVA, 2015).

A ênfase ao aspecto conflituoso da titulação se dá em outros trechos do texto a partir do emprego de vocábulos como “confronto” e “provocação”, os quais organizam as ideias apresentadas nos dois parágrafos seguintes ao *lead*.

Como o jornal dessa vez ouviu fontes de polos de interesses distintos – fazendeiros, quilombolas e Estado –, aparecem na sequência do texto outras visões sobre o processo, como a importância do território para a sobrevivência das comunidades e a ancestralidade como elementos que justificam a titulação das áreas. Contudo, o espaço destinado a esses enquadramentos secundários

são muito pequenos em comparação ao lugar ocupado pelo enquadramento principal.

Além de quilombolas e de proprietários não identificados, mas mencionados pelo jornal como fontes, foram ouvidos nesse primeiro trecho da notícia um procurador do Ministério Público Federal e dois representantes do Incra/ES. O primeiro foi o responsável por defender o aspecto da ancestralidade enquanto o segundo e o terceiro, respectivamente, ressaltaram a forma como o pagamento será feito e a ausência dos produtores rurais do evento.

Percebemos que os argumentos apresentados pelas fontes favoráveis aos processos de titulação cumprem o papel de contrapor as falas e as problemáticas pautadas pelo interesse dos proprietários, que ocupam a posição de *primary definers*, o que reduz a possibilidade de outros recortes sobre o tema fora do aspecto conflituoso relacionado à desapropriação apareçam no conteúdo.

Na sequência, a notícia traz uma retranca – espécie de texto dentro de outro texto para desenvolver outro aspecto do tema – que apresenta dados sobre propriedades rurais afetadas por editais já publicados e o número de comunidades em condições de iniciarem processos semelhantes.

Observando-se esse trecho, cujo título e o subtítulo ressaltam a conclusão de algumas fases do processo administrativo, é possível perceber que a notícia procura novamente ressaltar a preocupação com as fazendas que podem ser abrangidas, destacando o número de proprietários passíveis de serem desapropriados: “Na comunidade de São Jorge mais de 140 produtores foram notificados sobre a abertura do processo de desapropriação. Em Serraria e São Jorge foram cerca de 15” (A GAZETA, 11 mar. 2007, p. 8).

No último parágrafo dessa retranca, conforme a seguir, novamente a repórter procura, por meio da apresentação de números, dimensionar o potencial de desapropriação de fazendas no norte do Estado:

Há ainda a comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra, onde também foi iniciado processo de desapropriação. No total existem cerca de 40 comunidades quilombolas no Norte do Estado, que deverão passar por esse processo (A GAZETA, 11 mar. 2007, p. 8).

Interessante observar que mesmo quando apresenta informações relacionadas aos quilombolas, o jornal seleciona somente aquelas que reforçam

os mesmos enquadramentos conflitivos construídos ao longo do texto sob a ótica dos *primary definers* (fazendeiros), focando no potencial de áreas que podem ser reconhecidas. Esse direcionamento é perceptível ao considerarmos que informações pertinentes aos interesses das comunidades, como dados dos estudos que demonstram a ancestralidade relacionada ao espaço, a precariedade dos títulos de posse de alguns ocupantes, entre outras questões, não são mencionados.

O texto prossegue evidenciando aspectos negativos relacionados à titulação. Temas e figuras que orbitam o campo semântico conflitivo, como desapropriação, confronto, discordância, perseguição, temor, provocação e tensão, são recorrentes na narrativa e estão presentes em quase todos os parágrafos. Inclusive, quando o jornal apresenta um pequeno trecho do discurso direto de um representante das comunidades quilombolas, opta por ressaltar o ânimo exaltado da personagem, conforme demonstra o referido trecho:

Em um momento mais tenso na reunião realizada em São Mateus, um dos líderes quilombolas da região, Domingos Firmino dos Santos, o Chapoca, disse exaltado: “O (produtor) pobre não vai sofrer perseguição; mas o rico vai sair” (A GAZETA, 11 mar. 2007, p. 8).

Diante do panorama apresentado nessa análise, identificamos que o jornal elegeu como **problema** novamente a ameaça à propriedade privada em função da possibilidade de desapropriação, termo que aparece destacado (em negrito e em caixa alta) no chapéu e se repete em outras partes do conteúdo. A avaliação (**juízo moral**) dessa notícia se restringe em apresentar o procedimento como conflituoso. E a **solução** proposta passa pelo acionamento da justiça, como sugere a linha fina.

Portanto, podemos inferir que o enquadramento principal, a exemplo do texto anterior, é o de que *a titulação de territórios quilombolas representa um procedimento conflituoso que pode prejudicar muitos produtores*. E podemos considerar, ainda, que o texto apresenta enquadramento secundário oferecido na fala do procurador da república: *procedimento legítimo* devido à comprovação da ancestralidade e à relação de pertencimento das comunidades com os territórios pleiteados. Todavia, devemos ressaltar o pequeno espaço ocupado por essas

ideias ante o conjunto geral textual que privilegia o enquadramento principal proposto pelos fazendeiros em termos de discurso.

Um olhar quantitativo ajuda a compreender a posição desfavorável dos enquadramentos que se apresentam favoráveis à titulação: do total de 1.945 caracteres da notícia, os trechos pró-titulação ocuparam somente 265 caracteres – o que corresponde a 13,62% em relação ao primeiro.

4.2.3 Texto 3: “Proprietários lutam por terras em São Mateus”

A publicação de uma reportagem sobre determinado tema pressupõe o entendimento por parte do jornal de que a questão demanda aprofundamento. Sobre a titulação de territórios quilombolas em 2007, o primeiro material elaborado nesse gênero fez parte da edição do dia 27 de maio (ANEXO D). O texto, mais uma vez assinado pela repórter Sandra Pacheco, deslocou para os espaços de destaque (chapéu, título e linha fina), conforme Figura 9, novamente as preocupações decorrentes da perspectiva dos fazendeiros, qual seja, a oposição à desapropriação de áreas em favor das comunidades remanescentes de quilombos.

Figura 9 - Recorte da reportagem analisada

SITUAÇÃO PRODUTORES INICIARAM UMA PEREGRINAÇÃO AOS GABINETES DE POLÍTICOS

Proprietários lutam por terras em São Mateus

Eles temem que
suas terras sejam
desapropriadas pelo
governo federal para
os quilombolas

Fonte: *A Gazeta* (27/05/2007, p. 3)

A observação desse conjunto demonstra que a reportagem deu ênfase ao caráter conflitivo do processo de titulação dos territórios quilombolas, atribuindo aos fazendeiros simultaneamente, a partir das estratégias linguísticas que evidenciaremos a seguir, simultaneamente os papéis de protagonistas e vítimas do processo. O outro lado interessado na questão (os quilombolas e o governo Federal), de sua parte, foi alocado nos espaços privilegiados do gênero em posições negativas, desempenhando o papel daqueles que “ameaçam” a tranquilidade dos proprietários rurais.

Esse panorama começa a se desenhar desde o título, que insere o contexto conflitivo pelo uso do verbo “lutar”, é reiterado no chapéu, que está posicionado acima do título principal, ao destacar os fazendeiros em posição proativa defendendo a propriedade da terra.

Além dessas questões, o emprego de *peregrinação* para abordar essa ação contribuiu para adicionar um conteúdo subjetivo e religioso à ação dos grupos contrários à titulação: “**Situação:** produtores iniciaram uma peregrinação aos gabinetes de políticos” (A GAZETA, 27 maio 2007, p. 3).

Nesse processo de construção de conteúdo simbólico favorável ao lado contrário à titulação, a linha fina, texto posto após o título para “abrir” a reportagem, volta a dar destaque aos fazendeiros, dessa vez como “vítimas”.

Outro ponto interessante de ser observador nesse texto é a forma como os interessados no processo foram descritos. No polo contrário aos processos de titulação, os fazendeiros receberam as qualificações de *proprietários*, *produtores* e *trabalhador rural* ao tempo que o assessor desse grupo foi qualificado como *historiador*. A inserção de uma fonte com esse tipo de atributo (título de especialista no assunto) empresta credibilidade e reforça o peso dos argumentos contrários à titulação.

Os atores favoráveis – os quilombolas – são qualificados no conteúdo somente como *quilombolas*, sem uso de nenhum outro vocábulo para qualificar ou definir esses atores. E o Incra, outro participante favorável à titulação, é qualificado como governo Federal ou somente pela sigla oficial do órgão. Contudo, o órgão recebe uma acusação na construção do texto interessante de ser observada: “O movimento acusa o Incra de não ter sido transparente no processo e de querer criar a segregação racial” (A GAZETA, 27 maio 2007, p. 3).

Nesse trecho, fica evidente que no processo de produção dos sentidos o jornal somente notabiliza aspectos negativos de um dos lados.

A partir do exame dessas descrições inferimos que o texto veiculado na reportagem relaciona e enfatiza os aspectos positivos das terras administradas pelos fazendeiros. E, por outro, projeta pontos negativos caso a titulação de territórios quilombolas seja concretizada.

Como essa reportagem apresenta elementos visuais de forma destacada, conforme recomenda Entman (1993; 2010), interessa-nos também observar como esses recursos foram empregados na construção dos enquadramentos. Assim, passamos a verificar os elementos multimodais.

O conteúdo foi diagramado em seis colunas verticais. Desse espaço, a parte superior esquerda da página – também denominada de zona primária de visualização, que é uma das mais importantes em termos de ordenamento de leitura (SILVA, 1985) –, é ocupada com o chapéu (corpo 12 e caixa alta), com o título principal (corpo 64 e negrito) e com a linha fina (corpo 18). Justamente os elementos nos quais, conforme já destacado, enfatiza-se aspectos conflitivos da questão quilombola e coloca os fazendeiros em uma posição privilegiada em relação aos demais participantes.

Como recurso ilustrativo, a página também apresenta um “box” (Figura 10 a seguir) que se destaca entre os elementos visuais diagramados. Aparece nesse espaço a oposição entre os números de propriedades rurais “afetadas” pelo processo de titulação (161) e o número de famílias quilombolas cadastradas para serem beneficiadas (146). Interessante ressaltar que, nessa contraposição, fazendas e famílias quilombolas são colocadas como parâmetros comparativos (pessoas *versus* propriedade privada).

Figura 10 - Quilombolas x Fazendas



Fonte: A Gazeta (27/05/2007, p. 3)

Ao examinar os elementos fotográficos identificamos a mesma tendência observada nas outras estruturas: a de se evidenciar os argumentos dos sujeitos contrários à titulação.

O jornal apresenta no lado direito da página três imagens que ocupam duas colunas inteiras (1/3 da página).

As fotos das personagens recebem o mesmo tratamento visual (plano e recorte) e são acompanhadas de textos com tamanhos similares.

Entretanto, o jornal ouviu dois personagens contrários à titulação das comunidades (um no topo e o outro na parte inferior da página) e somente uma favorável aos processos (conforme Figura 11, disposta na próxima página), o que demonstra também o desequilíbrio de forças em termos de representatividade e espaço do discurso.

Figura 11 - Fontes ouvidas cujas fotos foram publicadas

DIVERSOS LADOS



Local onde nasceram pai e bisavô
ROBSON ALMEIDA BARBOSA
 Filho, proprietário rural

“A região onde fica minha propriedade, a fazenda Piaúna, foi onde nasceu meu pai e meus bisavós, um deles era Ceciliano Abel de Almeida, que nasceu em 1848. As terras passaram de pai para filho. Essa região tem um significado especial para mim, tem importância afetiva. Não quero vender essas terras para comprar outras em outro lugar. A história da minha família está ali.” FOTIS, SANDRA RIBEIRO



Sonho de morar em uma comunidade
DONA MIÚDA
 Quilombola do Sapê do Norte

“Minha família sempre viveu junto. A gente planta e colhe juntos. Não acho que vamos ter problema em viver todos na mesma comunidade. Sonho em poder morar definitivamente em uma comunidade quilombola. Ter o nosso direito de negro, reconhecido.”



Chance de ganhar terras
AUGUSTO PIÚ
 Trabalhador rural

“Há mais ou menos um ano dois rapazes em um carro passaram por mim no São Jorge e disseram que eu poderia ganhar 20 hectares de terra, se eu não gostaria de ser quilombola. Aceitei. Mas eu não sabia que estão querendo tirar terra de produtor que está produzindo. Quero que tirem meu nome na lista de quilombola.”

Fonte: A Gazeta (27/05/2007, p. 3)

O fato de o jornal apresentar como fonte um integrante de comunidade quilombola que se “arrependeu” de ter assinado a solicitação de titulação (por entender como injusta a desapropriação das terras ocupadas pelos fazendeiros) atribui ainda mais força e ênfase ao posicionamento desfavorável em relação aos quilombolas: “Aceitei. Mas eu não sabia que estão querendo tirar terra de produtor que está produzindo. Quero que tirem meu nome na lista de quilombola” (A GAZETA, 27 maio 2007, p. 3).

O problema nesse caso é que, ao colocar uma acusação grave que cria suspeição ao processo e não oferecer espaço ao contraditório, o jornal permite que essa fala assuma a propriedade de verdade por não ter sido contestada pelo outro lado. E novamente se vê uma construção que enfatiza o atributo produtivo dos fazendeiros.

Enfim, embora exista uma diversidade de outros elementos possível de se observar no texto, na primeira oração do corpo da reportagem a jornalista deixa claro sobre qual enquadramento principal sobre a titulação de territórios quilombolas a reportagem será construída: “A **polêmica** da questão quilombola está definitivamente instalada em São Mateus” (A GAZETA, 27 maio 2007, p. 3, grifo nosso).

A repórter poderia ter empregado uma sentença diferente para abordar o mesmo fato. Contudo, optou por reiterar os enquadramentos contrários à titulação, colocando na posição de *primary definers* as fontes ligadas somente aos interesses contrários.

A partir do conjunto de estratégias de construção de sentidos (linguísticas e multimodais) acompanhados ao longo das análises empíricas, é possível perceber que o jornal reitera o **problema** que aparece nos textos anteriores: a ameaça à propriedade privada em função da possibilidade de desapropriação, aspecto materializado não só no emprego do próprio vocábulo como outros elementos já relacionados a termos que aparecem em diversas partes da reportagem.

O **juízo moral** (avaliação) e o juízo de valor atribui à titulação uma série de males – afetos aos fazendeiros que estão no centro da preocupação do texto –, como perda de área, desemprego, prejuízo econômico e, em especial, conflito. Nesse texto não aparece claramente uma proposta de **solução**, embora

o “chapéu” indica que os fazendeiros vão buscar a reversão dos processos por meio de *lobby* político.

Destarte, tanto as estratégias linguísticas como as visuais identificadas ao longo de todo o texto leva-nos a inferir que reportagem reprisou o enquadramento central dos textos anteriores com alguns acréscimos, qual seja: a titulação dos territórios quilombolas como *algo negativo e que causará prejuízo econômico e social*.

Nesse texto, dois aspectos sobressaem-se essencialmente: o conflitivo e a posição de “vítima” dos fazendeiros, destacados no chapéu, no título e na linha fina e reiterados ao longo do texto.

De maneira oposta, os diversos argumentos possíveis de defesa da titulação são praticamente excluídos da reportagem, ficando restritos às partes em que o Incra/ES afirma que os procedimentos foram feitos obedecendo à lei e no pequeno trecho em que a quilombola ressalta o modo de vida coletivo, o sonho de viver na área e o direito de seu povo.

Assim, embora de forma um pouco apagada, podemos inferir que o texto apresenta um enquadramento secundário em que *a titulação aparece como algo legal e advindo de um direito das comunidades quilombolas*.

Os enquadramentos produzidos nesse texto mais extenso evidenciam também o aspecto discriminatório no tratamento dado aos quilombolas, pois enfatizam características positivas *dos fazendeiros* e somente abordam e questões *negativas da titulação* (poderia causar desemprego, prejuízo econômico, segregação racial e até morte).

Além disso, os enquadramentos silenciam argumentos favoráveis à titulação dos territórios, como o direito previsto na Constituição Federal, o papel de produtores rurais que os quilombolas também desempenham, além dos aspectos históricos e culturais fundamentais pertinentes à identificação desse grupo.

Por esse aspecto, o texto reflete a forma preconceituosa como o grupo étnico é retratado em outros espaços da sociedade sob o domínio da ideologia hegemônica e racista, tendo suas características positivas silenciadas e substituídas por aspectos negativos.

4.2.4 Texto 4: “Agricultores do Norte querem revisão na área de quilombolas”

Essa notícia, publicada em 31 de maio de 2007 (conforme ANEXO E), é de autoria do repórter Fábio Botacin e teve como mote uma manifestação realizada pelos fazendeiros na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. As macroestruturas semânticas novamente dão ênfase às demandas dos fazendeiros e, por meio do uso de verbos de agência e intenção, situam novamente esses atores em uma posição proativa, conforme demonstra a figura a seguir.

Figura 12 - Recorte de notícia do jornal *A Gazeta*

DONOS DE TERRAS DE SÃO MATEUS, NOVA VENÉCIA, CONCEIÇÃO DA BARRA E JAGUARÉ ESTIVERAM ONTEM NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA; PARA ELES, O AGRONEGÓCIO NA REGIÃO SERÁ AFETADO

Agricultores do Norte querem revisão na área de quilombolas

Os produtores
rurais alegam que
até áreas
produtivas foram
demarcadas

Fonte: *A Gazeta* (31/05/2007, p. 7)

A forma como essa sequência foi construída pelo jornal pôs em destaque a seguinte asserção: os fazendeiros, que são donos da terra, querem a revisão da demarcação, porque suas propriedades são produtivas e eles temem prejuízos ao agronegócio. Contudo, o critério de produtividade, pertinente à reforma agrária, não têm qualquer relevância aos processos de titulação de territórios quilombolas. E ao dar ênfase a esse aspecto e não buscar contextualizar as informações sobre

o tema que aborda, o texto torna legítimo o argumento apresentado pela parte que se opõem à titulação por se tratar de fazendas produtivas.

O *lead* informa que os representantes dos fazendeiros estiveram na Assembleia Legislativa, em um encontro com deputados estaduais para discutir suas demandas frente aos processos de titulação. Além disso, informa também a respeito da divulgação de um edital e a realização de notificação por servidores do Incra.

No parágrafo subsequente, o jornal ouve uma fonte qualificada como especializada, que representa os fazendeiros: “[...] historiador que acompanha os produtores rurais da região [...]” (A GAZETA, 31 maio 2007, p. 7). Nesse trecho, antes de criticar e se posicionar contra a titulação, o entrevistado tenta “modalizar” o seu discurso, ou seja, reduzir a carga negativa, afirmando que os fazendeiros não estão contra os quilombolas.

Essa estratégia de se posicionarem no polo “positivo” do conflito é visível no processo de reformulação do nome dado ao movimento criado pelos fazendeiros: o Movimento de Produtores Rurais (MPR) foi convertido em Movimento Paz no Campo (MPC), dando a entender que os processos de titulação de territórios quilombolas é que seriam responsáveis por promover conflitos e desestabilizar a “ordem social”. Essa estratégia mostra-se também por meio de artifícios semióticos empregados no símbolo do movimento, nas cores utilizadas nas bandeiras e camisetas dos integrantes e, ainda, nos textos dos cartazes presentes em fotos publicadas pelo jornal.

Na sequência do texto, já por meio de discurso direto, o jornal usa informações inverídicas e imprecisas para sustentar o argumento de que os processos devem ser revisados: “Praticamente todo o município de São Mateus foi demarcado [...]” (A GAZETA, 31 maio 2007, p. 7). Informação que não consta em processo administrativo algum que tramita no Incra/ES.

São duas inverdades presentes nesse pequeno trecho que prevalecem na notícia em função do jornal não ter checado e, principalmente, não ter permitido o contraditório, ouvindo os responsáveis pela produção do documento (o jornal afirmou que o Incra foi procurado, mas ninguém foi encontrado para falar sobre o assunto) e o outro lado interessado no processo, as comunidades quilombolas. Ao

estruturar o texto dessa forma, endossa o argumento que toma sentido de verdade por meio da reprodução e reiteração da fala dessa fonte única.

Além disso, novamente o processo é associado à reforma agrária quando a fonte chama os quilombolas de assentados, outro equívoco permitido pelo jornal pela ausência do contraditório. Importante ressaltar que ao tempo que ressalta esses aspectos do processo que não condizem com a materialidade documental, omite uma série de questões relacionadas à titulação de territórios quilombolas, como a historicidade, o reconhecimento da ancestralidade, e outras informações de ordem antropológicas que podem ser encontradas no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) que foi publicado em Diário Oficial da União.

Outro ponto a ser observado no trecho é a forma como a fonte ouvida enquadra o grupo sob a ótica racial, descrevendo ainda a forma de constituição jurídica e organização social dos territórios de forma equivocada.

Como esse historiador ocupa novamente o papel de *primary definer*, direcionando os tópicos que são abordados no texto, consegue favorecer a prevalência de enquadramentos favoráveis aos fazendeiros. Neste caso, o jornal, além de não ter ouvido representantes das comunidades, reproduziu uma fala de um ator contrário à titulação (o historiador contratado pelos fazendeiros) como se o mesmo tivesse legitimidade para expressar a percepção dos quilombolas: “[...] os **assentados negros** ficariam submetidos a uma espécie de cooperativa, que também **não atende a eles**” (A GAZETA, 31 maio 2007, p. 7, grifos nossos).

Nessa notícia, é predominante o viés economicista e produtivista atribuído ao tema pelos fazendeiros, os quais são reproduzidos pelo jornal por meio de temas e figuras que procuram descrever a titulação dos territórios quilombolas como prejudiciais à economia, evidenciando somente as contribuições dos fazendeiros à sociedade. Quer dizer, na dinâmica da seleção, ênfase e exclusão própria da produção dos enquadramentos, são enfatizadas as questões defendidas pelos proprietários ao tempo que não são apresentados os aspectos positivos que poderiam ser promovidos com a titulação dos territórios oriundos da perspectiva do outro polo de interesse do processo.

Os argumentos dos fazendeiros são apresentados em sequência. Primeiro, por meio do discurso indireto da fonte, ressaltam a produtividade das áreas (um aspecto que não modifica o andamento processual de titulação) e a possibilidade

de tal medida acarretar prejuízos ao agronegócio da região: “[...] as áreas que foram notificadas são produtivas e isso poderá afetar o agronegócio da região.” (A GAZETA, 31 maio 2007, p. 7).

Na sequência, os dados apresentados procuram evidenciar a importância das fazendas e os possíveis prejuízos com a titulação: “Somente na atividade econômica em São Mateus e Conceição da Barra, ligada ao agronegócio, temos 15 mil empregos. Em uma propriedade, por exemplo, são 300 empregos em 400 alqueires’, afirmou o historiador” (A GAZETA, 31 maio 2007, p. 7).

No encerramento do texto da notícia, novamente a fonte que representa os fazendeiros expõe mais um argumento favorável, dessa vez afirmando que serão apresentadas escrituras de áreas particulares na defesa dos seus interesses junto ao Estado – um discurso de legitimação da propriedade privada que também não modifica o andamento do processo de titulação, pois não está em discussão nesse caso o direito de propriedade dos imóveis.

E por fim, o jornal apresenta em um box (Figura 13) texto curto no qual tenta descrever o grupo étnico. Essa caracterização é feita a partir de um sentido equivocado e reducionista sobre os quilombolas e o papel dos quilombos durante o período de escravização de povos africanos, conforme abordado no Capítulo 2 deste trabalho. Na sequência, embora não seja apresentada a fonte, os dados quantitativos e o período da presença das comunidades diferem daquilo que as referências consultadas por esta pesquisa sugerem.

Figura 13 - Box que caracteriza os quilombolas

■ *Quilombolas são os descendentes de escravos negros que fugiram dos engenhos de cana-de-açúcar para formar os agrupamentos de refugiados e de resistência à escravidão chamados de quilombos. No Norte do Espírito Santo, a maior concen-*

tração de quilombolas é registrada nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Na década de 70, pelo menos 12 mil famílias de quilombolas habitavam a região. Atualmente, cerca de 1,2 mil famílias estão na área.

Fonte: A Gazeta (31/05/2007, p. 7)

Apesar dos equívocos conceituais e informativos, esse pequeno texto destaca a presença e relação dos quilombolas com as áreas reivindicadas, o que colabora na apresentação de uma visão alternativa daquela presente no enquadramento principal proposto pelo *primary definer* que prevalece no texto.

Ao considerar tudo o que fora visto na análise, podemos inferir que o jornal elegeu como **problema** do texto os prejuízos decorrentes da possível desapropriação de áreas que estão dentro do perímetro reconhecido pelo Governo Federal como território quilombola. O **juízo moral** indica que tal demarcação é injusta em função das propriedades serem produtivas, contribuírem com a economia e estarem “devidamente” documentadas. E a **solução** delineada no texto pressupõe a revisão da demarcação com a exclusão das áreas ocupadas pelos representantes do agronegócio.

Consequentemente, temos o seguinte enquadramento principal nessa notícia: *a titulação de territórios quilombolas causará prejuízos à economia*. Além disso, podemos identificar também a presença de enquadramentos secundários. Quais sejam: *a titulação não atende aos interesses dos quilombolas; a titulação não é legítima porque contrapõe o direito à propriedade privada*; e, por fim, o único favorável aos interesses das comunidades, indica que *a titulação é legítima em função dos quilombolas terem ocupado as áreas no passado*.

4.2.5 Texto 5: “São Mateus: Incra não vai demarcar centro”

Publicada em 1º de junho de 2007 (vide ANEXO F), essa notícia ocupa o canto inferior direito da página 8. Em bloco único, o curto texto de 335 caracteres teve como mote a informação de que o centro da cidade de São Mateus não seria objeto de “demarcação”.

O texto se mostra descontextualizado ao leitor que não tenha ao menos acompanhado a notícia anterior ou que não conheça as questões relacionadas aos processos. Em certa medida, está conectado intertextualmente com a matéria anterior ao desmentir uma informação publicada anteriormente sobre uma possível desapropriação de toda a cidade de São Mateus.

A notícia traz a fala direta do superintendente regional do Incra/ES informando as comunidades que são objeto de estudo e a informação de que os proprietários que forem notificados poderão apresentar recurso.

Embora curto, é possível identificar como **problema** apresentado pelo texto a possibilidade de desapropriação de áreas para a criação de comunidades quilombolas. Não há julgamento, tampouco proposta de resolução. Inferimos o seguinte enquadramento: *a titulação de territórios quilombolas como um procedimento polêmico*, considerando a abordagem do debate sobre a possibilidade de desapropriação da área urbana da cidade de São Mateus.

E mesmo a fonte ouvida figurando no polo favorável ao andamento dos processos de titulação, os recortes definidos desde os textos iniciais pelos *primary definers* persistem e deslocam o debate para o tema da desapropriação.

4.2.6 Texto 6: “Mais ao Norte, ocupação por quilombolas”

Publicado em 26 de julho de 2007, à página 9, em forma de *box* (conforme ANEXO G), o texto é apresentado como uma espécie de retranca de outro “principal” que aborda questão semelhante: conflito fundiário entre indígenas e a empresa Fibria (então Aracruz Celulose).

O mote da notícia em análise é a ocupação de uma área utilizada pela empresa que está inserida no território de Linharinho, localizado no município de Conceição da Barra. O jornal apresenta a reivindicação das famílias que ocuparam a área, ressaltando que 83% da área identificada pelo Incra como integrante do território quilombola está sendo usada pela empresa.

E ao informar que a ocupação foi apoiada por integrantes do Movimento Sem Terra (MST), descreve ações realizadas pelos ocupantes, como o corte de eucaliptos e o bloqueio de estradas.

A única fonte ouvida pelo jornal nessa notícia foi um diretor da empresa, cuja versão aparece de duas maneiras. Em discurso indireto, construído pelo jornal a partir das informações repassadas pela fonte, é ressaltado que a empresa está contestando administrativamente o edital publicado pelo Incra/ES. E no discurso direto, o jornal reproduz a seguinte fala desse diretor: “A área invadida é

de propriedade da empresa, e vamos buscar na Justiça a garantia de nossos direitos’, disse Braga” (A GAZETA, 26 jul. 2007, p. 9).

Essa notícia retoma o aspecto conflitivo que tem marcado presença nos textos sobre a titulação publicados ao longo do ano pelo jornal. E, novamente, elementos relacionam o processo quilombola à reforma agrária tanto pela presença do movimento como pela forma que as atividades realizadas pelos grupos foram narradas sem nenhuma fonte que os representem ter sido ouvida.

O jornal apresenta como **problema** nesse texto a ameaça à propriedade privada ao destacar o termo ocupação no título e apresentar somente os argumentos da empresa que afirmar ter legitimidade sobre a área. O **juízo moral** é de que se trata de uma ação ilegal por parte dos grupos quilombolas ao referendar a posição de atingida (“vítima”) à empresa. E as **soluções** apresentadas no texto foram a contestação administrativa do processo de titulação e o acionamento da justiça para que o “direito” de posse da empresa seja garantido.

Diante dos elementos apresentados no conteúdo, constatamos um enquadramento único: *a titulação de territórios quilombolas representa um procedimento conflituoso, ilegal e ilegítimo*. Esse texto não permite mais uma vez o contraditório e mantém a discussão em torno dos tópicos propostos pela fonte do polo contrário à titulação.

4.2.7 Texto 7: “Produtores podem perder terras para quilombolas”

A segunda reportagem sobre o tema foi publicada em 5 de agosto de 2007 (vide ANEXO A), na editoria de Cidades, ocupando toda a página 14. Diferentes elementos compõem a mancha gráfica, como uma fotografia ao centro, dois boxes, infográfico no rodapé, três colunas independentes que apresentam a opinião de três sujeitos (fazendeiro, multinacional e quilombola), além do uso de retrancas com explicações sobre alguns aspectos do assunto ao longo do texto principal. Entre os textos analisados, é o que mais aborda informações sobre a questão.

Assinado novamente pela jornalista Sandra Pacheco, apresenta-se desde o início como continuação de outros conteúdos anteriormente publicados,

conforme demonstra o trecho a seguir: “A disputa pela terra está ganhando uma nova página. Desta vez, três lados estão na busca dos seus direitos [...]” (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 14).

E essa continuidade se traduz na repetição de enquadramentos anteriores por meio do emprego de estratégias linguístico-discursivas semelhantes, como a ênfase aos mesmos elementos e o emprego de temas e figuras idênticas àquelas mostradas em textos anteriores.

No chapéu, por exemplo, os fazendeiros voltam a ocupar o papel de agentes na oração e o emprego do verbo contestar retoma o aspecto conflitivo reiterado na abordagem da questão. Não obstante, esse trecho novamente enquadra os quilombolas a partir do viés racial, demonstrando que o jornal reproduz a visão dos *primary definers* ofertada pelos fazendeiros em outros textos: “Proprietários de terra contestam a forma como o governo pretende ressarcir **os negros**” (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 14, grifo nosso).

O título, por seu turno, evidencia as perspectivas dos sujeitos contrários à titulação: “Produtores podem perder terras para quilombolas” (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 14). O verbo perda, a exemplo do ocorrido em outra reportagem analisada, reforça um enquadramento em que os fazendeiros são representados como vítimas de um “processo injusto”.

Importante ressaltar que o procedimento de titulação prevê indenização de qualquer bem desapropriado. Além disso, não só os fazendeiros podem ter áreas arrecadadas pelo Incra, como também os próprios quilombolas que se encontrem no perímetro delimitado.

A linha fina volta a enfatizar a fase mais controversa e polêmica do processo (a desapropriação), além de dispor informação equivocada sobre o resultado final da titulação. O jornal sugere que o Incra “vai criar comunidades”, o que não procede, pois o processo de titulação tem seu início marcado juntamente a partir de comunidades já existentes e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, o que atesta sua relação de historicidade e/ou a efetiva presença nas áreas a serem tituladas.

Ao compartilhar essa visão distorcida do processo, o periódico sugere que o governo, artificialmente, constituirá comunidades, coadunando dessa forma com um dos argumentos apresentados pelos fazendeiros para contestar os processos:

da não existência e/ou presença anterior das comunidades nos territórios delimitados. Assim o jornal define a titulação: “Programa prevê desapropriação de terras para criação de comunidades quilombolas” (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 14).

No corpo do texto, os fazendeiros falam de injustiça, prejuízo econômico, ameaça de conflito com possibilidade de morte, usando as mesmas estratégias da primeira reportagem publicada em 2007 que resultam em realçar o aspecto conflituoso do tema, conforme reforça o jornal neste trecho: “O clima mais tenso é em São Jorge, por envolver o maior número de produtores rurais que temem perder suas terras” (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 14).

E ao (re)produzir esses argumentos, o jornal sintetiza uma polarização entre aquilo que é visto como positivo – as terras dos fazendeiros que geram desenvolvimento econômico – e aquilo que é visto como negativo – a efetiva titulação de territórios quilombolas que poderá gerar prejuízos econômicos conflitos diversos.

Os elementos positivos são materializados nos enunciados por meio das áreas privadas e seus respectivos proprietários: “[...] não é tirando terra de quem está produzindo que isso vai ser resolvido [...]” (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 14), “[...] Tirar a terra dos produtores vai desempregar milhares de pessoas e tirar receita do município [...]” (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 14).

Os agentes negativos, por sua vez, são referenciados a partir dos territórios e dos sujeitos quilombolas aos quais são associados o desemprego, a segregação racial, entre outros aspetos: “Um erro social não justifica outro”, “Produtores podem perder terras”, “O clima mais tenso é em São Jorge [...]” (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 14).

Nessa reportagem, o jornal procura colocar a visão das diferentes partes envolvidas no imbróglio em uma seção intitulada “Impasse”. Os textos em que as fontes apresentam a sua defesa são narrados em terceira pessoa, ou seja, o jornal interpreta e seleciona aquilo que obteve de informação das fontes, com trechos curtíssimos de discurso direto.

Embora o jornal procure acenar à igualdade em termos de espaços destinados aos diversos lados do imbróglio apresentarem suas versões, a exemplo do que fez com as fotos seguidas de depoimento na primeira reportagem, o jornal novamente dá espaço para que dois grupos contrários à

titulação (os fazendeiros e a multinacional do agronegócio) se manifestem ao tempo que somente um texto favorável foi publicado. Com essa seleção, novamente colabora na manutenção dos enquadramentos contrários ao processo de titulação.

Não bastassem as desigualdades numérica e espacial, a seleção dos argumentos e a ênfase dada aos mesmos também reduzem as visões das fontes ouvidas. Isso porque ao analisar os três textos, percebemos que a seleção dos trechos realizada pelo jornal resultou em uma sequência de argumentos contrários à titulação, inclusive na fala destinada aos próprios quilombolas.

A Aracruz, cujo texto aparece posicionado ao lado esquerdo da página, levanta suspeição sobre as assinaturas dos quilombolas, enquanto no centro os fazendeiros afirmam que os processos surgiram de uma interpretação errônea da lei. E, por fim, à direita do espaço, a fala dos quilombolas evidencia um suposto desconhecimento da questão por parte das famílias que participaram desse processo que, na opinião dos grupos contrários, possui uma série de irregularidades e vícios.

Na apresentação dos argumentos, a empresa enviou a sua versão por meio da assessoria, tanto que o sujeito apresentado como fonte é a empresa. Os fazendeiros foram representados pelo presidente do MPC, enquanto a versão da coletividade das comunidades interessadas no processo o jornal apresenta por meio de duas frases curtas obtidas da fala de um casal de idosos que integram uma das comunidades delimitadas. Percebe-se que às duas primeiras é atribuído o *status* de credibilidade, enquanto às fontes das comunidades o efeito produzido é o contrário, pois não destaca o papel de liderança dos quilombolas ouvidos.

Além disso, o jornal redigiu uma espécie de prefácio às versões das fontes ouvidas e por meio desse compartilhou a sua própria interpretação da questão, reiterando os mesmos enquadramentos conflitivos e economicistas propostos pelos *primary definers* do polo contrário à titulação. Aparecem os mesmos temas e figuras construídos desde o primeiro texto publicado em 2007 – do tipo: conflito, prejuízo financeiro, medo, reivindicação de direito etc. –, os quais recebem mais destaque do que o argumento do lado dos quilombolas.

O jornal assim enuncia no “prefácio” aos posicionamentos dos atores envolvidos:

Cada um dos três lados envolvidos afirma estar defendendo seus direitos. Os negros cobram o ressarcimento pelos anos de escravidão de seus antepassados. Os agricultores justificam que não podem pagar uma conta que é de toda a nação, principalmente, porque suas terras são produtivas. Já a Aracruz se baseia no direito de propriedade, afirmando que as terras na região foram compradas a partir da década de 60 (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 14).

Há ainda a publicação de trechos informativos em forma de *box* que abordam o Programa Brasil Quilombola, o que permite uma percepção mais legítima dos procedimentos que até então eram apresentados sem as devidas informações e os respectivos embasamentos legais.

Esse trecho somado a algumas falas curtas ao longo da reportagem, muito tímidas em termos de espaço e de destaque em comparação às demais, colaboram para produzir enquadramentos secundários que tratam a titulação como algo legal e legítimo, baseado na dívida social da escravização e na ancestralidade e na ligação cultural com os territórios pleiteados.

Típicos em reportagens, os elementos do plano visual também operam na construção dos enquadramentos. Ao observamos no plano multimodal os elementos linguísticos que receberam maior destaque gráfico na diagramação, chapéu, títulos, linha fina etc., verifica-se que essas partes apresentam os principais temas e figuras que dão suporte à construção dos enquadramentos principais que predominam no conteúdo analisado, conforme a seguir: “São Mateus - Proprietários de terra contestam a forma como o governo pretende ressarcir os negros” (Antetítulo), “Produtores podem perder terras para quilombolas” (Título), “Programa prevê desapropriação de terras para criação de comunidades quilombolas” (Linha fina), “O impasse” (Título de retranca), “Só vamos sair mortos” (Título de retranca), “Processo de desapropriação ainda tramita no Incra” (Título de retranca) (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 14).

Somente uma fotografia foi posta nessa reportagem. Tal imagem apresenta em plano geral representantes de uma comunidade quilombola, acompanhada de uma legenda que contrasta com o que a imagem enuncia, pois os sujeitos apresentam um semblante calmo, alguns sorrindo e portando instrumentos de trabalho. Contudo, a legenda assim os apresenta: “CONFLITO.

Família quilombola de São Jorge. No local, a disputa por terras é tensa” (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 14).

Outra questão visual importante a ser abordada refere-se à diagramação. Ao posicionar essa imagem acima de uma retranca cujo título é “Só vamos sair mortos”, representando a fala dos fazendeiros, o jornal indiretamente relaciona o aspecto conflitivo aos quilombolas sem que os mesmos tenham produzido informação alguma nesse sentido.

Com base nessa análise, identificamos que o jornal apresenta como **problema** a ameaça à propriedade privada e seus respectivos prejuízos sociais e econômicos. O **juízo moral** sobre a titulação é de que a mesma apresenta-se como injusta e ilegal, pois o direito à propriedade privada é “sagrado”. E as **soluções** apresentadas no texto são novamente a contestação administrativa do processo de titulação e a busca de sua anulação na justiça para que as “injustiças” contras os fazendeiros e contra a empresa sejam reparadas.

Predominam no texto os argumentos contrários à titulação, fato que favorece a ênfase sobre enquadramentos favoráveis ao interesse dos fazendeiros e da empresa, embora enquadramentos alternativos apareçam também, ocupando espaços inferiores.

Assim, podemos inferir que o enquadramento principal é o de que *a titulação de territórios quilombolas representa um procedimento conflituoso que prejudica os produtores e também a economia*. Em termos de enquadramentos secundários, identificamos recortes dúbios: *a titulação como um procedimento ilegal e ilegítimo, marcado por irregularidades processuais*; e *a titulação como algo legítimo e amparado pela lei*.

4.2.8 Texto 8: “Produtores rurais do Norte fecham a BR101”

Essa notícia (vide ANEXO H) foi publicada no mesmo dia da reportagem anterior (05/08/2007) analisada e teve como mote o protesto realizado pelos fazendeiros contra a titulação de territórios quilombolas. O chapéu destaca a manifestação e novamente a contrariedade com a possibilidade de desapropriação de áreas. O título destaca o protesto e a linha fina somente aponta a dimensão do ato.

Os dois primeiros parágrafos descrevem o ato e reforçam a sua motivação: a possibilidade de desapropriação de fazendas. No terceiro, por exemplo, aponta os prejuízos que podem ser causados pelo andamento do processo e sugere que os quilombolas também terão prejuízos com a titulação e que estariam sendo usados no processo: “Os quilombolas também vão ser prejudicados. Eles estão sendo usados” (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 11). E no restante do texto, são ouvidas duas fontes, os mesmos interlocutores dos fazendeiros que aparecem em quase todos os textos: o presidente do movimento criado pelos proprietários e o historiador por eles contratado.

Além dos aspectos mencionados, o texto produzido pela repórter, ao fazer referência à reportagem que também foi publicada na mesma edição, demonstra a partir de que perspectiva o jornal enquadra a questão: “Leia mais sobre **a polêmica das desapropriações** para comunidades quilombolas na página 14” (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 11, grifo nosso).

A outra fonte ouvida, o historiador contratado pelo movimento dos fazendeiros, acusa a titulação de ser um procedimento racista, ressalta o direito à propriedade privada, comparando os procedimentos de titulação com medidas empreendidas pelo regime nazista. O que reforça, novamente, a estratégia de deslocar ao outro lado os aspectos negativos da questão.

No último parágrafo, o jornal cita a presença de diversas autoridades, entre deputados estaduais, prefeitos, vereadores etc., o que contribuiu para relacionar os sentidos de força e legitimidade aos argumentos do movimento representativo dos fazendeiros.

Essa notícia apresenta uma fotografia do evento feita a partir de um ângulo oblíquo (de cima para baixo, em plano aberto), na qual aparecem os proprietários rurais vestidos de branco, carregando bandeiras brancas e apresentando faixas com dizeres diversos. Contudo, só é possível a leitura de trechos de dois cartazes, nos quais se destacam as seguintes expressões: “vivemos juntos entre irmãos” e “queremos respeito à constituição”.

É inevitável contrastar as duas imagens que o jornal publicou nessa edição, uma na reportagem (à esquerda) e a outra na notícia (à direita), conforme abaixo.

Figura 14 - Comparativo das fotos publicadas no jornal em 5 de agosto de 2007

m em
r nú-
s qui-
é São
nida-
é em
ver o
tores
order

veitos,
itura
elecci-
L. En-
mam
is ter-
cons-
pelos
rodu-
a for-
tende-
."Um
outro,
om os
lo ter-
zindo-
ido",
hane,

acruz
ando
eima-
mida-
ão. A



CONFLITO. Família quilombola de São Jorge. No local, a disputa por terras é tensa. FOTO SPARK/ANDREDO

“Só vamos sair mortos”

“Não queremos mal a ninguém, mas das nossas terras só vamos sair mortos. Se alguém

Um exemplo foi a ausência dos agricultores na audiência pública pedida pela Câmara de Ve-

de entidades a favor do projeto, como o procurador regional da República, Paulo Jacobina, re-

CIDADES 11

AS DESTINADAS A QUILOMBOLAS

ais do BR 101

i divisão
também
u “O di-
de está
legimes
de Hi-
tamente
de pro-
tuiu.

tores seguiram em carreta pelo centro da cidade, liberando o tráfego na BR 101. Além de agricultores, os deputados estaduais Atahyde Armani, Freitas e Marcelo Coelho, vereadores e o prefeito Lauriano Zancanela também participaram do movimento.



MANIFESTO. Produtores rurais de São Mateus protestaram com faixas e cartazes contra a proposta de desapropriação. FOTO SPARK/ANDREDO

DOSPÁIS **SEU PAI QUER** **PENSO CELULAR**

Fonte: A Gazeta (05/08/2007, pp. 11 e 14)

Enquanto a imagem à direita (publicada na notícia em análise) enquadra os fazendeiros como pessoas de paz que querem o bem coletivo e que estão resguardados pela Constituição Federal, a imagem da família quilombola – publicada na reportagem da página 11 e posicionada próximo ao título que reproduz uma fala de um fazendeiro, relaciona as comunidades ao confronto e a morte. Além disso, embora seja seu instrumento de trabalho, a imagem de um dos quilombolas portando um facão pode promover uma associação à representação simbólica que seria típica de conflitos agrários (foice e facão: “armas” em punho).

Dessa forma, tanto as construções linguísticas das fontes e da repórter quanto a imagética reforçam e enfatizam uma visão conflitiva, ilegal e injusta da titulação. Por isso, apresenta como **problema** também a ameaça à propriedade privada ao pôr em destaque um protesto dos fazendeiros cujo objetivo é especificamente se opor à desapropriação. A avaliação (**juízo moral**) define novamente a titulação como injusta e ilegal, pois os fazendeiros entendem que o direito à propriedade privada está acima de qualquer outro interesse público ou social. Nesse caso, não há menção a **soluções** ao problema abordado.

Com base em tudo que foi observado, a nosso ver o texto produziu o seguinte enquadramento principal: *a titulação de território quilombola como algo conflituoso e que causa prejuízos a todos os lados* (fazendeiros e quilombolas). E como enquadramentos secundários aparecem: *a titulação divide a sociedade e produz o racismo contra os não quilombolas*; a titulação também prejudica os

quilombolas; e os fazendeiros defendem a paz e buscam somente o seu direito garantido na constituição.

4.2.9 Texto 9: “Terreno sob disputa: acampamento quilombola é desmontado”

Publicada em 12 de agosto de 2007, essa notícia (conforme ANEXO I) aborda o cumprimento de um mandado de reintegração concedido pela Justiça em favor da empresa Aracruz Celulose na área ocupada por integrantes das comunidades quilombolas. O chapéu retoma o aspecto conflitivo da titulação por meio do uso do vocábulo “disputa”, enquanto o título e o subtítulo descrevem o evento.

Os vocábulos empregados nessas macroestruturas estão presentes no campo semântico conflitivo, como era de se esperar em uma pauta relacionada ao cumprimento pela polícia de um mandado judicial: em que se destacam as seguintes palavras: “disputa”, “desmonte”, “polícia” e “mandado de reintegração”.

Os dois primeiros parágrafos descrevem a ação e ressaltam o forte aparato policial empregado para garantir o cumprimento da decisão. Relata ainda a recusa dos quilombolas em receberem a notificação judicial e em desmontarem o acampamento.

Embora esteja implícito ao contexto da reintegração de posse dessa área, a menção à titulação de territórios ocorre somente em uma declaração indireta do superintendente regional do Incra no Espírito Santo, discordando da decisão judicial e destacando que a área estaria nos limites do território postulado pela comunidade quilombola de Linharinho.

Na sequência, a empresa, por meio de uma declaração indireta, contesta o órgão e ressalta a não conclusão de todos os trâmites processuais, o que permitiria, ainda, a contestação administrativa. E na sequência, já por meio do discurso direto, relaciona a decisão judicial obtida pela empresa ao que configuraria a ilegitimidade do processo de titulação.

Aparece nesse texto como **problema** o conflito agrário e a ocupação irregular de área, o que representa também uma ameaça à propriedade privada. Ao tempo que a avaliação (**juízo moral**) realizada pela notícia é a de a

presença de quilombolas nessa área é ilegal; enquanto a **solução** proposta passa outra vez pela contestação administrativa e judicial.

Considerando o aspecto conflitivo do evento narrado e a versão dada pelo representante da empresa, que ocupa lugar privilegiado no texto, podemos inferir que o enquadramento principal do texto reforça os dois argumentos contrários mais utilizados tanto pelos fazendeiros como pela empresa, o de que *a titulação é um procedimento injusto e ilegal*.

O enquadramento secundário é apresentando a partir da fala do superintendente regional do Incra/ES, o qual indica que *a titulação do território é legal e oficial por ter sido realizada por meio de um procedimento administrativo do governo Federal*. Nessa matéria, a exemplo das anteriores, o espaço e a ênfase dedicados às versões dos sujeitos contrários à titulação se sobrepõem às demais.

4.2.10 Texto 10: “Comunidades quilombolas: audiência na Assembleia hoje”

Essa notícia curta, que perfaz apenas 600 caracteres, publicada em 12 de setembro de 2007 (vide ANEXO J), anuncia um evento que ocorrerá na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. O chapéu e o título destacam o evento, cujo objetivo é apresentado no corpo da notícia, conforme a seguir: “A ideia é dar visibilidade ao processo de reconhecimento e titulação das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades quilombolas”.

Além de anunciar o evento e seu objetivo, o texto ressalta o “reconhecimento” no mês anterior da comunidade de Linharinho como território quilombola e divulga, ainda, o lançamento de um estudo sobre essa comunidade, em ação realizada pelo Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.

Diferente das demais ocorrências analisadas pela pesquisa, nesse texto, não são apresentados problemas tampouco realizados julgamentos. O texto tem um caráter meramente informativo e não traz em seu corpo fontes sobre o assunto, tendo como único enquadramento a oficialidade do tema conferida pela informação sobre a publicação de um edital e resultado de uma pesquisa.

Também não são apresentados questionamentos sobre a legitimidade e a legalidade em relação aos procedimentos de titulação.

Importante ressaltar que esse é o primeiro conteúdo cujo mote está direcionado aos interesses das comunidades. Embora omita os argumentos contrários que aparecem em outros textos, também omite aqueles favoráveis que estão sempre ausentes ou em segundo plano nos textos até aqui analisados (ligados à etnicidade, ancestralidade, entre outros).

A partir da citação de informações sobre a comunidade, do lançamento de um estudo e da realização do evento nesse local emblemático, podemos inferir um enquadramento principal e único: *a titulação como algo oficial e legal*.

4.2.11 Texto 11: “Norte: Produtores fazem carreatas até vitória”

Essa breve notícia, publicada em 9 de novembro de 2007 (conforme ANEXO K), que também poderia ser classificada como nota, emprega 300 caracteres para anunciar um protesto dos fazendeiros contra a titulação de territórios quilombolas. O jornal dá detalhes sobre a mobilização e a única menção à titulação é feita quando o jornal explica o objetivo da ação: “protesto contra o projeto de **desapropriação** de terras para a criação de comunidades quilombolas” (A GAZETA, 9 nov. 2007, p. 9, grifo nosso).

O título destaca a iniciativa dos fazendeiros e o corpo da matéria descreve a atividade e sua motivação: a oposição à desapropriação de áreas que resulte na titulação de territórios das comunidades quilombolas.

E embora seja pequena, a notícia apresenta um **problema**: a desapropriação. E também trata de forma equivocada o processo, abordando a possibilidade de criação de comunidade quilombola, a exemplo do que ocorreu em outra oportunidade. Considerando o sentido semântico da palavra protesto empregada no texto e o destaque dado ao objetivo da mobilização, podemos depreender que o texto enquadra *a titulação como algo conflituoso e que ameaça os proprietários*, que têm de buscar a sua defesa por meio de ações mobilizatórias/reivindicatórias como a anunciada pelo jornal.

4.2.12 Texto 12: “Agricultores protestam de São Mateus a Vitória”

O último texto do gênero informativo sobre o tema em 2007 foi publicado no dia 10 de novembro daquele ano (vide ANEXO L) e repercutiu o protesto anunciado no texto anteriormente analisado, ou seja, uma sequência do conteúdo anterior. Assinado pelos repórteres Zenilton Custódio e Sandra Pacheco, reproduz o modelo de deslocar para as macroestruturas o aspecto conflitivo e as questões defendidas pelos fazendeiros.

O chapéu dá números e ressalta a manifestação, enquanto o título põe em evidência a proatividade dos fazendeiros, cabendo à linha fina o papel de apresentar o mote da matéria: o posicionamento contrário da ameaça à propriedade privada materializada nesta estrutura por meio do vocábulo desapropriação.

E o *lead*, que inicia com dados de participantes do protesto, apresenta a partir de qual perspectiva o tema vai ser apresentado nesse texto quando aborda o objetivo da ação: “[...] para protestar contra o decreto do governo federal que estabelece a desapropriação de terras localizadas em áreas quilombolas [...]” (A GAZETA, 10 nov. 2007, p. 11).

O restante do conteúdo basicamente é destinado a repassar informações relacionadas ao evento, como o número de participantes, curiosidades do trajeto, responsáveis pela organização, origem dos participantes etc. Somente dois trechos afastam-se do factual típico e procuram debater a titulação.

No primeiro, o coordenador do movimento que representa os fazendeiros, única fonte ouvida, ocupa espaços tanto por meio do discurso indireto como do direto. E nesta parte selecionada pelo jornal, dá ênfase ao suposto problema causado pela titulação: “‘O governo federal está provocando um embate social muito grave’, disse” (A GAZETA, 10 nov. 2007, p. 11).

Ainda em outro espaço de fala concedido aos proprietários rurais, aparece a alegação de ilegalidade do procedimento de titulação: “Os agricultores do Norte do Estado argumentam que a lei que estabelece as desapropriações é inconstitucional, já que se trata de propriedades produtivas e documentadas oficialmente em nome dos proprietários tradicionais” (A GAZETA, 10 nov. 2007, p. 11).

E em outro trecho da notícia, apresentado em forma de um pequeno box, o jornal procura explicar a origem dos processos de titulação, enfatizando que a partir de uma ação de governo denominada Brasil Quilombola, além da titulação, o Estado também pretende levar benefícios sociais à comunidade.

De maneira complementar aos elementos linguísticos, este texto apresenta uma imagem. Trata-se da foto dos fazendeiros manifestando-se em frente à Assembleia Legislativa. O ângulo escolhido pelo fotógrafo, de baixo para cima, aumenta a proporção dos indivíduos presentes na imagem. O corte dado no topo, por sua vez, cria um ar de legitimidade ao mostrar sobre a cabeça dos manifestantes as seguintes expressões: “Estado do Espírito Santo” e “Assembleia Legislativa”. Considerando o enquadramento da foto e que os manifestantes usam branco, podemos inferir que a imagem produz um enquadramento que situa os fazendeiros em uma posição em que, ao mesmo tempo, defendem a paz e contam com o apoio do Estado.

Assim, diante das estratégias linguísticas e dos elementos selecionados, evidenciados e/ou excluídos, identificamos que o **problema** que o texto apresenta é a ameaça à propriedade privada em função da possibilidade de desapropriação, vocábulo este que aparece em destaque na linha fina e reaparece outras três vezes no conteúdo.

O **juízo** da questão atribui à ação um aspecto conflituoso, de ilegalidade e injustiça, sobretudo em função de os argumentos sobre a produtividade das áreas, o prejuízo social e a inconstitucionalidade do Decreto que sustenta os processos administrativos serem reiterados. E a **solução** ao problema proposta é a de que as reivindicações dos proprietários sejam acatadas pelo poder público e, conseqüentemente, que seja feita a revisão dos processos de titulação.

Com base nessas análises, identificamos o seguinte enquadramento principal no texto: *a titulação de territórios quilombolas como um procedimento inconstitucional que causa danos sociais.*

Além desse enquadramento, podemos identificar também a presença de um enquadramento secundário: *o movimento dos fazendeiros como aquele que não deseja prejudicar os quilombolas – da paz –, desejando somente que a lei seja cumprida.*

Por fim, percebemos que o jornal conferiu ênfase ao reproduzir a estratégia discursiva que os fazendeiros vêm adotando desde os primeiros textos: atribuir prejuízos coletivos e sociais ao processo de titulação e destacar as vantagens sociais e econômicas da manutenção da propriedade privada. E a falta do contraditório, a ausência recorrente dos quilombolas como fontes ouvidas pelo jornal, favorece mais uma vez a prevalência dos enquadramentos propostos pelos fazendeiros.

4.2.13 Considerações gerais sobre os textos analisados

No percurso analítico, visando a identificar os enquadramentos da titulação de territórios quilombolas veiculados pelo jornal, procuramos evidenciar as estruturas linguísticas e multimodais que contribuíram para a conformação dessas chaves de interpretação e leitura que o periódico atribuiu ao tema abordado.

Nesta etapa, por seu turno, lançamos um olhar no conjunto desses recortes a respeito da questão que publicaram, procurando as seleções, as ênfases e as exclusões no conjunto de textos e, sobretudo, apontar as recorrências que, em alguma medida, nos indicam “enquadramentos gerais” da cobertura realizada em 2007.

Em primeiro lugar, abordaremos um elemento que ajuda a estruturar o enquadramento de forma especial, o **problema**, que representa a controvérsia que o jornal considera existir no assunto pautado. Esse ponto é fundamental para compreender a partir de qual recorte o jornal apresentou a titulação de territórios quilombolas. Dos 12 textos analisados, 11 elegeram como problema central a ameaça à propriedade privada.

Esse aspecto é ressaltado de diversas formas, sendo reiterado em chapéus, títulos, linha fina e corpo do texto por meio de figuras e temas e pela própria repetição do termo em sua forma original, pois o vocábulo “desapropriação” apareceu mais de 30 vezes nos 12 conteúdos analisados. Importante frisar que esse problema destacado pelo jornal coincide com a visão dos fazendeiros, que conseguiram emplacar esse recorte sobre o tema ao figurarem majoritariamente como *primary definers* dos textos.

Então, dentre todas as questões complexas existentes no âmbito do processo de titulação de territórios quilombolas, o jornal elegeu como a mais importante a ser debatida e destacada a ameaça à propriedade privada. Como essa controvérsia é própria do polo contrário à titulação, ocupado por fazendeiros e pela multinacional do agronegócio, por conseguinte, esses atores também tiveram posição de destaque ao longo da cobertura do tema.

Ilustra essa percepção o fato desses atores figurarem como sujeitos das orações em seis dos 12 títulos elaborados pelo jornal e serem referenciados nesses trechos por meio do emprego de substantivos cujas cargas semânticas os elevaram tanto à posição de donos da terra quanto à posição de atores que tornavam essas áreas produtivas: agricultores, produtores e proprietários.

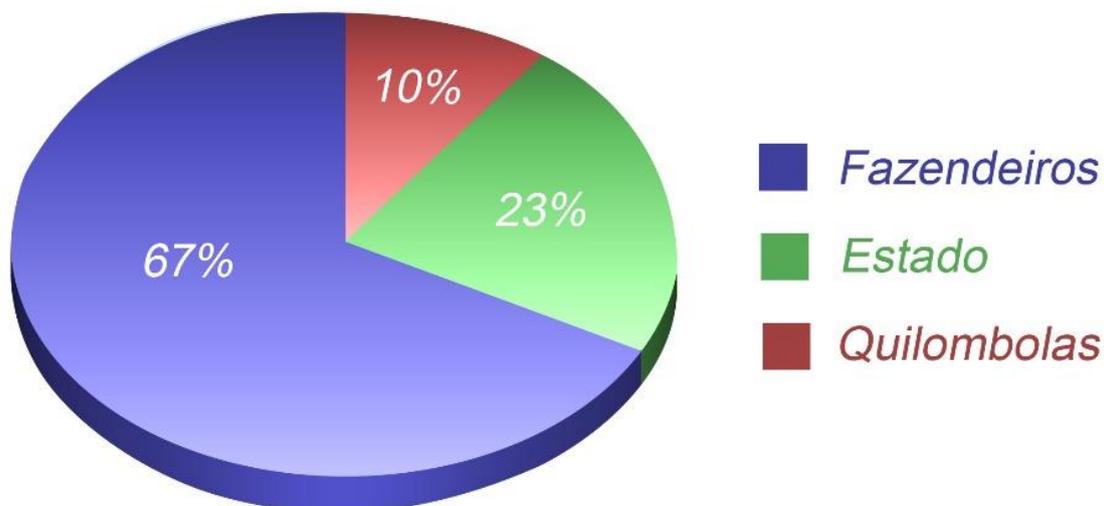
De sua parte, o ator social quilombola fora mencionado no título uma única vez e ainda na condição de responsável por um dano sofrido pelos fazendeiros: “Produtores podem perder terras **para quilombolas**” (A GAZETA, 5 ago. 2007, p. 11, grifo nosso).

Os **juízos morais** que o jornal realizou no decorrer das coberturas também seguiram um padrão significativo, apresentando coerência com o problema escolhido. Em cinco publicações a titulação foi abordada como ilegal; em quatro delas considerada injusta; e em outras três ela foi compreendida como prejudicial à economia e à sociedade.

E as **soluções** propostas para o problema, a exemplo dos outros dois itens, também apresentaram um padrão de referência e repetição. Em cinco textos foi proposto o uso de recurso administrativo para se evitar a desapropriação, enquanto o recurso judicial figurou como solução em quatro e a mobilização e o lobby político em outros dois textos. Todos sugeridos com o propósito de se evitar a desapropriação de fazendas e, conseqüentemente, a titulação dos territórios quilombolas.

A priorização dessa demanda defendida por um dos lados interessados no processo – dos fazendeiros e da multinacional do agronegócio – também pode ser confirmada a partir da análise do espaço destinado às fontes nos textos publicados pelo jornal. Conforme demonstra o gráfico a seguir (Figura 15), esses sujeitos ocuparam quase 70% do espaço que o jornal ofereceu para que os interessados e/ou envolvidos diretamente na questão se manifestassem.

Figura 15 - Espaço ocupado pelas fontes nos textos publicados em 2007



Fonte: produzido pelo autor, a partir das informações obtidas em *A Gazeta*

Comparando-se o espaço dado pelo jornal somente aos dois lados diretamente afetados pelos processos de titulação – fazendeiros e quilombolas – a desigualdade de oportunidade de exposição das respectivas “opiniões” sobre o tema se torna ainda maior. Enquanto os sujeitos contrários à titulação foram ouvidos em oito dos 12 textos, os quilombolas somente figuram como fonte em três publicações. Além disso, o representante do MPC e o historiador contratado pelos fazendeiros ocuparam nesses oito textos o papel de *primary definers*, o que garantiu a prevalência do enquadramento por eles inicialmente proposto.

Essa disparidade se intensifica quando comparamos o espaço dado às falas compartilhadas pelo jornal, oriundas de cada um dos lados. Os fazendeiros puderam expor seus argumentos por meio de 6.000 mil caracteres ao tempo que os quilombolas somente se manifestaram em 966 caracteres. Conseqüentemente, predominaram no texto os enquadramentos que favorecem as demandas e argumentos apresentados pelos sujeitos contrários à titulação, conforme Tabela 2 na página seguinte.

Tabela 2 - Quadro geral dos enquadramentos identificados em *A Gazeta*

TEXTO	ENQUADRAMENTO PRINCIPAL	ENQUADRAMENTOS SECUNDÁRIOS
1	<i>Procedimento conflituoso que pode prejudicar muitos produtores.</i>	<i>Injusto; Punição aos proprietários; e Gera prejuízos econômicos.</i>
2	<i>Procedimento conflituoso que pode prejudicar muitos produtores.</i>	<i>Legítimo devido à comprovação da ancestralidade e à relação de pertencimento das comunidades com os territórios pleiteados.</i>
3	<i>Procedimento conflituoso que pode causar prejuízos econômico e social.</i>	<i>Direito das comunidades quilombolas.</i>
4	<i>Procedimento que pode causar prejuízos econômicos.</i>	<i>Não atende aos interesses dos quilombolas; É legítima porque atinge o direito à propriedade privada; e É legítima em função dos quilombolas terem ocupado as áreas no passado.</i>
5	<i>Procedimento polêmico.</i>	
6	<i>Procedimento conflituoso, ilegal e ilegítimo.</i>	
7	<i>Procedimento conflituoso que prejudica produtores e a economia.</i>	<i>Ilegal e ilegítimo; Marcado por irregularidades processuais; e Legítimo e amparado pela lei.</i>
8	<i>Procedimento conflituoso que causa prejuízos aos dois lados interessados (fazendeiros e quilombolas).</i>	<i>É desagregador (divide a sociedade); Promove o racismo contra os não quilombolas; e Prejudica os quilombolas.</i>
9	<i>Procedimento injusto e ilegal.</i>	<i>É uma política de Estado legal.</i>
10	<i>Procedimento oficial e legal.</i>	
11	<i>Procedimento conflituoso que ameaça os proprietários.</i>	
12	<i>Procedimento inconstitucional que causa danos sociais.</i>	

Fonte: produzida pelo autor, com base nos textos publicados em *A Gazeta*

Observa-se que predominam em 11 dos 12 textos como enquadramentos principais aqueles que desqualificam em diferentes aspectos o processo de titulação de territórios quilombolas, seja pela perspectiva do conflito, da ilegalidade, da injustiça e dos prejuízos econômicos, sociais entre outros, conforme demonstrou a análise realizada.

Considerando termos identificado uma quase ausência do contraditório nos textos publicados, algo que os autores que consultamos indicavam como corriqueiro em se tratando de coberturas sobre minorias – a invisibilidade dos seus enquadramentos na grande mídia –, realizamos entrevistas com lideranças

quilombolas que foram citados nos textos e que no período dessas publicações se caracterizaram como importantes interlocutores dessas comunidades.

O objetivo foi identificar as perspectivas desse grupo que foram excluídas da cobertura do jornal e contrastá-las com os enquadramentos identificados na análise elaborada. Assim, na subseção seguinte apresentaremos os enquadramentos sobre a titulação dos territórios quilombolas a partir da perspectiva do próprio grupo.

4.3 A TITULAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS A PARTIR DA VISÃO DO PRÓPRIO GRUPO ÉTNICO

O roteiro elaborado para a entrevista (conforme APÊNDICE A) procurou contemplar questões que pudessem inferir a percepção desses atores sobre o processo de titulação dos territórios. A intenção era levantar as proposições desse grupo que poderiam estar presentes nas notícias e reportagens analisadas, caso o periódico tivesse concedido o mesmo tratamento aos diferentes lados envolvidos no tema.

Chama-nos a atenção o fato do jornal não ter realizado investigação mais aprofundada sobre um tema que esteve presente de forma tão intensa em suas páginas, sobretudo uma abordagem direcionada, a exemplo do que fez com o lado contrário, aos sujeitos sobre os quais recai o direito previsto no Art. 68 da CF/88 e a toda as especificidades que deveriam ter sido apresentadas, a nosso ver, aos leitores.

A começar pela própria condição de grupo étnico-racial e as respectivas implicações desse aspecto que não foram abordadas nas páginas. Mesmo sem recorrer a fontes especializadas do campo da Antropologia, bastaria, por exemplo, uma postura positivista e legalista típicas de coberturas desse tipo para que o jornal pudesse identificar na própria legislação, em especial no Decreto n. 4887/03, caminhos temáticos a partir dos quais o debate sobre o tema poderia ter sido pautado para proporcionar uma compreensão mais ampla aos leitores.

Uma leitura rápida do referido instrumento jurídico já seria suficiente para encontrar caminhos possíveis. O Art. 2º já ofereceria parâmetros suficientes para

uma cobertura em que o olhar fosse direcionado de forma mais justa a esse lado envolvido na questão que, segundo apontaram nossas análises, teve sua versão excluída do conteúdo publicado. Assim preconiza o referido Decreto:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os **grupos étnico-raciais**, segundo critérios de auto-atribuição, com **trajetória histórica** própria, dotados de **relações territoriais específicas**, com **presunção de ancestralidade** negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as **utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural**.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração **critérios de territorialidade** indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental (BRASIL, 2003, grifos nossos).

Os temas que destacamos a partir de um dos 24 artigos presentes nesse decreto já renderiam uma pauta intensa à investigação de campo. Temos consciência de toda limitação estrutural do fazer jornalístico, porém, como em uma das reportagens o jornal esteve presente em uma das comunidades, tal abordagem seria plenamente possível. Os primeiros cinco minutos das entrevistas por nós realizadas já foram suficientes para captar dezenas de argumentos desse grupo relacionados a tais aspectos. O jornal, por sua vez, quando visitou uma comunidade e publicou a versão apurada nessa visita, restringiu-se a destacar o suposto desconhecimento dos sujeitos sobre as implicações do processo.

As entrevistas realizadas por si mesmas, sem qualquer tipo de análise, já comprovam que argumentos importantes defendidos pelas comunidades foram excluídos das coberturas realizadas pelo jornal.

Conforme Entman (1993) destaca, a seleção, a ênfase e a **exclusão** são estratégias de produção dos enquadramentos. E é com base na exclusão identificada nas análises que apresentamos alguns pontos percebidos nas entrevistas que poderiam estar presentes nos textos publicados pelo jornal.

A ida a campo deste pesquisador foi marcada pela necessidade intempestiva de mudança metodológica na estrutura da entrevista que,

inicialmente seria semiestruturada, mas que, devido à riqueza de informações e à força ilocutória das fontes ouvidas, pôde ser realizada de forma livre sem prejuízo ao cumprimento de nosso objetivo.

O primeiro aspecto que se evidenciou no diálogo com as lideranças foi o da estrutura de organização social e de modo de vida do grupo. Os entrevistados destacaram o aspecto do trabalho em conjunto, da convivência familiar e a dinâmica da coletividade que teriam sido herdados de ancestrais que foram trazidos do continente Africano para serem escravizados no Brasil, pois, segundo eles:

[...] nós sempre fomo povos coletivos, entendeu. Por que coletivo? Porque eles, olha o Quilombo do Negro Rugério, entendeu, tudo que você produzia no Quilombo do Negro Rugério era repartido de acordo a necessidade de cada um. Nós na África, tudo que eles produziam e as orações, tudo, era coletivo. Cada um tinha a sua tribo, várias tribos de várias línguas diferentes. Então, nós somo povo tribais, então os tribais sempre trabalham coletivamente, né. (Informação verbal, 20/12/2018).

Inclusive, a exploração coletiva do território após a titulação foi tema abordado pelo jornal como elemento negativo e prejudicial às comunidades. E nesse mesmo ponto, um dos textos publicados pelo jornal suscita dúvidas sobre o conhecimento que o grupo teria sobre o processo.

Sendo as comunidades classificadas como grupos étnicos, conforme já abordado no Capítulo 2 desta pesquisa, alguns fatores culturais devem ser levados em conta, como práticas religiosas, língua, tradições, entre outras. Sobretudo, a identificação produzida pelo próprio grupo e não outra artificialmente produzida por terceiros deve fazer parte de um olhar lançado sobre esse grupo. Este último aspecto, inclusive, aparece na lei sob a forma do vocábulo autodefinição.

Assim, essas peculiaridades tornam inadequadas as tentativas de comparação feitas no texto do jornal entre as formas de relação com o território e a respectiva territorialidade dos quilombolas e dos grupos que exploram áreas sob a lógica do agronegócio.

A riqueza produzida pelas comunidades e não apresentada nos textos noticiosos analisados – diferente da perspectiva adotada pelo jornal para mensurar a importância dos fazendeiros a partir da contribuição para o PIB e a

geração de empregos – é representada, na perspectiva das lideranças ouvidas, pelo compartilhamento de saberes tradicionais, pela produção de cura pela natureza, pela vivência em grupo, pela relação de equilíbrio com o meio ambiente, pela preservação da cultura e da história, além de outras questões que captamos nas entrevistas, como ilustra o trecho a seguir:

Os quilombolas do Brasil, principalmente do Sapê do Norte, entendeu, eles vieram lá com seus costumes: o terreiro, água, pesca, orações e sessões espírita, entendeu, comidas tradicionais, entendeu, a dança, entendeu, a medicina tradicional. [...] a nossa cultura, que é uma cultura voltada para... para os recursos naturais (Informação verbal, 20/12/2018).

Além disso, como agricultores que praticam a agricultura de subsistência e produzem excedente em uma dinâmica similar à da agricultura familiar, as comunidades quilombolas também contribuem com o abastecimento das cidades com alimentos básicos da alimentação diária do brasileiro. Contudo, as matérias analisadas enquadram somente o lado contrário à titulação enquanto sujeitos que colaboram com a dinâmica econômica e social dos municípios abordados. E a fala dos entrevistados contrapõe o que o jornal evidenciou:

[...] graças a Deus, nós produzia tudo. Nós produzia nossa... Por que... quem que trabalhava? **Quem é que vendia as coisa lá na cidade? Os proprietário não... não... nunca venderam nada na cidade pra eles come não. Quem vendia era nós... era o povo mesmo que tava aqui... era o povo que tava em cima da terra aqui oh, desde novo.** Nasceram e criou. Tinha sua mandioca pra fazer a farinha, faz o beiju. Tinha suas canas que levava, tinha seu feijão que levava, tinha seu coco, sua jaca nesse tempo. Tinha tudo... e produzia tudo (Informação verbal, 20/12/2018, grifo nosso).

Inclusive, segundo as fontes entrevistadas, a principal dificuldade para que as comunidades possam produzir mais e voltar a ter a mesma dinâmica que desfrutavam quando ocupavam o território completo é a falta de área à produção. Essa questão também é um argumento importante que figura entre a retórica daqueles que defendem a necessidade de titulação das áreas, porém não foi apresentado na cobertura realizada pelo *A Gazeta*.

Uma das justificativas para a desapropriação de áreas é a necessidade de espaço na reprodução e recuperação de práticas culturais tradicionais e da agricultura, pois conforme relatam os entrevistados, os quilombolas desde as

primeiras gerações que formaram os quilombos já produziam e comercializavam produtos com os agrupamentos urbanos mais próximos. As comunidades do Norte capixaba, por exemplo, têm na produção de farinha de mandioca e seus derivados, além de importante elemento cultural, uma de suas principais atividades comerciais:

Mas a farinha é o principal é... cultura desse povo aqui. Isso, desde a época do... dos quilombo, né, e realmente a produção de farinha ela é... meu... meu avô tinha casa de farinha. Todo mundo tinha casa de farinha. A farinha, aqui era vendida muita farinha aqui nessa região. Então sempre foi assim. Desde a... da época dos quilombo até os dias de hoje. Hoje não mais porque parte das família mudaram, elas estão... se calcula dez mil... famílias... dez mil famílias algo se mudo do Sapê do Norte com a entrada do eucalipto, entendeu. Hoje o que eu vejo, que depois que você pega a terra "veio", você cria seu cavalo, você cria sua vaca, também que eles criava muito isso, né. Antigamente criava muito animais, né, porco, né. Hoje, o pessoal cria mais assim... () oh, fala... pode fala você a verdade, é, de um certos anos pra cá a comunidade quilombola produziu muito pouco. Porque não tinha terra, entendeu como é que é? É, as famílias iam crescendo eles eram obrigado a sai das suas comunidades pra trabalha em empresas, porque... não tinha uma política voltada pras comunidade quilombola (Informação verbal, 20/12/2018).

A questão da ancestralidade e o papel de precursores na utilização das áreas pleiteadas também são argumentos centrais e reiterados pelos entrevistados que entendem possuir, a partir desses elementos, a legitimidade no processo. Além disso, as lideranças enfatizam o papel que a titulação tem de promover a reparação de danos e prejuízos materiais e imateriais sofridos ao longo da história de exploração e discriminação dos negros no Brasil. Essas questões também foram excluídas e/ou minimizadas pelos enquadramentos principais conformados nas páginas de *A Gazeta*.

Essa conexão de ancestralidade com povos africanos e de consanguinidade com escravizados no Brasil reforçam o laço com o território em disputa, concedendo, em virtude do que a própria legislação estabelece e o reconhecimento também por parte de organismos internacionais e tratados, a legitimidade do benefício previsto na CF/88, conforme destacado a seguir:

[...] nós fomo os primeiro a chegar aqui pra trabalha, enriquece o País. E... e nossos parente tiveram que fugi, maior massacre, né, trabalho até 12 horas, entendeu. Isso não foi muito recente, porque meu bisavô foi escravo, entendeu como é que é. Isso não

muito recente. Essa reparação de direito isso é constituída por todo mundo, pela ONU, entendeu, por todas as organizações nacionais (Informação verbal, 20/12/2018).

Essa posição de percursos na utilização dos espaços é evidenciada na forma rica em detalhes que descrevem como se deu a ocupação e a utilização dos territórios pelas comunidades desde a formação dos antigos quilombos. São descritas atividades culturais, uso dos mananciais, que era uma referência de delimitação dos territórios, listados nomes de famílias e antigos quilombolas e as relações entre as famílias que foram pioneiras no uso dos espaços que hoje, segundo identificaram os estudos e ressaltaram as comunidades, são ocupados por fazendeiros e por empresas do ramo do agronegócio: “[...] o território faz parte da nossa ancestralidade” (Informação verbal, 20/12/2018), salientou uma das fontes entrevistadas.

Em um mesmo trecho de depoimento, por meio do uso da memória, um dos entrevistados é capaz de explicitar as tradições e os espaços ocupados por várias gerações como se tivesse vivenciado os fatos. Tal conhecimento, de acordo com essa fonte, a exemplo das transmissões de práticas culturais, foi compartilhado por meio da memória oral que também é uma característica dessa etnia. A história dos antepassados está viva e presente no dia a dia daqueles que ainda resistem nas comunidades remanescentes de quilombos.

Na perspectiva das lideranças quilombolas, essas informações são fundamentais para que a sociedade compreenda o direito e a necessidade de destinação das áreas às comunidades. E esses recortes costumam ser omitidos das coberturas realizadas pela imprensa. A ancestralidade e o pioneirismo de ocupação dos territórios pelos quilombolas, na visão dos entrevistados e conforme também sugerem nossas análises, seriam sempre ignorados:

Eles só falam do lado dos... dos proprietário grande aí, que chego. Agora não falava que nós era bom, por que nós tava aqui desde o tempo de nossos avós. Nós nascimos aqui, criamos aqui. E nisso nós fala isso: “As empresa chego, proprietário chego, agora nós não” (Informação verbal, 20/12/2018).

O direito ao território previsto na Constituição Federal e em outros instrumentos jurídicos, assim como o reconhecimento desse direito por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) é

outro elemento reiterado pelos entrevistados ao abordar a titulação dos territórios, o que também recebeu pouquíssimo espaço na série de textos publicados. As análises que realizamos demonstraram que a legislação que garante às comunidades o direito ao território somente foi citada, de forma muito breve e não aprofundada, em dois textos. As lideranças afirmam que essa omissão também é comum nas coberturas realizadas pela imprensa:

E a imprensa defender direito defendeu parte, né? Defendeu os fazendeiro, entendeu. [...] Por que não publicava as leis que dava o direito a nós quilombola? Por que não publico o art 69? Não publico o do Decreto, né? Então isso eles não... não fizeram a publicação (Informação verbal, 20/12/2018).

Essa fala representa a percepção das lideranças das comunidades sobre a cobertura da imprensa em geral. Porém, sintetiza de forma interessante e peculiar os enquadramentos identificados por nós nos textos publicados pelo jornal: a seleção e ênfase no direito à propriedade privada e o apagamento/exclusão dos direitos das comunidades quilombolas previstos na CF, em leis e decretos federais e em convenções internacionais das quais o Brasil é signatário.

E na opinião de uma das lideranças entrevistadas, mais do que falta de conhecimento sobre os elementos balizadores dessa política pública oriunda do texto constitucional, a ausência desses elementos na cobertura seriam explicáveis por dois aspectos.

O primeiro aspecto relacionado ao racismo estrutural presente em nossa sociedade: “Por que discrimina o ‘nego’ vai sempre discrimina, sempre foi assim, principalmente se for negro. [...] Mas nós como quilombola nós somos discriminado” (Informação verbal, 20/12/2018). O que pode ser percebido na forma discriminatória como os quilombolas (não) foram descritos pelas matérias, as quais evidenciaram aspectos positivos dos fazendeiros ao tempo que somente associaram aspectos negativos à presença e existência da política de titulação de territórios.

O segundo aspecto, por sua vez, relacionado ao olhar capitalista lançado às pessoas, reproduzidos nos textos ao julgar a importância das políticas públicas e dos grupos sociais somente a partir das riquezas financeiras que podem ser geradas, ignorando todo o patrimônio imaterial que a titulação das comunidades

garantiria à coletividade. Para as lideranças entrevistadas, o veículo opera pela lógica do capital:

Porque os... os... os grandes veículos de comunicação estão apadrinhado ao poder capitalista, ao Poder Público, entendeu. Então eles depende lá... a Grobo, por exemplo, você pega... vai defende o quilombola pra deixa de apoia a Fibria? NÃO VAI CARALHO. Que são capitalista, eles trabalham pro capital, o mercado do capital. Então, são ações que tão lá no... lá no pregão, sabe como é que é? Então a relação com a imprensa é péssima... no Brasil. Porque eles estão do lado daqueles que exploram, entendeu, e que não que dá o direito. Então, logicamente a imprensa: “Ah, porque a imprensa é livre... mas a imprensa, ela é capitalista. A Grobo é capitalista. A Grobo tem mercado. Então tudo é... é balaio, isso aí tudo é conversa fiada (Informação verbal, 20/12/2018).

Assim, a exemplo da sistematização dos enquadramentos produzidos pelo jornal, apresentamos uma lista dos principais enquadramentos oriundos das falas das lideranças quilombolas que não foram abordados e/ou não receberam espaço mínimo na cobertura realizada pelo jornal no ano de 2007.

Por fim, a titulação de territórios quilombolas para os entrevistados é: a) **legal** porque tem como base todo um arcabouço jurídico que vai desde a convenção internacional até o decreto que regulamenta as atividades desenvolvidas pelas instituições que executam tal política; b) **legítima** em função das comunidades terem ocupado de forma pioneira as áreas delimitadas e/ou pleiteadas desde o período da escravização até recentemente, especialmente com a chegada da monocultura de eucalipto no norte do estado, que em conjunto com a exclusão violenta perpetrada pelo próprio Estado brasileiro por meio de leis e políticas racistas, foram responsáveis por usurpar as áreas que esses grupos ocupavam; legítima também por servir como uma ação reparadora dos danos sofridos por diferentes gerações desse grupo étnico tanto do ponto de vista material como psicológico e cognitivo; c) **benéfica para a sociedade** tanto pelo potencial de produção de bens de consumo materiais quanto pela preservação do patrimônio ambiental e cultural que somente grupos étnicos como os quilombolas podem oferecer; e d) **pacífica** na perspectiva das comunidades que somente desejam obter aquilo que o direito lhes garante, mantendo a urbanidade que sempre marcou a convivência dos quilombolas com os demais grupos sociais que elas tiveram contato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A socialização desta dissertação é resultado da investigação dos fenômenos relacionados ao fazer jornalístico, a partir da premissa sobre o potencial que a esfera de visibilidade midiática – espaço no qual os temas abordados pela imprensa ganham notoriedade e são acessados por diferentes atores sociais – tem em interferir nos processos realizados no âmbito das diferentes esferas de discussão e deliberação pública e, conseqüentemente, na opinião pública.

O debate teórico realizado nesta pesquisa sobre o campo da comunicação, especialmente em relação ao campo do jornalismo, demonstrou o importante papel desempenhado pela imprensa na dinâmica de poder no âmbito da sociedade em diferentes momentos históricos, tendo a própria imprensa vivenciando fases distintas em termos do exercício e da participação direta na dinâmica do poder.

Muito embora o debate que realizamos com base nos autores selecionados tenha demonstrado uma variação na percepção que as pesquisas na área têm sobre o exercício e o papel do jornalismo no poder – e os autores aqui abordados também tenham ora acentuado o peso da interferência nos processos sociais ora apontado limites ao protagonismo do jornalismo nessa dinâmica –, posicionamos nosso entendimento mais próximo daquilo que preconiza o pensamento de Hall et al. (2016).

Para o autor, o jornalismo e a mídia em geral desempenham sim o papel de agente propagador da ideologia dominante. Contudo, conforme explica, ainda que possam existir pressões de diferentes ordens (econômica, legal, política etc.) visando a garantir que determinada ideologia prevaleça, “[...] a transmissão de ‘ideias dominantes’ depende mais dos mecanismos não coercivos para a sua reprodução” (HALL et al., 2016, p. 318).

O que significa dizer que, embora ao longo da história o jornal analisado tenha tido uma relação política muito próxima dos grupos contrários às políticas agrárias (no caso específico de análise a titulação dos territórios quilombolas) e essa empresa esteja inserida na dinâmica do capitalismo, não adotamos um olhar

determinista sobre o conteúdo analisado; considerando que o próprio fazer jornalístico, livre de interferências comerciais diretas ou censuras, apresenta condições propícias para que os enquadramentos favoráveis às ideologias dominantes prevaleçam nos conteúdos produzidos.

E partindo dessas percepções que se direcionou o olhar de modo especial à cobertura que o jornal *A Gazeta*, integrante do maior grupo de comunicação do estado do Espírito Santo, realizou no ano de 2007 sobre a titulação de territórios, considerando que o material produzido, devido ao papel político desse periódico no estado, impactaria a percepção da sociedade local sobre o tema e, conseqüentemente, também a dinâmica de disputa de poder social a ele relacionado.

O objetivo principal desta pesquisa foi verificar como *A Gazeta* enquadrou a titulação, para que pudéssemos testar a hipótese de que, no processo de cobertura do tema, o jornal teria privilegiado um dos lados envolvidos no embate, prejudicando, dessa forma, diretamente a outra parte ao preteri-la nos textos.

A fim de alcançá-lo, empregamos o método de análise de conteúdo e aplicamos ao *corpus* selecionado o paradigma teórico-analítico do enquadramento jornalístico. E por intermédio de recurso investigativo complementar, concretizado na realização de entrevistas com os principais interlocutores das comunidades ouvidas pelo jornal em 2007, procuramos identificar como esse grupo étnico-racial enquadra o mesmo tema, contrastando tais visões com aquelas evidenciadas pelo periódico.

Essas escolhas de pesquisa, somadas às peculiaridades do tema em questão, colocaram-nos diante de fenômenos complexos que demandavam percursos teóricos multidisciplinares para que pudéssemos atingir nossos propósitos.

Não obstante, além de realizar um aprofundamento teórico sobre o campo científico original deste Programa de Pós-graduação – a Comunicação – para entender a dinâmica comunicacional e o papel do veículo e dos conteúdos noticiosos que analisamos, outro desafio assumido foi contextualizar o objeto central da pesquisa: a titulação de territórios quilombolas. E, assim, compreender todos os elementos insertos nesse recorte que perpassa desde a revisão crítica

historiográfica do Brasil até a discussão jurídico-antropológica do direito constitucional ora abordado.

Dessa demanda, resultou um capítulo próprio denominado “Elementos constitutivos do objeto”, no qual, por meio de uma revisão bibliográfica ampla, observamos e discutimos distintos aspectos relativos ao tema central contemplado nesta pesquisa.

Considerando as perspectivas histórica e crítica dos fatos sociais que resulta no fenômeno estudado, percebemos como os discursos veiculados por uma historiografia que privilegiou a visão racista e eurocêntrica da realidade nacional contribuiu para a construção equivocada tanto do conceito de quilombo restrito ao papel de abrigo para escravizados fugitivos como da imagem dos sujeitos a ele relacionados, percebidos graças a esse processo de enquadramento contínuo e no longo prazo, como monumentos exóticos que permaneceram congelados no tempo (OLIVEIRA, 2016).

A partir da apropriação dessa visão crítica da história e do processo de ressemantização do próprio conceito de quilombo ressaltado pelos trabalhos do campo da antropologia por nós consultados, pudemos constatar também nos conteúdos publicados pelo jornal a reprodução dessa visão distorcida do papel político e social dos quilombos e dos quilombolas. Além disso, por meio da identificação dos enquadramentos jornalísticos, percebemos como a seleção, a ênfase e a exclusão de perspectivas sobre o tema produziram um apagamento das comunidades remanescentes e, conseqüentemente, deslegitimaram os processos de titulação. Simplesmente porque estes estavam, sobretudo, amparados na presunção de ancestralidade e na ligação identitária e histórica dessas comunidades com os povos africanos escravizados no Brasil, questões essas omitidas ou pouco abordadas pelo veículo.

Identificamos também, mediante a descrição das estratégias linguísticas e multimodais de produção dos enquadramentos nos textos do jornal, como os elementos selecionados e enfatizados pelo periódico reforçaram os argumentos dos fazendeiros que, a partir da ocupação de um espaço privilegiado de enunciação e da assunção do princípio de verdade pela ausência do contraditório, associaram à titulação de territórios conceitos e figuras negativas como conflito,

ilegalidade, ilegitimidade, desconhecimento de causa, prejuízos econômico e social, entre outros.

Esse é um ponto importante para se compreender como os enquadramentos foram construídos. Conforme salientou Entman (1993; 2010), as fontes são responsáveis por direcionar os enquadramentos que a imprensa geralmente produz. No mesmo sentido, Hall *et al.* (2016) ressalta que a seleção discriminatória e elitista das fontes contribui diretamente para a forma como os tópicos primários serão tratados e enquadrados.

Hall *et al.* (2016) chama essas fontes especializadas e oriundas da elite de *primary definers* (definidores primários), selecionados pela imprensa a partir de uma suposta “hierarquia de credibilidade” que acaba resultando na exclusão de vozes importantes de serem ouvidas, como ocorreu no caso concreto que analisamos. Verificou-se que prevaleceram no texto os enquadramentos dos definidores primários selecionados pelo jornal, que eram representantes dos interesses de apenas um dos lados envolvidos na questão, como os representantes da associação dos fazendeiros, os gerentes da empresa multinacional e o historiador contratado pelos proprietários para defender seus interesses.

Dessa forma, optamos por buscar e registrar também a visão do outro lado da questão – os quilombolas – e equilibrar essa ausência de contraditório por meio da realização de entrevistas com representantes das comunidades. No processo de análise em que foram contrastadas as duas perspectivas (enquadramentos do jornal e dos quilombolas) inferimos que a percepção das comunidades quilombolas sobre o processo foi completamente apagada por meios dos enquadramentos sobre a titulação produzidos pelos textos jornalísticos analisados.

Para isso, destacamos os argumentos essenciais que apoiam a legitimidade de reivindicação das áreas por parte das comunidades quilombolas, principalmente no que diz respeito à presunção de ancestralidade e/ou à ligação consanguínea com os povos pioneiros na utilização dos territórios identificados.

Cumpramos enfatizar, ainda, que outros dois elementos centrais na percepção e posicionamento das comunidades nesse processo também foram apagados nos textos de *A Gazeta*: a relação diferenciada com o território, as identificações e as

formas de territorialidade específicas desse grupo étnico que não podem, conforme demonstrou os autores empregados no Capítulo 2, ser comparadas com aquelas pertencentes aos fazendeiros e multinacionais do agronegócio, que utilizam a terra como mera fonte de produção de *mais valia*.

Outra questão intrínseca ao compartilhamento de ideologias equivocadas para explicar e registrar fatos históricos como verdades absolutas se fez presente no objeto analisado: o mito da democracia racial e a consequente construção e preservação do racismo institucional. Como forma de preservar a própria face e lançar a culpa ao outro lado, figurou no conteúdo analisado os argumentos semelhantes àqueles empregados na construção desse mito no passado e que hoje ainda permanecem presentes em textos como esses publicados pelo jornal, nos quais pudemos constatar a tentativa de apresentar um quadro de igualdade social e de fraternidade entre os sujeitos envolvidos na questão.

Nos conteúdos publicados (especialmente na fala do historiador que figurou como um dos principais interlocutores dos fazendeiros) observou-se muito presente também a estratégia de atribuir às próprias vítimas (ou aos seus direitos) a prática de um suposto racismo inverso. Aliás, esses aspectos recorrentes nos textos de *A Gazeta* representam as mesmas estratégias identificadas por Fernandes (1989; 2015) e descritas por Munaga (2005) como sendo responsáveis pela produção do mito da democracia racial e pela manutenção e justificativa do racismo estrutural vivenciado até os dias de hoje em nossa sociedade.

De fato, identificamos na construção desses enquadramentos que prevaleceram em 11 dos 12 textos analisados as mesmas estratégias políticas, entre as quais estão as cognitivas, que foram usadas ao longo do tempo para justificar a desigualdade e a dominação baseada no racismo estrutural: a desqualificação desse grupo étnico-racial; a relativização e apagamento da violência contra os negros perpetuada ao longo da história; e o apelo a um hipotético cenário social de convivência em condições de igualdade e fraternidade entre o grupo hegemônico e essa minoria, entre outras questões ressaltadas ao longo das análises produzidas.

Com base nessa bibliografia histórico-antropológica e por meio do uso das ferramentas teórico-metodológicas do enquadramento, percebe-se facilmente que argumentos e estratégias de disseminação da ideologia racista, oriundos de uma

construção social do final do século XIX, ainda estão presentes nos debates que envolvem direitos de minorias étnico-raciais como são os quilombolas.

Constatamos também que, em 11 dos 12 textos analisados, a titulação de territórios quilombolas foi enquadrada como um problema que causa prejuízos econômico e social. Além desse enquadramento central, predominante em quase todas as publicações e também no conjunto da cobertura realizada no ano de 2007, outros enquadramentos favoráveis aos interesses dos fazendeiros e da empresa também prevaleceram, sobretudo na defesa da propriedade privada em detrimento do interesse público.

Interessante ressaltar que os enquadramentos contrários à titulação que prevaleceram ao longo da cobertura elegem como problema central a ameaça à propriedade privada, segundo Santos (2015), um aspecto próprio de uma ideologia hegemônica que defende o uso e a exploração das melhores partes dos territórios por agentes que geram riquezas e operam na dinâmica capitalista, o que exclui as formas de territorialidades próprias das comunidades quilombolas.

O uso privatista do território conectado à dinâmica da globalização (SANTOS, 2015) é uma abordagem defendida em textos publicados pelo jornal, conforme demonstraram os enquadramentos que identificamos. E a própria dinâmica de agendamento da questão ao longo de 30 anos mostrou que o tema somente se tornou relevante para o jornal quando a propriedade privada esteve ameaçada. Isso porque 2007 – ano que o jornal mais abordou o tema e a partir do qual fizemos nossas análises empíricas – foi aquele em que os processos de titulação obtiveram maior produtividade e alcance.

Ademais, comprovando que a imprensa não é o único espaço em que a ideologia hegemônica prevalece, os dados indicam que foi também a partir de 2007 que processos administrativos começaram a ser paralisados no Incra e no âmbito judicial e, aqueles que permanecem tramitando, sequer conseguiram ser concluídos após mais de uma década de existência.

Nossa pesquisa demonstrou, ainda, que os enquadramentos que prevaleceram nos textos publicados pelo jornal foram aqueles que defendem a lógica capitalista de exploração dos territórios, pois os atores que mais espaço ocuparam no conteúdo representavam os interesses do capital (latifundiários e multinacional). Além disso, o lado contrário, que contrasta com essa perspectiva

dominante, foi silenciado e desqualificado por meio de operações semióticas (linguísticas e visuais).

E naquilo que recomenda Maia (2008), não devemos supor que o sucesso dos atores ou de seus discursos possa ser medido por espaços ocupados. Contudo, a própria reação e o posicionamento da sociedade sobre o tema nas eleições brasileiras de 2018 e o quadro geral dos processos de titulação no Brasil nos oferecem pistas importantes de que a ideologia privilegiada pelo jornal *A Gazeta* tem predominado no processo de cognição social e na dinâmica de poder no Brasil.

Após o contato com ampla literatura nesse campo e a partir das próprias inferências por nós realizadas neste trajeto de pesquisa, referenciamos a perspectiva já apontada por outros estudos que demonstraram como os fazendeiros – que representam a sociedade escravocrata brasileira e sobrevive até os dias atuais baseada na crença racista da inferioridade dos povos negros –, associados a outros atores sociais que compartilham dessa visão discriminatória e vil, vêm empreendendo uma série de ações para impedir o acesso ao território a esse grupo étnico-racial. Trabalhos desenvolvidos por pesquisadores diversos, como de Oliveira (2005), evidenciam ações de expropriação de terras e perseguições diversas materializadas em conflitos agrários, além de batalhas jurídicas.

A contribuição desta pesquisa ao trajeto percorrido por essas pesquisas desenvolvidas anteriormente, especialmente no campo das Ciências Sociais, é a de evidenciar outra ferramenta poderosa empregada pelos sujeitos na perseguição ao povo negro e na reprodução do racismo estrutural: a ocupação da esfera da visibilidade midiática por meio da grande imprensa.

Conforme o que evidenciamos ao longo deste trabalho, o jornal *A Gazeta*, ao privilegiar e referendar os enquadramentos propostos por fazendeiros e multinacionais do agronegócio, reforça todo tipo de ideologia por eles representado, colaborando, neste caso, com a perseguição e com a violência simbólica produzidas em desabono aos povos quilombolas capixabas.

Além do forte componente de racismo estrutural presente no processo de modo geral, os enquadramentos identificados demonstraram que a ideologia capitalista reforça e retroalimenta a ideologia racista, potencializando a

perseguição àqueles que ameacem os grupos hegemônicos que desde a escravização mantém a mesma estratégia de dominação econômica, social e cognitiva no Brasil.

Percebemos a partir dessa conexão entre as ideologias racista e capitalista que o objeto analisado contempla dois aspectos que tanto possuem peculiaridades quanto autocompletam-se na realização de um projeto unificado de dominação por grupos hegemônicos no Brasil. Ressaltamos esse ponto porque durante a pesquisa pudemos identificar duas “forças motrizes” que contribuíram sobremaneira à materialização dos enquadramentos que prevaleceram no conteúdo analisado, favorecendo os fazendeiros e a multinacional ao tempo que excluíram a maioria de argumentos e recortes favoráveis à titulação dos territórios quilombolas.

Nesse sentido, o primeiro aspecto vem sendo apontado com muita clareza e propriedade na obra de Santos (2015), que evidencia a forma como o capital transnacional realiza projeto de domínio e tomada das melhores parcelas dos territórios exploráveis em qualquer parte do mundo – e a geografia e os benefícios logísticos das terras planas dos territórios quilombolas localizados da região denominada Sapê do Norte são atrativos aos projetos de monocultura de eucalipto e de cana-de-açúcar, entre outros projetos de larga escala do agronegócio. Deriva dessa primeira força motriz ideológica a reação em defesa da propriedade privada e o combate a qualquer tentativa de destinação de áreas nobres como essas áreas a grupos minoritários que fogem dessa lógica, caso dos quilombolas.

A segunda “força motriz ideológica”, que também operou como força impulsionadora das reações contrárias e, sobretudo, como matriz semântica na conformação dos argumentos contrários e difamatórios dessa política pública e de seus respectivos beneficiários, é constituída por aquilo que Osvaldo (2005, p. 319) define como “[...] mentalidades escravocratas [...]”, que se materializam nos argumentos apresentados pelos fazendeiros – descendentes consanguíneos ou ideológicos dos senhores de escravizados.

Identificamos a presença dessa ideologia racista, que no Brasil persiste camuflada, sob o rótulo da democracia racial na forma esvaziada de apresentação do ator social quilombola nos textos desse jornal que, por meio da

polarização descrita nas análises, atribuiu aos territórios quilombolas temas e figuras semanticamente presentes em um espectro negativo em termos econômicos e sociais, ao tempo que ao outro lado conferiu rótulos positivos (geração de renda, produtividade, defesa da legalidade etc.).

Diante da existência dessa dupla operação ideológica e cognitiva pontuamos na discussão teórica a importância de conjugarmos produções de atores que se colocam no campo marxista e no campo dos estudos culturais. Consideramos que esse diálogo nos auxiliou na percepção dos interesses ideológicos em nível macro que perpassam esse objeto, que não invisibilizam aspectos micro, de âmbito racial, também presentes nessa questão que possui relação muito próxima aos processos de desigualdade social que ainda persistem na sociedade brasileira e que, infelizmente, não nos permitem vislumbrar, em curto prazo, um cenário de mudança que seja favorável às minorias. Cenário esse desafiador, servindo para renovar nossa força e crença de que o conhecimento, por meio da pesquisa científica, pode ajudar a transformar a realidade nacional.

Pretensas contribuições da pesquisa

Por fim, destino este espaço a socializar algumas reflexões oriundas da experiência obtida ao longo do trajeto percorrido pela pesquisa, utilizando o mesmo para dialogar com dois sujeitos, materializados no Estado brasileiro e no campo jornalístico.

Em relação ao primeiro, entendemos que as instituições públicas precisam agregar a seus processos de comunicação e de diálogo com o público externo a participação dos atores sociais diretamente afetados pelas políticas públicas propostas e por outros da sociedade civil e da academia. Cremos que esses atores tenham muito a colaborar na construção de enquadramentos aquedados que contribuam na formação da opinião da sociedade de forma mais equilibrada, o que vai ajudar o Estado no processo de fortalecimento de políticas públicas como a titulação dos territórios quilombolas.

Ao segundo, faço um alerta importante: que os processos de seleção de fontes (*primary definers*) sejam conduzidos de forma mais democrática e equilibrada possível. Nossa pesquisa demonstrou que, mesmo que não tenha

atuado deliberadamente para prejudicar as comunidades quilombolas e para favorecer os interesses capitalistas, os enquadramentos produzidos a partir da seleção dos temas e dos recortes priorizados pelo jornal deixou clara a tendência de favorecer um dos lados em termos de conteúdo, o que confirmou a nossa hipótese inicial.

Nossa responsabilidade como jornalistas que produzem enquadramentos sobre diversos temas de interesse da sociedade é imenso e o processo de produção de conteúdos jornalísticos, ao tempo que favorece a prevalência da ideologia dominante, como ressalta Souza (2018), também deixa brechas a partir das quais podemos tentar equilibrar o jogo do poder diário do qual fazemos parte por meio de nosso trabalho.

Além disso, mais do que apontar por meio da análise das estruturas como os enquadramentos construídos pelo jornal foram tendenciosos, favorecendo um dos lados envolvidos na polarização apresentada, buscamos por meio desta crítica de mídia demonstrar como os textos construídos pela imprensa – geralmente percebidos grosso modo como uma cobertura parcial da situação – podem [e devem] ser vistos como práticas racistas. E mais, buscamos demonstrar como simples textos produzidos por meio de práticas diárias e muitas vezes automatizadas nas redações são capazes de construir modelos mentais racistas que em muito prejudicam grupos étnico-raciais como as comunidades remanescentes de quilombos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso. A Comunicação Política depois do Golpe: notas para uma agenda de pesquisa. **Compólitica**, v. 8, n. 2, p. 171-206, dez. 2018.

ALBUQUERQUE, Afonso. Estudos de Mídia. *In*: CITELLI, A. et al. (org.). **Dicionário de Comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 260-266.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. Os quilombos e as novas etnias. *In*: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-81.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, Rio de Janeiro, n. 45, 1. sem. 1998, p. 51-70.

AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública. *In*: MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e poder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 75-179.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Ana Paula Goulart de. **Telejornalismo apócrifo: a construção da notícia com imagens amadoras e de vigilância**. Florianópolis: Insular, 2018.

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. **A educação do negro na comunidade de Monte Alegre-ES em sua prática de desinvisibilização da cultura popular negra**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos “remanescentes”: notas para diálogo entre indígenas e quilombolas. **Revista Mana**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, out.1997.

ASSIS, Francisco de. Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos. **Revista Alceu**. v. 11, n.21, p. 16 a 33, jul./dez. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais. *In*: **Boletim Informativo NUER**, v. 1, n. 1, 1997 [1994].

AVRITZER, A. Democracia participativa, esfera pública e opinião pública democrática. [Entrevista concedida a] Juarez Guimarães e Ana Paola Amorim. *In*: LIMA, Venício A.; GUIMARÃES, Juarez; AMORIM, Ana Paola. **Em defesa de uma opinião pública democrática: conceitos, entraves e desafios**. São Paulo: Paulus, 2014.

- AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da política. *In*: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 41-72.
- BARTH, Fredrik. **Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales**. México: Fondo de cultura económica, 1976.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. A cultura em debate: (des)encontros entre o marxismo e os estudos culturais. **Cadernos do CEOM**. Chapecó (SC), v. 30, n. 46, p. 21-34, jun. 2017.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BHABHA, Homi. O terceiro espaço: uma entrevista com Homi Bhabha. [Entrevista cedida a] Jonathan Rutherford. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 36-41, 1996.
- BOTACIN, Fábio. Agricultores do Norte querem revisão na área de quilombolas. **A Gazeta**, Vitória, 31 maio 2007. Cidades, p. 7.
- BOURGUIGNON, Juliana; REZENDE, Letícia; ARRUDA, Patrícia. A Gazeta: uma longa história de tradição e transformações. *In*: MARTINUZZO, José Antônio (org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005. p. 51-80.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim do Século, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.
- BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2007.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 2012.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado Federal, 1988. 292 p.
- BRASIL. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 29 set. 2016.

BRASIL. Decreto n. 3.912, de 10 de setembro de 2001. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/100906/decreto-3912-01>. Acesso em: 29 set. 2016.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *Imprensa e opinião pública no Brasil*. In: LIMA, Venício A. de Lima; GUIMARÃES, Juarez; AMORIM, Ana Paola (org.). **Em defesa de uma opinião pública e democrática: conceito, entraves e desafios**. São Paulo: Paulus, 2014.

CASTELLS, Manuel de. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CASTELLS, Manuel de. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHIARINI, Adriana. As reformas de O Globo e do Correio Brasiliense. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e poder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 167-179.

COMUNIDADES quilombolas: audiência na Assembléia hoje. **A Gazeta**, Vitória, 12 set. 2007. Cidades, p. 9.

CONAQ. Disponível em: <http://conaq.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 7 jan. 2018.

COUTINHO, Iluska. Colunas jornalísticas de nota. In: MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e poder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 275-298.

CUSTÓDIO, Zenilton; Pacheco, Sandra. Agricultores protestam de São Mateus a Vitória. **A Gazeta**, 10 nov. 2007. Cidades, p. 11.

D.F.S. Titulação de territórios quilombolas. 2018. [Entrevista cedida a] Girley Vieira da Silva, Conceição da Barra/ES, 20 dez. 2018.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. Rio de Janeiro: Atlas, 2005. p. 62-82.

E.M.S. Titulação de territórios quilombolas. 2018. [Entrevista cedida a] Girley Vieira da Silva, Conceição da Barra/ES, 20 dez. 2018.

ENTMAN, Robert M. Framing media power. *In*: D'ANGELO, Paul; KUYPERS (org.). **Doing news framing analysis: empirical and theoretical perspectives**. New York: Routledge, 2010. p. 331-355.

ENTMAN, Robert M. Cascading Activation: Contesting the White House's Frame After 9/11. **Political Communication**, 20: 415-432, 2003.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *In*: Levy, M.; Gurevitch, M. (Ed.). **Defining media studies**. New York: Oxford University Press, 1993. p. 293-300.

ENTMAN, Robert M. Framing U. S. coverage of international news: contrasts in narratives of the KAL and Iran Air incidents. **Journal of Communication**, v. 41, n. 4, p. 6-27, 1991.

ENTMAN, Robert M. *et al.* Nature, Sources, and Effects of News Framing. *In*: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas (org.). **The handbook of journalism studies**. New York: Routledge, 2009. p. 175-191.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global Editora, 2015.

FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Fernanda Vasques. Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 50-68, jan. 2015.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. "Donos do lugar": a geo-grafia negra e camponesa do sapê do norte-ES. **Revista Geografares** (Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo). Vitória, n. 8, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/viewFile/1298/980>. Acesso em: 21 set. 2016.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte/ES**. 2009. 526 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Correia da. Análise de conteúdo. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 280-303.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/archives/48738>. Acesso em: 2 jan. 2018.

FRANÇA, Vera *et al.* Comunicação e Política: um mapeamento de autores/as e teorias que alicerçam essa área no Brasil. **Compólitica**, v. 8, n. 2, p. 5-40, dez. 2018.

GAMSON, William A. **Falando de política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GENTILLI, Victor Israel; GUERRA, João Claudio de Santana. Jornais capixabas no século XXI: uma guinada ao popular. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 15., 2017, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: SBPJor, 2017.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**: mass media in the making and unmaking of the new left. Los Angeles: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

GUERRA, João Claudio de Santana. **Mudanças estruturais do jornalismo**: o caso do jornal A Gazeta/ES. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, 121 f., 2018.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o mugging nos media. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Florianópolis: Editora Insular, 2016.

INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola>. Acesso em: 2 jan. 2018.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. São Paulo: Ática, 2008.

LIMA, Venício A. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora FPA, 2006.

LIMA, Venício A. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Revista USP**, n. 61, p. 48-57, mar./maio 2004.

LIMA, Venício A.; GUIMARÃES, Juarez; AMORIM, Ana Paola. **Em defesa de uma opinião pública democrática: conceitos, entraves e desafios**. São Paulo: Paulus, 2014.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

LOBÃO, Alexandre. **Quilombos e quilombolas: passado e presente de lutas**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2014.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola, 1997.

MACIEL, Cléber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural/Ufes, 1994.

MAGALHÃES, David Castro de. **Agenda-setting e internet: tendências e perspectivas de pesquisa**. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

McCOMBS, Maxwell *et al.* *Agenda-Setting*. In: WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas. (org.). **The handbook of journalism studies**. New York: Routledge, 2009. p. 147-161.

McQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

McQUAIL, Denis. **Introducción a la teoría de la comunicación de masas**. Buenos Aires: Paidós, 1991.

MAIA, Rousiley C. M. (coord.). **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MAIS ao Norte, ocupação por quilombolas. **A Gazeta**, Vitória, 26 jul. 2007. Cidades, p. 9.

MALANQUINI, Aidê *et al.* Os Grandes Projetos no desenvolvimento do Estado. In: MARTINUZZO, José Antônio (org.). **Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008. p. 175-221.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Imprensa, minorias e análise do discurso: um espaço de construção da democracia. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. Brasília, v. 17, n. 2, p. 26-42, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1244>. Acesso em: 2 jul. 2017.

MARTINUZZO; José Antônio. A Imprensa na História Capixaba. ENCONTRO NACIONAL DA ALCAR, 7., 2009, Fortaleza. **Mídia Alternativa e alternativas midiáticas**: VII Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Anais [...]. Fortaleza: Alcar, 2009.

MARTINUZZO; José Antônio (org.). **Quase 200**: a imprensa na história capixaba organizador. Vitória: DIO, 2008.

MARTINUZZO; José Antônio (org.). **Impressões capixabas**: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

MARTINUZZO; José Antônio; TESSAROLO, Marcela (org.). **Comunicação e Territorialidades**: as pesquisas do primeiro Programa de Pós-graduação em Comunicação do Espírito Santo. Vitória: Ufes, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Popular, 2009.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, D.; SERRANO, P.; RAMONET, I. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e poder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa jornalística**. Editora UNB: Brasília, 2013.

MOURA, Clóvis (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edefal, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2013, Rio de Janeiro (Informação verbal).

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/BID/Unesco, 2005.

MURTA, Milena Simões. Jornalismo impresso: interesse público ou comércio de notícias? *In*: MARTINUZZO; José Antônio (org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo**. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

NORTE: produtores fazem carreata até Vitória. **A Gazeta**, Vitória, 9 nov. 2007. Cidades, p. 9.

NOVELLI, Ana Lúcia. O projeto Folha e a negação do quarto poder. *In*: MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e poder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 75-179.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Comunidades quilombolas no Estado do Espírito Santo: conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. **Revista do Centro de Estudos Rurais (RURIS)**, Campinas, v. 5, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1469/986>. Acesso em: 20 fev. 2017.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção da ONU sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (1966)**. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/>. Acesso em: 26 maio 2018.

OSÓRIO, Carla; BRAVIN, Adriana; SANTANNA, Leonor de Araújo. **Negros do Espírito Santo**. São Paulo: Escrituras, 1999.

PACHECO, Sandra. Decisão judicial: áreas de quilombos são disputadas. **A Gazeta**, Vitória, 21 jan. 2007. Cidades, p. 3.

PACHECO, Sandra. Desapropriação: produtores vão receber em dinheiro por terras. **A Gazeta**, Vitória, 11 mar. 2007. Cidades, p. 8.

PACHECO, Sandra. Proprietários lutam por terras em São Mateus. **A Gazeta**, Vitória, 27 maio 2007. Cidades, p. 3.

PACHECO, Sandra. Produtores rurais do norte fecham a BR101. **A Gazeta**, Vitória, 5 ago. 2007. Cidades, p. 11.

PACHECO, Sandra. Produtores podem perder terras para quilombolas. **A Gazeta**, Vitória, 5 ago. 2007. Cidades, p. 14.

PORTO, M. P. Enquadramentos da mídia e política. *In*: RUBIM, A. A. (org.) **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104.

POZOBON, Rejane de Oliveira; SCHAEFER, Ricardo. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual. **Revista Interin**, Curitiba, v. 19. n. 1, p. 120-135, jan./jul. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMONET, Ignácio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? *In*: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignácio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

REDE GAZETA (Portal). Disponível em: <http://www.redegazeta.com.br/a-empresa/missao-valores-e-proposito-estrategico/>. Acesso em: 9 jan. 2018.

REIS, Ruth. Propostas para um programa de estudos sobre Comunicação e territorialidades. *In*: ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth (org.). **Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídia**. Vitória: Edufes, 2017.

SALLES, Marilene Lemos Mattos. **Valores em circulação: A Gazeta na sala de aula**. 2012. 160 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SANTAELLA, Lucia. **Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política**. São Paulo: Paulus, 2016.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2015.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. *En*: Observatório Social de América Latina. a. 6, n. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso en: 20 dic. 2017.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira**. Porto Alegre: EdiPucRS, 2014.

SÃO Mateus: Ingra não vai demarcar centro. **A Gazeta**, Vitória, 1 jun. 2007. Cidades, p. 8.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet. *In*: MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e poder**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 31-46.

SILVA, Girley Vieira da. **O discurso da[na] imprensa: a reforma agrária nas páginas de A Gazeta**. 2015. 55 f. TCC (Licenciatura em Letras-Português) - Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

SILVA, Sandro José da. **Do fundo daqui: luta política e identidade quilombola no Espírito Santo**. 2012. 342 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SOARES, Murilo Cesar. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. *In*: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2009. p. 11-14.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação São Paulo**, v. 41, n. 2, p. 55-69, maio/ago. 2018.

SOVIK, Liv. Apresentação: para ser Stuart Hall. *In*: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais** (org.). Belo Horizonte: Edição UFMG; Brasília: Unesco, 2003, p. 9-21.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. Rio de Janeiro: Atlas, 2005. p. 51-61.

TERRENO sob disputa: acampamento quilombola é desmontado. **A Gazeta**, Vitória, 12 ago. 2007. Cidades, p. 14.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TUCHMAN, Gaye. Entrevista a Gaye Tuchman. [Entrevista cedida a] Gonçalo Pereira Rosa. *In: Comunicação & Cultura*, n. 9, p. 165-171, 2010.

VAN DIJK, Tean A. Análise crítica do discurso. Tradução de Raquelli Natale, Micheline Mattedi Tomazi e Lúcia Helena Peyronton da Rocha. *In: TOMAZI, M. M. et al. (org.). Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. São Paulo: Terracota, 2016a. p. 19-42.

VAN DIJK, Tean A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. **Revista Digital do Programa de Pós-graduação em Letras da PUCRS (Letrônica)**. Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, 2016b. Disponível em: <https://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/>. Acesso em: 21 maio 2018.

VAN DIJK, Tean A. Discurso das elites e racismo institucional. *In: LARA, Glauca Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (org.). Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015a.

VAN DIJK, Tean A. Ideologia. Tradução de Pedro Theobald. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, n. esp., pp. 53-61, dez. 2015b.

VAN DIJK, Tean A. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, Tean A. New(s) Racism: A discourse analytical approach. *In: Simon Cottle (Ed.). Ethnic Minorities and the Media*. Milton Keynes, UK: Open University Press, 2000. p. 33-49.

VAN DIJK, Tean A. Discourse and inequality. **Lenguas Modernas** (Universidad de Chile), n. 21, p. 19-37, 1994. Disponível em: <https://lenguasmodernas.uchile.cl/index.php/LM/article/view/45582/47644>. Acesso em: 7 jul. 2018.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

ZANETTI, Daniela. O framing e o processo de construção da notícia. **Revista PJ:BR**. v. 5, n.10, 2008. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos10_a.htm. Acesso em: 27 jun. 2018.

ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth (org.). **Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídia**. Vitória: Edufes, 2017.

ZORZAL, Marta. **Espírito Santo: estado, interesses e poder**. 1986. 822 f. Dissertação (Mestrado em administração pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

INTRODUÇÃO (entrevistador):

* *Agradecimento pela participação;*

* *Explicação sobre os objetivos da pesquisa, metodologia, implicações, entre outras questões relacionadas à realização das entrevistas, bem como os desdobramentos dessa atividade;*

* *Assinatura do termo de consentimento.*

QUESTÕES INICIAIS (TEMAS / PERGUNTAS):

* *Contextualização do “lugar de fala” do entrevistado.*

- Qual a sua comunidade de origem?

- Onde vive atualmente?

- Quando começou a militar no movimento quilombola?

- O que motivou o envolvimento nas questões de interesse das comunidades?

- O final de 2006, mas especialmente o ano 2007 foi o período em que os ocupantes dos territórios começaram a ser notificados sobre os processos de titulação. Também foi o período em que os sujeitos contrários à titulação se articularam e agiram com mais intensidade. Além disso, 2007 foi o ano em que o jornal *A Gazeta* mais publicou reportagens sobre a titulação de territórios quilombolas, sendo esse o recorte temporal escolhido por esta pesquisa? Como foi esse período para as comunidades quilombolas? Quais são os fatos que mais marcaram as comunidades nessa época?

* *Demandas das Comunidades Remanescentes de Quilombos:*

- Quais são as principais bandeiras de luta das comunidades quilombolas?

- E no Espírito Santo, existe alguma questão local?

- Por que o território deve ser um direito garantido às comunidades quilombolas?

- Qual a sua opinião sobre a denominação empregada nos textos oficiais “*Comunidades Remanescentes de Quilombos*”?

- Nas reportagens analisadas, os sujeitos contrários à titulação são descritos a partir de vocábulos como proprietários, produtores, como pessoas que trabalham no campo há muito tempo, que geram empregados e movimentam a economia da região. Contudo, não identificamos uma apresentação sobre os quilombolas. Você poderia fazer essa descrição, apresentando essas pessoas que integram as comunidades, pontuando as atividades desenvolvidas nos locais, a importância dessas atividades para a região, entre outras questões que achar importante colocar.

- Como você avalia o processo de Titulação de Territórios Quilombolas? Apesar de nenhum processo ter sido concluído, houve ganhos para as comunidades? Quais?

- Os sujeitos contrários à titulação afirmam que o processo é injusto. O que você pensa sobre essa alegação?

- Eles também alegam, principalmente, que a titulação vai trazer prejuízos à economia. Com os territórios disponíveis aos quilombolas, quais seriam os benefícios à sociedade?

- Como era a relação das comunidades com os vizinhos e a sociedade local antes do início dos estudos para a titulação? O que mudou?

* *Relação com a imprensa em geral:*

- Como você avalia a relação das comunidades com a imprensa em geral?
- Vocês tinham acesso às notícias e reportagens publicadas em *A Gazeta* sobre a titulação de territórios?
- Como você analisa o trabalho desse jornal especificamente?
- Como os jornais poderiam ter retratado melhor a questão?

* *Considerações finais:*

- Há algum ponto que não foi discutido e vocês gostariam de mencionar ou abordar?

ANEXOS

ANEXO A - Matéria publicada em A Gazeta, em 05/08/2007

SÃO MATEUS PROPRIETÁRIOS DE TERRA CONTESTAM A FORMA COMO O GOVERNO PRETENDE RESSARCIR OS NEGROS

Produtores podem perder terras para quilombolas

Programa prevê desapropriação de terras para criação de comunidades quilombolas

SANDRA PACHECO

SÃO MATEUS. A disputa pela terra está ganhando uma nova página. Desta vez, três lados estão na busca dos seus direitos: negros, produtores rurais e a Aracruz Celulose são os personagens em torno de um programa do governo federal que prevê desapropriações de terras para implantar comunidades quilombolas.

O caso só começou a ganhar notoriedade no Estado no final do ano passado, quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) notificou proprietários rurais de São Mateus informando que suas terras seriam desapropriadas para a implantação das comunidades quilombolas. Os proprietários começaram a se mobilizar e criaram o Movimento Paz no Campo (MPC).

COMUNIDADES. No Espírito Santo, existem 25 comunidades quilombolas reconhecidas pelo governo federal. Dessas, apenas três foram delimitadas: Linharinho, em Conceição da Barra; São Jorge, em São Mateus; e Serraria

e São Cristóvão, também em São Mateus. O município com maior número de comunidades quilombolas reconhecidas é São Mateus, com 12 comunidades. O clima mais tenso é em São Jorge, por envolver o maior número de produtores rurais que temem perder suas terras.

Na defesa de seus direitos, cada grupo faz uma leitura própria que foi estabelecido pelo governo federal. Enquanto os negros afirmam que o seu direito sobre as terras está legitimado pela constituição e é uma dívida pelo não pagamento de escravidos, os produtores rurais contestam a forma como o governo pretende ressarcir os quilombolas. "Um erro social não justifica outro. Há uma dívida do país com os negros, mas não é tirando terra de quem está produzindo que isso vai ser resolvido", disse Edvaldo Permanhane, presidente do MPC.

ARACRUZ. A empresa Aracruz Celulose vem enfrentando ações de ocupação e queimadas atribuídas às comunidades quilombolas da região. A última foi no dia 23, quando famílias do Linharinho e região, apoiadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram e cortaram dezenas de pés de eucalipto. Em março, uma outra área foi invadida e cerca de cem focos de incêndio queimaram quase 500 hectares de plantio.



CONFLITO. Família quilombola de São Jorge. No local, a disputa por terras é tensa. FOTO SANDRA PACHECO

"Só vamos sair mortos"

"Não queremos mal a ninguém, mas das nossas terras só vamos sair mortos. Se alguém invadir uma terra, vamos juntar todos e tirar quem for". A afirmação do produtor Edvaldo Permanhane, representante dos agricultores, é o retrato da atmosfera na região.

Apesar da convivência entre agricultores e quilombolas ainda ser considerada harmoniosa, há o temor de que a qualquer momento o clima possa mudar.

Um exemplo foi a ausência dos agricultores na audiência pública pedida pela Câmara de Vereadores de São Mateus em março passado. Os produtores rurais alegaram manobra, pois a data foi transferida para perto de uma manifestação dos quilombolas. "Eles se prepararam para nos atacar em peso", disse um dos produtores.

No encontro, o auditório contava com quilombolas de várias comunidades e representantes

de entidades a favor do projeto, como o procurador regional da República, Paulo Jacobina, representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para índios e quilombolas.

Uma das lideranças quilombolas da região, Domingos Firmo dos Santos, o Chapocá, confirmou o clima instável. "Quem for pobre não vai sofrer perseguição, mas quem for rico vai ter que sair", declarou.

O PROGRAMA

■ A criação de comunidades quilombolas faz parte do programa Brasil Quilombola, criado pelo governo federal. Além de buscar o reconhecimento das terras, o projeto inclui medidas como construção de escolas, alfabetização, ações de saúde, renda e luz elétrica.

■ O projeto surgiu com base na Constituição, no artigo 68 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Em 2003, o presidente Lula criou o Decreto 4887/03 para regulamentar o artigo constitucional.

■ Em 2004 começaram os primeiros levantamentos de áreas quilombolas no Norte, região denominada pelos negros como Sapê do Norte. Na época, funcionários do Incra realizaram eventos em São Mateus para treinar o pessoal que iria fazer a pesquisa junto às comunidades negras, pois segundo o decreto, as comunidades é que se auto-definem como quilombola e apontam qual a área está historicamente ligada ao seu grupo.

■ O procurador regional da República Paulo Jacobina, que representou o Ministério Público Federal em uma audiência pública, em São Mateus, em março, citou que o fato do negro ter "plântado" o umbigo do filho ao pé de uma árvore é um dado que liga aquela comunidade quilombola especificamente àquela terra. "Já um produtor rural pode plantar em qualquer lugar. Tanto faz se é aqui, ou cinco quilômetros mais distante", argumentou.

O impasse

Cada um dos três lados envolvidos afirma estar defendendo seus direitos. Os negros cobram o ressarcimento pelos anos de escravidão de seus antepassados. Os agricultores justificam que não podem pagar uma conta que é de toda a nação, principalmente, porque suas terras são produtivas. Já a Aracruz se baseia no direito de propriedade, afirmando que as terras na região foram compradas a partir da década de 60.

Aracruz Produtores Negros

"Todas as assinaturas questionadas são falsas"

"Desapropriação vai desempregar milhares de pessoas"

"Obtenção das terras será a realização de um sonho"

A empresa Aracruz Celulose afirma que o processo de criação das comunidades quilombolas usou métodos fraudulentos. Um abaixo-assinado de membros da comunidade Linharinho aderindo ao programa foi enviado ao Laboratório de Perícias Ricardo Molina de Figueiredo. A análise afirmou que "todas as assinaturas questionadas são falsas. E foram produzidas pelo mesmo punho escritor". A empresa afirma que mesmo que as pessoas existam, a fraude torna o processo ilegal e que recorrerá à Justiça.

Para os produtores rurais, o projeto nasceu de uma interpretação incorreta da lei, pois define que o direito de propriedade será de remanescentes de quilombos que estiverem "ocupando suas terras". Os agricultores ressaltam que não querem se posicionar contra os quilombolas, mas sim contra o modelo do projeto. "A verdade é que a maioria dos negros não tem noção do que significa. Tirar a terra dos produtores vai desempregar milhares de pessoas e tirar receita do município", ressaltou Edvaldo Permanhane, presidente do Movimento Paz no Campo (MPC).

Segundo a Fundação Palmares, as comunidades quilombolas viverão e trabalharão juntas. No Linharinho, os moradores disseram que ninguém está autorizado a falar. Na comunidade São Jorge, a família Valentim não conhece plenamente o modelo. Dona Estela José Valentim, 55, demonstrou desconhecimento ao ser indagada se acredita no sucesso do convívio coletivo. "Todo mundo vai plantar junto?". Mas o marido, Arivaldo de Jesus, afirmou que "a obtenção das terras será a realização de um sonho".

A FUNDAÇÃO

■ As ações do programa Brasil Quilombola são desenvolvidas principalmente por meio da Fundação Palmares, entidade do governo federal, criada em 1988, mas que só a partir do governo Lula ganhou amplitude. Este ano, o orçamento da entidade é de mais de R\$ 93 milhões.

■ Os recursos são voltados

para o desenvolvimento de políticas de valorização das comunidades negras em sua cultura e estrutura. Já as desapropriações serão pagas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Segundo informação repassada pelo Incra, em Brasília, o instituto conta com R\$ 30 milhões para pro-

moover as desapropriações no país.

■ Representantes da Fundação Palmares estão constantemente em contato com as comunidades do Norte do Estado. Há ainda outras entidades atuando junto aos quilombolas: a Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq) e a ONG Fase.

Processo de desapropriação ainda tramita no Incra

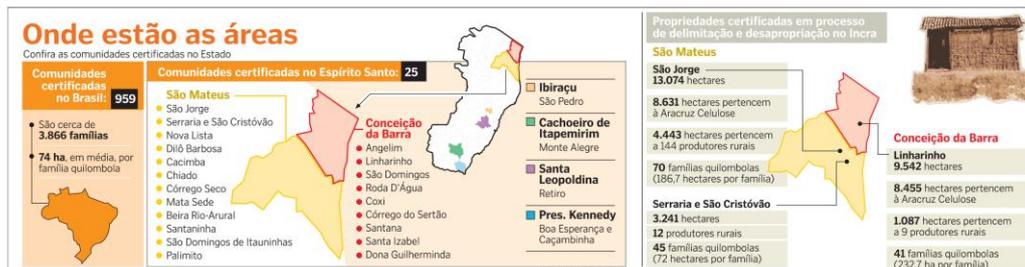
O processo de desapropriação das terras ainda está tramitando em âmbito administrativo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Após as notificações de desapropriação, que ocorreram no ano passado, cada agricultor teve 90 dias para se defender. Já o Incra não tem prazo para analisar as defesas. Se não forem acatadas, o processo continua na Justiça, que pode deferir tanto a favor quanto contra a desapropriação. Se as defesas forem acatadas par-

cialmente, novos documentos deverão ser anexados ao processo.

Os produtores rurais se reuniram em um grupo, o Movimento Paz no Campo (MPC) e estão fazendo uma caixa, através de um livro de ouro, para recolher dinheiro e defender os agricultores que não dispõem de recursos.

A Aracruz Celulose também já apresentou duas defesas, em janeiro e maio, referentes às áreas do Linharinho e São Jorge, que aguardam resposta do Incra.

A falta de resposta também incomodou aos quilombolas, que invadiram uma área da Aracruz há duas semanas pedindo rapidez no processo. O superintendente do instituto no Estado, Gerônimo Brumatti, explicou que a greve dos funcionários do Incra atrasou os trabalhos. "Assim que possível, vamos retomar os processos, que estão em um andamento normal. Na verdade, esse tipo de processo é uma coisa nova e não temos referência de quanto tempo pode levar", explicou.



ANEXO B - Matéria publicada em *A Gazeta*, em 21/01/2007

DECISÃO JUDICIAL

Áreas de quilombos são disputadas

Proprietários de terra têm até fevereiro para contestar edital que prevê **desapropriações**

SANDRA PACHECO

SÃO MATEUS. Dezenas de propriedades rurais da região de São Mateus e Conceição da Barra podem ser desapropriadas para a criação de comunidades quilombolas com reconhecimento e titulação de terras. Cento e quarenta e quatro proprietários rurais têm até o final de fevereiro para contestar um edital que identificou a comunidade de São Jorge, em outubro passado, como uma área remanescente de quilombola.

Em dezembro, mais uma área foi delimitada, a de São Cristóvão e Serraria, onde vivem outras dezenas de produtores. Linharinho, que fica em Conceição da Barra, foi a primeira a ser delimitada, em abril passado.

Alguns produtores já se mobilizaram em uma comissão para levar a situação a autoridades do Estado. O líder da comissão, Edvaldo Permanhane, é dono da fazenda Vovô Délio, que também foi notificada. “Um erro não pode ser corrigido com outro. Os negros precisam ser recompensados pelas injustiças cometidas no passado. Mas nós não podemos ser punidos por isso. A Vovô Délio gera mais de 200 empregos”, enfatiza.

ANEXO C - Matéria publicada em *A Gazeta*, em 11/03/2007**DESAPROPRIAÇÃO****Produtores
vão receber
em dinheiro
por terras**

Fazendeiros que não concordarem com valor poderão recorrer na **Justiça**

SANDRA PACHECO

SÃO MATEUS. Uma audiência pública para discutir a desapropriação de propriedades rurais, em São Mateus, lotou o Clube Ouro Negro na noite de sexta-feira.

Representantes de várias entidades ligadas ao processo de desapropriação compareceram, mas a ausência dos produtores rurais evitou um possível confronto de idéias.

Alguns produtores argumentaram que temiam ser provocados pelos quilombolas. Esses ressaltaram que a reconquista do território quilombola é uma questão de sobrevivência.

O procurador regional da República, membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, defendeu a importância das comunidades serem implantadas nas mesmas regiões onde seus antepassados viveram.

PROCESSO. Dois dos poucos produtores presentes – menos que 10 no total – manifestaram a preocupação com a forma como vai ocorrer a desapropriação.

Segundo o representante do Incra de Brasília, Rui Leandro dos Santos, a desapropriação será feita em dinheiro e não em Título de Dívida Agrária, apontada como moeda podre.

“A avaliação é pelo valor de mercado. Mas se o produtor não concordar com o valor, poderá recorrer na Justiça”, observou.

O ouvidor do Incra, Josemar Costa de Oliveira, lamentou a ausência dos produtores, mas disse que pelo menos não houve o temido confronto. “Os produtores perderam a oportunidade de esclarecer as coisas”.

**Comunidades
têm áreas
reconhecidas**

Edital do Incra beneficia localidades de **São Jorge e Serraria**

Em um momento mais tenso na reunião realizada em São Mateus, um dos líderes quilombolas da região, Domingos Firmino dos Santos, o Chapoca, disse exaltado: “O (produtor) pobre não vai sofrer perseguição; mas o rico vai sair”.

Em São Mateus, duas comunidades já tiveram edital publicado pelo Incra reconhecendo como área quilombola. Na comunidade de São Jorge mais de 140 produtores foram notificados sobre a abertura do processo de desapropriação. Em Serraria e São Jorge foram cerca de 15.

Há ainda a comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra, onde também foi iniciado processo de desapropriação. No total existem cerca de 40 comunidades quilombolas no Norte do Estado, que deverão passar por esse processo.

SITUAÇÃO PRODUTORES INICIARAM UMA PEREGRINAÇÃO AOS GABINETES DE POLÍTICOS

Proprietários lutam por terras em São Mateus

Eles temem que suas terras sejam desapropriadas pelo governo federal para os quilombolas

SANDRA PACHECO
spacheco@redgazeta.com.br

SÃO MATEUS. A polémica da questão quilombola está definitivamente instalada em São Mateus. Temendo terem

suas terras desapropriadas pelo governo federal para a instalação de comunidades quilombolas no Norte do Espírito Santo, os proprietários anunciaram a criação do Movimento dos Proprietários Rurais (MPR) e estão se posicionando de forma veemente contra o projeto.

Os produtores iniciaram uma peregrinação aos gabinetes de políticos no Estado e em Brasília e com lideranças nos municípios do Norte.

INCRA. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária

prietários estão dispostos a sair da sua terra nem mortos", disse Edivaldo Permanhane, um dos líderes do MPR. O movimento acusa o Incra de não ter sido transparente no processo e de querer criar a segregação racial.

"O Brasil é um só. É um absurdo construir uma comunidade quilombola, separando branco de negro. Além disso, são áreas produtivas e, na sua maioria, de pequeno porte. A agricultura mateense responde por 35% do PIB", destaca o historiador Eliezer Nardoto, que está assessorando os proprietários.

"Várias dessas propriedades geram centenas de empregos. Imagina o que serão se os proprietários que serão atingidos. Todo o município será atingido", disse Permanhane.

LEI. Já o Incra ressalta que o projeto foi implantado dentro da lei, e que nada tem sido feito escondido. O Incra responde afirmando que o clima de pavor tem sido causado pelos próprios proprietários.

"Não é um processo rápido. Depois das notificações e da defesa, ainda vem a fase judicial", declarou o instituto através da Assessoria.

Estudo aponta áreas a serem demarcadas

Existem cerca de 45 comunidades quilombolas para serem demarcadas no Espírito Santo. O estudo que aponta se determinada área é quilombola ou não é feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em parceria com a Ufes e ONGs, usando documentos e conversas com os moradores. Até agora três áreas foram demarcadas. A comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra, já teve a portaria definitiva do Incra publicada recentemente. O próximo passo é a desapropriação de fato. Em São Mateus duas áreas foram demarcadas. Em São Jorge todos os proprietários foram notificados. Em Serrania e São Cristóvão as notificações ainda estão sendo feitas. Após a notificação, o proprietário tem 90 dias para se defender no Incra. Em seguida o processo é encaminhado ao Judiciário.

O NÚMERO

161 146

Esse é o número de propriedades rurais notificadas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Linharinho, São Jorge e Serrania e São Cristóvão.

Esse é o número de famílias quilombolas cadastradas pelo Incra nas três comunidades notificadas

DIVERSOS LADOS



Local onde nasceram pai e bisavô

ROBSON ALMEIDA BARBOSA
Filho, proprietário rural

"A região onde fica minha propriedade, a fazenda Platina, foi onde nasceu meu pai e meus bisavós, um deles era Ceciliano Abel de Almeida, que nasceu em 1848. As terras passaram de pai para filho. Essa região tem um significado especial para mim, tem importância afetiva. Não quero vender essas terras para comprar outras em outro lugar. A história da minha família está ali". FOTOS: SANDRA PACHECO

Sonho de morar em uma comunidade

DONA MIÚDA
Quilombola do Sapê do Norte

"Minha família sempre viveu junto. A gente planta e colhe juntos. Não acho que vamos ter problema em viver todos na mesma comunidade. Sonho em poder morar definitivamente em uma comunidade quilombola. Ter o nosso direito de negro, reconhecido."



Chance de ganhar terras

AUGUSTO PIU
Trabalhador rural

"Fiz mais ou menos um ano dois rapazes em um carro passaram por mim no São Jorge e disseram que eu poderia ganhar 20 hectares de terra, se eu não gostaria de ser quilombola. Aceitei. Mas eu não sabia que estão querendo tirar terra de produtor que está produzindo. Quero que tirem meu nome na lista de quilombola."



DONOS DE TERRAS DE SÃO MATEUS, NOVA VENÉCIA, CONCEIÇÃO DA BARRA E JAGUARÉ ESTIVERAM ONTEM NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. PARA ELLES, O AGRONEGÓCIO NA REGIÃO SERÁ AFETADO

Agricultores do Norte querem revisão na área de quilombolas

Os produtores rurais alegam que até áreas produtivas foram demarcadas

■ *Quilombolas são os descendentes de escravos negros que fugiram dos engenhos de cana-de-açúcar para formar os agrupamentos de refúgios e de resistência à escravidão chamados de quilombos. No Norte do Espírito Santo, a maior concentração de quilombolas é registrada nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Na década de 70, pelo menos 12 mil famílias de quilombolas habitavam a região. Atualmente, cerca de 1,2 mil famílias estão na área.*

FÁBIO BOTACIN
fbotacin@redgazeta.com.br

Representantes dos produtores rurais dos municípios de São Mateus, Nova Venécia, Conceição da Barra e Jaguaré estiveram ontem na Assem-

bléia Legislativa para uma audiência com os deputados estaduais. No centro da conversa estava o decreto que demarca como áreas remanescentes **quilombolas** diversas propriedades daqueles municípios. A notificação

foi feita por servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (In-cera) no início deste mês.

Segundo Eliezer Nardoto, historiador que acompanha os produtores rurais da região, o movimento não é con-

tra os quilombolas, mas a favor da revisão da demarcação. "O decreto deixa a sociedade em alerta. Praticamente todo o município de São Mateus foi demarcado, inclusive o centro da cidade. Além disso, pelo documento, os as-

EMPREGOS. "Somente na atividade econômica em São Mateus e Conceição da Barra, ligada ao agronegócio, temos 15 mil empregos. Em uma prioridade, por exemplo, são 300 empregos em 400 alqueires", afirmou o historiador.

sentados negros ficariam submetidos a uma espécie de cooperativa, que também não atende a eles", revelou.

Outro argumento usado pelo movimento dos proprietários de terra é que as áreas que foram notificadas são produtivas e isso poderá afetar o agronegócio da região.

De acordo com o decreto, publicado em 2003, o In-cera é o responsável por regulamentar os procedimentos administrativos para demarcação. Isto vale para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras.

O órgão foi procurado para esclarecer a situação no Norte do Espírito Santo, mas ninguém foi encontrado para falar sobre o assunto.

Eliezer Nardoto informou que os produtores também procuraram se defender junto ao In-cera com a escritura das áreas particulares.

ANEXO F - Matéria publicada em *A Gazeta*, em 01/06/2007

RÁPIDA

SÃO MATEUS **Incra não vai demarcar centro**

O centro de São Mateus não seria alvo da demarcação de terras quilombolas feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). “Efetivamente temos em estudo a demarcação das regiões de São Jorge, Serriaria e São Cristóvão, em São Mateus”, disse o superintendente do órgão no Estado. Após a notificação, os recursos apresentados pelo produtores ainda serão analisados pelo Incra.



ANEXO G - Matéria publicada em *A Gazeta*, em 26/07/2007**Mais ao Norte, ocupação por quilombolas**

Famílias quilombolas do Norte do Estado ocuparam áreas da Aracruz Celulose, em Linhariño, Conceição da Barra. O grupo reivindica a continuidade no processo de demarcação da comunidade quilombola, cuja área total é de 9.542,27 hectares. Cerca de 82% da área é composta por terras da Aracruz. Ontem pela manhã, quilombolas e famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra invadi-

ram áreas de plantio de eucalipto e começaram a montar um acampamento. Foram cortados eucaliptos e bloqueadas estradas internas. O diretor jurídico da Aracruz, José Luiz Braga, informou que a empresa está contestando administrativamente o processo que reconhece o território quilombola. "A área invadida é de propriedade da empresa, e vamos buscar na Justiça a garantia de nossos direitos", disse Braga.

MOVIMENTO A MANIFESTAÇÃO FOI EM PROTESTO À PROPOSTA DE DESAPROPRIAR ÁREAS DESTINADAS A QUILOMBOLAS

Produtores rurais do Norte fecham a BR 101

O protesto aconteceu na manhã de ontem. O trânsito parou por duas horas

SANDRA PACHECO

SÃO MATEUS. Produtores rurais de São Mateus fecharam a BR 101 ontem por duas horas. A manifestação foi em protesto à proposta do programa Brasil Quilombola, que pretende desapropriar áreas destinadas à criação de comunidades quilombolas.

Uma fila de carros, caminhões e ônibus se formou no sentido São Mateus-Bahia por cinco quilômetros. No outro sentido, os carros foram orientados a estacionar nas laterais ou a entrar na cidade. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) acompanhou a ação e sem intervir. Das 9 às 11 horas os agricultores

se reuniram na BR com faixas e fizeram o protesto. No carro de som, lideranças se revezavam no microfone para se posicionar contra o projeto.

O líder do Movimento Paz no Campo, representante dos agricultores, Edvaldo Permanhane, repetiu que os produtores não estão se posicionando contra os negros, mas contra o projeto. "Os quilombolas também vão ser prejudicados. Eles estão sendo usados. Queremos uma terra igual para todos", disse (leia mais sobre a polêmica das desapropriações para comunidades quilombolas na página 14).

O historiador Eliezer Nar-

doto ressaltou que a divisão de terras por cor é também uma atitude racista. "O direito de propriedade está na Constituição. Regimes totalitários, como o de Hitler, começaram justamente atacando o direito de propriedade", argumentou.

Após as 11 horas, os agricul-

tores seguiram em carreta pelo centro da cidade, liberando o tráfego na BR 101.

Além de agricultores, os deputados estaduais Atahyde Armani, Freitas e Marcelo Coelho, vereador, e o prefeito Lauriano Zancanela também participaram do movimento.



MANIFESTO. Produtores rurais de São Mateus protestaram com faixas e cartazes contra a proposta de desapropriação. FOTO SANDRA PACHECO

ANEXO H - Matéria publicada em *A Gazeta*, em 05/08/2007

ANEXO I - Matéria publicada em *A Gazeta*, em 12/08/2007

TERRENO SOB DISPUTA

Acampamento quilombola é desmontado

Polícia ajudou a cumprir mandado de reintegração de posse em favor da Aracruz

Cerca de 100 policiais fortemente armados garantiram ontem no município de Conceição da Barra o cumprimento de um mandado de reintegração de posse em favor da empresa Aracruz Celulose, em uma área que estava ocupada há 20 dias por famílias quilombolas da comunidade de Linharinho. Apesar deles terem se recusado a assinar o documento, o acampamento foi desmontado e o material apreendido.

A ação contou com a participação de policiais do Batalhão de Missões Especiais (BME). Por volta das 9h eles seguiram para a área, localizada na estrada de acesso ao balneário de Itaúnas, acompanhados de oficiais de Justiça. O mandado foi expedido pelo juiz substituto da Vara Federal de São Mateus, Leonardo Marques Lessa.

O local estava vazio e as famílias, que se reuniram em um terreno próximo, se recusaram a desmontar o acampamento, o que foi feito pelos policiais, com a ajuda de 25 trabalhadores Aracruz Celulose.

O superintendente substituto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Alfredo Zampier Lacerda, criticou a decisão judicial favorável à Aracruz Celulose, afirmando que o terreno, de 9,5 mil hectares, foi reconhecido oficialmente pelo Incra como área remanescente de quilombolas.

OUTRO LADO. O gerente jurídico da Aracruz, Anselmo Farias de Oliveira, informou que o procedimento do Incra ainda não foi concluído, como afirma o superintendente do órgão, e que o processo está sendo questionado na Justiça devido a várias irregularidades.

“O fato de a reintegração de posse ter sido expedida mostra que a ocupação de terras pela Aracruz é totalmente regularizada, podendo inclusive ser comprovada por títulos” ressalta.

ANEXO J - Matéria publicada em *A Gazeta*, em 12/09/2007

Comunidades quilombolas Audiência na Assembléia hoje

Cerca de 100 representantes quilombolas do Espírito Santo participam de uma Audiência Pública hoje, às 8 horas, na Assembléia Legislativa do Estado, em Vitória. Estarão presentes representantes de várias organizações e integrantes de comunidades quilombolas de todo o estado do Espírito Santo. A idéia é dar visibilidade ao processo de reconhecimento e titulação das terras tradicionalmente ocupa-

das pelas comunidades quilombolas. Em maio passado, o Incra reconheceu como território quilombola a área conhecida como Lihnarinho, em Conceição da Barra, no Espírito Santo. Na ocasião da Audiência será lançado o fascículo “Comunidade Quilombola de Lihnarinho”, produzido no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.

ANEXO K - Matéria publicada em A Gazeta, em 09/11/2007**NORTE Produtores fazem
carreata até Vitória**

Produtores rurais do Movimento Paz no Campo (MPC), no Norte do Estado, sairão em carreata pela BR 101, hoje pela manhã, em protesto contra o projeto de desapropriação de terras para a criação de comunidades quilombolas. Eles sairão do Posto Maria Amélia, em São Mateus, rumo a Vitória, onde pararão em frente à Assembleia Legislativa, por volta de 14 horas.

ANEXO L - Matéria publicada em *A Gazeta*, em 10/11/2007



MOVIMENTO. Eles chegaram à Assembleia Legislativa por volta das 15 horas e foram recebidos por um grupo de deputados. FOTO: GUSTAVO LOUZADA

PARTICIPANTES A MANIFESTAÇÃO REUNIU CERCA DE 450 PROPRIETÁRIOS DE TERRAS DE SÃO MATEUS E CONCEIÇÃO DA BARRA

Agricultores protestam de São Mateus a Vitória

Eles fizeram a carreta em protesto contra as desapropriações em áreas quilombolas

ZENILTON CUSTÓDIO
zcustodio@redgazeta.com.br
SANDRA PACHECO
spacheco@redgazeta.com.br

LINHARES. Cerca de 450 agricultores do Norte do Estado participaram ontem de uma carreta entre os municípios de São Mateus e Vitória para protestar contra o decreto do governo federal que estabelece a desapropriação de terras localizadas em áreas quilombolas. O movimento foi fechado com uma manifestação em frente à Assembleia

■ A criação de comunidades quilombolas faz parte do programa Brasil Quilombola, do governo federal. Além de buscar o reconhecimento das terras dos remanescentes de quilombos, o projeto inclui medidas como construção de escolas, alfabetização, ações de saúde, renda e luz elétrica. O projeto surgiu com base na Constituição, no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Legislativa.

A carretada saiu de São Mateus por volta das 7h30, formada por 10 ônibus e cerca de 45 veículos pequenos. O

movimento, entretanto, foi engrossando na medida em que avançava pela Rodovia BR 101, atraindo pessoas de outros municípios.

MUNICÍPIOS. A manifestação foi organizada pelo Movimento Paz no Campo (MPC), entidade com sede em São Mateus, e envolveu, sobretudo, produtores mateenses e também de Conceição da Barra, municípios onde estão concentradas as áreas consideradas **qui-**

lombolas. O presidente do MPC, Edivaldo Permanhane, afirmou que a proposta foi a de chamar a atenção da população para o assunto. Ele fez questão de declarar que a manifestação não visava atingir as comunidades quilombolas e sim protestar contra a forma com que o governo federal está conduzindo o debate. "O governo federal está

provocando um embate social muito grave", disse.

Portando cartazes e bandeiras do MPC, os agricultores promoviam um buzinaço sempre que chegavam em um reduto urbano, atraindo a curiosidade dos moradores.

Apesar da carreta se desenvolver a uma velocidade de 50 a 60 quilômetros, o trânsito na Rodovia BR 101 não chegou a ser impactado, já que a recomendação era para que participantes facilitassem as ultrapassagens.

Na Assembleia agricultores entregaram manifesto

Na Assembleia Legislativa, onde chegaram por volta das 15 horas, os manifestantes foram recebidos por um grupo de deputados. Eles entregaram ao presidente da Casa, Guerino Zanon, um manifesto com várias reivindicações. "Pedimos apoio para nossa luta e a adoção de uma política de valorização do homem do campo", revelou Edivaldo. Apesar do decreto governamental ter sido assinado em 2003, apenas

três áreas consideradas quilombolas já foram delimitadas no Norte do Estado. São elas: Linharinho, em Conceição da Barra e São Jorge e São Cristóvão, em São Mateus. Os agricultores do Norte do Estado argumentam que a lei que estabelece as desapropriações é inconstitucional, já que trata-se de propriedades produtivas e documentadas oficialmente em nome dos proprietários tradicionais.